

REGINA MARIA LUZ

A MODERNIZAÇÃO DA SOCIEDADE NO DISCURSO
DO EMPRESARIADO PARANAENSE: CURITIBA
1890-1925

Dissertação apresentada ao
Departamento de História, Setor
de Ciências Humanas Letras e
Artes da Universidade Federal do
Paraná, para obtenção do título
de Mestre em História do Brasil.

Orientadora: Profª Drª Maria
Ignês Mancini de Boni

CURITIBA

1992

Articular historicamente o passado não significa conhecê-lo "como ele de fato foi". Significa apropriar-se de uma reminescência tal como ela relampeja num momento de perigo.

Walter Benjamin

Apropriar-se das modernidades de ontem pode ser, ao mesmo tempo, uma crítica às modernidades de hoje e um ato de fé nas modernidades - e nos homens e mulheres modernos - de amanhã e de depois de amanhã.

Marshall Berman

AGRADECIMENTOS

O desenvolvimento deste trabalho tornou-se possível graças ao apoio de várias pessoas que, direta ou indiretamente, auxiliaram em sua realização.

Em primeiro lugar, agradeço à Maria Ignês que, além da orientação segura, me apoiou com a confiança, o incentivo e as críticas necessárias me ajudando a persistir e levar a cabo a tarefa proposta.

Pela colaboração no trabalho de pesquisa, bem como na revisão e apresentação final, agradeço à Cyntia, Sílvia, Beatriz, Célia, Cristina, Marise e Laura. Lembro também a atenção solícita dos funcionários dos arquivos onde fiz o levantamento de dados, em particular daqueles ligados à Divisão de Documentação Paranaense da Biblioteca Pública do Paraná e, ainda, os funcionários da Biblioteca da Associação Comercial do Paraná e do Sindicato dos Empregados no Comércio de Curitiba.

Da amiga Maria Luiza, lembro o apoio, o incentivo e a amizade com que me distinguiu desde o início do curso.

Finalmente, sou grata aos meus familiares, cuja paciência, apoio e carinho nas horas difíceis contribuíram sobremaneira para que este trabalho fosse concluído.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	1
NOTAS DE REFERÊNCIA.....	8
1 O DISCURSO DA MODERNIZAÇÃO ECONÔMICA E A OR- GANIZAÇÃO DO EMPRESARIADO.....	9
1.1 A MODERNIZAÇÃO DA ECONOMIA PARANAENSE NO DISCURSO EMPRESARIAL.....	9
1.2 A ASSOCIAÇÃO COMERCIAL DO PARANÁ E A ORGA- NIZAÇÃO DO EMPRESARIADO.....	26
1.3 A MODERNIZAÇÃO DA ASSOCIAÇÃO COMERCIAL DO PARANÁ E AS SUAS RELAÇÕES COM A CLASSE EMPRESARIAL.....	40
1.4 A REESTRUTURAÇÃO DA ASSOCIAÇÃO COMERCIAL DO PARANÁ.....	51
1.5 A ASSOCIAÇÃO CURITIBANA DOS EMPREGADOS NO COMÉRCIO.....	60
NOTAS DE REFERÊNCIA.....	74
2 O DISCURSO DA MODERNIZAÇÃO SOCIAL E A INTE- GRAÇÃO AO MUNDO DO TRABALHO.....	79
2.1 A QUESTÃO DA MORADIA POPULAR.....	81
2.2 VÁRIOS E MENDIGOS.....	94
2.3 MENORES ABANDONADOS.....	101
2.4 CIDADÃOS DE SEGUNDA CLASSE.....	112
2.5 TRABALHADORES NACIONAIS E ESTRANGEIROS.....	115

2.6	A CRISE DO TRABALHO -- DESEMPREGADOS, VÁRIOS E ANARQUISTAS.....	119
2.7	O PERIGO DAS "DOCTRINAS EXÓTICAS".....	130
2.8	CAPITAL X TRABALHO -- UM DESLOCAMENTO NO CAMPO DE LUTA.....	149
	NOTAS DE REFERÊNCIA.....	171
3	EDUCAÇÃO E TRABALHO: INSTRUMENTOS DA MODERNI- ZAÇÃO SOCIAL.....	177
3.1	A INSTRUÇÃO ENQUANTO ASPIRAÇÃO POPULAR.....	178
3.2	A EDUCAÇÃO PARA O TRABALHO COMO CONDIÇÃO DE CIDADANIA E DE MODERNIZAÇÃO SOCIAL.....	187
3.3	ESCOLAS PARA O TRABALHO.....	207
3.3.1	Patronatos Agrícolas.....	210
3.3.2	A Escola de Aprendizes Marinheiros de Paranaguá.....	218
3.3.3	A Escola de Aprendizes Artífices.....	222
3.3.4	Escolas de Comércio.....	230
	NOTAS DE REFERÊNCIA.....	255
	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	260
	NOTAS DE REFERÊNCIA.....	265
	ANEXO I - FONTES E METODOLOGIA.....	266
	NOTAS DE REFERÊNCIA.....	280
	ANEXO II -- DIRETORIAS DA ASSOCIAÇÃO COMERCIAL DO PARANÁ - 1897-1929.....	281
	FONTES E BIBLIOGRAFIA.....	283

INTRODUÇÃO

Modernidade. Esta a palavra de ordem com que, nos dias que correm, costuma-se convocar a sociedade brasileira com vistas a dar partida a um movimento de reformas capaz de arrancá-la de um estado crônico de miséria e "atraso" e conduzi-la aos patamares do progresso e da civilização, já alcançados pelas sociedades do chamado "primeiro mundo".

Vista como "um processo de mudança social", a modernização, segundo Lucília R. S. MACHADO, "envolveria a transformação das sociedades menos desenvolvidas pela aquisição de características comuns às sociedades mais desenvolvidas",¹ contanto que não se promovessem alterações significativas na estrutura social vigente.²

O tema da modernização compõe com frequência os discursos de elementos representativos dos setores privilegiados da sociedade brasileira. Esse aspecto, de acordo com a autora citada, demonstra coerência com os pressupostos da empresa modernizadora, em cuja consecução os setores sociais dominantes desempenhariam o papel de "vanguarda", ou seja, de modelo para "aqueles que deveriam ter suas aspirações aumentadas".³

A modernização da sociedade brasileira, como tema dos discursos de representantes dos setores sociais privilegiados da atualidade, não se constitui exatamente em algo inédito. Ao contrário, é possível identificar a sua presença em momentos

diversos de nossa história, particularmente naqueles em que determinadas mudanças na conjuntura econômica, social e política parecem sinalizar para a necessidade de rearranjos capazes de garantir a ordem social estabelecida.

Assim, no momento histórico da instituição do mercado de trabalho livre no país, as evidências da presença de um discurso modernizante, entre determinados segmentos dos setores privilegiados da sociedade curitibana do final do século XIX e início do século XX, apontaram para a relevância de uma investigação acerca desses discursos.

O período entresséculos representou para Curitiba uma época de importantes transformações, que vieram com o crescimento populacional, resultante, em grande medida, da imigração.⁴

O crescimento da população e o conseqüente incremento do setor econômico se, por um lado, representavam aos olhos de elementos dos setores sociais privilegiados, a possibilidade de concretização das aspirações de desenvolvimento e progresso da sociedade curitibana, por outro, evidenciavam as limitações dessa sociedade, cuja estrutura econômico-social e urbana não estava preparada para comportar mudanças tão amplas e aceleradas.⁵

Diante disso, todo um elenco de discursos emerge de diferentes pontos do social, discutindo e propondo alternativas para os problemas enfrentados pela sociedade curitibana. Dentre esses discursos, sobressaem aqueles enunciados pelas lideranças empresariais da cidade, constituídas, em grande medida, pelos empresários ligados aos

setores mais dinâmicos da economia paranaense da época, ou seja, as indústrias ervateira, madeireira e o grande comércio.* Auto-identificando-se como os elementos mais progressistas e modernos dessa sociedade, as lideranças empresariais pareciam tomar a si a tarefa de promover e incentivar a empresa de modernização da cidade, adotando como modelo os centros urbanos mais desenvolvidos do país, como Rio de Janeiro e São Paulo.

Nesse aspecto, evidencia-se uma outra aproximação com a análise de Lucília R.S. MACHADO sobre a teoria da modernização, ou seja, "o esforço pela aquisição das características comuns às sociedades mais desenvolvidas".⁶ Esse esforço teria como alvo a aquisição não somente de padrões de consumo, de organização e de tecnologias próprios das sociedades capitalistas mais avançadas, mas também de valores culturais identificados como modernos e, portanto, desejáveis de serem assimilados pela maioria dos indivíduos de uma sociedade determinada.⁷

A investigação acerca das elaborações presentes nos discursos de caráter modernizante de um dos segmentos dos setores privilegiados da sociedade curitibana, representado pelas lideranças empresariais e expressas, principalmente, através da imprensa comprometida com seus interesses, constituiu-se no propósito deste estudo.

*São os discursos dos dirigentes empresariais, (ligados ao mate, à madeira e ao grande comércio e que lideravam o processo de organização do empresariado curitibano e paranaense), veiculados direta ou indiretamente pela imprensa comprometida com seus interesses, o objeto da análise deste trabalho.

Esses empresários possuíam interesses em vários empreendimentos comerciais e/ou industriais e se apresentavam como empresários modernos e racionais, defensores das virtudes do trabalho, da ordem e do progresso.

O tema da modernização social, nota predominante nesses discursos, configurou-se como o fio condutor da análise, pelas perspectivas que ensejava de evidenciar as estratégias propostas com vistas à concretização da empresa modernizadora, bem como as relações de poder que se engendravam entre os grupos dirigentes do empresariado e os demais setores da sociedade curitibana. Esses setores poderiam ser tanto os segmentos da classe empresarial identificados como "tradicionais" e insuficientemente modernos, como também e, sobretudo, a população pobre e trabalhadora, percebida com frequência como o elemento responsável pelo estado de "atraso" e pobreza da sociedade como um todo.

A opção pelo período compreendido entre a última década do século XIX e meados da segunda década do século XX justifica-se pela relevância das alterações ocorridas nessa época na sociedade brasileira, seja pela mudança do regime político, seja pela instituição do mercado de trabalho livre. No caso de Curitiba, além das mudanças produzidas por um significativo crescimento demográfico em sua estrutura social e urbana, esse período representa o marco inicial do movimento de organização da classe empresarial paranaense em torno de um órgão representativo de seus interesses, a Associação Comercial do Paraná. O corte em meados da década de vinte se relaciona a um movimento de reorganização interna da Associação Comercial que, com uma reforma estatutária em 1924, parece ter consolidado sua posição de órgão representativo do empresariado. As referências a anos posteriores serviram apenas para corroborar ou enfatizar aspectos analisados na documentação.

Os discursos veiculados através de órgãos da imprensa comprometidos com os interesses do empresariado constituíram o corpo principal da documentação utilizada para a análise. Nesse sentido, cumpre destacar os jornais *O Comercio* - que em sua fase inicial era de propriedade da Associação Comercial do Paraná -, bem como *O Comercio do Paraná*, que tinha claramente entre seus objetivos a defesa da "classe commercial"⁸.

Além desses, outros jornais e, ainda, revistas, almanaques e boletins serviram de fontes para o estudo, assim como a documentação interna - atas e relatórios - da Associação Comercial do Paraná e da Associação Curitibana dos Empregados no Comércio.

Os discursos presentes nessa documentação, fossem enunciados pelas lideranças empresariais, ou por outros elementos identificados direta ou indiretamente com os seus interesses e valores, foram percebidos como uma prática social. Em outros termos, trata-se, como afirma Michel FOUCAULT, de "ver historicamente como se produzem efeitos de verdade no interior de discursos que não são em si nem verdadeiros, nem falsos".⁹

Nessa perspectiva, considerou-se relevante a análise dos discursos de elementos do empresariado expressos por órgãos da imprensa curitibana comprometidos com seus interesses, em meio às tramas de poder que se teciam no interior da sociedade, no momento histórico em que determinadas lideranças empresariais empreendiam seu movimento de organização de classe, ao mesmo tempo em que se investiam na tarefa de promover e incentivar a empresa de modernização daquela sociedade.

Nesse ponto, cabe esclarecer que, de acordo com Michel FOUCAULT, acredita-se que os efeitos de produção de uma classe dominante e de sua dominação se implicam mutuamente. Isto equivale a dizer que esses efeitos funcionam "no interior de grandes estratégias" que garantem a dominação e que existe entre essas estratégias e a classe dominante "uma relação recíproca de produção".¹⁰ Nas palavras de M. FOUCAULT, foi "a grande estratégia de moralização da classe operária" que possibilitou "à classe burguesa ser a classe burguesa e exercer a sua dominação".¹¹

Assim, em meio aos discursos que tinham como tema a modernização da sociedade curitibana, ressaltam-se as táticas que compunham uma estratégia abrangente de moralização da população pobre e trabalhadora da cidade. Em sua multiplicidade essas táticas visavam desde a fixação dos trabalhadores próximos aos locais de trabalho e a localização dos pobres em pontos determinados e passíveis de vigilância e controle, até a regeneração preventiva das crianças pobres, pelo ensino conjugado ao trabalho. Além disso, essas táticas passariam também pelas tentativas de domesticação da mão-de-obra, pretendendo a circunscrição das relações de trabalho ao terreno previsível e regulamentado das instituições.

Isto posto, organizamos este estudo em três capítulos, apresentados sumariamente a seguir.

No primeiro, procurou-se evidenciar as elaborações do discurso empresarial em torno das questões relativas à modernização econômica da cidade e do Estado. Nesse sentido, o movimento de organização do empresariado e as estratégias

engendradas pelos grupos dirigentes empresariais, com vistas à sua afirmação frente à própria classe, ao poder público e à sociedade como um todo assumem um papel significativo.

No segundo capítulo, houve a intenção de demonstrar as formas pelas quais a população pobre e trabalhadora era percebida nos discursos dos setores dominantes da sociedade curitibana do período entresséculos. Para tanto, mostrou-se relevante a identificação das estratégias de controle e vigilância presentes nesses discursos e que tinham como alvos privilegiados tanto os mendigos, os vadios e as crianças abandonadas, quanto os trabalhadores que reivindicavam melhores condições de vida e de trabalho.

No terceiro, procurou-se analisar o papel que nos discursos dos setores privilegiados da sociedade curitibana do início do século era atribuído à educação para o trabalho. Na análise desses discursos, tornou-se relevante demonstrar o modo como as concepções dos setores sociais dominantes sobre a educação, as aspirações populares pela ampliação do sistema de ensino e as preocupações em transformar a escola dos pobres em elemento de preparação para o trabalho acabavam se conjugando numa ampla estratégia de moralização da população pobre e trabalhadora.

Com vistas a conferir uma melhor unidade na apresentação deste trabalho, o item referente às fontes e metodologia foi incluído no final em forma de anexo (Anexo I).

NOTAS DE REFERÊNCIA

¹MACHADO, Lucília R. de Souza. Educação e divisão social do trabalho : contribuição para o estudo do ensino técnico industrial brasileiro. 2. ed. São Paulo : Cortez, 1989. p.120.

²MACHADO, p.124 e 125.

³MACHADO, p.123.

⁴BONI, Maria Ignês Mancini de. O espetáculo visto do alto : vigilância e punição em Curitiba : 1890-1920. Tese (Doutorado em História Social) Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 1985. p.3.

⁵BONI, p.3.

⁶MACHADO, p.120.

⁷MACHADO, p.125.

⁸COMMERCIO do Paraná. Comercio do Paraná, Curitiba, 12 out. 1912

⁹FOUCAULT, Michel. Microfísica do poder. 6. ed. Rio de Janeiro : Graal, 1986. p.7.

¹⁰FOUCAULT, p.252.

¹¹FOUCAULT, p.253.

1 O DISCURSO DA MODERNIZAÇÃO ECONÔMICA E A ORGANIZAÇÃO DO EMPRESARIADO

1.1 A MODERNIZAÇÃO DA ECONOMIA PARANAENSE NO DISCURSO EMPRESARIAL

Na virada do século XIX para o século XX, o quadro social, político e econômico brasileiro passava por importantes alterações que sinalizavam para sua maior integração ao sistema capitalista internacional. Nessa perspectiva, a instituição do mercado de trabalho livre no país e a mudança do regime político evidenciavam uma significativa dinamização das relações sócio-econômicas, que tendiam a uma maior complexificação e diversificação.

Em que pesem suas dimensões modestas, se comparada aos centros maiores, a estrutura sócio-econômica paranaense, no período compreendido entre a última década do século XIX e a terceira década do século XX, também passou por um processo de expansão e diversificação que trouxe consigo alterações em sua configuração tradicional.

O processo de inversão do capital agroexportador em atividades comerciais e industriais, que ocorria sobretudo nos centros ligados à economia cafeeira - Rio de Janeiro e São Paulo - acontecia também, embora em escala reduzida, em outras partes do Brasil, como Mato Grosso, Pernambuco e Paraná.⁴

De acordo com Edgar CARONE, as classes rurais brasileiras, no início do período republicano, encontravam-se num

processo diferenciado do desenvolvimento. Nesse sentido, "nas regiões onde a produção agrícola se industrializa - mate no Paraná e Mato Grosso, e açúcar no Nordeste - o processo significa diferenciação de grupos de interesse, provocando mudanças nas respectivas classes rurais".¹

No caso do Paraná, o autor aponta o Barão do Serro Azul como o modelo de empresário que, ao mesmo tempo em que se tornava um grande beneficiador e exportador de erva-mate, geria outros empreendimentos industriais e comerciais.²

Para o relativo surto de expansão econômica e social vivenciado pelo Estado do Paraná (entre fins do século XIX e início do século XX), contribuiu também "o processo de integração de imigrantes na sociedade paranaense",⁴ notadamente pela sua participação nas atividades comerciais e industriais do Estado, que sofreram um incremento significativo entre 1890 e 1929.³

Simultaneamente ao processo de crescimento populacional e econômico, ocorria uma maior complexificação da estrutura social paranaense, o que se evidenciava pela emergência de agentes sociais diferenciados, como a classe empresarial e a classe trabalhadora. Nesse sentido, o que se pretende destacar é que o processo de constituição desses agentes sociais se dá em meio à produção de um conjunto de discursos que reclamavam a urgência de se dotar essa sociedade dos requisitos necessários que a levassem à equiparação com as sociedades mais progressistas e civilizadas do país.

Esses discursos, oriundos das camadas sociais privilegiadas da sociedade paranaense, configuravam-se, na verdade,

como a expressão regional de discursos semelhantes produzidos pelas camadas dominantes de centros maiores, como o Rio de Janeiro e São Paulo, e que tinham como preocupação central a modernização da sociedade brasileira. Um dos elementos que se sobressaíam nesses discursos de caráter modernizante era aquele relativo à necessidade de diversificação da economia no Estado.

Até a terceira década do século XX, a base de sustentação da economia paranaense foi a atividade extrativista do mate e da madeira, voltada para o mercado externo. Embora a extração de madeira tivesse se desenvolvido progressivamente nesse período,* a atividade ervateira constituiu o alicerce da economia e a principal fonte de renda e de ocupação da população e do Estado.⁴

Entretanto, a dependência de seu principal produto de exportação - o mate - contribuiu para limitar as possibilidades de uma maior expansão da economia paranaense. O fato de o Paraná não deter a exclusividade da produção, acrescido da falta de uma política mais objetiva e consistente, que estimulasse a produção e a comercialização do seu principal produto, dificultou sobremaneira a conquista de novos mercados para o mate, como a Europa ou a América do Norte, e, conseqüentemente, uma maior expansão e rentabilidade para a economia ervateira.⁷

Apresentando uma produtividade relativamente baixa, o mate não conseguia gerar economias externas de valor

*Entre 1896 e 1899, existiam no Paraná 64 serrarias, sendo que, em 1920, já chegavam a 174. BALHANA, A. P. et al. História do Paraná. v. I p.142-143.

significativo.⁹ Além disso, a atividade ervateira voltada para o mercado externo necessitava ter garantidas as condições mínimas necessárias para o escoamento da produção, de modo a poder competir nos mercados importadores.

No entanto, as deficiências crônicas do sistema viário e de comunicações do Estado⁹ tornavam onerosos os custos dos transportes, comprometendo a sua competitividade no mercado externo.

Além disso, grande parte das rendas obtidas com as exportações do mate acabava retornando ao exterior com a importação de artigos de consumo, o que deixava pouco para os investimentos necessários à melhoria da infra-estrutura de produção e à diversificação da economia.¹⁰ Desse modo, estabelecia-se um círculo vicioso, em que a concentração dos recursos numa determinada atividade econômica fazia com que as rendas obtidas fossem, em grande parte, canalizadas para o exterior, através da importação de bens de consumo. Vale dizer que esse processo dificultava em muito os investimentos na infra-estrutura e na obtenção de bens de capital.

Apesar de todas essas dificuldades, o mate permaneceu como o principal produto econômico do Paraná até o final da década de 20. A dependência das exportações de erva-mate da quase totalidade da receita orçamentária do Estado fazia com que a economia paranaense oscilasse ao sabor dos surtos de expansão e crise desse produto no mercado externo.

Entretanto, durante as três primeiras décadas do século XX, em que pesem os obstáculos enfrentados, a preocupação com a diversificação econômica do Estado estava presente nos

discursos dos seus setores sociais privilegiados, particularmente no discurso emitido através dos órgãos veiculadores dos interesses do empresariado. Nesse sentido, alguns órgãos da imprensa da capital chamavam constantemente a atenção dos empresários e da sociedade em geral para a necessidade de diversificação de investimentos e aplicação de capitais em outras atividades econômicas, como a indústria, por exemplo.

Nessa perspectiva, ao fazer uma análise da situação econômica do Estado em meados de 1900, o *Jornal O Comércio* destacava que a utilização de novos recursos técnico-científicos e o aproveitamento de uma nova fonte de energia, como a eletricidade, estavam resultando em melhorias nos transportes e comunicações, o que estaria acarretando um novo impulso econômico. Ainda, de acordo com essa análise, a indústria, embora incipiente e restrita quase que exclusivamente à capital, estaria fazendo progressos consideráveis: "a nossa fábrica de phosphoros, as nossas fundições, as nossas marcenarias e outras fábricas, fazem honra ao Paraná".¹²

Porém, a principal riqueza do Estado continuava a ser a "indústria do matte" e, de acordo com a análise desse jornal, a crise que a atingisse passaria a ser também "a crise de todo o commercio",¹² ou seja, de toda a economia do Estado.

Em alguns momentos, as oscilações da economia ervateira atingiram o movimento mesmo de organização da classe empresarial paranaense. No período compreendido entre 1902 e 1907, a participação do mate na receita estadual sofreu um sério decréscimo,¹³ acarretando uma relativa estagnação nas atividades econômicas do Estado. Nesse mesmo período, o órgão

representativo do empresariado permaneceu praticamente inativo, sendo que a sua reativação viria a coincidir com a recuperação das atividades ervateiras a partir de 1908.

Essa recuperação seria atestada pelo Boletim da Associação Comercial do Paraná, que, em meados de 1910, registrava os anos de 1908 a 1909 como "notáveis na evolução econômica do Paraná pelo desenvolvimento rápido dos meios de se activar a circulação de suas riquezas".¹⁴ O texto se refere ao melhoramento e à abertura de novos meios de comunicação e transporte, como a ferrovia São Paulo-Rio Grande, ao incremento da corrente imigratória, que viera estabelecer "novos núcleos de trabalho" e, ainda, à instalação de estabelecimentos de crédito, como o Banco do Paraná, e acrescenta: "E a esse impulso crescente as cidades aumentam, casas surgem por toda parte (...) as indústrias se animam (...)".¹⁵

Com base nessas constatações, chamava-se a atenção dos governantes para a necessidade de se saber avaliar o momento, não deixando passar a oportunidade de estimular as iniciativas dos empresários, que também, por seu lado, não deveriam: "(...) abandonar o momento que se lhes offerece propicio para os empreendimentos modernos e para a adopção das novas formas de applicação da actividade, formas que melhor remuneram os capitaes e fortalecem para a luta".¹⁶

Ao longo de todo o período estudado, observa-se a recorrência dos discursos que colocavam a aplicação da atividade e dos capitais na indústria, como a possibilidade segura de viabilizar os ideais de progresso e civilização almejados para a sociedade paranaense. Embora nesse momento e,

no caso específico dessa sociedade, não se possa referir, ainda, à instituição do tema da industrialização,* no sentido que assume ao final dos anos vinte, sobretudo da década de trinta em diante, é possível constatar, já a partir de meados dos anos dez, entre os discursos de lideranças empresariais curitibanas, a idéia da industrialização como uma meta a ser alcançada em futuro não muito distante.

Assim, além de representar a possibilidade de desatrelar a economia da excessiva dependência dos resultados da atividade ervateira, a indústria representava também, no âmbito do discurso empresarial, a garantia para o ingresso da sociedade curitibana e paranaense no mundo do progresso e da civilização.

Contudo, se as deficiências econômicas infra-estruturais do Estado representaram obstáculos que dificultaram significativamente um maior desenvolvimento do setor ervateiro, deve-se refletir sobre as dificuldades que essas deficiências teriam representado para as tentativas de implantação de indústrias de bens de consumo, por exemplo.

No Paraná, como em outros estados do país, o discurso do empresariado registrava queixas quanto à falta de uma política governamental de proteção à indústria.** Nesse sentido, eram frequentes as denúncias quanto à falta de

*Segundo Edgar S. de DECCA, a instituição do "tema da industrialização" se dá na medida em que a presença vitoriosa da fábrica dá origem a todo um aparato de saberes técnico-científicos, produzidos a partir das diversas instituições sociais, com o sentido de racionalização da vida dos trabalhadores. (DECCA, Edgar S. de. A Ciência da produção : fábrica despolitizada. Revista Brasileira de História, São Paulo, v.3, n.6, set. 1983. p.71-72).

**Ver a análise das discussões entre as correntes favoráveis e contrárias à uma política protecionista à indústria nacional, na obra de Nícia Vilela Luz: A luta pela industrialização do Brasil (1808-1930). São Paulo : DIFEL, 1961. Cap. III e IV.

tarifas alfandegárias mais favoráveis à produção nacional, às altas taxas de fretes das estradas de ferro, bem como à precariedade dos meios de transportes e comunicações. Além disso, apontavam também os impostos cobrados sobre os produtos industriais, considerados excessivos, a falta de braços e, sobretudo, a baixa capitalização que dificultaria a aquisição de maquinários e matérias-primas.

Entretanto, mesmo considerados todos os fatores desfavoráveis e apesar das contradições, a implantação de indústrias no país ia ocorrendo paulatinamente.¹⁷

Assim, também na capital paranaense, apesar das dificuldades, por volta de 1900, de acordo com os dados levantados por Luiz Carlos RIBEIRO, já se encontravam instalados 438 estabelecimentos industriais. Esses estabelecimentos abrangiam 24 ramos industriais, distribuindo-se entre: fábricas de barricas para erva-mate (100) engenhos de beneficiamento de mate (25), além de selarias, olarias, marcenarias, alfaiatarias, serralherias, curtumes, fábricas de café moído, oficinas de carros, fábricas de licores, águas gasosas, marmorarias, ourivesaria, uma fábrica de fósforos, carpintarias, funilarias, serrarias, e uma fábrica de gelo.¹⁸

Há que se considerar, no entanto, que o termo indústria era bastante abrangente na época, servindo tanto para designar os grandes estabelecimentos dotados de maquinários de certa potência e que empregavam mão-de-obra relativamente numerosa,

*Segundo Edgar CARONE, "Principalmente até 1914 e, em certos casos durante a Primeira República, os fatores negativos e positivos da industrialização subsistem, naturalmente, com intensidade e importância desiguais. Apesar da contínua evolução, nota-se a tônica sobre seus entraves e deficiências. CARONE, Edgar. República Velha: instituições e classes sociais. (1889-1930). Rio de Janeiro, DIFEL, 1978. p.74).

quanto para se referir às pequenas oficinas, que operavam em nível artesanal.*

Por outro lado, utilizando-se de um conceito mais ampliado como o de empresa, para abranger tanto estabelecimentos industriais como comerciais e de serviços, Altiya P. BALHANA e Cecília M. WESTPHALEN, num estudo demográfico e econômico sobre o empresariado paranaense, constataram um aumento bastante significativo no número de empresas registradas na Junta Comercial do Paraná, entre 1890 e 1929. As autoras destacam ter havido uma duplicação desses registros nos anos dez e novamente desses para a década de vinte. Proporcionalmente, repete-se a ocorrência para a capital do Estado.¹⁹

Porém, deve-se destacar que, apesar de todas as dificuldades para o desenvolvimento industrial do Estado, havia, no âmbito dos discursos do empresariado paranaense, a preocupação e o desejo de que o mesmo se efetivasse.

Nesse sentido, a instalação de uma nova indústria em Curitiba, fosse um empreendimento modesto, como uma serraria de lenha,²⁰ ou uma empresa de maior vulto, como uma fábrica de tecidos de juta,²¹ despertava imediatamente a atenção dos órgãos da imprensa, particularmente daqueles ligados aos interesses empresariais.

*Na documentação consultada, nota-se que o termo indústria era empregado em seu sentido amplo, podendo referir-se tanto aos grandes como pequenos empreendimentos industriais. No entanto, para o propósito, deste trabalho mais do que classificar as empresas industriais, tornou-se relevante demonstrar a conotação que o termo indústria adquiria, particularmente nos discursos da imprensa ligada aos interesses empresariais, na medida em que era empregado como parâmetro de progresso econômico-social e, por conseguinte, como evidência do processo de modernização que estaria em curso na sociedade curitibana do período em questão.

Assim, a partir de 1913, principalmente, tornam-se bastante frequentes as notícias sobre as empresas industriais curitibanas, referindo-se às suas instalações, mais amplas, ao emprego de "machinismos modernos e aperfeiçoados", ou, ainda, ao emprego de maior número de operários.*

Além disso, o discurso oficial também contribuía para reforçar a idéia de que o Paraná e, Curitiba em particular, estaria passando por uma fase de crescimento das atividades industriais. Nesse sentido, as mensagens do Presidente do Estado, nesse período, fazem referências a uma suposto crescimento industrial, que estaria sendo evidenciando pela instalação de novas indústrias e pelo incremento das já existentes. Isso, apesar da crise e das dificuldades econômicas provocadas pelo conflito mundial.**

Um outro fator dado como evidência desse crescimento industrial era o maior emprego de modernos maquinários, os quais, mecanizando parte dos serviços, dispensavam mão-de-obra, ou eliminavam o "contacto manual" dos operários em algumas fases da produção.*** No discurso da imprensa, o uso de maquinários modernos e aperfeiçoados era elogiado tanto como

*Entre as diversas fábricas citadas no período de 1913 a 1919, destacam-se a Fábrica de Tecidos de Juta, a Cervejaria Atlântica, Fábrica de Cigarros Esperança, a Fundação Müller, a Vidraçaria Paranaense, A Cervejaria Brasileira e a Hervateira Americana, entre outras. Algumas dessas empresas, como a Vidraçaria Paranaense, por exemplo, poderiam ser qualificadas como manufaturas, pois de acordo com a classificação de Sérgio Silva, empregavam mais de 100 operários. SILVA, Sérgio. Expansão Cafeeira e origem da indústria no Brasil. São Paulo. Alfa-ômega, 1976. p.83.

**É preciso ressaltar que esse "crescimento industrial" em Curitiba nos anos dez, e início dos anos vinte, presente com freqüência no discurso da imprensa comprometida com os interesses empresariais, não pode ser devidamente comprovado, pois a documentação trabalhada não oferece os dados necessários para tal.

***Assim ocorria, por exemplo, com algumas indústrias alimentícias ou de bebidas, como as cervejarias ou refinarias de açúcar, mas também com outros tipos de fábricas, como as olarias. (COMMERÇIO DO PARANÁ, Curitiba, 4 maio 1913; 2 jul. 1922; 27 jul. 1922).

fator de racionalidade na produção, quanto de garantia de maior higiene, pois eliminava o contacto manual do operário com o produto. Em alguns casos, o uso das máquinas seria destacado simplesmente como fator de substituição de mão-de-obra.²³

Ao materializar a conjugação vitoriosa da ciência e da técnica, a máquina se transformou no símbolo incontestável do progresso, particularmente na visão daqueles que apostavam na "acumulação permanente de riquezas e na produtividade incessante do trabalho humano"²⁴ como os fins últimos da moderna sociedade capitalista. De acordo com Maria Stella M. BRESCIANI, os que partilhavam dessa visão otimista costumavam atribuir à máquina

a potencialização sem limites da força produtiva do homem, a produção em grande escala e conseqüente barateamento dos produtos manufaturados, a força disciplinadora para a multidão de pobres ainda incompletamente moralizados, e enfim, a condição de alavanca mágica do progresso científico (...).²⁵

Nessa perspectiva, cabe destacar o papel desempenhado pela imprensa ao fazer a apologia da crescente mecanização do processo de trabalho. As matérias relativas à introdução de novos e modernos maquinários nas fábricas curitibanas do início do século eram geralmente pródigas em detalhes técnicos, descrevendo minuciosamente o modo de funcionamento das máquinas, sua potência e, principalmente, o que representavam em termos de uma produção mais rápida, mais econômica e mais lucrativa. Dessa forma, ao popularizar conhecimentos técnico-científicos sobre a indústria e demonstrar a superioridade da

produção mecanizada, a imprensa contribuía para garantir a adesão da sociedade ao sistema fabril.

Os relatos sobre as melhorias nas indústrias instaladas em Curitiba resultavam, geralmente, das observações colhidas nas visitas que representantes da imprensa freqüentemente faziam às fábricas da cidade.

Além desses, também os dirigentes da Associação Comercial do Paraná e o próprio Presidente do Estado, visitavam, esporadicamente, as fábricas da capital. Segundo o discurso dos jornais, essas visitas teriam como finalidade proporcionar, tanto aos empresários como aos governantes, "um conhecimento directo das condições da nossa indústria", bem como uma melhor avaliação do seu valor produtivo.²⁶

Os relatos dessas visitas oficiais eram semelhantes àqueles resultantes das visitas informais, isto é, um artigo descrevendo e, em geral, elogiando as instalações, os maquinários, os produtos e exaltando o sucesso, já alcançado ou em expectativa, como consequência da ação pioneira dos proprietários.

Além das visitas dos líderes empresariais e governantes e dos artigos elogiosos nos jornais, um outro modo de promover e divulgar as indústrias nascentes eram as exposições.

Mais uma vez os jornais funcionavam como divulgadores das indústrias e, por vários dias, se ocupavam em relatar quais eram os participantes, descrevendo e elogiando seus produtos.

Assim ocorreu, por exemplo, com a realização da Exposição Agrícola Industrial, por iniciativa de um grupo de

empresários, em meados de 1900. Para a realização dessa exposição, seus organizadores enfrentaram várias dificuldades, entre elas a escassa participação de alguns setores considerados bastante desenvolvidos, como o setor de tipografia, de calçados, móveis, e madeiras.²⁷ Já, a Exposição de Produtos Paranaenses, promovida pela Associação Comercial em comemoração aos 60 anos da emancipação política do Paraná em dezembro de 1913, parece ter sido melhor sucedida, a julgar pelo aumento no número de participantes, provenientes não apenas da capital como de outras partes do Estado.²⁸

O aumento no número de indústrias participantes, algumas de porte significativo, e o fato de a organização do evento ter ficado sob a responsabilidade da Associação Comercial do Paraná contribuíram para o êxito da exposição. De fato, a Associação Comercial, sendo uma entidade que procurava congregiar grande parte do empresariado, possuía melhores possibilidades de garantir uma maior participação num evento dessa natureza.

As práticas de realização de visitas às fábricas e de organização de exposições de máquinas e de produtos industriais podem ser vistas com integrantes de uma estratégia mais abrangente, que visava, entre outras coisas, à formação de uma opinião pública favorável à industrialização, além de também exercer pressão sobre os poderes constituídos, de forma a obter políticas mais vantajosas para a indústria.²⁹

²⁷De acordo com o Boletim da Associação Comercial do Paraná, participaram da Exposição de Produtos Paranaenses em dezembro de 1913, cerca de 50 estabelecimentos industriais e comerciais. BOLETIM DA ASSOCIAÇÃO COMERCIAL DO PARANÁ, n.26, dez. 1913, p.89-111.

Além disso, essas estratégias visavam também à adesão do próprio trabalhador. Nesse sentido, a organização de exposições industriais, que datavam já da segunda década do século XIX, objetivava, nas palavras de Maria Stella BRESCIANI, dar a "inteligência da totalidade do processo de produção ao operário parcelar, fazendo largo uso do argumento que definia a máquina como a grande auxiliar do homem e expressão concreta do progresso".²⁰

A intenção de fazer com que os próprios operários desenvolvessem uma atitude favorável e receptiva ao trabalho industrial mecanizado esteve estreitamente ligada à postura de resistência, muitas vezes expressa pelos trabalhadores, à crescente introdução da máquina no processo de trabalho. Nesse ponto é preciso lembrar que a progressiva mecanização do trabalho fabril despertou, muitas vezes, reações contraditórias por parte da sociedade. A máquina, ao mesmo tempo que suscitava o apoio entusiástico daqueles que a viam como o próprio símbolo do progresso, provocava a desaprovação e o medo por parte dos que a consideravam responsável, entre outros problemas, pela "desqualificação do trabalho, pelo embrutecimento do homem, pela instabilidade no mercado de trabalho", e pela compressão dos salários.²¹

Nos relatos da imprensa acerca das visitas realizadas às fábricas de Curitiba, particularmente de meados da segunda década deste século em diante, surgiam, pontualmente, algumas referências ao número de operários e ao tipo de mão-de-obra empregados. Um aspecto que chama a atenção nesses relatos é o emprego de um contingente significativo de mulheres e crianças

pelas indústrias locais.³² Por outro lado, esses discursos procuravam mostrar que as condições de trabalho, em algumas das fábricas visitadas, seriam bastante favoráveis³³ e resultantes da ação benemérita de patrões compreensivos e esclarecidos.

Em outros momentos, nas reportagens sobre visitas às fábricas da capital, surgiam comentários acerca do aspecto saudável e bem humorado dos trabalhadores.³⁴

Um dado significativo é que o discurso veiculado pela imprensa curitibana ligada aos interesses empresariais procurasse, sempre que possível, demonstrar que o trabalho na indústria local se desenvolvia sob condições favoráveis, como resultado da ação de empresários dotados de espírito moderno e racional, os quais, além da modernização de suas empresas, teriam em vista o bem-estar de seus empregados.

No que se refere à ênfase conferida à ação empresarial, os registros da imprensa relativos aos avanços da indústria curitibana costumavam dar destaque às iniciativas que pudessem, de alguma forma, significar uma maior organização e racionalização da produção.

Nesse sentido, procurava-se, com frequência, ressaltar a adoção, por algumas indústrias, da divisão do processo de trabalho em seções especializadas e, ainda, o modo como a repartição das atividades da administração, entre os vários sócios ou encarregados, vinha facilitar a direção e o controle do trabalho e da produção. Essa racionalidade seria a garantia de um aumento da produção, em menor tempo, com menos custos, o que resultaria em preços mais baixos.³⁵

No noticiário acerca dos estabelecimentos industriais de Curitiba, em meio às referências às instalações, aos maquinários ou à qualidade dos produtos, costumava-se conferir destaque especial à ação dos empresários, identificados, freqüentemente, com o modelo do *self made-man*, tão caro aos postulados liberais em voga na época. Esses empresários industriais - em sua maioria imigrantes, reimigrantes ou descendentes de imigrantes - teriam iniciado suas atividades muitas vezes como modestos empregados ou aprendizes, chegando a se estabelecer por conta própria, às custas de suas economias e esforços pessoais.*

Nesse ponto, deve-se realçar a significativa participação do elemento imigrante na composição étnica do empresariado paranaense. De acordo com A. P. BALHANA e C. M. WESTPHALEN, "das 4.644 empresas registradas pela Junta Comercial do Paraná, de 1890 a 1929, 39,5% pertenciam a proprietários de ascendência luso-brasileira", enquanto os 60,5% restantes eram constituídos de imigrantes de diversas procedências, entre os quais sobressaíam os alemães (24,3%) e os italianos (15,1%).^{36**}

No discurso da imprensa, a muitos desses empresários eram atribuídos, invariavelmente, os méritos da iniciativa corajosa, do espírito empreendedor e progressista, da inteli-

*Desde o início do século, referências a esse tipo de empresários eram freqüentes nas páginas dos jornais, podendo-se destacar entre outros: Henrique Henck e Carlos Leinig (marcenaria); Gottlieb Müller (serralheria e fundição); Thomaz Iwersen (cervejaria) e Emilio Voss (serraria). DIÁRIO DA TARDE, 10 e 19.11.1900; 21.10.1900, 12.01.1900 e 27.07.1900.

**No caso de Curitiba, essa proporção é ainda mais acentuada, sendo que os empresários de origem alemã perfazem 32% e os de origem italiana, 17,2%. BALHANA, A. P. & WESTPHALEN, C. M. Demografia e economia : o empresariado paranaense : 1829-1929. In : COSTA, Iraci Del Nero. (org.) Brasil : História - econômica e demográfica. São Paulo, IPE-USF, 1986. p.272).

gência e da perseverança. Graças a esses atributos, estariam empregando seus esforços e arriscando seus capitais em empresas que deveriam concorrer para o progresso da cidade e do Estado.

As matérias veiculadas pela imprensa curitibana, divulgando as iniciativas dos empresários que instalavam alguma indústria na cidade, por mais modesto que fosse o empreendimento, pareciam não apenas incentivar esses empresários, mas, sobretudo, valorizar a sua ação pioneira, citando-os como modelo para aqueles que quisessem fazer fortuna e contribuir para o progresso local.

Esses discursos que, de um modo geral, procuravam explicitar para o conjunto da sociedade concepções que atribuíam o sucesso material e social como o resultado inequívoco do esforço individual, da inteligência e ousadia de homens diligentes e empreendedores, que teriam o trabalho como princípio norteador de suas vidas, sinalizavam, para a sociedade curitibana, o caminho a ser trilhado, na busca dos seus ideais de progresso e civilização.

Contudo, mesmo os modestos avanços detectados nos rumos de uma maior diversificação do setor produtivo paranaense enfrentavam sérios obstáculos. Mais preocupantes, porém, eram as dificuldades que se antepunham ao crescimento e à própria estabilidade da atividade ervateira e que repercutiam negativamente na economia como um todo. Diante disso, um grupo de empresários passou a empreender esforços mais efetivos no sentido de consolidar a sua organização em torno de uma entidade representativa, destinada à defesa de seus interesses de classe.

1.2 A ASSOCIAÇÃO COMERCIAL DO PARANÁ E A ORGANIZAÇÃO DO EMPRESARIADO

No final do século XIX, um grupo de empresários paranaenses tomou a iniciativa de organizar um órgão associativo que viesse congregar a classe na defesa dos seus interesses. Assim, a 17 de janeiro de 1890,³⁷ foi criada a Associação Comercial do Paraná, sob a forma de sociedade anônima, cujas ações foram subscritas por um grupo de 52 sócios, tendo à frente empresários como o Barão do Serro Azul, o Comendador José Ribeiro de Macedo, David Antonio da Silva Carneiro e o Coronel Zacarias de Paula Xavier.

Pelos estatutos aprovados a 6 de agosto de 1890,³⁸ a Associação Comercial do Paraná deveria, entre suas finalidades,

(...) estreitar a convivência e relação das classes de que se compõe e promover tudo quanto for em bem de seus interesses, representando legal e pacificamente aos poderes da república e do estado, contra os vexames e estorvos que prejudicarem os legítimos interesses e o seu desenvolvimento, sendo-lhes porém vedada qualquer demonstração política.³⁹

Dos primeiros tempos de vida da Associação Comercial pouco se sabe, pois a maior parte da documentação relativa a sua fase inicial (1890-1909) foi extraviada. No entanto, segundo depoimentos de líderes contemporâneos, como o Coronel Zacarias de Paula Xavier, aqueles tempos teriam sido bastante críticos à consolidação da entidade associativa.

Os primeiros anos do século XX registravam sérias dificuldades à economia brasileira. À agitação e euforia do Encilhamento sucedera-se uma fase de austeridade e restrições

financeiras⁴⁰ que iriam se refletir em todo o país, sendo o período de 1900 a 1904 considerado por Wilson Cano como "anos difíceis".*

No caso específico do Paraná, após um período de decréscimo, entre 1892 e 1897, a economia ervateira passaria por uma fase de recuperação que se estenderia até 1902, quando entraria novamente em uma fase de crise que duraria até 1907.⁴¹

Uma vez que as atividades ervateiras se constituíam na base de sustentação da economia paranaense, as crises que abalavam o mate repercutiam na economia do Estado como um todo.

Ao mesmo tempo, observa-se que, dentre o grupo de empresários - comerciantes e industriais - que compunham os quadros da Associação Comercial, já em sua primeira fase, se sobressaíam aqueles ligados às atividades ervateiras. Nesse sentido, os problemas relativos à produção, beneficiamento e comercialização da erva-mate tendiam a se transformar nos objetivos prioritários da atuação da nova Associação. Entretanto, essa entidade foi organizada tendo-se em vista a congregação de representantes dos vários setores econômicos, ou seja, da agricultura, da indústria e do comércio, para a defesa de seus interesses. Mesmo considerando-se que as dificuldades da economia ervateira pudessem significar as dificuldades da economia estadual como um todo, é preciso que se questione até que ponto o tratamento prioritário e, quase que exclusivo dos problemas do mate, pela Associação Comercial do Paraná, teria contribuído para as vicissitudes que marcaram os primeiros tempos da sua vida associativa.

*O autor se refere ao biênio 1896-97 como um período em que se inicia uma baixa nos preços internacionais do café, provocando a crise que se estenderia até 1907. CANO, Wilson. Raízes da concentração industrial em São Paulo. Rio de Janeiro, : DIFEL, 1977. p.123, 126 e 141.

Do ponto de vista de um dos seus primeiros dirigentes, o Coronel Zacarias de Paula Xavier, as dificuldades para a consolidação da Associação Comercial, em sua fase inicial, poderiam ser atribuídas, em grande parte, à falta de uma maior prática associativa do empresariado paranaense:

Por um lado, temos ainda a lutar com a frieza e indiferença da parte de muitos membros da classe comercial, presos a antigos costumes e falta de gosto para agremiações de sua classe, que deixaria de unir-se em fortes e coesas Associações Comerciais, para os representar dentro da lei e em toda e qualquer emergência, por figuras escolhidas *ad hoc* e de momento. Por outro lado, temos ainda a luta com igual, senão maior, indiferença da parte dos Poderes Públicos do Estado, que nem sempre dão valor à nossa voz e atenção às nossas justas reclamações (...).⁴⁸

Embora seja difícil determinar se essas queixas se referiam aos industriais do mate - e Zacarias de Paula Xavier era um deles -, ou se eram dirigidas aos empresários em geral, um dado a ser considerado é o de que o grupo de industriais ervateiros se manteve ativo e relativamente articulado, enquanto a Associação Comercial, nos anos imediatamente posteriores à sua fundação, teve uma vida inexpressiva, de tal forma que a diretoria eleita em 1902 não chegou a tomar posse,⁴⁹ e daí, até 1909, a entidade permaneceu praticamente desativada.

Uma das evidências da maior articulação entre os empresários ervateiros é o Centro dos Industriais da Erva Mate, que existia e atuava paralelamente à Associação Comercial do Paraná.*

*Referências a esse Centro foram encontradas nos jornais *O Comércio* e *Diário da Tarde*, nos anos de 1900 a 1901. Já, entre a documentação consultada na Associação Comercial do Paraná, não foram localizadas fonte específicas relativas a ele.

Por outro lado, vários diretores do Centro, que congregava os industriais do mate, como Victorino José Correia, José Ribeiro de Macedo, Jorge Schmmelpfeng, Zacarias de Paula Xavier e Agostinho Ermelino de Leão Júnior, eram ou viriam a ser dirigentes da mesma Associação Comercial.

As referências ao Centro dos Industriais da Erva Mate nos jornais da época demonstram que as suas lutas eram travadas, principalmente, em relação aos impostos sobre o mate, sempre considerados excessivos, em relação à propaganda do mate no Brasil e no exterior, cujos recursos e cuja direção os industriais reivindicavam e, ainda, em relação às tentativas de incrementar o seu quadro associativo, no sentido de unir forças em torno das iniciativas das lideranças do Centro.

A participação do Centro na Exposição Agrícola e Industrial, realizada em Curitiba em meados de 1900, além de representar uma oportunidade de demonstrar os avanços da indústria ervateira e de dar um maior incentivo à congregação dos produtores, assumiu, sobretudo, um caráter político. Isto porque, teria mostrado que os industriais do mate seriam capazes de se responsabilizar pela propaganda do produto, o que até então era negado pelo governo do Estado, que estaria projetando entregar os recursos e a tarefa da propaganda do mate a uma firma da Capital Federal. Entretanto, segundo o *Jornal O Comércio*, a exposição se constituíra em "um argumento eloqüente contra a propaganda das nossas indústrias, feita por quem não tem nella outro interesse que não seja o de receber a gorda subvenção (...)."44

Ao mesmo tempo em que destacava a importância que adquiriria a exposição, como meio de conjugar os esforços dos

empresários num trabalho conjunto, o Jornal fazia admoestações àqueles que haviam relutado em participar do evento, denominando-os como acomodados ou atrasados por não perceberem que seriam eles próprios os maiores beneficiados se participassem ativamente de eventos de tal natureza.

Nos primeiros anos do século XX, um tema que despertou as mais acirradas discussões nos meios empresariais e políticos paranaenses foi o da equiparação das taxas de exportação da erva-mate. Em março de 1902, o Congresso Legislativo do Estado aprovou a lei que, embora aparentemente visasse instituir o monopólio do Estado na exportação do mate, na realidade estabelecia a equiparação das taxas entre a erva beneficiada e a erva em rama, ou cancheada.⁴² Essa medida, que na prática vinha anular as normas protecionistas que, desde 1885, favoreciam a indústria ervateira, foi longamente combatida pelos industriais do mate com o apoio de órgãos da imprensa, como os jornais *O Commercio* e *Diário da Tarde*. Este último, notadamente nos meses que antecederam a aprovação da lei, deu ampla divulgação às matérias com que os industriais ervateiros procuravam demonstrar os prejuízos que a equiparação traria à economia estadual. Em relação às conseqüências econômicas que essa medida acarretaria, Pedro Calil Padis afirma:

(...) não há a menor dúvida de que a extinção das medidas protecionistas à atividade industrial significarão um duro golpe na economia ervateira paranaense para quem o mercado argentino que, de grande comprador do produto beneficiado, se irá convertendo em um sério concorrente.⁴⁴

Apesar dos esforços empreendidos, os industriais do mate viram suas pretensões serem derrotadas. Mesmo assim, após

a aprovação da lei pelo Congresso, voltariam a instar junto ao governo do Estado para que não fosse sancionada, além de prosseguirem encaminhando ofícios e telegramas a órgãos federais e associações comerciais para pressionarem o governo a não efetivar a lei. Até mesmo, aventou-se a idéia de se fecharem as fábricas por tempo indeterminado, o que não aconteceu pela falta de uma maior adesão dos industriais.⁴⁷

Portanto, parece evidente que, não obstante os obstáculos enfrentados, os industriais do mate formavam, entre os empresários, o grupo melhor articulado, o que parecia não ocorrer, ainda, com os demais segmentos da classe empresarial. Nesse sentido, adquirem relevância as palavras do comerciante e industrial Domingos Duarte Velloso, ao se referir, em 1913, à letargia que marcou a fase inicial da Associação Comercial do Paraná: (...) "nas discussões sobre impostos não se cogitava do interesse geral do Comércio. Compareciam centenas de pessoas e estas procuravam apenas defender seus interesses particulares sacrificando naturalmente os interesses coletivos".⁴⁸

Os primeiros tempos da Associação, segundo David CARNEIRO, teriam sido marcados pela falta de uma atuação mais efetiva da entidade frente aos problemas que lhe eram colocados.⁴⁹

De fato, por diversas vezes, os editoriais do jornal *O Comércio* apontavam a falta de uma atuação mais organizada por parte dos empresários, de modo geral, e dos comerciantes, em particular. As críticas eram dirigidas, principalmente, contra a prática de se buscar soluções para os problemas do comércio

de forma isolada e individual, o que, na opinião do jornal, acabava por enfraquecer a entidade de classe.

Entretanto, em princípios de 1909, uma iniciativa do governo para alterar o imposto sobre o consumo, o chamado *Imposto de Patente Comercial*, iria provocar muita polêmica entre o empresariado e se transformaria no escopo do movimento que culminaria na reorganização da Associação Comercial do Paraná.

Em fevereiro de 1909, o Congresso Legislativo do Estado propôs a criação de uma comissão para a revisão do imposto sobre o consumo. Essa proposta era vista como uma inovação nos métodos do Legislativo Estadual, uma vez que, "dentro do verdadeiro espírito democrático (...)", se dispunha "a ouvir do comerciante, do industrial, do agricultor e do operário (...)"³⁰ sugestões para as alterações a serem efetuadas no referido imposto.

Em reunião realizada a 11 de fevereiro de 1909, na Associação Curitibana dos Empregados no Comércio, em que teriam comparecido cerca de duzentas pessoas, formou-se uma comissão de "comerciantes, industriais e artistas".*

Os trabalhos da comissão duraram de 11 de fevereiro a 12 de março de 1909 e seu resultado foi a proposição de se substituir a tabela de imposto vigente por uma outra forma de cobrança, que era na realidade outro imposto mais favorável ao comércio, a qual não foi aceita pelo governo. Diante disso, o

*Essa comissão parece ter reunido principalmente comerciantes e industriais, sendo provável que os artistas se tratassem, na realidade, de representantes de outros ramos industriais, isto é, não ligados diretamente à indústria do mate. Os membros dessa comissão constavam todos do quadro associativo da Associação Comercial: Tobias de Macedo, Manoel de Macedo, Herculano Souza, Antonio Eustachio da Silva, Paulo Hauer, Manoel Cunha, Pedro Rispoli, José Graitz, Frederico Schmidlin, Domingos D. Velloso, Rodolpho Hatsbach, Constantino Misurelli, Carlos Schantmay, Alberto Guimarães, Wallace de Mello e Lopes Neto. (O COMMERCIÓ, Curitiba, 12 dez. 1909).

Jornal *O Comércio* passaria a denunciar o que considerava o descaso do governo para com os empresários, cuja colaboração nem sequer fora considerada, pois a maioria dos deputados não comparecia às reuniões e o projeto de reforma apresentado nem ao menos fora lido no plenário do Congresso Legislativo.⁵⁴ Essas denúncias serviram de reforço à campanha que o jornal vinha promovendo no sentido de se conseguir uma maior mobilização da classe empresarial. Uma das lideranças mais ativas nessa campanha era o comerciante e industrial Domingos Duarte Velloso, que, através de veementes artigos em *O Comércio*, convocava a classe empresarial a se unir, afirmando que o comércio, como fator de riqueza e civilização, se agisse em conjunto e de forma organizada, conseguiria impor suas prioridades.

Ao analisar as dificuldades que o comércio do Estado estava enfrentando, esse empresário afirmava que as causas, em grande parte, seriam devidas ao "desleixo, pela incúria dos próprios interessados."⁵⁵

Na opinião de Duarte Velloso, se o governo era culpado por não ouvir os justos reclamos da classe, a maior parte da culpa caberia à própria classe empresarial, por não possuir ainda uma associação ativa, oficialmente reconhecida, instância a ser naturalmente procurada pelo governo sempre que fosse preciso tratar de algum assunto referente aos interesses empresariais. Nesse sentido, o empresário discorria sobre as vantagens oferecidas pelas associações comerciais, quando realmente atuavam, pois através delas o empresariado poderia interferir na administração pública e sugerir "medidas úteis", além de opinar, inclusive, nas "altas negociações" do governo,

como os empréstimos externos, por exemplo.⁵³ Nesse aspecto, Domingos Duarte Velloso sugeria uma atuação política mais efetiva do empresariado através das suas associações de classe.⁵⁴

Em uma assembléia geral realizada a 15 de abril de 1909, na sede da Associação Curitibana dos Empregados no Comércio, ficaria decidida a reorganização da Associação Comercial do Paraná. Conforme consta da ata dessa reunião, logo de início foi lida e aprovada "uma moção proibindo qualquer discussão política, ou ataques ao governo, visto a reunião ter um caráter puramente commercial".⁵⁵

Esse posicionamento, que em diversas ocasiões seria motivo de acalorados debates entre os associados, demonstrava, em parte, uma preocupação em não deixar que questões político-partidárias pudessem interferir nos trabalhos das assembléias, uma vez que entre os sócios da entidade haveria, muito provavelmente, representantes de diferentes facções políticas. Por outro lado, haveria também, naquele momento, a preocupação de não se atacar o governo, tendo-se em conta o clima de tensões criado em torno da questão do Imposto de Patente Comercial. Nesse aspecto, um dos primeiros passos dos dirigentes da Associação reorganizada seria tentar resolver os problemas referentes àquele Imposto, para o que seriam necessárias intensas gestões junto ao governo.

A atitude conciliatória em relação ao poder público iria marcar, em diversas ocasiões, a atuação da Associação Comercial, embora em alguns momentos o discurso de seus dirigentes se pretendesse incisivo e até confrontador. Em relação ao Imposto de Patente Comercial, por exemplo, o decreto

governamental que estabelecera as novas modalidades de cobrança, além de ser qualificado como "inconstitucional e anti-econômico", era responsabilizado por "desorganizar toda a vida produtiva do Estado."⁵⁶ Já, após a "resolução do problema da Patente Commercial", a direção da Associação Comercial se referia a uma

(...) solução honrosa para as duas partes: o poder público apoiando-se no commercio e nas industrias e estes necessitando da ação benéfica daquelle, se completam. Devem, pois, necessariamente marchar um e outro de acordo, concorrendo ambos para o desenvolvimento da riqueza de que depende o futuro do Estado (...)"⁵⁷

Dessa forma, deveriam prevalecer a cordialidade e o entendimento entre o governo e a Associação Comercial, o que sem dúvida seria mais conveniente ao empresariado que, mesmo pregando os pressupostos liberais da livre iniciativa e do livre comércio, buscava constantemente os favores e a proteção do Estado.

Reorganizada e com a eleição de sua primeira diretoria efetiva em julho de 1909, a Associação Comercial do Paraná passaria por um período de intensa atividade, reestruturando-se internamente e atuando de forma mais efetiva junto aos poderes públicos, na defesa dos interesses da classe empresarial.

Entretanto, mesmo pretendendo defender os interesses do empresariado como um todo, seriam os interesses dos empresários ligados às atividades ervateiras os que teriam prioridade na atuação da Associação Comercial. De fato, o predomínio das atividades ervateiras na economia estadual fez com que, por um

longo período, prevalecessem no comando e na atuação da entidade de classe os interesses dos empresários ligados ao mate.

Assim, ao se observar o quadro de presidentes da Associação Comercial do Paraná, no período que se estende de 1897 até os meados da década de vinte, chama a atenção a nítida preponderância dos empresários ervateiros, entre os quais se destacam: Coronel Zacarias de Paula Xavier, presidente por três gestões; o Comendador José Ribeiro de Macedo, João Guilherme Guimarães e David Antonio da Silva Carneiro Jr., presidentes por duas gestões cada um. Também presidiram a Associação por uma gestão cada um, o Coronel David Carneiro, João Ribeiro de Macedo e Victorino Correia. Outro presidente que, embora não estivesse ligado diretamente à indústria do mate, se constituiu numa destacada liderança, tendo, inclusive, desempenhado um papel preponderante na reorganização da Associação Comercial, foi o advogado, Dr. Pamphilo D'Assumpção, que presidiu a entidade por quatro gestões.*

Além desses nomes, ligados diretamente à indústria ervateira e ao comando da entidade da classe empresarial, aparecem outros que, desempenhando diversos cargos nas diretorias e estando ligados tanto à atividade comercial como à industrial, pareciam concretizar um revezamento em posições-chave, tais como: Vice-Presidência, Secretaria, Tesouraria e Comissão Fiscal. Dentre os empresários que compunham esse grupo, destacam-se: o comerciante e industrial Domingos Duarte Velloso, secretário por seis gestões, o industrial Frederico Mainguê,

*Ver, em anexo, a relação das diretorias da Associação Comercial, no período de 1897-1929. Anexo II, p.282.

secretário e tesoureiro por quatro gestões, e o comerciante e industrial Herculano Alves da Rocha, vice-presidente, tesoureiro e componente da Comissão de Contas por nove gestões no total.

Essa permanência de um grupo mais ou menos homogêneo ocupando os principais cargos na diretoria da entidade empresarial é apontada por Maria Saenz LEME como uma característica constante nas organizações do empresariado brasileiro, e que demonstra "a pequena renovação dos seus quadros dirigentes".⁵⁸

Ainda, no que se refere à reorganização da Associação Comercial do Paraná e ao predomínio dos empresários ervateiros no seu comando, deve-se considerar a incorporação do *Centro dos Industriais da Erva Mate* àquela entidade. Como já foi afirmado anteriormente, esse Centro atuava em defesa dos interesses específicos dos ervateiros já em princípios do século XX, permanecendo atuante, enquanto a própria Associação ficara praticamente inativa.

No entanto, logo após a reorganização da Associação Comercial do Paraná, no início de julho de 1909, a ata da sétima sessão da diretoria registrava a presença dos seguintes membros da diretoria do *Centro dos Industriais da Erva Mate*: Comendador José Ribeiro de Macedo, Fido Fontana, Lúcio Pereira, Manoel de Macedo, David Carneiro e Ascânio Miró. Nessa reunião, ratificou-se uma decisão anterior do Centro, de se incorporar à Associação Comercial do Paraná, "extinguindo-se para fundir-se com ella para o effeito de os membros daquelle Centro

gosarem dos direitos e vantagens que têm os sócios da Associação (...).⁵⁹

Nesse sentido, parece razoável pensar que, para os empresários do mate, a reorganização da Associação Comercial, que se pretendia atuasse de forma mais efetiva, poderia significar a possibilidade de contar com uma instituição capaz de representar, com maiores perspectivas de êxito, os interesses dos seus associados. Por outro lado, essa fusão resultaria também no fortalecimento da própria Associação Comercial, visto que esse grupo de industriais, além de representar o ramo mais importante da economia paranaense, já dera mostras de ser o mais organizado e articulado entre os empresários da época.

Convém destacar também o crescimento do quadro social da Associação Comercial, notadamente no período ocorrido após a sua reorganização, em julho de 1909. De acordo com os dados levantados pelo professor David CARNEIRO, quando de sua fundação em 1890, a Associação Comercial do Paraná contava com 52 sócios, chegando a 123 em fins daquele ano. Um mês após a sua reorganização, em 1909, a entidade tinha 380 associados "só na lista de Curitiba", os quais, em julho de 1911, totalizavam 777.⁶⁰ Portanto, apenas dois anos após sua reorganização, o quadro de sócios da Associação Comercial apresentava um crescimento bastante expressivo.

A Associação Comercial do Paraná, que desde sua fundação visava reunir em seus quadros "todos os negociantes, banqueiros e industriais", bem como "os capitalistas, agricultores

e criadores", deveria ter como meta também a defesa dos interesses de todos os seus associados, fossem eles os grandes empresários ligados à indústria e à comercialização da erva-mate; os grandes comerciantes, os proprietários de estabelecimentos industriais de porte razoável, fossem os proprietários de casas comerciais e de indústrias mais modestas.

Porém, os interesses que pareciam prevalecer eram aqueles ligados ao grande comércio e à indústria ervateira. Essa predominância se evidenciava na frequência com que a entidade empresarial reivindicava, junto aos poderes públicos, medidas que favorecessem as exportações da erva beneficiada; nas constantes petições junto ao governo federal para obter taxas de câmbio favoráveis; e nas lutas empreendidas freqüentemente contra o aumento de impostos no comércio.

Nesse sentido, é possível observar que as atitudes desses dirigentes empresariais se ajustavam ao comportamento pragmático de segmentos do empresariado brasileiro que se pautavam pelos princípios liberais clássicos. Assim sendo, colocavam-se como defensores intransigentes da livre iniciativa, do livre comércio ou da liberdade de trabalho, criticando quaisquer medidas do poder público que identificassem qualquer intenção de se estabelecer alguma forma de regulamentação das relações de trabalho. Ao mesmo tempo, não hesitavam em recorrer ao Estado, reivindicando favores fiscais e medidas protecionistas que lhes garantissem suas taxas de lucro. Portanto, esse comportamento de determinados segmentos

empresariais se assentava naquele tipo de liberalismo econômico que "opõe-se ao dirigismo, acomodando-se no entanto aos favores do Estado".⁶¹

1.3 A MODERNIZAÇÃO DA ASSOCIAÇÃO COMERCIAL DO PARANÁ E AS SUAS RELAÇÕES COM A CLASSE EMPRESARIAL

O grupo que assumiu o comando da Associação Comercial do Paraná partir de 1909, tratou de proceder à sua reorganização interna, tomando iniciativas no sentido de dotá-la de instrumentos e procedimentos administrativos mais "modernos e racionais", que pudessem contribuir para tornar sua atuação mais eficaz.

Com a eleição da diretoria efetiva em julho de 1909, e sob à presidência do Dr. Pamphilo D'Assumpção, a Associação Comercial do Paraná passaria por um período de intensa atividade, reestruturando-se internamente e atuando, de forma mais decisiva, junto aos poderes públicos na defesa dos interesses da classe empresarial.

A partir de um programa de seis metas, a diretoria eleita se propunha a promover a reorganização e o fortalecimento da Associação. As principais medidas nesse sentido seriam: a construção de uma sede própria, a publicação de um boletim mensal, o estabelecimento de um *bureau* de atendimento aos empresários, a criação de um tribunal arbitral para resolver questões entre os sócios, a fundação de uma escola de comércio e indústria, além da garantia de continuidade na busca de soluções para o problema do *Imposto de Patente Comercial*.⁶²

Entre as medidas que pretendiam imprimir um caráter "moderno e racional", tanto à atuação da própria entidade quanto na orientação dos negócios do empresariado, destacam-se as tentativas da Associação de organizar um serviço de Estatística Comercial e a realização de um Congresso do Comércio e das Indústrias.

Uma das críticas da classe empresarial à ineficiência do governo era a falta de informações confiáveis e organizadas sobre dados de produção, importação, exportação e transportes, cujo conhecimento seria imprescindível para a atuação no mercado.

De acordo com as críticas dos empresários, não havia, ao nível administrativo do Estado, um órgão especificamente encarregado do serviço de estatística. A Associação Comercial, a partir de sua reorganização, tentaria suprir essa falha, procurando reunir os mais diversos dados e informações estatísticas, coletando-os, muitas vezes, diretamente dos comerciantes e industriais dos vários municípios do Estado. Nesse sentido, uma das primeiras medidas tomadas pela diretoria que assumira em julho de 1909 foi enviar ofícios aos prefeitos de municípios paranaenses solicitando "o número de negociantes e industriaes collectados no município, natureza do estabelecimento, etc., para ser feita a Estatística que essa Associação pretende estabelecer".⁴³

Em 1911, em seu relatório de final de gestão, o presidente Pamphilo D'Assumpção voltaria a criticar a deficiência das estatísticas oficiais, que constituiriam um "ramo importantíssimo da administração pública", denunciando que frequen-

temente chegavam à Associação, até do exterior, solicitações de dados e informações estatísticas e que, para atendê-las, tinha-se de recorrer aos próprios produtores. Diante disso, voltava a colocar como meta da Associação o estabelecimento de "um rigoroso serviço de estatística comercial".⁴⁴

A proposta de realização de um *Congresso do Commercio e das Indústrias*, pelo presidente da Associação Comercial, em setembro de 1909, teria como justificativa promover a "aproximação das classes productoras do Estado" e obter maiores informações acerca dos seus mercados consumidores. Além disso, com a realização desse evento, a diretoria da Associação Comercial teria a oportunidade de colher informações mais completas das reais condições do comércio e da indústria do Estado, informações estas que a simples comunicação de dados numéricos não poderia satisfazer.⁴⁵

Para garantir o sucesso do empreendimento, o presidente da Associação convocava o empresariado do Estado a participar ativamente, trazendo sua colaboração para a discussão das teses previamente propostas.⁴⁶

Além da promoção de eventos como aquele, os dirigentes da Associação também procuravam tomar parte em congressos de natureza semelhante promovidos em outras capitais. Um exemplo dessa iniciativa foi a ida do presidente Pamphilo D'Assumpção ao Rio de Janeiro, em dezembro de 1909, para participar do *Congresso de Vias de Transporte*, promovido pelo governo federal.⁴⁷

Dessa forma, os grupos dirigentes da Associação Comercial do Paraná, a partir de sua reorganização, procuravam revestir sua atuação de um caráter modernizante, colocando-se

em oposição aos métodos "rotineiros e tradicionais" de resolver as questões econômicas e financeiras, supostamente utilizados pela administração pública e que eram frequentemente criticados por aqueles empresários.

Além de tentar se afirmar como elemento de modernização às autoridades político-administrativas do Estado, o grupo dirigente empresarial procurava, ao mesmo tempo, consolidar sua posição de liderança perante o empresariado como um todo. Nesse sentido, a projeção de uma imagem de modernidade e eficiência - que fortalecesse a própria entidade associativa, transformando-a na única instância formalmente reconhecida para o tratamento das questões relativas à classe empresarial - seria aspecto importante das suas estratégias.

No entanto, a efetivação dessas metas exigiria esforços significativos dos dirigentes da Associação Comercial, principalmente no tocante a uma maior participação da classe no interior da entidade associativa. Nesse aspecto, os embates se dariam principalmente contra o indiferentismo que, na ótica dos dirigentes da Associação, ainda caracterizava a prática de uma parcela do empresariado paranaense, que acabava sendo responsabilizada pelo "atraso" em que o comércio do Estado ainda se encontrava.

A instituição da Associação como o espaço único e legítimo para a manifestação da classe já estava garantida em seus estatutos desde a sua criação:

Nenhuma petição, representação ou queixa sobre objectos commerciaes e de interesse geral será levada aos poderes da nação sem ser apresentada à directoria para ser examinada,

discutida e aprovada, não podendo ser considerada como representação do commercio do Paraná a que não seguir estes tramites.⁶⁸

Portanto, qualquer iniciativa de empresários ou de segmentos do empresariado, tomada fora dos limites da entidade, ou que não seguisse os seus padrões de atuação, não seria reconhecida como legítima.

Assim, manifestações de grupos de empresários que, de algum modo, contrariassem os acordos estabelecidos pela diretoria da Associação, ou a adoção de encaminhamentos que não correspondessem aos modelos de ação costumeiramente seguidos, que eram os da ordem e da moderação, seriam imediatamente criticados e desqualificados, fosse através de pronunciamentos da própria Associação, fosse através de órgãos da imprensa ligados aos interesses empresariais.

Um exemplo disso foram os protestos mais ou menos violentos em que se envolveram os comerciantes de Antonina, em meados de 1914, contra os aumentos do *Imposto de Indústrias e Profissões*, considerados excessivos. Já os comerciantes de Ponta Grossa, diante do mesmo problema, teriam optado por enviar um memorial ao governo do Estado fundamentando suas reclamações.⁶⁹ Diante disso, a Associação Comercial publicaria uma carta no jornal *Comercio do Paraná* afirmando que os lançamentos que eram objetos dos protestos não se referiam à nova tabela, aprovada com a sua participação, mas à tabela antiga.

Após esse fato, a redação desse jornal passaria a criticar severamente os comerciantes de Antonina, colocando-se ao lado do comércio de Ponta Grossa, pois, no seu entender, este tinha agido pelos "meios legaes". Nesse sentido, afirmava que,

enquanto o memorial de Ponta Grossa refletia "a angustiosa situação das classes laboriosas (...), deante do motim de Antonina as razões dos reclamantes desaparecem suffocadas por uma violenta explosão de subversão da ordem (...)". Em conclusão, o jornal enfatiza sua posição como "defensor de todos os direitos feridos, fundado sobre a razão, mas nunca sobre a incoscência das massas anonymas amotinadas (...)".⁷⁰

Por outro lado, os acordos firmados em nome da classe nem sempre eram cumpridos por todos os empresários. Tal fato ocorreu, por exemplo, em relação ao compromisso assumido pela diretoria da Associação Comercial frente ao governo do Estado, de pagar o Imposto de Patente Comercial. Entre setembro e outubro de 1916, através das páginas do *Commercio do Paraná*, faziam-se críticas aos comerciantes que, "novamente", queriam se furtar ao pagamento daquele imposto e que, portanto, não estariam honrando os acordos assumidos pela Associação. Ao mesmo tempo, elogiavam-se as principais casas desta praça que vinham atendendo àquele acordo.⁷¹

O grupo dirigente da Associação Comercial do Paraná parecia encontrar-se, seguidamente, na contingência de reafirmar perante a classe a autoridade e a proeminência do órgão que pretendia representá-la. Desse modo, qualquer manifestação de elementos da classe empresarial deveria ser moldada pelo estilo da Associação, ou seja, dentro dos procedimentos formais e legais, com critério e ponderação. Sempre que atitudes de membros da classe viessem contrariar esses padrões, seriam imediatamente criticadas e desqualificadas, pois nada que pudesse abalar a ordem estabelecida poderia receber o aval da entidade representativa do empresariado.

Por outro lado, para consolidar a sua representatividade perante a classe, os grupos dirigentes da Associação Comercial precisavam conseguir, por parte de comerciantes e industriais, uma participação mais efetiva nas atividades promovidas pela entidade empresarial.

Conseguir a participação de um número significativo de comerciantes e industriais no interior da Associação, no entanto, parecia não ser uma tarefa simples, mesmo logo após a sua reorganização, levada a efeito com a mobilização de grande parte da classe empresarial.

Em diversas ocasiões, no período que vai de 1912 a 1915, os presidentes da Associação Comercial tentaram, através dos mais variados pretextos, atrair um maior número de empresários para o interior da entidade empresarial, a fim de que participassem mais ativamente da sua vida associativa, fortalecendo-a e ampliando sua representatividade. Apesar disso, o atendimento a esse apelo era bastante irregular, mesmo quando se tratava de discutir as crises constantes que afetavam o comércio, como aquela causada pela Primeira Guerra Mundial. Nesse contexto, a Associação promovia reuniões e palestras com a finalidade de oportunizar aos empresários a troca de "idéias sobre a situação da praça e os interesses do commercio".⁷⁸ Porém, as dificuldades de se conseguir a participação efetiva de um maior número de empresários nessas reuniões ficava evidenciada nos comentários expressos nas páginas do *Jornal Comercio do Paraná*, em que parte do empresariado era criticada pelo seu aparente desinteresse: "Infelizmente parece que a honrada classe commercial ainda não percebeu o alcance prático e útil

dessas palestras (...), onde altos interesses de sua classe são abordados e idéias são sugeridas a bem desses interesses"⁷⁸.

Como os esforços dos dirigentes da Associação Comercial em conseguir uma maior participação dos empresários nos eventos promovidos pela entidade pareciam não alcançar os resultados desejados, em dezembro de 1915 tentou-se resolver a questão mediante uma estratégia alternativa.

Assim, atendendo aos apelos das classes empresariais do Rio de Janeiro, para que todas as suas congêneres agitassem pela imprensa as questões que as afetavam, a diretoria do *Comercio do Paraná* resolveu dar a chefia de sua redação a alguém que, além da competência requerida, fosse da confiança da classe empresarial e estivesse ao par de suas necessidades. Por outro lado, seria organizado um *Comité* de representantes dos vários setores das "classes conservadoras",* os quais, em contato direto com o redator do jornal, estabeleceriam um canal permanente de comunicação entre este e aquelas."⁷⁹

Esse comitê e o redator do jornal por sua vez, seriam o laço que uniria todo o commercio e toda a industria, em comunhão de pensamento, perfeita e integral, com a directoria da Associação Commercial, a qual assim agiria, sempre com presteza e de acordo com os interessados; junto aos poderes públicos, levando-lhes o seu sentir, perfeitamente manifestado, sem a necessidade de constantes reuniões para conhecê-lo."⁷⁹

*Classes conservadoras era a expressão que freqüentemente aparecia no discurso de representantes do empresariado ou no discurso da imprensa quando se referiam ao próprio empresariado. No artigo de apresentação do Boletim da Associação Comercial do Paraná, aparece a seguinte expressão: (...) classes conservadoras mas que não são retrógradas, nem retardatárias (...). BOLETIM da Associação Comercial do Paraná, Curitiba, n.º, jul. 1909).

De acordo com Warren Dean, nos termos "classe conservadora" com que os industriais "se referiam a si mesmos, de mistura com os fazendeiros e os grandes comerciantes (...) estava implícita a idéia de que o que eles conservavam eram os direitos de propriedade". DEAN, Warren. A industrialização durante a República Velha. In: FAUSTO, Boris (org.) *O Brasil republicano: estrutura de poder e economia: (1989-1930)*. São Paulo: DIFEL, 1977. t.1, v.1, p.278.

Essa estratégia seria uma tentativa de solucionar o problema da falta de uma maior participação no interior da entidade empresarial, criando-se um canal de intermediação entre os elementos da classe e suas lideranças, mesmo que não se explicitasse quais seriam os meios de comunicação entre eles. Ao mesmo tempo, à frente da redação do Jornal, que se propunha defender os interesses empresariais, colocar-se-ia alguém como o Dr. Pamphilo D'Assumpção, ex-presidente da Associação Comercial, cujo saber e capacidade de liderança na defesa da classe eram amplamente reconhecidos.

Apesar desses esforços, a participação dos empresários em sua associação de classe continuaria não sendo satisfatória do ponto de vista dos seus dirigentes. Aquilo que parecia ser uma deficiência e um sinal de atraso das classes empresariais paranaenses talvez se devesse a uma disparidade entre a imagem que os grupos dirigentes projetavam sobre o empresariado que representavam e a realidade desse mesmo empresariado. Nessa perspectiva, o que se percebe em alguns pronunciamentos de líderes empresariais, como Domingos Duarte Velloso e João Seiler, é uma forte tendência em se pretender que as classes empresariais do Paraná adotassem como modelo o empresariado de centros maiores, principalmente o de São Paulo.

Assim, ao regressar de uma viagem a capital paulista, em maio de 1917, o empresário Domingos Duarte Velloso proferiu uma palestra aos comerciantes e industriais curitibanos com a finalidade de indicar-lhes "um rumo seguro". No entender desse empresário, as observações que fizera sobre a vida comercial e industrial de São Paulo poderiam contribuir para melhorar "a

nossa organização commercial, modificando o systema do nosso commercio ainda sem methodo, sem orientação, arraigado nesse carrancismo que somente perturba a sua própria vida".⁷⁶ Em vista disso, lamentava, ainda, o reduzido número de pessoas presentes à conferência, afirmando que aquele que visitasse São Paulo, ao retornar ao Paraná, sofreria certamente uma decepção, ao ver que:

(...) aqui tudo está por fazer, (...) nada temos organizado, e os próprios industriais e commerciantes, em vez de se considerarem membros de uma classe que deve ser unida, são rivais entre si, cada um procurando zelar daquillo que lhe interessa pessoalmente sem comprehender que a vida commercial hoje é da alliança, da cooperação mutua (...) da solidariedade (...) na defeza dos interesses colectivos.⁷⁷

A constatação de que a realidade vivida pelo "comércio e indústria do Paraná" estava muito aquém da imagem ideal de progresso e civilização freqüentemente veiculada pelos discursos de figuras destacadas da sociedade local causava desapontamento.* Assim, ao concluir a sua palestra, Domingos Duarte Velloso afirmaria que "embora pudesse ser considerado honrado, o commercio paranaense ainda estava longe de poder ser considerado adiantado".⁷⁸

Sem levar em conta as diferenças entre o ritmo e o grau de desenvolvimento alcançados pelo Paraná e São Paulo os dirigentes empresariais paranaenses costumavam atribuir as

*Sempre que se estabelecia a comparação entre os níveis de organização alcançados pelo empresariado paulista (tido como modelo a ser seguido), com o grau de atuação do empresariado curitibano ou paranaense, uma certa sensação de desapontamento parecia tomar conta daqueles dirigentes empresariais que se investiam na tarefa de condutores do processo de modernização da sociedade curitibana.

Evidentemente havia exageros nos discursos que proclamavam os níveis de progresso e civilização alcançados pela sociedade curitibana do início do século. Entretanto, esses discursos pareciam cumprir a função de fazer circular em meio a esta sociedade as características e valores próprios aos centros mais desenvolvidos e que se queria ver incorporados pela mesma.

deficiências identificadas na classe empresarial do Paraná a uma suposta incapacidade dos indivíduos em compreenderem as vantagens da vida associativa. Desse modo, freqüentemente responsabilizavam os comerciantes e industriais por não possuírem o verdadeiro senso de união e solidariedade de classe. Ao mesmo tempo, isentavam a entidade associativa empresarial de qualquer responsabilidade por aquilo que viam como deficiências intrínsecas à própria classe.

Nesse sentido, é interessante reproduzir um pronunciamento do empresário João Seiler, tesoureiro da Associação Comercial entre 1919 e 1921, ao rebater as críticas daqueles que a estariam acusando de não trabalhar suficientemente pelas

classes conservadoras: Si culpa existe, é exclusiva dos Srs. industriaes e commerciantes que, uns por ignorância e outros por conveniências... não lhe têm dado o apoio indispensável para collimar os seus fins. Desse marasmo em que se debatem as classes conservadoras (...) só a ESCOLA - o (sic) poderá tirar, e a transformação será lenta (...).⁷⁷

Portanto, se a atuação da entidade organizativa do empresariado paranaense não correspondia às suas expectativas, a responsabilidade caberia exclusivamente aos próprios empresários, que, na opinião daquele dirigente, teriam dificuldades em reconhecer as reais vantagens da união em torno do órgão de classe e que só poderiam resultar da falta de uma melhor formação intelectual.

Uma das notas marcantes do discurso dos líderes empresariais, ou de outros representantes dos setores privilegiados da sociedade curitibana ou paranaense, seria justamente a

ênfase que se atribuía à instrução, como o requisito capaz de superar a maior parte dos obstáculos que se colocavam a essa sociedade no rumo ao progresso e à civilização. Nessa perspectiva, a falta de melhor instrução por parte de alguns segmentos empresariais (aqueles freqüentemente apontados pelo seu atraso e "carrancismo" seria vista muitas vezes como o principal motivo para não se poder considerar, ainda, a sociedade paranaense como "verdadeiramente" civilizada.

Na tentativa de contribuir para o preenchimento dessa lacuna, as entidades empresariais iriam envidar esforços para proporcionar, particularmente aos próprios empresários e aos empregados no comércio, oportunidades para se instruírem e, assim, conseguirem atingir um maior "aperfeiçoamento" social e profissional.

1.4 A REESTRUTURAÇÃO DA ASSOCIAÇÃO COMERCIAL DO PARANÁ

Na segunda metade dos anos dez, as dificuldades econômicas acarretadas pela conjuntura da Primeira Guerra Mundial e o ascenso do movimento operário, demonstrado pelo crescimento dos movimentos grevistas no período de 1917-20, viriam se somar às preocupações do empresariado curitibano, particularmente dos segmentos da classe envolvidos diretamente no processo de sua organização.

De um lado, o receio ante a possibilidade de um avanço dos trabalhadores, que apareciam relativamente bem organizados e, por outro, o temor de que os acontecimentos da Revolução Russa de 1917 pudessem se disseminar em outros países, inclu-

sive o Brasil,* suscitariam da parte do empresariado tanto o apelo à repressão policial, quanto a adoção de estratégias mais sutis de controle sobre os trabalhadores.

No que se refere à adoção de novas estratégias, cabe mencionar as tentativas de atualização e fortalecimento de suas organizações de classe. Esse seria, provavelmente, o sentido do movimento de reestruturação por que passou a Associação Comercial do Paraná, no período 1917-19 e que teria reflexos na reforma dos seus estatutos em 1924.

Sob a alegação de que a complexificação e diversificação da economia paranaense estariam a exigir um tratamento diferenciado dos problemas, de acordo com os diversos ramos de atividades agregados na área de abrangência da Associação Comercial, a partir de 1917 grupos de empresários dos setores de madeira, mate e outras indústrias ensaiam a formação de órgãos próprios, destinados ao tratamento de seus interesses específicos.

Em princípios de novembro de 1917, em reunião realizada na Associação Comercial do Paraná, cerca de vinte representantes da indústria madeireira do Estado decidiram pela criação do *Centro dos Industriais de Madeiras do Paraná*, cujos principais objetivos seriam a "defesa, desenvolvimento e fortalecimento da classe".⁶⁰

Na exposição dos motivos que fundamentavam a necessidade dessa nova organização, faziam-se referências à evolução da indústria madeireira no Estado, a qual crescera relativamente desde o início do século, atingindo em 1917 mais

*Os discursos que demonstram a presença desses temores quanto a uma possível disseminação dos episódios da Revolução Russa de 1917, são analisados no segundo capítulo deste trabalho, p.130-40.

de uma centena de serrarias. Além disso, esse ramo industrial estaria empregando cerca de cinco mil operários, com uma produção que já estaria próxima a dez mil contos anuais.⁶¹

Em seu primeiro ano de atividades, o Centro dos Industriais da Madeira funcionou na sede da Associação Comercial, mudando-se para uma nova sede em novembro de 1918.⁶²

Em outubro de 1918, reunido no Centro dos Industriais da Madeira para tratar, em princípio, de problemas relacionados ao transporte, um grupo de empresários da indústria erva-teira resolveu também fundar um órgão próprio, visando à defesa dos seus interesses específicos.⁶³ Desse modo, surgiria novamente o *Centro dos Industriais do Mate*, embora não se fizesse nenhuma referência ao que, com a mesma finalidade, existira em princípios do século e que se incorporara à Associação Comercial em meados de 1909.

Tanto o Centro dos Industriais da Madeira como o Centro dos Industriais do Mate possuíam diretorias e estatutos próprios, funcionando no mesmo local até outubro de 1920, quando o segundo transferiu-se para outra sede, isto é, passou a "ocupar diversos compartimentos do prédio onde funciona o conceituado Club do Commercio (...)"⁶⁴

Com algumas conotações diversas desses dois centros empresariais, surgiria, em fins de 1919, um outro órgão destinado a tratar especificamente dos interesses dos empresários que se dedicavam aos demais tipos de indústrias.

Uma das primeiras notícias acerca da intenção de se criar um novo órgão da classe empresarial seria dada através das páginas do *Commercio do Paraná*, em novembro de 1919, nos seguintes termos:

CENTRO DAS INDUSTRIAS. Existindo um positivo mau estar no seio das classes industriaes, à vista das conseqüências do último movimento grevista, dando em resultado a cessação quase absoluta das obras de construção civil, vão os industriaes crear um Centro, não só para o estudo das questões entre o patronato e o operariado ligadas a essas industrias, como também para curar de seus interesses.⁶⁵

Dessa forma, ao se anunciar a criação de um novo organismo da classe empresarial, explicitava-se pela primeira vez, a preocupação com as relações de trabalho.

A efetiva fundação do órgão, que se denominaria *Centro das Industrias do Paraná*, seria divulgada pela imprensa alguns dias mais tarde, com a transcrição de uma carta enviada à redação do *Jornal Comercio do Paraná*.⁶⁶ Nessa carta se fazia uma exposição de motivos que procuravam estabelecer relações entre os efeitos da Primeira Grande Guerra e os problemas políticos, sociais e econômicos que estariam atingindo o mundo ocidental. Entre esses efeitos, estaria "a grande revolução social que empolgou todos os povos". Diante disso, reconhecia-se a necessidade de medidas que viessem melhorar "a situação afflictiva do operariado", as quais deveriam ser iniciativa da própria indústria e cuja demora em efetivá-las traria como conseqüência as "reivindicações collectivas".⁶⁷ Segundo a carta, as reivindicações operárias, "quando justas e dentro dos limites das possibilidades industriaes da ocasião, passam rapidamente a contento geral". Contudo, no entender dos empresários, esse processo natural era freqüentemente perturbado por indivíduos "mal intencionados, (...) aventureiros" que, ao se intrometerem nas reclamações dos trabalhadores, acabavam por indispor-los com os patrões, "fazendo exigências descabidas", o que fatalmente levaria à paralisação da indústria, "em prejuízo dos próprios operários."⁶⁸

Ainda, segundo os autores da carta, fatos como esses estariam ocorrendo também em outras localidades do Estado, onde a indústria, ainda incipiente, estaria sofrendo as conseqüências da falta de capitais e de maiores facilidades para seu desenvolvimento. Diante disso, e em decorrência do movimento operário, muitas indústrias paranaenses estariam na eminência de paralisarem suas atividades, o que, na opinião dos industriais, viria "em prejuízo do operariado que inconscientemente contribuiu ainda para maior encarecimento da vida".⁶⁹

Dadas essas dificuldades, decidiu-se então pela criação de um órgão que reunisse os industriais do Estado para a defesa da "indústria periclitante". Entre as finalidades dessa associação, estariam as seguintes:

(...) procurar por todos os modos melhorar as condições de vida do operariado sobre o ponto de vista da alimentação, vestuário, habitação, instrução moral; determinar os deveres recíprocos entre operários e patrões; organizar o trabalho fixando o número de horas diárias de serviço variável com as necessidades das diferentes indústrias e uniformisar também os salários dentro de cada indústria, etc.⁷⁰

Embora a defesa dos interesses gerais da classe industrial estivesse incluída como um dos objetivos do Centro dos Industriais, no momento em que se anunciava a intenção de instituí-lo, o que realmente se explicitaria em todo o arrazoado que justificava a sua criação seria a preocupação com as relações de trabalho. Portanto, chama a atenção o fato de os trabalhadores, a partir das greves de 1917 e 1919, terem atingido um grau de organização bastante razoável. Os empresários industriais, que exploravam outros tipos de indústrias, além daqueles ligados aos setores tradicionais do

mate e da madeira, também procuravam se organizar na tentativa de melhor enfrentar a chamada "Questão Social".

Se por um lado o discurso empresarial, ao reconhecer que o operariado vivia uma "situação afflictiva" e que portanto havia necessidade de criar condições para melhorá-la, revelava ainda aspectos de um certo paternalismo que concebia o operário como um ser dependente dos favores patronais, por outro, demonstrava que as reivindicações operárias estavam de alguma forma repercutindo nesse mesmo discurso empresarial.

De outro modo, ao tentar encampar as reivindicações do operariado quanto às condições de trabalho, particularmente no que se referia à duração da jornada e aos salários, o discurso patronal demonstrava estar sofrendo os efeitos daquele processo que Kazumi MUNAKATA denomina de "rearranjos no liberalismo".⁹¹

Entretanto, é preciso ressaltar que os efeitos desse processo no discurso daqueles empresários que se reuniam para formar o *Centro dos Industriais do Paraná*, em 1919, pareciam ser, ainda, muito restritos. Isto significa dizer que, além de não ser cogitada qualquer hipótese de que uma regulamentação das relações de trabalho pudesse vir a ser patrocinada por uma instância externa - o Estado, por exemplo - as proposições daqueles empresários, na verdade, não conseguiam ultrapassar o âmbito individual de cada fábrica.

Todavia, a tentativa dos empresários paranaenses de adotar medidas que pudessem, de alguma forma, normatizar as suas relações com os seus operários pode ser considerada como indicativa de que, também entre eles, já principiava a ocorrer um deslocamento nos pressupostos liberais que tão ciosamente

costumavam defender. Segundo as palavras de Kazumi MUNAKATA, "o liberalismo, que só reconhecia os indivíduos relacionando-se livremente pelo contrato, começa a sofrer rearranjos e acomodações".⁹²

Um outro dado a ser considerado quanto à criação do *Centro dos Industriais do Paraná* se refere à sua estrutura organizacional. Além dos cargos habituais da diretoria, foram constituídas, inicialmente, onze comissões permanentes, reunindo os empresários segundo o ramo industrial a que pertenciam, tais como: cervejaria, construções, fundições, fábricas de tecidos, fósforos, móveis, erva-mate,* pregos, caixas de madeira, olarias e curtumes. Além dessas, outras comissões estariam sendo organizadas.⁹³

Essa forma de organização parece ter seguido os moldes de organização do Centro Industrial do Brasil, no Rio de Janeiro, no qual, segundo Marisa Saenz LEME, adotava-se o princípio federativo, dividindo-se em setores industriais. Essa estrutura possibilitaria a ligação direta entre as indústrias e a direção geral do Centro.⁹⁴ De fato, pela proposta de organização apresentada, cada uma daquelas comissões teria por fim "estudar as necessidades de sua especialidade, consultando os interesses de todos os seus representantes apresentando à diretoria as medidas que julgar convenientes".⁹⁵

Na documentação consultada, não foi possível verificar qual teria sido o tempo de existência do *Centro dos Industriais do Paraná*,

*A inclusão de uma comissão de industriais de erva-mate, entre as que compunham o Centro dos Industriais do Paraná, quando já havia um Centro de Industrias do Mate em funcionamento, não pôde ser esclarecida na documentação consultada.

embora em 1920 ainda aparecessem referências a ele no jornal *Comercio do Paraná*.⁹⁶

Contudo, alguns anos mais tarde, essa tendência de alguns segmentos do empresariado paranaense, de procurar se organizar segundo os setores de atividades a que estavam ligados, parece ter sido absorvida pela Associação Comercial do Paraná. Em fins de dezembro de 1923, um movimento pela reforma dos seus estatutos resultou numa alteração na estrutura organizacional da Associação, criando-se sessões especializadas para atender aos setores de "Herva-mate, Madeiras e Comercio e Varias Industrias".⁹⁷ As razões para essa alteração seriam justificadas tanto pela necessidade de um atendimento aos interesses específicos dos empresários de cada um daqueles setores, quanto pela intenção de se manter o controle sobre esses mesmos setores.

(...) São de tal monta os interesses representados pela industria e commercio destas secções, precisam de tanta attenção e deieza permanente e immediata que se impõe a existência de órgãos especialmente destinados a esses fins, desaparecendo a inconveniencia do actual acumulo de trabalho e consequente dispersão de vigilância.⁹⁸

Assim, além de se proceder a uma divisão de tarefas e a uma maior descentralização dentro da estrutura organizativa da Associação Comercial, buscava-se, também, exercer certa vigilância sobre os diversos setores empresariais, mantendo-os sob a coordenação dos grupos dirigentes que de há muito geriam os destinos da entidade.

É interessante observar que um processo semelhante a esse ocorrera em relação ao movimento de organização do

empresariado paulista. Ainda em 1917, segundo Marisa Saenz LEME, a Associação Comercial de São Paulo, havia absorvido o Centro de Indústria do Estado.⁹⁹ Mais tarde, em 1924, uma reforma dos estatutos tinha reorganizado aquela Associação em moldes parecidos com os do Centro Industrial do Brasil, adotando-se "o princípio federativo, em que cada classe é organizada em sua especialidade".¹⁰⁰

Portanto, em que pesem as diferenças entre os casos regionais específicos, pode-se dizer que o processo de organização da classe empresarial parecia seguir caminhos semelhantes, assim como as relações de poder que se estabeleciam entre os vários segmentos empresariais. De acordo com os aspectos analisados, à medida que as atividades econômicas do Estado passavam por uma maior diversificação, embora em grau mais ou menos modesto, e que os interesses empresariais se tornavam mais específicos, a própria estrutura de organização da classe tendia a se modificar. Nesse sentido, podem ser analisadas as várias tentativas de os empresários se organizarem em centros especializados, de acordo com o ramo de atividade que desenvolviam. Entretanto, os grupos de empresários que tradicionalmente dirigiam a entidade de classe pareciam resistir às alterações, procurando reaglutinar, no interior da Associação Comercial, e sob seu comando, os vários segmentos empresariais. Essa estratégia, no caso do Paraná, parece ter alcançado um êxito razoável pelo menos até o final da década de vinte.

Por outro lado, em meio às relações de poder que se engendravam entre os vários segmentos da classe empresarial e desta para com a sociedade, deve-se considerar, ainda, o papel

desempenhado pela Associação Curitibana dos Empregados no Comércio. Essa organização associativa, que em sua origem esteve ligada à defesa dos interesses dos empregados no comércio, seria, logo depois de sua fundação, praticamente dominada pelos patrões empresários.

1.5 A ASSOCIAÇÃO CURITIBANA DOS EMPREGADOS NO COMÉRCIO

Enquanto o empresariado paranaense dava seus primeiros passos no processo de organização da classe em torno da Associação Comercial do Paraná, uma outra entidade associativa estaria sendo instituída, a Associação Curitibana dos Empregados no Comércio, por iniciativa de um grupo de comerciários em meados da última década do século XIX.

Em princípio, o objetivo dessa nova Associação seria a defesa dos interesses dos empregados no comércio. Contudo, a participação dos patrões em seu quadro associativo iria transformá-la praticamente num complemento da associação patronal, visto que assumia o papel de uma sociedade benéfica e recreativa, onde a maioria dos associados seria composta por empresários.

Entretanto, a presença dos patrões em seu quadro social não impediria que, em determinados momentos de sua trajetória, a atuação dessa entidade associativa estivesse voltada para a defesa dos interesses de classe dos empregados no comércio.

De acordo com a sua ata de fundação, a 8 de dezembro de 1895,

alguns empregados do commercio da capital, (...) resolveram n'ella criar uma associação sob o título (...) de, Associação Curitybana dos Empregados do Commercio, que terá por fim, além de pugnar pelos interesses moraes e materiaes dos seus membros, socorre-los em caso de moléstia que os prive temporariamente do trabalho ou os inhabilite para sempre do mesmo (...).¹⁰¹

A definição de quem seriam os "empregados no comércio", ou seja, dos que teriam o direito de associar-se à entidade, parece ter constituído, logo de início, um ponto controverso entre os membros da nova associação. Na verdade, a composição do seu quadro associativo parecia admitir tanto os empregados no comércio quanto os próprios comerciantes, que, conforme registros posteriores, chegaram mesmo a formar a maioria do quadro social. Um exemplo dessa duplicidade poderia ser verificada já na formação da diretoria que tomou posse em 29 de junho de 1896, da qual faziam parte os empresários Roberto Glasser e Leopoldino Rocha, que iriam integrar a diretoria da Associação Comercial do Paraná em 1911.

Entre os sócios que participaram, em momentos diversos, das diretorias das duas associações, pode-se enumerar, a título de exemplo, os seguintes: Domingos Duarte Velloso, João Viana Seiler, Frederico Mainguê, David Carneiro, Manoel Francisco Corrêa Netto, Otto Braun, Arcésio Guimarães, Alberico Xavier de Miranda, Isaías Regis de Miranda, Roberto Glasser e Leopoldino Rocha. Além desses, faziam parte do quadro associativo da Associação Curitibana dos Empregados no Comércio muitos dos mais destacados comerciantes e industriais

da sociedade curitibana do início do século.*

Entretanto, logo nos seus primeiros tempos, a convivência entre patrões e empregados no interior da Associação parece não ter sido tranqüila. Em 1901, uma proposta para a reforma dos estatutos gerou intensa discussão por prever em um dos seus artigos a igualdade dos direitos entre os patrões e os demais sócios efetivos.¹⁰²

Apesar de vitoriosa, essa proposta somente seria concretizada com uma nova reforma de estatutos promovida em 1906. A partir dessa reforma, foram definidas as categorias de profissionais do comércio que poderiam fazer parte da Associação, o que de fato a tornou uma entidade híbrida, que incluiria tanto empregados como patrões.

A nova reforma foi proposta por uma comissão cujo relator era o comerciante e industrial Domingos Duarte Velloso, e, já em seu primeiro artigo, os novos estatutos estabeleciam que a Associação Curitibana dos Empregados no Comércio seria:

Uma instituição beneficente, instructiva e commercial, composta de indeterminado número de indivíduos sem distinção de nacionalidade e que desempenham as funções seguintes: negociantes, guarda livros, empregados de escriptórios e viajantes, caixeiros de casas commerciaes, correctores, leiloeiros e seus prepostos, caixeiros e seus despachantes de casas commerciaes, gerentes e empregados de bancos e companhias, empregados de papelarias e typographias e mais pessoas cujas profissões não se oppoñam aos presentes Estatutos.¹⁰²

*Jordão Mader, Herculano C. de Souza, Agostinho C. de Souza, Lucídio Corrêa, Manoel Macedo, Antonio Duarte Velloso, Joaquim Monteiro de C. e Silva, David Carneiro Jr., Abraham Glasser, José Braitz, Manoel Macedo Netto, Domingos Duarte Velloso, Mario Miró, Manoel Azevedo Macedo, Sezefredo Camargo, Frederico Maignê, Ildefonso Stockler de Souza, Manoel Martins de Abreu, Carlos Meissner, Augusto Loureiro, Luiz Romano, Ceciliano Corrêa, Bernardo Heisler, Antonio Carnascialli, Agostinho Macedo Filho, Manoel Withers, João Alencar Guimarães, Eugênio Maignê, Zacarias de Paula Xavier, entre outros.

Assim, ampliava-se o leque de atividades passíveis de serem consideradas como dos "empregados no comércio".

Além das finalidades beneficentes, culturais e recreativas, os Estatutos da Associação incluíram também alguns pontos mais diretamente ligados ao que se poderia chamar de interesses de classe, como:

Parágrafo 2º - Fugnar pelos interesses da classe caixeiral, advogando todas as questões tendentes à mesma classe, procedendo sempre de accordo com os interesses de empregados e commerciantes.

Parágrafo 4º - Procurar occupação para os associados quando desempregados.¹⁰⁴

É interessante notar que à defesa dos interesses da "classe caixeiral", isto é, dos empregados no comércio propriamente ditos, se colocava como limite uma necessária conciliação entre os interesses de empregados e patrões. Diante disso, evidenciava-se mais uma vez a participação decisiva dos patrões na Associação, ao mesmo tempo em que se é levado a indagar acerca do alcance dessa condição em termos da aceitação de atitudes conciliatórias por parte dos próprios empregados.

Essas questões não encontraram respostas satisfatórias na documentação consultada, não possibilitando que se determinasse exatamente quem e quantos eram os patrões e os empregados que compunham o quadro associativo da entidade durante todo o período estudado. No entanto, a partir da análise da atuação do órgão associativo nas diversas questões relativas aos interesses da classe dos empregados no comércio, será

possível conhecer, em parte, alguns dos aspectos desse relacionamento entre patrões e empregados no âmbito da entidade.

A análise dos estatutos da Associação Curitibana dos Empregados no Comércio evidencia que esta funcionava, muitas vezes, como um órgão controlador dos seus associados. Nesse sentido, o controle seria exercido tanto em relação aos empregados como aos patrões, embora não seja difícil deduzir sobre qual dos dois grupos esse controle seria efetuado de maneira mais acentuada.

Entre as preocupações presentes nas relações entre empresários e trabalhadores no interior da Associação estavam aquelas relacionadas com a moralidade da classe, o que significava, muitas vezes, a imposição de valores e comportamentos identificados historicamente como próprios da moral burguesa. O combate enérgico aos vícios, como o jogo e o alcoolismo, incluíam-se nesse caso.

Além disso, algumas das disposições estatutárias da Associação evidenciavam-se como instrumentos dessa disposição do grupo dirigente em efetivar uma ação moralizadora da classe. Assim, ao mesmo tempo em que os estatutos determinavam que a Associação deveria "procurar ocupação para os associados quando desempregados", também previa que seriam eliminados do quadro social aqueles que fossem "judicialmente convencidos de crime contra a honra e propriedade" e os que perdessem o emprego "por motivo vergonhoso ou deshonesto".¹⁰⁵

Também sofreriam a sanção de serem excluídos do órgão associativo os sócios que incorressem em "falência julgada

fraudulenta" e os que abandonando os meios de vida que tinham quando foram admittidos para sócio não procurarem outra ocupação honesta".¹⁰⁶ Desse modo, não somente os empregados seriam atingidos por sanções da Associação, caso transgredissem as regras da honestidade e da honra, mas também não se admitia a possibilidade de permanecerem como sócios aqueles que não exercessem ocupações honestas.

Não obstante o caráter positivo da estratégia de providenciar ocupação para os sócios desempregados, deve-se refletir a respeito da dimensão de controle que a mesma implicaria, uma vez que, para poder ser indicado para outro emprego, seria necessário preencher os requisitos morais exigidos pela Associação para fazer parte do seu quadro social.

A garantia da moralidade dos quadros associativos passava também pela proibição quanto à prática de jogos ou o consumo de álcool no interior da Associação, conforme ficava explicitado no artigo 60 dos seus estatutos.¹⁰⁷

No que se refere ao relacionamento entre a Associação Comercial do Paraná e a Associação Curitibana dos Empregados no Comércio alguns aspectos devem ser destacados.

Primeiramente é preciso lembrar que, desde a sua fundação, ambas as instituições pareciam funcionar como entidades complementares entre si. De fato, por um longo tempo, a Associação dos Empregados no Comércio caracterizou-se como uma extensão da Associação Comercial. Vale dizer que, enquanto esta se constituía como instância de defesa dos interesses de classe do empresariado, aquela funcionava como a sua sociedade recreativa, beneficente e cultural.

Essas características se evidenciavam pela própria composição dos seus quadros associativos, onde os sócios eram em grande parte empresários, quanto pelo tipo de atuação de ambas as entidades. Essa atuação implicava também uma certa cooperação, que incluía tanto a realização conjunta de comemorações festivas,¹⁰⁸ quanto o uso recíproco das dependências sociais. Esse fato parece ter sido bastante comum nos períodos em que uma ou outra instituição não dispunha de sua própria sede. Assim, as muitas reuniões realizadas pelos empresários na fase que antecedeu à reorganização da Associação Comercial, e até que a mesma pudesse ocupar sua sede própria, a partir de 1912, tiveram lugar na Associação Curitibana dos Empregados no Comércio.¹⁰⁹ Com a conclusão do edifício da Associação Comercial, seria a vez da outra entidade ocupar parte das suas dependências.¹¹⁰

Houve momentos em que uma das associações pareceu ter assumido, em parte, as funções da outra. Exemplos desse fato foram algumas iniciativas adotadas pela direção da Associação Curitibana dos Empregados no Comércio no período compreendido entre 1902 e 1909, em que a Associação Comercial do Paraná se manteve praticamente desativada. Assim, em duas ocasiões pelo menos, a Associação Curitibana dos Empregados no Comércio tomou para si o encargo de promover exposições de produtos paranaenses. A primeira ocorreu em meados de 1903,¹¹¹ nos salões da própria Associação, com a finalidade de divulgar as indústrias locais. A segunda, em agosto de 1906,¹¹² foi promovida em homenagem à visita que faria ao Paraná o presidente Afonso Pena.

Porém, eram os próprios estatutos de ambas as instituições que estabeleciam a possibilidade de sua dupla composição. Desde a reforma de 1906, os estatutos da Associação dos Empregados no Comércio previam a participação dos patrões em igualdade de condições com os empregados. Também os estatutos da Associação Comercial, desde 1909, admitiam que os empregados no comércio fizessem parte de seu quadro de sócios. Entretanto, esse dispositivo foi objeto de uma consulta em separado à assembléia, que aprovou os estatutos em 1909, ao qual se acrescentou um adendo, ressaltando-se que os empregados no comércio seriam "sócios com direito limitado, conforme disposição anexa aos Estatutos".¹¹³ Não foi possível, entretanto, esclarecer qual seria o conteúdo dessa disposição anexa, pois ela não faz parte do exemplar dos estatutos disponíveis na documentação da Associação Comercial.

Contudo, é de se perguntar se, aos sócios com direito limitado seria admitido, por exemplo, o direito de votar e ser votado para os postos de direção daquela entidade.

Um outro aspecto se refere ao fato de que, com a reorganização da Associação Comercial em 1909, parece que, para alguns membros, a nova Associação deveria preencher inclusive o espaço ocupado pela Associação Curitibana dos Empregados no Comércio.

Assim, logo após a reorganização, Domingos Duarte Velloso, um dos líderes do movimento - 1º Secretário da Associação Comercial e Orador da Associação dos Empregados no Comércio - apresentou uma proposta de incorporação desta

Associação pela entidade patronal. Em carta, lida pelo presidente da Associação dos Empregados à assembléia geral extraordinária convocada para deliberar sobre o assunto, Domingos Duarte Velloso assim expressava as razões de sua proposição:

Havendo-se reorganizado a Associação Commercial do Paraná, com o fim de defender a classe commercial, tratando não só dos interesses do commercio como de todos os que a elle se dedicam, e considerando, digo, cogitando os seus estatutos igualmente do bem estar dos caixeiros - e - considerando que não havendo probabilidades de poder progredir a Associação dos Empregados no Commercio não só pelo diminuto número de caixeiros, como pela falta de união que se nota nessa classe - Considerando que não há vexame algum para a Associação, ao contrário, ella mais se dignifica pela força que towará o commercio, trabalhando unidos, tanto os patrões como os empregados, proponho que ella seja incorporada à Associação Commercial do Paraná, ouvida previamente em Assembléia Geral. ¹¹⁴

Essa proposta foi intensamente debatida pela assembléia e, feita a votação, foi rejeitada por 25 votos a 3. Esse resultado levou o presidente da Associação dos Empregados, Manoel Francisco Correia Netto, e o orador Domingos Duarte Velloso a renunciarem aos seus cargos, aos quais, no entanto, seriam reconduzidos em nova assembléia uma semana depois.

No discurso de Domingos Duarte Velloso, estão presentes dois elementos que seriam recorrentes no discurso do empresário do início do século. Por um lado, um certo acento paternalista que attribuía ao patronato a tarefa de cuidar do bem-estar dos trabalhadores, ao mesmo tempo que lhes attribuía uma suposta incapacidade de união de classe. Por outro lado, acenava com a possibilidade de conciliação entre empregados e patrões, que estariam unidos no interior da mesma associação.

No que se refere à participação patronal na Associação Curitibana dos Empregados no Comércio, apesar de todas as evidências de um predomínio dos patrões no seu interior, não se deve esquecer que houve resistência à equiparação de direitos entre patrões e empregados, ao menos durante os primeiros tempos de sua vida associativa. Isso também reforça a idéia de que a Associação Curitibana dos Empregados no Comércio possuía uma composição híbrida mesmo que os empregados no comércio formassem, ao que tudo indica, a minoria em seu quadro social. Esse fato seria confirmado em diversas oportunidades pelos registros da própria documentação remanescente na Associação.

Em suma, o movimento de organização da classe empresarial se inscreve na própria dinâmica das relações de poder que se estabeleciam entre os diversos setores da sociedade curitibana, no período compreendido entre o final do século XIX e as três primeiras décadas deste século.

Em meio a esse processo, o discurso modernizante, enunciado a partir dos grupos dirigentes do empresariado, constitui-se numa estratégia de sua afirmação, enquanto agente social, que se colocava perante o conjunto da sociedade como elemento capaz de conduzi-la aos patamares do progresso e da civilização.

A criação e a consolidação da Associação Comercial do Paraná assumem, então, um papel preponderante, na medida em que se institui como órgão legítimo e representativo da classe empresarial, tornando-se o lugar privilegiado das manifestações da classe, falando em seu nome e neutralizando suas divergências internas.

Os discursos emitidos pelos grupos dirigentes do empresariado eram dirigidos aos mais diversos grupos sociais, desde os próprios segmentos da classe empresarial, às instâncias governamentais e políticas, até à população pobre e trabalhadora. Ao circular entre diferentes grupos sociais, esses discursos contribuíram para consolidar a idéia de que a modernização da sociedade deveria abranger todas as suas manifestações, fosse na esfera política, econômica, social ou intelectual.

Um dos pontos básicos desses discursos era o que se relacionava à necessidade de se promover a modernização econômica do estado paranaense. Nesse sentido, a argumentação investia na busca de uma maior diversificação das atividades produtivas, a fim de se poder ultrapassar os obstáculos próprios de uma economia, cuja base de sustentação era representada, quase que exclusivamente, pelo desempenho das exportações ervateiras. Assim, ao lado das usuais reivindicações por maior proteção à indústria do mate, o incentivo à instalação de outros tipos de indústrias no Estado aparecia no discurso empresarial como uma estratégia capaz de viabilizar a pretendida diversificação econômica.

Entretanto, seria necessário que a classe empresarial se apresentasse unida e coesa de modo a conseguir dos governos as ações político-administrativas que viabilizassem a consecução dessas metas e, assim também, diante do conjunto da sociedade, cujo apoio a essa empresa se mostrava fundamental.

Nessa perspectiva, inscrevem-se os esforços constantemente empreendidos pelos grupos dirigentes da Associação

Comercial do Paraná, a fim de obter uma efetiva participação do conjunto da classe empresarial no interior da sua entidade associativa. A aparente indiferença de uma parcela do empresariado em relação a essa entidade, conforme costumavam denunciar os seus dirigentes, não deve ser entendida, contudo, como resultado de uma suposta fragilidade da classe empresarial. Ao contrário, as suas mobilizações costumavam se mostrar proporcionais à gravidade e à amplitude dos problemas que lhe eram colocados. Isso se revela em conformidade com a análise de Marisa Saenz LEME, quando afirma ser o pragmatismo⁴⁵ um dos traços marcantes do empresariado brasileiro, cujas mobilizações se davam, sobretudo, em torno de problemas imediatos.

Um exemplo elucidativo desse comportamento é constituído pelo movimento de que resultou a reorganização da Associação Comercial do Paraná, em 1909. Além disso, a partir desse movimento, a própria entidade associativa do empresariado passa por um processo de modernização, reestruturando-se internamente e atualizando seus métodos de ação, buscando aparecer para o conjunto da sociedade como uma instituição fortalecida e organizada em bases modernas e racionais.

Dessa forma, falando em nome da classe que representa e lutando organizadamente na defesa dos seus interesses, a instituição associativa do empresariado critica a administração estadual que, no seu entender, desempenhava suas funções de modo insatisfatório. Nesse sentido, as lideranças empresariais se opunham ao que consideravam "métodos rotineiros", utilizados pela administração pública, isto é, às formas tradicionais de se resolver as questões econômicas e financeiras. Essas

lideranças se auto-representam e passam a se colocar frente à sociedade em geral e ao poder público em particular, como o novo em oposição ao velho, o moderno em oposição ao antigo.

Enquanto antigas seriam as práticas habituais da política "sem método", que favorecia os interesses dos grupos tradicionalmente ligados ao poder, modernos seriam os métodos científicos de se fazer negócios, de diversificá-los, de agilizá-los, com a utilização de novos recursos, como a expansão e a melhoria das vias de transportes e comunicações, ou a adoção de mecanismos de crédito que viessem injetar novos recursos na economia do Estado. Moderno, também, seria o Serviço de Estatística da Associação Comercial, que, municiando os empresários com as informações necessárias, lhes daria oportunidade de novos negócios, de corrigir rumos e contornar dificuldades. Também as exposições de produtos paranaenses estariam inscritas na ação modernizadora das lideranças empresariais, como uma das estratégias capazes de produzir, por parte da sociedade, uma atitude favorável à indústria e aos industriais. A promoção e a participação empresarial nos congressos de comércio e indústrias, ou transportes, podem ser consideradas igualmente como parte dessa empresa modernizadora.

O discurso modernizante dos dirigentes empresariais não teria como alvo tão-somente o governo ou a própria classe empresarial, mais do que isso, seria endereçado à sociedade em seu conjunto. Nesse sentido, a população, em geral, e a população pobre e trabalhadora, em particular, tornar-se-iam o alvo e o objeto privilegiados dos discursos que previam para a

sociedade paranaense um futuro de progresso e civilização. Assim, os discursos das lideranças empresariais, dos setores da imprensa ligados aos interesses do empresariado, bem como de elementos liberais da sociedade, teriam em comum a preocupação em promover e incentivar um processo de ampla modernização social. Entre os elementos propulsores desse processo, estariam necessariamente os valores da ordem e do progresso, como fundamentos da sociedade do trabalho.

NOTAS DE REFERÊNCIA

¹CARONE, Edgar. República velha : instituições e classes sociais : 1889-1930. 4. ed. Rio de Janeiro : DIFEL, 1978. p.148-149.

²CARONE, p.150.

³CARONE, p.150.

⁴BALHANA, A. P., WESTPHALEN, C. M. Demografia e economia : o empresariado paranaense : 1829-1929. In: COSTA, Iraci del Nero (org.) Brasil : história econômica e demográfica. São Paulo : IPE-USP, 1986. p.245

⁵BALHANA, WESTPHALEN, p.256.

⁶BALHANA, A. P. et al. História do Paraná. Curitiba : Grafipar, 1969. v. I. p.131

⁷LINHARES, Themistocles, História econômica do mata. Rio de Janeiro : Olympio, 1969. p.252-253.

PADIS, Pedro Calil. Formação de uma economia periférica : o caso do Paraná. São Paulo : HUCITEC ; Curitiba : Secretaria de Estado da Cultura e do Esporte, 1981. p.49-63.

⁸PADIS, p.78-79.

⁹PADIS, p.76-77.

¹⁰PADIS, p.79.

¹¹CHRONICA commercial. O Comercio, Curitiba, p.1, 19 set. 1900.

¹²CHRONICA...

¹³PADIS, p.57.

¹⁴BOLETIM DA ASSOCIAÇÃO COMERCIAL DO PARANÁ, Curitiba, n. 6, jun. 1910

¹⁵BOLETIM DA ASSOCIAÇÃO...

¹⁶BOLETIM DA ASSOCIAÇÃO...

¹⁷CARONE, p.75.

¹⁸RIBFIRD, Luiz Carlos. Memória. trabalho e resistência em Curitiba : 1890-1920. Dissertação (Mestrado em História Social) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 1985. p.130.

¹⁹BALHANA, WESTPHALEN, p.245.

²⁰EMPRESA industrial. Jornal do Comercio, Curitiba, 21 maio 1898.

²¹UMA FUTUROSA indústria. Comercio do Paraná, Curitiba, 22 abr. 1913.

²²FABRICA de papel. Comercio do Paraná, Curitiba, 26 ago. 1916.

MENSAGEM do Presidente do Estado. Comercio do Paraná, Curitiba, 2 fev. 1918.

PARANÁ. Presidente (1916-1920 : Camargo). Mensagem do Dr. Affonso A. de Camargo ao Congresso Legislativo : 1º de fevereiro de 1920. Comercio do Paraná, Curitiba, 6 fev. 1920.

²³AS NOVAS indústrias. Comercio do Paraná, Curitiba, 15 maio 1918; 18 maio 1918.

COMERCIO e indústria. Comercio do Paraná, Curitiba, 2 jul. 1922.

COMERCIO DO PARANÁ, Curitiba, 27 jul 1922.

²⁴DECCA, Edgar S. da. A Ciência da produção: fábrica despolitizada. Revista Brasileira de História, São Paulo, v.3, n.6, set. 1983. p.50.

²⁵BRESCIANI, Maria Stella M. Lógica e dissonância sociedade de trabalho : lei, ciência, disciplina e resistência operária. Revista Brasileira de História. São Paulo, p.16, set. 1985/fev. 1986.

²⁶ASSOCIAÇÃO COMERCIAL DO PARANÁ. Ata da 23a sessão, 23 ago. 1909. In: _____. Livro de Atas da Diretoria. 1909-1919. Curitiba.

FABRICA de Cigarros Esperança. Comercio do Paraná, Curitiba, 10 ago. 1913.

²⁷O COMERCIO, Curitiba, 18 maio 1900.

²⁸COMERCIO DO PARANÁ, Curitiba, 29 nov. 1913.

BOLETIM DA ASSOCIAÇÃO COMERCIAL DO PARANÁ, Curitiba. n.26, dez. 1913 p.89-111.

²⁹TURAZZI, Maria Inês. A euforia do progresso e a imposição da ordem : a engenharia, a indústria e a organização do trabalho na virada do século XIX ao XX. Rio de Janeiro : COPPE, São Paulo : Marco Zero, 1987 p. 46-56.

³⁰BRESCIANI, p.37.

³¹BRESCIANI, p.16.

³²ALMANACK DOS MUNICÍPIOS, Curitiba, n. 2, 1919.

Um exemplo do emprego de mulheres e crianças pelas indústrias locais seria o da Vidraçaria Paranaense que, em 1919, dentre seus 150 operários, empregava um grande número de "mocinhas e meninos pobres, os quais estariam aplicados em serviços leves, compatíveis com seu sexo e idade".

³³FABRICA de Cigarros Esperança. Comercio do Paraná, Curitiba, 10 ago. 1913.

Já, na seção principal da Fábrica de Cigarros Esperança trabalhava uma turma de 30 moças, a qual era substituída regularmente por outra de modo a ser evitado o trabalho fatigante às mulheres.

³⁴PARANÁ industrial : visita à grande olaria à vapor do Sr. Francisco Klentz. Almanack do Paraná, Curitiba, 1922.

Os GRANDES surtos industriais da cerâmica paranaense. Comercio do Paraná. Curitiba, 27.07.1922.

A matéria do Almanack do Paraná se refere aos operários que trabalhavam na olaria a vapor do Sr. Francisco Klentz, como apresentando "bom aspecto de saúde e geral contentamento". Já o Comercio do Paraná afirma que entre as famílias dos operários que ocupavam as casas da Cerâmica de Pinhais, observava-se que apresentavam "um risonho aspecto que bem impressiona os visitantes".

³⁵COMERCIO DO PARANÁ, Curitiba, 27 jul. 1922.

Referindo-se à iniciativa moderna e racionalizadora de Guilherme Weiss - empresário curitibano que atuava também no ramo da cerâmica -, a redação do jornal afirmava: "(...) já tendo substituído quase totalmente o braço operário pelas machinas, o distinto industrial com sua larga visão do futuro, objetiva o máximo de produção, no menor tempo, com o mínimo custo e redução do preço de venda (...)".

Além desse, outros empresários mereciam elogios pela sua "ação modernizadora", entre eles destacavam-se Paulo Grotzner, dono da Fábrica Lucinda (Álbum da Gazeta do Povo, Curitiba, 1923) e os irmãos Klentz, donos de olarias na Fazendinha, distrito do Portão, os quais desenvolviam simultaneamente atividades comerciais e industriais. (PARANÁ industrial... Almanack do Paraná. Ctba. 1922).

FABRICA Lucinda. Álbum da Gazeta do Povo, Curitiba, 1923.

PARANÁ industrial...

³⁶BALHANA, WESTPHALEN, p.272.

³⁷ASSOCIAÇÃO COMERCIAL DO PARANÁ. Estatutos : art.1. Curitiba, 1890. p.3.

³⁸CARNEIRO, David. Perfil histórico da Associação Comercial do Paraná e galeria dos Presidentes. Curitiba : REPROSET, 1961. p.33.

³⁹ASSOCIAÇÃO COMERCIAL DO PARANÁ. Estatutos : art. 3. Curitiba, 1890. p.3.

⁴⁰CARONE, p.80.

- ⁴¹PADIS, p.55-57.
- ⁴²CARNEIRO, p.33-34.
- ⁴³CARNEIRO, p.34.
- ⁴⁴O COMMERCIO, Curitiba, 25 jun. 1900.
- ⁴⁵PADIS, p.57.
- ⁴⁶PADIS, p.57.
- ⁴⁷DIÁRIO DA TARDE, Curitiba, 25 mar. 1902, 31 mar. 1902, 3 abr. 1902, 16 abr. 1902.
- ⁴⁸CARNEIRO, p.35.
- ⁴⁹CARNEIRO, p.35.
- ⁵⁰O COMMERCIO, Curitiba, 8 fev. 1909.
- ⁵¹O COMMERCIO, Curitiba, 31 mar. 1909.
- ⁵²O COMMERCIO, Curitiba, 2 abr. 1909.
- ⁵³O COMMERCIO, Curitiba, 3 abr. 1909.
- ⁵⁴O COMMERCIO...
- ⁵⁵ASSOCIAÇÃO COMERCIAL DO PARANÁ. Ata de 15 abr. 1909. In: Livro de Atas : 1909-1958. Curitiba.
- ⁵⁶BOLETIM DA ASSOCIAÇÃO COMERCIAL DO PARANÁ, Curitiba, n. 1, jul. 1909.
- ⁵⁷BOLETIM DA ASSOCIAÇÃO COMERCIAL DO PARANÁ, Curitiba, n. 2, ago. 1909.
- ⁵⁸LEME, Marisa Saenz. A ideologia dos industriais brasileiros : 1919-1945. Petrópolis Vozes, 1978. p.17.
- ⁵⁹ASSOCIAÇÃO COMERCIAL DO PARANÁ. Ata da 7ª sessão, 24 jul. 1909. In: Livro de Atas da Diretoria : 1909-1919. Curitiba.
- ⁶⁰CARNEIRO, p.35-36.
- ⁶¹TOUCHARD, Jean (org.). História das idéias políticas. Lisboa : Publicações Europa-América, 1970. v. 5. p.88.
- ⁶²ASSOCIAÇÃO COMERCIAL DO PARANÁ. Ata da 1ª sessão da diretoria, 6 jul. 1909. In: Livro de Atas da Diretoria : 1909-1919. Curitiba.
- ⁶³ASSOCIAÇÃO...
- ⁶⁴BOLETIM DA ASSOCIAÇÃO COMERCIAL DO PARANÁ, Curitiba, n. 8, ago. 1911 e n.9, set. 1911.
- ⁶⁵BOLETIM DA ASSOCIAÇÃO COMERCIAL DO PARANÁ, Curitiba, n. 3, set. 1909.
- ⁶⁶BOLETIM...
- ⁶⁷BOLETIM DA ASSOCIAÇÃO COMERCIAL DO PARANÁ, Curitiba, n. 6, dez. 1909.
- ⁶⁸ASSOCIAÇÃO COMERCIAL DO PARANÁ. Estatutos : art. 59. Curitiba, 1890. p.14.
- ⁶⁹COMMERCIO DO PARANÁ, Curitiba, 23 jun. 1914.
- ⁷⁰COMMERCIO...
- ⁷¹COMMERCIO DO PARANÁ, Curitiba, 30 set. 1914.
- ⁷²COMMERCIO DO PARANÁ, Curitiba, 13 jan. 1914.
- ⁷³COMMERCIO DO PARANÁ, Curitiba, 21 jan. 1914.
- ⁷⁴COMMERCIO DO PARANÁ, Curitiba, 10 dez. 1915.

- 75 COMERCIO...
- 76 BOLETIM DA ASSOCIAÇÃO COMERCIAL DO PARANÁ, Curitiba, maio/jul. 1917.
- 77 BOLETIM...
- 78 BOLETIM...
- 79 BOLETIM...
- 80 BOLETIM DA ASSOCIAÇÃO COMERCIAL DO PARANÁ, Curitiba, out./nov. 1917.
- 81 BOLETIM...
- 82 COMERCIO DO PARANÁ, Curitiba, 9 nov. 1918.
- 83 COMERCIO DO PARANÁ, Curitiba, 5 out. 1918.
- 84 COMERCIO DO PARANÁ, Curitiba, 13 out. 1920.
- 85 COMERCIO DO PARANÁ, Curitiba, 11 nov. 1919.
- 86 COMERCIO DO PARANÁ, Curitiba, 28 nov. 1919.
- 87 COMERCIO...
- 88 COMERCIO...
- 89 COMERCIO...
- 90 COMERCIO...
- 91 HUNAKATA, Kazumi. A legislação trabalhista no Brasil. 2. ed. São Paulo : Brasiliense, 1984. p.24-32.
- 92 HUNAKATA, p.29-30.
- 93 COMERCIO DO PARANÁ, Curitiba, 28 nov. 1919.
- 94 LEME, p.12-13.
- 95 COMERCIO DO PARANÁ, Curitiba, 28 nov. 1919.
- 96 COMERCIO DO PARANÁ, Curitiba, 1 jan. 1920.
- 97 ASSOCIAÇÃO COMERCIAL DO PARANÁ. Ata de 2 dez. 1923. In: Livro de atas de assembleias gerais : 1907-1958. Curitiba.
- 98 ASSOCIAÇÃO...
- 99 LEME, p.15
- 100 LEME, p.16.
- 101 ASSOCIAÇÃO CURITIBANA DOS EMPREGADOS NO COMÉRCIO. Ata da 1ª sessão : 8 dez. 1895. In: Livro de Atas : 1895-1904. Curitiba.
- 102 ASSOCIAÇÃO CURITIBANA DOS EMPREGADOS NO COMÉRCIO. Ata da sessão da assembleia geral extraordinária: 10, 17 e 24 mar. 1901. In: Livro de Atas: 1895-1904. Curitiba.
- 103 ASSOCIAÇÃO CURITIBANA DOS EMPREGADOS NO COMÉRCIO. Ata da Assembleia Geral para reforma dos estatutos. 16 dez. 1906. In: Livro de Atas: 1904-1933. Curitiba.
- 104 ASSOCIAÇÃO...
- 105 ASSOCIAÇÃO...
- 106 ASSOCIAÇÃO...
- 107 ASSOCIAÇÃO...
- 108 COMERCIO DO PARANÁ, Curitiba, 8 dez. 1914.

¹⁰⁹O COMMERCIO, Curitiba, 18 dez. 1908, 3 abr., 5 abr. 1909.

ASSOCIAÇÃO COMERCIAL DO PARANÁ. Ata de 3 jul. 1919. In: Livro de atas de assembleias gerais 1909-1938. Curitiba.

ASSOCIAÇÃO COMERCIAL DO PARANÁ. Ata de 24 jul 1909. In: Livro de atas da Diretoria: 1909-1919. Curitiba.

¹¹⁰ASSOCIAÇÃO COMERCIAL DO PARANÁ. Relatório apresentado à assembleia geral de 14 de julho de 1917 : pelo Sr. José Ribeiro de Macedo. Boletim da Associação Comercial do Paraná, Curitiba, maio/jul. 1917.

¹¹¹DIÁRIO DA TARDE, Curitiba, 14 mar. 1903, 4 maio 1906, 18 jun. 1903.

¹¹²DIÁRIO DA TARDE, Curitiba, 9 e 12 jul. 1906, 8 ago. 1906.

¹¹³ASSOCIAÇÃO COMERCIAL DO PARANÁ. Ata da assembleia geral para discussão e aprovação dos estatutos : 30 jul. 1909. In: Livro de atas de assembleias gerais : 1909-1938. Curitiba.

¹¹⁴ASSOCIAÇÃO CURITIBANA DOS EMPREGADOS NO COMÉRCIO. Ata da assembleia geral extraordinária para tratar de assunto de interesse social : 8 ago. 1909. In: Livro de atas de assembleias gerais : 1909-1938. Curitiba

¹¹⁵LENE, p.7

2 O DISCURSO DA MODERNIZAÇÃO SOCIAL E A INTEGRAÇÃO AO MUNDO DO TRABALHO

No período compreendido entre o final do século XIX e o início do século XX, circulava entre os setores privilegiados da sociedade curitibana todo um elenco de discursos cuja ênfase estava na crença de que a cidade estaria se encaminhando, a passos largos, para a concretização dos ideais de modernidade que a identificariam com os centros urbanos mais avançados do país. As provas das possibilidades de concretização desse ideal eram atestadas pelo rápido crescimento da população, pela implantação de novas indústrias, pelo desenvolvimento do comércio e, ainda, pelas obras de reurbanização que se destinavam a remodelar e a embelezar a cidade.

O crescimento populacional de Curitiba, no período entresséculos, foi bastante considerável, tendo atingido uma taxa média anual superior a 3% entre os anos de 1890 a 1920.¹ Simultaneamente a esse crescimento, ocorriam importantes alterações ao nível da estrutura ocupacional e da composição étnica da população.²

A chegada de sucessivas levas de imigrantes e reemigrantes e o aumento do crescimento vegetativo³ fizeram com que a cidade expandisse seus limites. Esse influxo populacional aumentava as expectativas de que num futuro não muito distante a cidade seria beneficiada com o aumento da riqueza e o desenvolvimento social.

Ao mesmo tempo, esse crescimento teria como contraponto as dificuldades econômico-financeiras do Estado, que já se tornavam crônicas e que, em grande medida, resultavam da instabilidade do mercado exportador do mate, cujos resultados negativos se refletiam no quadro geral da economia paranaense.

Nesse cenário, os problemas acarretados pelo crescimento acelerado da população, numa cidade que não dispunha de infra-estrutura urbana adequada, aliados aos períodos de crise econômica intermitentes, resultavam em problemas sociais, agravados pela carestia, pelo desemprego e pela fome, que incidiam duramente sobre a população pobre da cidade.

Em contraste com uma imagem idealizada de Curitiba, construída por cronistas e intelectuais contemporâneos, que a viam como cidade ordeira e pacata,⁴ surgia, através das páginas da imprensa, a imagem de uma cidade que, subitamente, estava às voltas com os mais diversos problemas sociais. Problemas como a carestia, a falta de moradias, os menores abandonados, o aumento da mendicidade, a miséria dos trabalhadores e, sobretudo, os perigos que a disseminação de determinadas doutrinas sociais representariam para a ordem instituída passam a povoar os discursos de elementos de destaque na sociedade local, como, por exemplo, de representantes do empresariado. Além da preocupação em se identificar as razões dos problemas sociais enfrentados, surgiam, freqüentemente nesses discursos, as mais diversas sugestões e propostas de alternativas visando, senão à resolução definitiva dos problemas, ao menos à redução dos seus efeitos mais desagradáveis.

Nesse sentido, seriam debatidos os problemas de falta de moradias, do aumento da mendicância e da vadiagem, dos menores abandonados e, principalmente o chamado "problema operário", que se referia tanto aos problemas de desemprego, quanto às questões que envolviam os trabalhadores imigrantes, as doutrinas sociais consideradas "exóticas" e o próprio movimento operário.

Numa sociedade que tinha o trabalho como seu princípio instituinte e sua finalidade última,⁵ todos esses problemas acabavam se constituindo em facetas de um problema maior, isto é, como integrar ao mundo do trabalho aqueles que viviam fora de seus limites e, sobretudo, como fazer com que esse mundo do trabalho, ao qual toda a sociedade deveria se integrar, funcionasse da forma mais harmônica possível.

2.1 A QUESTÃO DA MORADIA POPULAR

Os problemas vividos por uma sociedade que não dispunha de uma infra-estrutura urbana adequada ao crescimento de sua população colocavam em xeque as perspectivas de modernização acalentadas pelos representantes dos setores privilegiados da sociedade curitibana.

No início deste século (mais precisamente a partir de 1912-13), Curitiba, tal como vinha ocorrendo em outros centros urbanos do país, passaria por um amplo movimento de reurbanização.⁶

Segundo Maria Ignês Mancini de BONI, reurbanizar Curitiba, naquele momento, significava afastar do centro da cidade "a população pobre, suja e feia",⁷ que habitava as pensões,

frequentava os bares de baixa categoria, os prostíbulos, as casas de jogo, enfim, os espaços públicos em geral.

O movimento reformista trouxe consigo uma onda de aumentos dos preços dos aluguéis, de terrenos e moradias, vale dizer, a especulação imobiliária.⁹ A súbita valorização das moradias e dos terrenos situados próximos ao centro urbano, a qual provocava os lucros e a abastança de uns poucos, fazia com que grande parte da população, sem outra alternativa, buscasse a periferia da cidade, onde os preços dos aluguéis também eram elevados. A tudo isso, acrescentavam-se a carestia dos alimentos e as altas taxas cobradas pelas companhias de bondes e de eletricidade, o que estaria tornando a vida dos pobres cada vez mais difícil.

Esses problemas não passavam despercebidos de alguns elementos liberais da sociedade curitibana, os quais, através da imprensa, muitas vezes revelavam uma crescente preocupação com as conseqüências que poderiam advir dessa situação. O problema da "Carestia"^{*} generalizada que se abatia sobre a cidade era visto como um perigo em potencial, uma vez que, ao atingir mais duramente os "proletários" - a classe mais vulnerável à crise -, poderia alimentar um clima de insatisfação, favorável às manifestações de revolta.

As notícias sobre os distúrbios e os movimentos populares que ocorriam com frequência na capital da República eram apontadas como sinais de alerta para os dirigentes locais, em função dos perigos que poderiam representar para a ordem estabelecida.

^{*}Sob o título "Carestia", os jornais de Curitiba, desde o início do século, procuravam alertar os poderes públicos e a população em geral para os perigos advindos dos crescentes aumentos de preços.

Assim, já em princípios de 1913, a alta dos aluguéis e a falta de moradias seriam apresentados como os problemas mais graves que atingiam a população curitibana:

Aqui onde a vida era uma delícia, porque nunca a fome tocara os lares, depois de algumas transformações da cidade, já o proletariado veio a sentir o aperto oriundo dessa convergência de elementos estranhos e da própria remodelação da "urbs".⁹

Embora aponte a reforma urbana como uma das principais causas do aumento exagerado dos aluguéis, o texto não chega a questionar o seu aspecto mais violento, ou seja, a eliminação das pensões e dos velhos casarões do centro da cidade que, ao jogar na rua seus moradores, diminuía a oferta de imóveis, elevando os preços. Em geral, a crítica se restringiu à ganância dos proprietários, que, ao dotarem as residências com água e esgotos, faziam disso um pretexto para dobrarem os aluguéis. Segundo as denúncias, esses aumentos abusivos acabariam por comprometer a quase totalidade dos salários, o que colocaria os inquilinos na contingência de trabalhar apenas para pagar pela casa onde moravam.

No ano de 1914 essa situação de crise se agravou com o crescimento do desemprego e a redução dos salários, o que atingia todas as categorias de trabalhadores: funcionários públicos, operários ou empregados no comércio. Além disso, os aluguéis sofreriam acréscimos de 30%, 40% e 60% nos anos de 1913 e 1914, o que, segundo a imprensa, consumia a maior parte dos salários dos trabalhadores.¹⁰

Diante de tal conjuntura, surgiam, nas páginas dos

Jornais alertas freqüentes chamando a atenção para a necessidade de se buscar a cooperação e a conciliação de interesses, lembrando sempre os perigos a que a sociedade estaria exposta caso o povo resolvesse fazer uso de sua força.

A época é de amparo mútuo. Não convém obrigar o povo a represalias quando os nossos próprios sentimentos tem sido sempre tendentes a solução pacífica destes casos da nossa vida interna.¹¹

O alto custo da moradia e dos gêneros de subsistência e mesmo a falta de alimentos, que seria denunciada no período imediatamente posterior ao término da Primeira Guerra Mundial, eram problemas que, de forma intermitente, freqüentavam o discurso da imprensa ligada aos interesses do empresariado, até o início da década de vinte.

Contudo, o que mais chama a atenção nesse discurso é o temor quanto à possibilidade de agitação que as dificuldades de subsistência poderiam suscitar entre os pobres.

Numa tal situação o remédio com que o pobre coitado julga poder curar os seus males é a greve, é a violência, é a revolta. Por enquanto só aparecem as greves, mais tarde virão os cortejos da fome, a guerra civil, a chacina (...).¹²

O receio de que o agravamento da crise pudesse provocar a revolta por parte da população pobre e de que a ordem estabelecida viesse a ser abalada, mobilizava a imprensa, que remetia ao governo a total responsabilidade pela adoção de alguma medida que viesse minimizar os problemas.

Entretanto, no caso da moradia popular, costumavam

aparecer nos jornais alternativas de solução vindas da iniciativa privada. Nesse sentido, a partir de 1913, os jornais veiculavam algumas propostas de empresários que se ofereciam para construir "casas para operários e classes pobres", em troca de vantagens concedidas pelo Executivo municipal, como a isenção de impostos por períodos relativamente longos e/ou cessão de terrenos, por exemplo. De acordo com as propostas, as casas seriam adquiridas pelo sistema de "amortizações mensaes", durante um prazo pré-determinado, que variava em torno de cinco anos em média.¹³

Já na década de vinte, esse tipo de iniciativa ultrapassaria a esfera privada, tornando-se objeto de discussão no âmbito do Poder Legislativo do Estado.

Em fevereiro de 1922, o empresário industrial e deputado estadual, Percy Withers, apresentou no Congresso Legislativo do Estado um projeto visando garantir a concessão de "algumas regalias aos proprietários e capitalistas que pretendessem construir prédios dentro de um determinado prazo".¹⁴ Esse projeto não chegou sequer a ser discutido no plenário do Congresso, pois desde o princípio a maioria do partido governista iria se colocar contrária a ele. Pressionado a retirar seu projeto, sob pena de vê-lo rejeitado, o deputado Percy Withers rompeu com o partido situacionista e renunciou ao seu mandato.

Mais do que as dissensões político-partidárias, o que importa analisar, neste caso, é a denúncia da permanência da falta de moradias para a população pobre de Curitiba, caracterizada nos discursos da imprensa como uma "crise de habitações" que atingia principalmente o proletariado.

Cabe considerar ainda que, nesse momento, parecia ocorrer uma certa convergência entre os discursos do poder público e da iniciativa privada quanto às preocupações com a distribuição espacial da população pobre e trabalhadora. Nesse sentido, a redação do *Commercio do Paraná*, além de tomar a defesa do projeto do deputado Percy Withers, apontaria para um outro aspecto a ser considerado na análise da gravidade da crise de moradias, a qual estaria

acarretando males sem conta à sociedade e até no seio da família inoculando o germen dissolvente da imoralidade, pois, a tanto leva a horrível promiscuidade em que se encontram tres e quatro familias aboletadas em casas pequenas e que carecem de ar e de luz, num ambiente favorável a todas as manifestações morbidas.¹⁵

Portanto, a argumentação na defesa dos projetos para a construção de moradias à população pobre e trabalhadora, não ficaria restrita somente às constatações da falta de habitações e dos preços exorbitantes dos aluguéis. Discutir-se-iam também os problemas de higiene acarretados pela concentração das pessoas em espaços restritos, onde a insuficiente circulação de ar e luz certamente transformaria as casas dos pobres em focos de doenças, ou de "manifestações mórbidas".

Por outro lado, parecia causar horror a promiscuidade em que estariam vivendo as famílias pobres, onde adultos e crianças seriam obrigados a compartilhar espaços exíguos, o que fatalmente comprometeria a moralidade dos costumes. Além disso, tal situação seria potencialmente propícia às manifestações de revolta e insubordinação.

Contudo, pelo que foi possível constatar através da documentação consultada, durante o período estudado, a construção de moradias populares em Curitiba, por iniciativa do poder público, não foi além de alguns poucos projetos, em geral não concretizados. Na verdade, as tentativas de se dar alguma solução ao problema da falta de habitações populares ficaram praticamente restritas à iniciativa particular, que, certamente, não deixava de encarar esses empreendimentos como um negócio bastante lucrativo.

As denúncias da imprensa relativas à negligência dos governantes, face aos problemas da falta de moradia para a população pobre de Curitiba, acabavam, freqüentemente, apontando para os exemplos de outros centros, como São Paulo e Rio de Janeiro, onde se construía vilas operárias para a população que estava sendo expulsa para a periferia daquelas cidades.

Segundo Maria Auxiliadora Guzzo DECCA, a construção e a manutenção de habitações operárias no âmbito das fábricas não foram tão generalizadas como se costumava afirmar. Na verdade, essa estratégia teria sido mais freqüente nos casos em que grandes empresas, situadas em pontos afastados dos centros urbanos, viam-se na contingência de assegurar a mão-de-obra mais qualificada junto de si.⁴⁶

Essa constatação, válida para o caso específico de São Paulo, poderia ser estendida ao Paraná, desde que guardadas as devidas proporções. Nesse sentido, deve-se destacar que, desde o início dos anos vinte, as indústrias de cerâmica e de madeira do Paraná, situadas geralmente em locais mais ou menos afastados das cidades, vinham construindo moradias operárias ao seu redor.

Assim, mais do que o porte das empresas, o fator decisivo para viabilizar a construção de casas para os operários parece ter sido a necessidade de manter a mão-de-obra próxima aos locais de trabalho, devido à relativa distância dos centros urbanos e as dificuldades de acesso.

Os registros da imprensa sobre cerâmicas e serrarias paranaenses, no início da década de vinte, revelam que tanto as firmas que empregavam mais de uma centena de operários, quanto aquelas de menor porte* construía casas para os trabalhadores nos arredores das fábricas.17

Como as serrarias se localizavam no interior do Estado, as notícias encontradas sobre as vilas operárias em Curitiba se referem apenas às olarias, que estavam localizadas na periferia da cidade, como a "Cerâmica de Pinhaes" e as olarias dos Klemtz, na Fazendinha.

Considerando-se a avultada inversão de capital necessário para tais empreendimentos, o que seria possível apenas às grandes empresas industriais - pouco numerosas em Curitiba naquela época - e considerando-se ainda a localização das indústrias curitibanas, quase sempre próximas ao centro urbano, pode-se entender o porquê da falta de referências à instalação de um maior número de vilas operárias junto às fábricas da cidade.

As serrarias, em sua maior parte, possuíam uma fábrica de caixas. Algumas diversificavam suas atividades explorando a

*Exemplos de empresas maiores eram a "Cerâmica de Pinhaes" e as serrarias de A. Miranda & C., cujos quadros de operários excediam a uma centena. Já, as serrarias "Perseverança", "Monte Líbano" e "Natureza", ou as olarias dos Klemtz, por exemplo, empregavam em média 50 a 80 operários. Almanack dos Municípios. 1922 e 1924.

agricultura e a pecuária nos espaços que iam sendo abertos pela derrubada dos pinheirais.¹⁸ Esse era o caso da serraria de A. Miranda & Cia., em Fernandes Pinheiro, onde tanto os operários da serraria e da fábrica de caixas quanto os demais trabalhadores dos serviços anexos (pecuária e lavoura) disputavam de casa e terras para plantar.¹⁹

Segundo os registros da imprensa, essas "vilas operárias" contavam com alguns recursos, como escolas para os filhos dos operários, armazém de fornecimento e farmácia. O estabelecimento dessas vilas, com seus diversos equipamentos, bem como a adoção, por algumas empresas, de um seguro contra acidentes do trabalho configuravam-se como "benefícios" ou "concessões" dos empregadores, cujo objetivo seria o de "cercar os seus operários da necessária "hygiene e conforto", ou como forma de "combate ao analfabetismo".²⁰

Esses discursos, circulando em meio ao conjunto da sociedade, provavelmente, contribuíram significativamente na construção da imagem dos chamados "bons patrões". Nesse sentido, cumpre notar o papel da imprensa ao dar destaque à atuação de determinados empresários, apontados como exemplos por suas idéias modernas, inteligência e dinamismo. Um deles era o empresário David Carneiro Júnior, que atuava no ramo de beneficiamento e exportação de erva-mate. Entre as medidas modernizadoras adotadas em sua empresa estariam algumas destinadas a facilitar aos seus operários a aquisição da casa própria.

Escolhido o imóvel, o diretor da fábrica compra-o, outorgando jus e domínio ao operário que vai aos poucos restituindo, em pequenas prestações anuais o capital adiantado. Essas

prestações são tiradas, não do respectivo salário, mas da gratificação que o estabelecimento distribue a todos os empregados na época do Natal.²¹

De acordo com *Jornal Comercio do Paraná*, em meados de 1917 boa parte dos operários da fábrica de beneficiamento de erva-mate do Sr. David Carneiro Jr. já seria "proprietária" das casas em que moravam.

Ao mesmo tempo, chama a atenção a existência de um regulamento interno da empresa,²² que exigia dos seus empregados um comportamento exemplar. As penalidades sumárias de admoestação, suspensão e dispensa,²³ aplicadas aos infratores do regulamento, seriam compensadas, no entanto, por um sistema de "prêmios", previstos no capítulo "Direitos do Operário", destinados àqueles que observassem estritamente a normas estabelecidas. Esse regulamento, aliado às condições instituídas pela empresa para que o operário pudesse adquirir a casa própria, acabaria funcionando como um eficiente mecanismo de controle sobre os trabalhadores. Por um lado, a empresa se transformava numa espécie de credora, ou locadora de seus empregados, os quais deveriam ressarcir-la ao longo dos anos pelo capital investido na compra das casas; por outro, os empregados seriam compelidos a uma adesão plena às normas do regulamento interno. Isso significa dizer que do bom comportamento do operário dependia a sua permanência na fábrica e, conseqüentemente, a garantia para a realização do sonho da casa própria.

Ainda, seria garantido aos operários da Hervateira Americana o atendimento médico e farmacêutico, seguro contra acidentes no trabalho, auxílio funeral, aposentadoria após

vinte e cinco anos de "bons serviços na casa",²⁴ além da frequência a uma escola para alfabetização de adultos.²⁵

A importância de tais iniciativas por parte de um empresário, sem dúvida, deve ser levada em consideração, uma vez que, na época, qualquer proposição que significasse alguma tentativa de regulamentação das relações de trabalho certamente se defrontaria com a imediata rejeição de boa parte do empresariado.

No entanto, caberia refletir, ainda, sobre os efeitos de tais estratégias entre os operários, num tempo marcado pela ausência de toda e qualquer garantia que os protegesse da falta de moradias, dos aluguéis extorsivos, ou, ainda, da perda do emprego, provocada por um acidente de trabalho, ou por uma doença prolongada. Até que ponto, poderiam os trabalhadores resistir ao apelo dos discursos que mostravam iniciativas como essas, ou mesmo à construção de vilas operárias, como frutos da ação benemérita de patrões modernos e humanitários?

Um exemplo dos efeitos dessas estratégias junto aos trabalhadores pôde ser analisado numa carta que os operários da Hervateira Americana enviaram, em fins de 1919, à *União Operária Paranaense* e ao *Syndicato dos Hervateiros*, justificando sua não-adesão àquelas entidades operárias.²⁶ Os autores da carta refutavam a acusação de que estariam traindo a causa operária, reafirmando sua condição de homens livres, aos quais não se poderia impor o apoio ao que chamavam de "reivindicações nem sempre reais".

Em sua argumentação, os trabalhadores da Hervateira

Americana relacionavam todas as vantagens de que se consideravam beneficiários há quase dez anos e que reputavam como "direitos - e não favores -" a eles concedidos pelos patrões, sem que houvesse lei alguma que a isso os obrigasse.⁸⁷ Nesse sentido, expressavam seu reconhecimento:

Podemos ser ingratos ao capital que, em vez de encher somente os cofres do rico se reparte connosco, assegurando-nos um futuro tranquilo?

Podemos fazer causa comum na agressão contra quem espontaneamente reconheceu a injustiça social e procura por actos de alto relevo apagar o crime de seus companheiros de classe, substituindo-o pela serena e perfeita harmonia que irmana todos os homens debaixo do mesmo céu? (...)

Sabemos o que somos e o que valemos; temos noção do que é justo e, por isso mesmo, não podemos fazer parte de sociedades que reivindicam uma muito pequenina parte do que temos e que nos satisfaz plenamente.⁸⁸

Os efeitos produzidos pelas medidas modernizadoras adotadas pela empresa, parecem adquirir a conotação do que se poderia denominar como efeitos da positividade do poder. De acordo com a análise de Roberto MACHADO a respeito das concepções de Michel FOUCAULT sobre o poder, este não deve ser considerado somente em seus aspectos negativos, mas ao contrário, deve-se "refletir sobre o seu lado positivo", ou seja, seu lado "produtivo, transformador".⁸⁹

Nesse sentido, a concessão de benefícios aos trabalhadores, pelos patrões, teria como um dos seus efeitos a neutralização da sua resistência e a redução de sua capacidade de luta, o que ficava demonstrado pela resistência dos operários daquela fábrica em aderir plenamente às suas entidades de classe. Esse fato, provavelmente, contribuiria

também para evitar, do ponto de vista dos patrões, as "conseqüências desagradáveis das greves", com todos os seus inconvenientes de interferência no ritmo da produção e nos lucros da empresa.

A concessão de "direitos trabalhistas" aos operários de uma fábrica de mate, ou a construção de vilas operárias dotadas de armazéns, escolas, farmácias, ou outros equipamentos faziam parte de um conjunto de estratégias disciplinares que visavam, sobretudo, ao exercício do controle sobre os trabalhadores, de modo a conseguir deles um rendimento máximo, ao mesmo tempo em que diminuía a sua capacidade de resistência.

A construção de vilas operárias por algumas empresas paranaenses mereceu o destaque da imprensa justamente no período que se sucede às greves de 1917 e 1919. Esse dado leva a refletir sobre o engendramento de novas estratégias de controle sobre uma força de trabalho que estaria demonstrando capacidade de organização e luta.

De fato, a internação do trabalhador no espaço delimitado pela fábrica e pela vila operária possibilitaria o estabelecimento de uma eficiente rede de controle que abarcaria todos os momentos do seu cotidiano. Do trabalho ao lazer, as atividades dos trabalhadores estariam determinadas por todo um conjunto de normas e regulamentos que lhes tentariam impor um novo estilo de vida: mais saudável, regrada e discreta.³⁰

A existência de armazéns, farmácias, escolas e igrejas dentro dos limites da vila operária colaborava na manutenção da segregação do trabalhador e de sua família, que assim viam diminuídas suas chances de convivência fora dos muros da

fábrica e da vila. Nesse sentido, ficaria particularmente dificultada a sua circulação nos espaços livres e públicos das ruas e dos bares, ameaças constantes à moralidade da classe trabalhadora.³¹

Impedidos de circular livremente, restritos às normas de convivência social impostas pela direção da fábrica e de seus prepostos, os trabalhadores passariam a constituir um contingente dócil e produtivo, preenchendo plenamente as necessidades do capital.³²

2.2 VADIOS E MENDIGOS

A era moderna, ou a imposição do capitalismo, ou ainda, os homens que pensaram a estruturação da sociedade burguesa em seus momentos iniciais, atribuíram ao trabalho - a atividade produtiva - a peculiar característica de princípio constitutivo da existência social.³³

Como parte inerente ao próprio processo de formação das sociedades modernas, construiu-se um amplo sistema de representações que teria o princípio do trabalho como a própria razão de ser da vida humana.³⁴ Assim, num mundo que se organizava e regulava a partir dos princípios da atividade produtiva, nenhum espaço poderia haver para aqueles que não se integrassem plenamente às suas normas. Nessa perspectiva, os grupos ou indivíduos que, por qualquer razão, se localizassem "fora" do mundo do trabalho se constituíam em fonte de permanente preocupação para aqueles agentes sociais que tomavam a si a tarefa da modernização da sociedade.

No imaginário dos setores privilegiados da sociedade

moderna, a presença inquietante de mendigos, vadios, menores abandonados, entre outros, seria muitas vezes percebida como um "quisto social", que ao materializar o reverso da imagem de progresso e civilização, idealizada para a sociedade, despertava entre as camadas sociais dominantes as reações e os sentimentos mais diversos. Os "párias" sociais, como seriam às vezes denominados aqueles indivíduos, eram vistos como um corpo estranho à sociedade, devendo, portanto, ser "extirpado" o quanto antes. Por outro lado, aqueles seres marginais à sociedade do trabalho, que, por não trabalharem possuíam apenas a propriedade do próprio corpo tinham de recorrer aos frutos do trabalho de outrem para sobreviver,²³ viriam a ser objetos de uma ampla empresa de moralização que teria como finalidade a sua integração ao mundo do trabalho.

Na base das preocupações com a presença incômoda de indivíduos, que sobreviviam sem trabalhar, estariam tanto o receio da ameaça potencial à propriedade quanto o temor de que a sua atitude de negação do trabalho pudesse contagiar outros pontos do corpo social.

De outra parte, a possibilidade da utilização produtiva da força de trabalho representada por esses grupos de marginalizados, sobretudo da virtual força de trabalho representada pelo contingente de crianças pobres e/ou abandonadas, certamente faria parte das cogitações daqueles que se arrogavam a tarefa de integrá-los à sociedade do trabalho.

Vistos por longo tempo como seres incompletamente moralizados,²⁴ os pobres e, principalmente, os mendigos, os vadios ou os menores abandonados seriam alvos de discursos que

tinham como traço comum o engendramento de estratégias disciplinares, que deveriam fazê-los internalizar as regras do convívio civilizado³⁷ e os valores do trabalho. Desses desígnios não escapariam sequer os trabalhadores relativamente regulares.

Numa sociedade como a curitibana das décadas iniciais do século XX, cujas atividades produtivas costumavam ser marcadas pela instabilidade, o desemprego se constituía numa ameaça constante. Vale dizer que nessas circunstâncias qualquer trabalhador estaria sujeito a ficar sem emprego de um momento para outro, vendo-se, portanto, compelido a "migrar" para fora do mundo do trabalho. Nesse caso, passaria a ser facilmente confundido com o vadio ou o mendigo. Aliás, no imaginário dos setores dominantes da sociedade curitibana da época, uma das principais dificuldades seria o delineamento das fronteiras que deveriam separar o trabalhador desempregado dos mendigos "autênticos", ou dos vagabundos e, porque não dizer, até mesmo dos criminosos.

Em Curitiba, no período compreendido entre os fins do século passado e o início deste século, o problema da mendicidade se constituía em objeto de permanentes preocupações das autoridades policiais, de elementos da imprensa, assim como de muitas pessoas de destaque da sociedade local.*

*Ver os estudos já realizados por Maria Ignês M. de BONI e Luiz Carlos RIBEIRO. (BONI, Maria Inês M. de.) O espetáculo visto do alto: vigilância e punição em Curitiba: 1890-1920. Tese (Doutorado em História Social) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 1985. p.96-112. RIBEIRO, Luiz Carlos. Memória, trabalho e resistência em Curitiba: 1890-1920. Dissertação (Mestrado em História Social) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 1985. p.69-82.)

A presença de mendigos, vadios ou menores abandonados costumava ser apontada com alguma freqüência nas páginas dos Jornais de Curitiba desde os anos finais do século passado. No entanto, esse tema passaria a ser abordado pela imprensa, com particular intensidade, no período compreendido entre 1914 e 1920.

Nesses anos, a economia paranaense sofreria uma de suas crises mais sérias, provocada por uma violenta queda da participação do mate no valor das exportações paranaenses.³⁶ O aumento do desemprego seria um dos efeitos mais graves dessa crise, levando muitos trabalhadores desempregados a migrarem para outros estados, como São Paulo, Santa Catarina e Rio Grande do Sul.³⁷ Porém, parte desses desempregados permanecia na capital e, diante da falta de uma ocupação que lhes provesse os meios de subsistência, via-se, provavelmente, na contingência de recorrer à caridade pública. Portanto, pode-se entender o porquê de uma preocupação constante nos discursos da imprensa, relativos ao aumento da mendicância na cidade, em se distinguir os mendigos "autênticos" daqueles que, na visão das classes privilegiadas, estariam, simplesmente, se negando ao trabalho.

Nesse sentido, tornavam-se freqüentes as cartas enviadas aos jornais, de leitores clamando por providências das autoridades para o perigo que rondava a sociedade civilizada. Para isso, primeiramente, seria necessário se fazer uma distinção entre os mendigos "verídicos", isto é, aqueles que fossem realmente "impossibilitados (...) de lutar pela vida" e "os filhos da preguiça, imundos e maltrapilhos" que até causavam "nojo aos transeuntes".⁴⁰

Há indivíduos que, embora cheios de saúde e vigor, tornam-se inimigos acerrimos do trabalho e (...) entregam-se a triste sina de verdadeiros vagabundos profissionais (...). Esses terríveis agressores das nossas algibeiras, (...) são os que nos fazem sentir falta de uma Colonia Correccional onde, subjugados pelas mais severas e energicas medidas aprenderiam forçosamente, a votar amor ao trabalho e ao asseio, indispensáveis á humanidade civilizada.⁴¹

A assimilação de hábitos de trabalho e higiene seria requisito indispensável para se fazer parte dessa sociedade que se pretendia progressista e civilizada. Aqueles que não se enquadrassem nessas condições seriam, necessariamente, excluídos. E, colocados à margem da sociedade, só lhes restaria uma alternativa: a integração pelo trabalho.

Contudo, seria forçoso reconhecer a existência daqueles que, por deficiências físicas ou mentais, estavam impossibilitados, de fato, para o trabalho. Os "verdadeiros mendigos" seriam os velhos, os doentes, os inválidos, os deficientes mentais, que, por não possuírem recursos, ou família que os amparassem, seriam obrigados a viver da caridade pública. Tais indivíduos constituíam a exceção à regra, ou seja, seriam os únicos a poderem sobreviver sem ser às custas do próprio trabalho.

Para coibir a ação dos falsos mendigos, "exploradores" da caridade alheia, seria preciso distingui-los dos verdadeiros mendigos. Essa tarefa caberia à polícia, cuja ação enérgica costumava ser reclamada, insistentemente, através das páginas dos jornais.

Assim, se num momento se alertava para as conveniências de se fazer uma pesquisa "sobre a quantidade de pedintes que infestam as ruas da Capital", pois deveria haver entre eles

"muitos especuladores"⁴², em outro, aplaudia-se uma deliberação do Chefe de Polícia, determinando aos delegados que intimassem os mendigos dos seus distritos a comparecerem, perante os médicos legistas para que fosse verificada a veracidade de suas condições.

Realmente era demais a quantidade de pedintes na sua maioria visivelmente capazes de se ocuparem em algum mister útil. A medida do dr. chefe de polícia, adoptada com rigor e tenacidade, livrará a população da impertinência desses especuladores (...).⁴³

Os alvos preferenciais desse discurso discricionário seriam os vadios, ou seja, aqueles que, apesar de capacitados para o trabalho, a ele se recusavam. Para esses, não haveria complacência e a ação enérgica da polícia se fazia indispensável.

Nesse sentido, como será visto mais adiante, um variado elenco de estratégias disciplinares que visavam à reintegração dos vagabundos ao mundo do trabalho seria colocado em prática.

Entretanto, uma outra face das contradições que emergiam nessa sociedade do trabalho permanecia visível, transformando-se em fonte permanente de inquietações e colocando em xeque a imagem da cidade ideal. Tratava-se do problema da mendicidade propriamente dita, que, ao invés de diminuir ou desaparecer, só fazia aumentar.

Nesse caso, não se tratava apenas dos "falsos mendigos" sobre os quais deveria se fazer sentir a ação correcional da polícia, mas dos chamados "pobres nacionaes, as velhinhas, os aleijados, os vencidos pela idade e pela falta de recursos",⁴⁴ que perambulavam pela cidade, promovendo um "espetáculo da pobreza"⁴⁵ que incomodava os transeuntes.

Coritiba apresenta um aspecto inteiramente novo nas suas vias públicas, agora transformadas em residência permanente de mendigos! São os passeios e as esquinas das principais ruas da cidade os pontos escolhidos por elles (...), dando por esta forma á nossa urbs um aspecto impressionante de verdadeira miséria, o que, por certo, causa má impressão aos hospedes que nos visitam.⁴⁶

Assim, a imagem de uma cidade que se pretendia culta, próspera e civilizada era distorcida pela exibição pública que os mendigos faziam de sua miséria. A constatação dessas contradições certamente impressionaria negativamente os visitantes e forasteiros que aqui chegavam, muitas vezes com a intenção de trazer novos investimentos e até de se estabelecer.

Portanto, a "mendigagem" seria vista como "uma nota dissonante no bulício das ruas", ou ainda um "kysto" que deveria merecer o esforço de todos para ser "extirpado do corpo social".⁴⁷

A civilização não fita com bons olhos; e, para esse mal, há remedios prescriptos pela solidariedade humana: as casas de recolhimentos, asylus, nosocomios onde a velhice desamparada e os enfermos podem buscar refugio que os conforte, abrigo que os livre das intemperies.⁴⁸

Uma vez que não parecia possível simplesmente eliminar os problemas da miséria, extinguindo-se a mendicância, a reivindicação seria de que ao menos se poupasse, tanto aos habitantes da cidade quanto aos forasteiros, a visão desse "espetáculo sempre desagradável (...) de mendigos postados pelas ruas a exhibirem suas mazelas (...)".⁴⁹

Ao mesmo tempo, chamava-se a atenção das autoridades policiais para uma

(...) outra classe de indivíduos, para os quaes faz-se mister também, qualquer medida: são os imberis vagabundos, que perambulam pela cidade, imundos, provocando a inclemencia dos garotos (...).
Esses tipos são próprios de villas do interior, mas devem desaparecer de uma cidade que se presa de ser culta.⁵⁰

Nesse sentido, multiplicavam-se os apelos às autoridades para que os mendigos fossem afastados do centro da cidade e, de preferência, internados em instituições, como o Asilo de Alienados, a Santa Casa e o Albergue Noturno. Além disso, toda e qualquer iniciativa de benemerência que visasse contribuir para a diminuição do problema seria logo destacada pela imprensa como mais um passo para livrar a cidade do constrangimento representado pela mendicidade. Entre elas, estaria a criação da "Assistência aos Necessitados", por iniciativa de "duas damas da sociedade com o auxílio do commercio desta praça e de particulares".⁵¹

Entretanto, sempre que se constatava a insuficiência da atuação das instituições de caridade, apelava-se para o Estado para que fossem adotadas novas formas de segregar a pobreza e a miséria, afastando-as das vistas do público. Para tanto, fazia-se mister o apoio da polícia, no sentido de que fosse "vedada a constrictadora mendicancia pelas ruas - espetáculo que amargura e que constrange dolorosamente".⁵²

2.3 MENORES ABANDONADOS

A assistência à infância é hoje em dia um problema que empolga a quantos se interessam pela organização social e pelo futuro da raça.⁵³

As preocupações com o problema social representado pela "infância desvalida e desamparada" estavam presentes nos discursos dos setores privilegiados da sociedade curitibana, desde os finais do século XIX. Numa série de artigos sobre os problemas "proletários", o *Jornal do Comércio*, de Curitiba, apontava, em meados de 1898, a dificuldade dos trabalhadores para sustentar e educar os seus filhos como sendo uma das causas principais de seus problemas de sobrevivência. De acordo com o texto, os filhos dos operários desde muito cedo seriam obrigados ao trabalho nas fábricas e oficinas para contribuírem com o orçamento familiar. Assim, sem poder freqüentar a escola, cresceriam "na mais completa ignorância dos direitos e deveres da Humanidade (...)!"⁵⁴ Além disso, denunciava-se, também, o alarmante índice de mortalidade que atingia os pequenos operários, responsabilizando-se os governos como os maiores culpados por essa situação. Para amenizar o problema, propunha-se como medida preliminar e provisória o estabelecimento de asilos para os filhos dos operários, onde lhes seria dada educação e alimentação mediante uma contribuição mensal.

Claro é que os filhos constituindo toda a dificuldade presente para o proletário, são a causa involuntária do seu constante deficit, e, por consequência de sua miséria: o casal operário por si só mantém-se, relativamente, com facilidade. (...) Com que coragem e esperança partiria, então, este, para o labor quotidiano, (...) sabendo que esse obulo constituiria mais tarde, o montepio seguro, o capital, (...), com que essas crianças, já adultos, sairão um dia, para o Trabalho honrado!⁵⁵

Na opinião do articulista, essa medida teria uma dupla consequência. De um lado, seria benéfica para o futuro das

crianças proletárias, pois as estaria retirando do "torvelinho impietoso das ruas". Por outro, estaria abrindo espaço para o emprego de outros tantos operários que logo iriam ocupar as vagas deixadas pelos pequenos trabalhadores.⁵⁴

Discursos como esse viriam a se multiplicar no decorrer dos anos, sobretudo a partir dos meados da segunda década do século XX, quando "o problema dos menores abandonados" seria exaustivamente debatido através da imprensa curitibana, particularmente daquela ligada aos interesses empresariais. A visão de um número crescente de crianças pobres, órfãs e/ou abandonadas, em seu livre trânsito pelas ruas, praças, bares, casas de jogos, enfim, pelos espaços públicos da cidade, despertava as preocupações e os temores dos setores sociais dominantes. Essas preocupações aumentavam na medida em que a presença dos menores nas ruas seria identificada pela imprensa com o aumento de atos de desordem e vandalismo, que estariam sendo praticados por eles contra as propriedades particulares ou o patrimônio público, o que, certamente, representaria uma ameaça constante à tranquilidade dos cidadãos.

O problema da infância abandonada assumia, pois, nos discursos da imprensa ligada aos interesses empresariais, uma dupla dimensão. De um lado, a percepção de que a criança pobre constituía, enquanto corpo produtivo em potencial, o futuro do mercado de trabalho, que poderia estar sendo irremediavelmente comprometido pelo abandono e pela miséria, o que poderia resultar em trabalhadores pouco produtivos. De outro lado, a preocupação moral e política, com uma problemática que poderia vir a comprometer a própria nacionalidade em formação. Vista, ainda, como uma questão inerente ao progresso e crescimento da

cidade e, portanto, inevitável, o problema dos menores abandonados requeria, contudo, a proposição urgente de medidas que, se não resolvessem o problema, pudessem ao menos minorar seus efeitos mais imediatos.

Nesse sentido, tornar-se-iam recorrentes no discurso da imprensa reivindicações para que fossem criados órgãos assistenciais destinados a proteger e regenerar os menores "vadios e viciosos". Entre as justificativas para a criação de instituições assistenciais, percebe-se a intenção de circunscrever as crianças pobres em espaços determinados, onde seriam alvos de um rígido controle que as preservaria do contágio com o crime e os vícios a que sempre estariam expostas ao transitar livremente pelas ruas.

Mesmo reconhecendo como inevitável "a introdução de todos os vícios numa sociedade que progride", os elementos portadores desses vícios deveriam ficar confinados "a sua esfera própria", guardando "a distância que isola a parte sã da sociedade do seu fatal contágio (...)." Entretanto, como seria quase impossível segregar os vícios, que estariam se disseminando pela sociedade das mais diversas formas, restaria o recurso de, ao menos, tentar proteger o contingente das futuras gerações, impedindo-as de se contagiarem. Nesse sentido, principalmente no período compreendido entre 1916 e 1918, uma verdadeira campanha seria promovida através da imprensa chamando a atenção das autoridades e da sociedade em geral sobre o problema da infância abandonada. Na abordagem do problema, haveria, agora, uma preocupação crescente com os perigos que o aumento da delinquência infantil e juvenil nas grandes cidades representaria para a formação da nacionali-

dade.³⁹ Nessa perspectiva, "não apenas por caridade, mas por instinto de conservação da raça", mais do que nunca seria preciso encarar de frente o problema dos menores abandonados.⁴⁰ Para tanto, a criação de "uma escola disciplinar, para a infancia desnordeada e delinqüente" seria considerada como o "melhor e mais decisivo elemento de prophylaxia social".⁴⁰

A criação de um "Instituto Disciplinar", nos moldes do que já existia em São Paulo desde 1902, destinado a "incutir hábitos de trabalho, a educar e a fornecer instrução litteraria e profissional, (...) de preferencia agrícola",⁴¹ era um projeto acalentado pelas autoridades policiais e por elementos destacados da sociedade curitibana, desde o início do século.

A autorização para a criação de uma "Colônia Infantil Disciplinar e Premunitória", pela Lei nº 887, de 12 de abril de 1909,⁴² havia se revelado ineficaz. A instalação de um Instituto Disciplinar, insistentemente reclamado pelos chefes de polícia e pela imprensa, por razões de ordem econômico-financeira também seria protelada, embora a lei autorizando o seu funcionamento fosse aprovada em abril de 1918.⁴³

Entretanto, as dificuldades enfrentadas pelo Estado para a concretização dessas alternativas seriam reconhecidas tanto pela imprensa como pelos leitores dos jornais, que costumavam enviar cartas denunciando a "vagabundagem" e a "criminalidade infantil". Na impossibilidade de se efetivarem imediatamente as alternativas consideradas ideais, seriam propostas medidas paliativas que viessem, ao menos, minorar o problema. Essas propostas freqüentemente recaíam na

intensificação da ação policial, que deveria recolher os menores às prisões e, na melhor das hipóteses, encaminhá-los para a Escola de Aprendizes Marinheiros.

Diante das dificuldades de ordem prática que inviabilizavam a concretização de várias das alternativas usualmente propostas para a recuperação dos menores abandonados, observa-se, nos discursos que enunciavam soluções para o problema, duas tendências diferenciadas.

Sob a alegação de que o déficit crônico das finanças públicas impedia a efetiva criação de estabelecimentos disciplinares, surgiam propostas para uma atuação conjunta entre o Estado e a iniciativa privada.

Em sua mensagem ao Congresso Legislativo em fevereiro de 1920, o próprio presidente do Estado faria um apelo para a necessidade da cooperação da iniciativa particular para que fosse solucionado "o problema já agora inadiável da protecção à infância desvalida e moralmente abandonada."⁴⁴ De acordo com essa mensagem, seria necessário abandonar as preocupações de ordem sentimental e sair do campo da retórica para "o terreno da organização prática". Nesse sentido, seria preciso incentivar as iniciativas particulares, "prestando-lhes toda sorte de auxílio official", com vistas a "proteger a infancia e a adolescencia, que o abandono material atira para o terreno do crime e da degradação (...)"⁴⁵

Uma das sugestões apresentadas nesse sentido seria o estabelecimento de acordos entre o Estado e algumas ordens religiosas, que assumiriam a tarefa de recolher os menores abandonados em suas instituições, com a finalidade de recuperá-los através do trabalho, do ensino e da moral cristã.

Entre o governo em accordo com os religiosos (...) confie-lhes a competencia e ao cuidado as multidões de menores vadios que (...) perambulam nas vias publicas, e terá feito obra patriótica e saudável, com esforço mínimo e despesa diminuta. ⁶⁶

Desde os meados dos anos dez, um outro tipo de discurso, bem menos freqüente do que aqueles que apontavam para a necessidade de internamento dos menores em instituições disciplinares, propunha como alternativa a esses estabelecimentos a colocação dos menores "sob a tutela das pessoas que voluntariamente se encarregarem de sua criação".⁶⁷ Essa proposta parecia se relacionar com a prática de se "adotar" crianças ou adolescentes, abandonados ou não, para serem utilizados como mão-de-obra doméstica. Segundo denunciava o *Comercio do Paraná*, em meados de 1914, esse era um

costume muito em voga n'esta capital, de tirar-se do poder de paes ou parentes pauperrimos, sob pretexto de as criar e educar, desventuradas crianças que uma vez entregues a esses improvisados protectores, são selvagememente tratadas, exigindo-se-lhes em trabalhos domésticos muito alem do que podem fazer pela sua idade ou compleição organica. ⁶⁸

A ineficiência por parte do Estado ou da iniciativa particular em adotar medidas que efetivamente retirassem das ruas o contingente cada vez maior de menores resultava na intensificação da ação repressiva da polícia. As notícias de constantes prisões de crianças e adolescentes que, pela prática de pequenos delitos, eram recolhidos às prisões comuns, junto com adultos criminosos, suscitavam as críticas daqueles que se preocupavam com o futuro da nacionalidade. Diante disso, cresciam as reivindicações para que fossem

criadas, com urgência, instituições disciplinares exclusivas para os menores. Por outro lado, apontavam-se os perigos que representaria a convivência forçada entre os menores delinquentes e aqueles que, por serem órfãos, abandonados, ou simplesmente vadios, seriam igualmente internados em escolas correcionais. Nessa perspectiva, "a influência do meio" e a convivência forçada com outros indivíduos "mais viciosos", poderiam ter um resultado contrário ao esperado. Portanto, para essa corrente de opinião, a melhor alternativa, ainda, seria a de que "a protecção do Estado" se limitasse "á assistência pecuniaria, (...) e na escolha de lares altruísticos onde os seus caracteres possam melhor se formar".⁴⁹

Em contraposição a esses discursos mais preocupados com a assistência e a protecção à infância, emergia um discurso econômico que, "percebendo a criança como corpo produtivo, futura riqueza das nações",⁷⁰ tratava de chamar a atenção das autoridades e da sociedade em geral para os perigos que a mortalidade infantil e o abandono em que sobrevivia boa parte da infância e da adolescência do país poderiam representar para o futuro do mercado de trabalho. Nesse sentido, uma das questões que se colocavam seria onde buscar os trabalhadores para o campo e para as indústrias, senão, em grande parte, entre esse "exército de infancia e mocidade minada de incapacidades, (...) sem escolas, sem vigilância e sem moralidade, que se perde na ociosidade e na miséria!"⁷¹

No Estado do Paraná, cuja "vocaçào agrícola" costumava ser apontada com freqüência, a proposição do aproveitamento do

contingente de braços representado pelos menores "vadios" e "viciosos" que perambulavam pelas ruas das cidades, teria acolhida certa entre os setores privilegiados da sociedade. Nessa perspectiva, a fundação de patronatos agrícolas seria apresentada como o meio ideal para "o aproveitamento da infância viciosa, que aprendendo a plantar(...) seria mais util ao nosso paiz do que no desportismo do vicio e da malandragem".⁷⁶

Portanto, a simples segregação dos menores já não seria considerada o meio mais adequado para a solução dos problemas da infância abandonada. Mais do que isso, tratava-se de garantir a "regeneração" de todo um contingente de crianças e adolescentes que, em última instância, representaria o potencial de braços para o futuro mercado de trabalho. A criação de instituições que, além de retirar das ruas os menores "vadios e viciosos", "regenerando-os" pelo trabalho e pelo ensino, teria, ainda, a vantagem adicional de aliviar o ônus representado tanto pela sua própria manutenção, como pela manutenção futura das instituições de repressão ao crime.

Creando agora colonias infantis, patronatos agricolas e escolas premunitórias, não furtamos somente a um negro destino essas pobres flores da sargeta: - libertamos a sociedade de um pesadelo futuro e dos grandes onus com a manutenção de dispendiosos e quasi sempre inuteis aparelhos de repressão do crime.⁷⁷

Entre o final da década de dez e o início da década de vinte, quando já seria possível falar da existência, em Curitiba, de um setor industrial relativamente desenvolvido, às

propostas de criação de patronatos agrícolas e colônias infantis seriam acrescentadas sugestões para que fossem criados, na cidade, "estabelecimentos de ensino profissional e intellectual que encaminhassem os menores abandonados, ou não, para o bem e para o trabalho honesto".⁷⁴

Nesse aspecto, observa-se, então, um desdobramento nos discursos que falavam dos problemas da infância abandonada. Tendo-se em conta não apenas a preservação moral da sociedade, mas a própria garantia do mercado de trabalho, por "crianças abandonadas" passa-se a designar, inclusive, aquelas cujos pais as "lançam na via pública, esmolando à mercê da corrupção e do vício (...)"⁷⁵

Portanto, a crença na força moralizadora e regeneradora do trabalho poderia justificar, dali em diante, até mesmo a separação daquelas crianças de "pais indignos",⁷⁶ que, ao invés de enviá-las à escola, permitiam que perambulassem pelas ruas, expostas aos perigos de contágio com toda sorte de vícios e crimes e, pior do que isso, estimulando nelas a negação do trabalho.

Além da situação de abandono material e moral da infância, um outro aspecto ligado à questão da garantia do mercado de trabalho dizia respeito à da mortalidade infantil. Esse problema chegaria a ser analisado, por alguns especialistas, como um fator de ordem econômica mais do que de ordem social. Considerando-se o homem uma "máquina de trabalho" e que enquanto tal valeria pelo que produzisse, determinava-se, inclusive, um valor monetário diferenciado para homens e mulheres, de acordo com sua capacidade de

produção.⁷⁷ Sob essa ótica, em 1923, um médico de Curitiba faria uma análise sobre as taxas de mortalidade infantil durante o decênio anterior, a qual teria causado à cidade um "prejuízo" de cerca de 58 mil contos de réis. Em sua opinião, esse seria o lado utilitário do problema da infância abandonada, que, mais do que nunca, estaria a requerer medidas objetivas para sua resolução. A instalação imediata de "um serviço de puericultura intenso" seria uma das alternativas para diminuir os índices da mortalidade infantil.⁷⁸ Além disso, apontava-se a conveniência da criação de "asylos para menores, maternidades, a gotta de leite, os consultórios clínicos", como outras tantas "instituições que devem florescer porque são necessárias".⁷⁹

Dentre o variado elenco de instituições destinadas à "regeneração" dos menores "vadios e viciosos", havia uma que, por se encontrar entre as práticas em curso nos "países civilizados e progressistas", seria vista com interesse crescente. Essas instituições seriam as escolas profissionalizantes, consideradas como um dos meios ideais para afastar "os infelizes menores" do destino fatal "dos presídios, onde quase sempre, longe de se corrigirem, avivam os maus instintos e se tornam libertários extremados, anarquistas temíveis".⁸⁰

Desse modo, a imagem da escola profissionalizante passaria a reunir os atributos de lugar estratégico, onde, além de se transmitir aos filhos dos pobres, hábitos civilizados, segundo Margareth RAGO, cuidar-se-ia sobretudo de "evitar a formação de espíritos descontentes, desajustados e rebeldes".⁸¹ Vale dizer, tratava-se de mais uma estratégia

para formar um contingente de mão-de-obra dócil e submisso, adequado às exigências do capital.

2.4 CIDADÃOS DE SEGUNDA CLASSE

Em princípios de 1913, a empresa de bondes de Curitiba seria acusada de somente permitir o transporte em seus veículos, de passageiros que se apresentassem decentemente trajados, conforme previa a cláusula 36 do contrato de concessão de serviços.

Nos carros de primeira classe só poderão viajar as pessoas decentemente vestidas e limpas, calçadas de botinas, com collarinho e gravata, cabendo ao conductor fazer retirar dos mesmos carros, aquelles, que não se apresentarem nessas condições, para o que poderá requisitar o auxílio da policia.⁸²

No entanto, pelo mesmo contrato, a empresa deveria fazer circular "carros de segunda classe para as classes proletárias", requisito que não estaria sendo cumprido. Em vista disso, segundo denúncia do *Comercio do Paraná*, muitas pessoas que poderiam vir de bonde do Portão ao centro da cidade não o faziam por não poderem se apresentar nos trajes exigidos. Criticando essa "medida draconiana", o jornal esclarecia que o contrato de concessão continha uma outra cláusula que obrigava a empresa a transportar os passageiros, independentemente das condições em que se apresentassem, "salvo as normas usuas de moral e ordem (...)", não podendo, portanto, "proibir a entrada nos carros aos operários, ou pessoas que não obedeçam as exigências (...), enquanto não estabelecer os carros de segunda classe (...)".⁸³ Desse modo, as críticas não se

dirigiam ao regulamento "draconiano" que estabelecia uma rígida segregação entre os passageiros "de primeira e segunda classes". Ao invés disso, criticava-se apenas o não-cumprimento integral das cláusulas contratuais, reforçando-se a norma pela qual os pobres deveriam ficar restritos ao "seu lugar", isto é, à segunda classe.

Enquanto "cidadãos de segunda classe", os pobres e trabalhadores seriam percebidos, no discurso dos setores sociais privilegiados, também como seres ignorantes e incautos, incapazes de gerir suas próprias vidas e, portanto, incapazes de exercer plenamente a condição de cidadania.

Um exemplo seria o discurso da imprensa ligada aos interesses empresariais, quando da promoção de campanhas de moralização dos costumes da população, como no caso do combate ao vício do jogo. Segundo seus detratores, no início do século, o vício do jogo do bicho atingia indistintamente as diversas camadas da sociedade curitibana: "a jogatina actual de Coritiba sóbe as escadarias dos palácios, assim como penetra nas cabanas".²⁴ Entretanto, os piores efeitos desse vício, sem dúvida, far-se-iam sentir entre as "classes desfavorecidas", pois o jogo do bicho "rouba ao pobre os seus poucos meios de subsistência... E não raro, lá se vão também o brio e a vergonha..."²⁵ Um aspecto desse problema que mais escandalizava aqueles que se arvoravam em defensores da moral pública se referia ao envolvimento, na "febre do jogo do bicho", das crianças "em sua quase totalidade filhos de operários pobres, (...) n'um desenvolvimento precoce de instintos depravados, favorecidos já pelo meio desorganizado

de onde veem essas criaturinhas, sem disciplina e sem pão".²⁶

Desse modo, o discurso moralizador distinguia o operário e sua família como os alvos mais vulneráveis aos malefícios da jogatina, que os arrastaria à miséria, pois não teriam "a força precisa" para resistir "aos vícios e às más companhias".

Em regra somos infensos a intervenção da polícia em actos da vida privada dos cidadãos, principalmente, em se tratando de pessoas que sabem ou devem saber se conduzir, mas, a polícia cabe evitar em nome da lei a exploração de incautos e de homens simples por uma dúzia de espertalhões sordidos que os arrastam a essas casas de tavolagem.²⁷

Os princípios liberais do respeito à individualidade e à privacidade dos cidadãos não se aplicavam, portanto, aos pobres, aos operários, pessoas "incautas" e "simples", insuficientemente capacitadas, do ponto vista moral e intelectual, para resistir aos vícios. Em consequência, parecia natural que a sua vida particular sofresse até mesmo a interferência da polícia que, amparada pela lei, teria todo o direito de intervir, determinando comportamentos e até as formas de lazer mais adequadas para esses "cidadãos de segunda classe".

Os pobres, percebidos pelos setores sociais dominantes como incautos, incapazes de gerir sua própria vida, atrairiam sobre si todo um conjunto de discursos que os transformava em alvos privilegiados da empresa de moralização e modernização da sociedade.

De acordo com Maria Stella M. BRESCIANI, na base desses discursos estaria a idéia da "bipartição humana entre razão e

instinto"⁶⁹ e, no caso do homem pobre, a parte predominante seria o lado instintivo, ou irracional. Isto porque, a ausência de riqueza material, que lhe impossibilitaria o acesso à instrução e à participação política, tornava-o um ser incompletamente moralizado. Partindo-se desse princípio, seria perfeitamente justificável que representantes dos setores sociais privilegiados se autoinvestissem da tarefa paternalista de orientar e conduzir a vida dos pobres, ignorantes e pouco civilizados.

2.5 TRABALHADORES NACIONAIS E ESTRANGEIROS

Quando da formação do mercado de trabalho livre no Brasil, o imigrante europeu seria visto, por importantes segmentos das classes dirigentes, como a opção ideal para a substituição da mão-de-obra escrava e a própria formação da nacionalidade.

Os defensores da imigração européia arrolavam, entre outras razões, a suposta superioridade do trabalhador europeu sobre o nacional. Essa superioridade estaria expressa não somente nos seus conhecimentos técnicos mais avançados, mas, sobretudo, em qualidades como o amor ao trabalho e à ordem, o desejo intrínseco de progresso e a morigeração de costumes.

Em certos momentos, porém, estabeleceu-se um choque de opiniões entre aqueles que defendiam a alternativa imigratória e os nacionalistas liberais, que defendiam a utilização da mão-de-obra dos nacionais livres e a sua integração à sociedade pela via do trabalho, chegando-se, inclusive, à discussão de questões polêmicas como a da propriedade da terra.⁷⁰

Apesar de os discursos imigrantistas terem se sobreposto aos da corrente emancipacionista, houve momentos, já ao findar o século XIX e mesmo durante o século XX, em que algumas vozes se levantaram para denunciar o que entendiam como o tratamento discriminatório dispensado pelos governos aos trabalhadores nacionais, perante as vantagens concedidas aos de origem estrangeira. Nesse sentido, em meados de 1898, um jornal de Curitiba denunciaria a proteção do governo ao trabalhador estrangeiro, enquanto ao trabalhador nacional essa mesma proteção estaria sendo negada. Ainda, de acordo com o texto, os trabalhadores estrangeiros retribuía com "ingratição" as vantagens a eles concedidas, pois evitavam falar a língua nacional, não se preocupando sequer em ensiná-la aos filhos aqui nascidos, que enviavam, preferencialmente, às escolas das respectivas nacionalidades.⁷⁰

Embora a polêmica entre as correntes imigrantista e emancipacionista⁷¹ estivesse vencida desde a segunda metade do século XIX, com a vitória da primeira, ainda em certos momentos do início do século XX⁷² essa discussão reapareceria. Um exemplo nesse sentido seria resultante do clima de tensões causado pela Primeira Guerra Mundial, quando renasciam ou se aprofundavam os sentimentos de xenofobia entre algumas parcelas da população brasileira em relação aos estrangeiros, especialmente aos alemães.

Em Curitiba, não foram poucos os episódios de hostilidade aos estrangeiros ou aos seus descendentes durante o

período da Guerra. Isso pode ser notado nos apelos do Chefe de Polícia do Estado para os cidadãos se absterem de participar de "reuniões e comícios populares, à noite (...) e, ao mesmo tempo, (...) não cometerem nenhum atentado contra as pessoas e propriedades dos sudditos allemães", pois tal atitude representaria um desrespeito à Constituição e à Bandeira brasileiras, sob cuja proteção se encontravam.⁷³

Nesse clima, alguns nacionalistas se colocavam contra o que, no seu entender, seriam os privilégios concedidos aos estrangeiros em detrimento do trabalhador nacional:

Devemos tomar em consideração o grande número de famílias brasileiras que não tem terras vivendo quasi sem abrigo, muitas sendo enxotadas das posses que fizeram em terras incultas. Devem receber lotas para serem por ellas cultivados como são dados a estrangeiros.⁷⁴

Contudo, as vozes que defendiam um tratamento equitativo entre trabalhadores imigrantes e nacionais seriam suplantadas por aquelas que viam no imigrante europeu a solução ideal para "povoar" e "civilizar" o país. A defesa incondicional da vinda dos trabalhadores europeus para suprir o mercado de trabalho livre, por segmentos importantes dos setores dirigentes do país, esteve informada, em grande medida, por preconceitos raciais que viam na superioridade da "raça branca européia" a saída para a "regeneração" da nacionalidade brasileira, que estaria fatalmente comprometida pelas influências negativas de negros, índios e mestiços. Assim, as qualidades ideais atribuídas aos europeus seriam aquelas que viessem a ser, no futuro, os atributos da população nacional, que as haveria de adquirir na medida da

convivência e da integração dos imigrantes em seu meio. Nesse sentido, os imigrantes alemães e italianos seriam considerados como portadores das virtudes do trabalhador ideal.

Ninguém negará, que o colono allemão seja utilissimo ao paiz, pela sua actividade e intelligencia, indole pacifica, disciplinada e ordeira. A Italia pela afinidade, e pela beleza incomparavel da lingua, pelo poder natural do italiano, pela arte e pela sua admirável resistênciã physica e o gosto pela agricultura, e pelo gosto acentuado pela moralidade. O nosso paiz é um deserto e precisa ser povoado não por negros de Barbados ou da Norte América como se está fazendo no Pará, mas por povos não depravados e sim viris trabalhadores. 95

Forte, inteligente e disciplinado, de índole pacífica e ordeira, com pendores para o trabalho agrícola e, além de tudo, portador de bons costumes, eis o modelo ideal do trabalhador. Essas seriam as qualidades requeridas para o trabalhador brasileiro que, se não as possuía desde sua origem, iria adquiri-las forçosamente, povoando-se o país com os trabalhadores europeus.

Entretanto, o contato direto com as sucessivas levas de imigrantes que chegavam a Curitiba fez com que boa parte desses mitos caísse por terra. O choque entre as expectativas, valores e tradições culturais, trazidos pelos imigrantes, e a sua imagem idealizada pelos setores sociais dominantes resultou que, em pouco tempo, esses trabalhadores passassem a ser vistos como portadores de vícios, doenças e hábitos de higiene inadequados. Mais do que isso, porém, seriam as suas reações de inconformismo com as condições de trabalho aqui encontradas, expressas muitas vezes em greves e protestos coletivos, que colocariam em xeque a sua imagem de trabalhador ideal. Vistos, então, como portadores de idéias e doutrinas

"exóticas", que poderiam colocar em perigo a ordem instituída, os trabalhadores imigrantes seriam considerados, em alguns momentos, como um risco a mais para a nacionalidade que deveriam ajudar a formar.

2.6 A CRISE DO TRABALHO - DESEMPREGADOS, VADIOS E ANARQUISTAS

Em meados da segunda década deste século, a situação econômico-financeira do Paraná seria atingida pelos efeitos da Primeira Guerra Mundial e agravada por uma queda considerável da participação do mate no valor das exportações do Estado.

Vários fatores contribuíram para a crise que atingiu duramente a atividade ervateira nesse período e, por via de consequência, a economia paranaense como um todo. Primeiramente, a Argentina, nosso principal mercado importador, havia iniciado, a partir de 1913, o plantio de ervais em seu território, reduzindo progressivamente as importações da erva bruta ou cancheada do Paraná. Além disso, Argentina e Uruguai aumentavam os entraves aduaneiros à importação da erva beneficiada brasileira, com vistas à proteção da sua nascente indústria de beneficiamento. Acrescente-se, também, a campanha promovida nestes países, denunciando as "impurezas" do mate beneficiado do Paraná, o que contribuiu ainda mais para o agravamento da crise. Finalmente, a deflagração da Primeira Guerra Mundial, que provocou uma queda generalizada nas exportações, veio agravar a falta de capital de giro, levando à insolvência vários produtores ervateiros.⁷⁶

A conjugação desses fatores nocivos à economia ervateira irá, provocar, durante toda a segunda metade da segunda década desse século, a crise mais prolongada e mais violenta de todo o período de vida autônoma do Estado do Paraná. Esta crise provoca um desemprego bastante elevado no Estado e deprime, conseqüentemente, os salários a níveis bastante baixos.⁹⁷

As denúncias da imprensa sobre a situação de crise se relacionavam tanto aos problemas que atingiam de forma mais imediata os interesses do empresariado, quanto às conseqüências para a vida dos trabalhadores, que tinham seus salários reduzidos, ou simplesmente perdiam seus empregos. A constatação desses efeitos levaria parte do empresariado a propor medidas paliativas, que, se não resolviam os problemas, poderiam, ao menos, minimizá-los, reduzindo as expectativas de revolta por parte dos trabalhadores, um temor constante no discurso do empresariado em épocas de crise.

Em meados de 1914, "alguns negociantes e industriaes desta praça", em carta à redação do *Commercio do Paraná*, denunciavam a crise do trabalho que se abatia sobre a capital paranaense. Credenciando-se como "fatores de progresso", faziam algumas propostas com vistas a "alliviar da miséria os mais necessitados":

Ao envez de certos estabelecimentos e officinas (...) despedirem seus empregados, prejudicando enormemente o commercio em geral, muito mais razoavel seria que conservassem no trabalho o mesmo numero de empregados, reduzindo até 50% dos seus salários até que se normalizasse a quadra financeira.⁹⁸

Mais tarde, referiam-se a algumas grandes empresas da Capital, como a Estrada de Ferro, as companhias de bondes e de eletricidade, alguns grandes engenhos, bem como pequenas

indústrias, que estariam simplesmente procedendo a um corte radical nos seus quadros de empregados. Argumentando que a redução de salários sem dispensa dos trabalhadores seria, além de prática, também uma medida "humanitária", alertavam sobre os perigos que poderiam advir de tal situação. Vale dizer que os desempregados, não tendo como sobreviver, poderiam juntar-se "às fileiras dos fanáticos", o que já acontecia em alguns casos, contribuindo, assim, para agravar a ameaça à propriedade privada no interior do Estado.*

Frente à crise de desemprego, o jornal *Commercio do Paraná* colocou-se ao lado da parcela do empresariado que se posicionava pela redução dos salários como alternativa à dispensa dos trabalhadores. Contudo, não adotaria rigidamente essa postura, pois teria sempre o cuidado de afirmar que não se poderia condenar aqueles empresários que procurassem resolver suas dificuldades "pelo modo mais prático e mais natural", isto é, demitindo os trabalhadores. Nesse caso, os empresários estariam defendendo interesses que seriam "tão legítimos quanto [os] dos homens de trabalho".⁷⁹ Entretanto, cuidava-se de ressaltar que "a redução geral nos vencimentos" colocaria os patrões numa "posição humana e sympathica",⁸⁰ tal como já vinha ocorrendo em São Paulo e Rio de Janeiro. De outro lado, se essa alternativa não fosse adotada, sugeria-se que "os homens do trabalho" retornassem ao campo e se dedicassem ao cultivo da terra, pois, num país como o Brasil, não deveria haver razões para a ameaça da fome.

*Nessa época, a imprensa dava ampla cobertura à disputa de limites entre Paraná e Santa Catarina - a questão do Contestado. As matérias relacionadas a esse assunto davam especial destaque às ações dos "fanáticos", tais como o saque e o roubo de gado em fazendas e pequenas localidades do interior, expressando, ao mesmo tempo, o medo de que essas ações atingissem as cidades maiores.

Aquelles que porventura forem forçados a deixar as oficinas (...), não devem cruzar os braços (...). Diante do perigo a resolução deve ser imediata. A agricultura pode assegurar a todos quando menos à subsistência (...)¹⁰¹

Nessa perspectiva, seria lembrado o exemplo de São Paulo, cujo governo formara uma comissão encarregada de encaminhar os desempregados para trabalhar nos cafezais, fornecendo-lhes, inclusive, passagens gratuitas. No caso do Paraná, segundo o discurso da imprensa, essa estratégia também seria possível, desde que se facilitasse aos desempregados nacionais a aquisição de lotes vagos, que ainda existiriam nas colônias.¹⁰² Propostas como essa parecem ter encontrado ressonância na esfera do governo estadual, pois, já em setembro de 1914, seria anunciada a autorização que o presidente do Estado obtivera do governo federal para a concessão de lotes nos núcleos coloniais do Estado, para onde deveriam ser encaminhados os trabalhadores desempregados.

No entanto, a crise do desemprego parecia se agravar e, a julgar pelo noticiário da imprensa, diariamente novos cortes de pessoal estariam sendo efetuados pelas empresas.

Todas as empresas do Estado, obrigadas pelas circunstâncias da época, haviam dispensado funcionários e operários, e daí a previsão de graves sucessos que poderiam perturbar a ordem pública e a vida particular em nossa terra.¹⁰³

Em Curitiba, as ruas estariam infestadas de "cidadãos fortes, robustos, cheirando sempre à cachaça que, cumprimentam as pessoas que julgam susceptíveis (...) e acabavam sempre por pedir dinheiro".¹⁰⁴

A presença de um cortejo de desempregados vagando pelas ruas da cidade, fosse em busca de trabalho ou, até mesmo, de uma esmola, inspirava medo e preocupações às "pessoas de bem", que temiam, sobretudo, a possibilidade de manifestações de revolta e insubmissão que pudessem abalar a ordem instituída.

Além disso, a identificação dos motivos reais que faziam com que homens "fortes e robustos" estivessem fora das fábricas e oficinas nem sempre seria muito fácil para boa parte daquelas pessoas. A conclusão mais imediata seria a de que homens "sadios e fortes" que não trabalhavam só poderiam ser "vadios" e, nesse caso, deveriam ser afastados do convívio social, ou ser, reintegrados, compulsoriamente, ao mundo do trabalho.

Entretanto, em meio a essas constatações apressadas, umas poucas vozes apontariam para alguns aspectos essenciais da questão. Um exemplo seria a discussão travada acerca dos operários desempregados, entre o Dr. Pamphilo D'Assumpção, advogado e ex-presidente da Associação Commercial do Paraná, e o deputado e empresário Alfredo Heisler.

Em março de 1916, através do *Commercio do Paraná*, o Dr. Pamphilo D'Assumpção relatava ter sido procurado por dois operários, que, em nome de outros companheiros, o haviam colocado ao par da difícil situação em que se encontravam. Esses operários estavam desempregados e, apesar de procurarem um novo emprego em fábricas ou casas comerciais da cidade, não eram aceitos, pois as empresas alegavam estarem reduzindo pessoal. Ainda, segundo o depoimento desses operários, muitas fábricas e casas comerciais, principalmente as que pertenciam

a estrangeiros, estariam enviando grandes somas de dinheiro para seus respectivos países, a título de auxílio, devido à guerra. De acordo com os trabalhadores, tratava-se de dinheiro nacional que, ao invés de ser aplicado dentro país para garantir-lhes o emprego, estaria sendo desviado para o exterior.

Em seu arrazoado, o Dr. Pamphilo D'Assumpção, sem deixar de lado seus princípios liberais, reconhecia o direito, tanto de nacionais como de estrangeiros, de "dispor do que é seu pelo modo que melhor lhes convenha". Ao mesmo tempo, porém, lembrava que, sempre que o uso desse "direito soberano" afetasse a vida da coletividade, o caso deveria merecer a atenção do poder público. De fato, reconhecia que grandes somas estariam sendo enviadas à Europa, fazendo falta à economia nacional e prejudicando particularmente "as classes proletárias". Nesse sentido, chamava a atenção para o perigo que representaria a miséria dos trabalhadores, agravada pelo desespero da busca inútil por trabalho.

Nem sempre a lógica da necessidade é a mais razoável. Filha da paixão e da indignação do pobre contra os abastados, ella chega às conclusões que nem sempre estão de acordo com o que as sociedades estatuiram como norma do direito e da justiça. Por isso mesmo o raciocínio das camadas profundas da collectividade é perigoso. Traduz-se na convicção de que [se] a ordem social não é razoável, faz-se mister destrui-la.¹⁰⁵

Nessas circunstâncias, pensava ser urgente a adoção de medidas corajosas, isto é, que se deixasse o terreno das divagações e se procurasse soluções concretas para evitar o que, no seu entender, seria o mal maior, ou seja, a convulsão social.

Em contraposição ao ex-presidente da Associação Comercial, o deputado e comerciante Alfredo Heisler sairia em defesa dos "empresários estrangeiros", atacando os operários desempregados e sugerindo que fossem trabalhar na lavoura. Segundo o Sr. Heisler, alguns operários o haviam procurado, "em sua grande parte exhalando de longe o cheiro da cachaça, (...) pedindo trabalho com a intenção de esmolar".¹⁰⁶ Em resposta, o Dr. Pamphilo D'Assumpção afirmaria que os operários que o haviam procurado não eram "cachaceiros", como dissera o deputado, ao contrário, "eram homens do trabalho".¹⁰⁷ Em seguida, colocaria em evidência as contradições das propostas que frequentemente apontavam a ida dos trabalhadores para o campo, como solução para os problemas do desemprego.

Mas sabe o sr. Heisler, o que é lavrar a terra para tirar o próprio sustento, para quem faz a sua profissão no malho e na bigorna, (...)?

Depois a terra não se tem de graça, não se tem a semente, nem a enxada, o ancinho, o arado, a semeadeira. Tudo depende do capital e esse não se confia aos homens, que no dizer do sr. Heisler são cachaceiros (...).

Na verdade, não é justo que vão os nossos proletários esgaravutando a terra enquanto se manda para a Europa ouro.¹⁰⁸

Em que pesem as dissensões entre esses dois representantes do empresariado curitibano, ficava evidenciada a restrição da oferta de emprego na Capital. Sem muitas alternativas para garantir a sua sobrevivência, os trabalhadores desempregados viam-se, muitas vezes, na contingência de apelar para a caridade pública. Nessas circunstâncias, o prolongamento da crise e a visão de um desfile de desempregados pelas ruas da cidade continuariam a

preocupar os setores privilegiados da sociedade curitibana, que prosseguiram na sua cruzada contra um fenômeno que consideravam externo à cidade: a vadiagem.

Em meados de março de 1916, circulavam pela imprensa local notícias de que a polícia do Estado de São Paulo estaria "exportando criminosos e vagabundos"¹⁰⁹ para o Paraná. Esse dado viria corroborar a idéia de que a miséria e a vadiagem seriam fatores externos à cidade, um estado de morbidez social que, se existia em centros maiores e mais populosos, não teria razão de existir na capital paranaense.

Coritiba, (...) cidade nova e habituada à vida laboriosa, não é "habitat" próprio à classe dos vagabundos. Eles se destacam logo no meio da população que os repelle.

Não temos como o Rio e São Paulo essas grandes zonas urbanas onde viceja esse parasitismo pernicioso. Basta um pouco de vigor policial e de pertinácia e rigor para que o mal desapareça.¹¹⁰

Ao contrário da polícia paulista, a polícia paranaense merecia os louvores da imprensa, pois, ao invés de simplesmente "exportar" os vagabundos e mendigos para os estados vizinhos, estaria tomando providências mais eficazes, uma vez que, "(...)respeitando a liberdade desses desclassificados" procurava levá-los para o "bom caminho".¹¹¹ Nesse sentido, os indivíduos autuados por vadiagem deveriam procurar trabalho num prazo determinado e, caso não o fizessem, seriam enviados para o interior para trabalharem na conservação de estradas. Em maio de 1918, "uma turma de desocupados que no prazo dado não se empregara em serviço honesto",¹¹² fora encaminhada para os trabalhos de conservação da estrada para o Tietê.

Entretanto, essas medidas pareciam não apresentar a eficácia esperada, pois, já em meados de 1916, a imprensa registrava várias reclamações de leitores que acusavam o "reaparecimento" de vadios e mendigos nas ruas da capital, o que estaria demonstrando "um afrouxamento na vigilância da polícia". Ao mesmo tempo, os comentários dos jornais sobre um suposto aumento no número de casos de furtos acabavam sendo relacionados a um suposto aumento de vadios e mendigos nas ruas da cidade.

Nesses discursos, vai-se operando de uma maneira cada vez mais clara e direta uma aproximação entre as categorias "vadio" e "criminoso". Nessa perspectiva, até mesmo o direito elementar de liberdade seria considerado supérfluo para aqueles indivíduos que não se integravam ao mundo do trabalho.

Parece (...) que são dotados de uma natureza diferente daquelles que tem a preocupação da luta pela vida, (...). São indivíduos completamente inúteis, (...) em regra geral elles só tem tendencia para o vício e para a pratica do mal, acabam sempre cumprindo penas nas casas de correções (...). Para elles a liberdade é um mal e os direitos civis de que gosam todos os cidadãos livres, são lhes inteiramente desconhecidos.¹¹⁹

Apesar de todas as preocupações em fazer com que diminuísse o número de "vadios" na cidade, ainda em fins de 1918 o *Comercio do Paraná* continuaria registrando reclamações de leitores que acusavam a permanência do problema da "vadiagem" em Curitiba.

Além disso, o crescimento do movimento operário, com a sucessão de greves no período 1917-20, trazia para as ruas as

contradições do mundo do trabalho, as quais vinham se acrescentar àquelas do não-trabalho, que estavam sendo constantemente apontadas à opinião pública, pelos jornais, sob os rótulos de "mendicidade" e "vadiagem". A aproximação entre esses discursos acabaria por estabelecer uma ponte entre mendigos, vadios, trabalhadores grevistas e criminosos, isto é, entre os vários grupos sociais percebidos como "indesejáveis" para uma sociedade que se pretendia culta e civilizada.

Nesse sentido, ao final da segunda década deste século, um conjunto de estratégias visando excluir do meio social aqueles que, de qualquer modo, não se integrassem ao mundo do trabalho seria adotado pelo poder público, numa ação coordenada a partir do governo central.

Assim, em princípios de 1919, o Chefe de Polícia do Estado, em consonância com a política de controle e repressão que emanava do Distrito Federal, baixava medidas que visavam "uniformizar a defesa da ordem pública contra os "maos elementos estrangeiros".¹¹⁴ Com essa finalidade, seriam enviadas ao delegado de polícia marítima e aos delegados dos distritos limítrofes com países vizinhos - Argentina e Paraguai -, as seguintes instruções:

Impedir que penetrem no território do Estado: a) Gaftens; b) Ladrões; c) Anarchistas, entendendo-se como taes todos aquelles individuos que forem conhecidos como adversários do regimen do direito ou partidarios da acção directa.¹¹⁵

Desse modo, incluíam-se entre os indesejáveis, além dos criminosos comuns e dos contraventores, aqueles que representavam uma ameaça concreta à ordem instituída na sociedade do trabalho. Nessa perspectiva, não se pode realmente estranhar a aproximação que facilmente se fazia entre os anarquistas e os vagabundos, nos discursos que procuravam desgastar perante o público a imagem de determinados líderes do movimento operário.

As estratégias de exclusão dos "indesejáveis" atingiam, simultaneamente, alvos diversos, isto é, os inválidos, indivíduos incapacitados para o trabalho, os vadios, ou seja, aqueles que, inexplicavelmente, se negavam ao trabalho e, ao mesmo tempo, as lideranças operárias, capazes de insuflar a insubordinação no mundo do trabalho.

Tendo em consideração que o Poder Público precisa velar pela economia do país, evitando que meros parasitas aqui aportem, não deve ser permitido que penetrem também no território do Estado os estrangeiros não residentes no país que forem cegos, paralyticos, loucos, mutilados, incapazes de trabalhar, salvo se vierem em companhia de parentes ou a estes forem encaminhados para lhes darem assistência efectiva.¹¹⁶

Assim, fechavam-se as fronteiras do Estado para todos os "parasitas", incapazes de prover seu próprio sustento e de contribuir para a economia local com os frutos do seu trabalho. Não há dúvidas, porém, que os alvos principais dessa estratégia de seleção seriam os anarquistas, e isto ficaria claro na Mensagem do Presidente do Estado ao Congresso Legislativo, em princípios de 1919, ao elogiar os resultados positivos da ação policial no ano anterior:

A Chefia de Policia em combinação com o illustre Chefe de Policia do Rio de Janeiro, tomou as mais severas medidas preventivas para evitar invasão dos indesejáveis no nosso território, principalmente dos portadores de doutrinas anarquistas e sectarias.¹⁷

Desse modo, ficava bastante clara a intenção das estratégias de controle coordenadas pelo poder público, com vistas a evitar o quanto possível a presença no meio social daqueles indivíduos que, por suas idéias e práticas contestatórias ao sistema capitalista, representavam uma ameaça à ordem instituída e à própria empresa de modernização da sociedade curitibana.

2.7 O PERIGO DAS "DOCTRINAS EXÓTICAS"

As expectativas longamente acalentadas pelos setores privilegiados da sociedade curitibana acerca do trabalhador imigrante seriam frustradas, principalmente, na medida em que se identificariam os imigrantes como portadores de certas "idéias avançadas" trazidas da Europa, a exemplo do "anarchismo" ou do "socialismo egoísta",¹⁸ as chamadas "doutrinas exóticas" que, no entender daqueles setores, poderiam instalar o caos no país.

Desde o início do século XX, os discursos da imprensa ligada aos interesses empresariais, revelavam a crença de que as "doutrinas sociais", identificadas como atributos dos trabalhadores estrangeiros, nenhuma razão teriam para florescer no Brasil. Em outras palavras, a sociedade brasileira nada teria em comum com os problemas das sociedades européias, onde essas doutrinas haviam se originado. Na

verdade, até meados dos anos dez deste século, as preocupações com as idéias anarquistas e socialistas entre os trabalhadores aparecem pontualmente nos discursos de setores privilegiados da sociedade curitibana. Porém, a partir dos movimentos grevistas do período 1917-20, tais preocupações passam a freqüentar esses discursos com maior insistência.

É o caso, por exemplo, do jornal *Comercio do Paraná*, cujo posicionamento aparentemente ambíguo frente ao movimento operário chegava, algumas vezes, a provocar críticas por parte dos seus leitores ou de seus pares.¹¹⁹ Se, num determinado momento, esse jornal reconhecia motivos ao operariado para protestar por melhores salários e melhores condições de trabalho, em outro, tecia críticas severas aos trabalhadores grevistas, que, no seu entender, estariam extrapolando seu direito de protesto.

Assim, por ocasião de uma greve entre os estivadores de Paranaguá, a redação desse jornal afirmaria, inicialmente, não se inscrever entre aqueles que, "por interesse proprio ou subserviência ao capital", costumavam tomar partido "contra as justas reivindicações do operariado".¹²⁰ Entretanto, logo a seguir, declarando-se hostil a "todo individualismo como também a tudo quanto represente o egoísmo duma classe contra os interesses da collectividade",¹²¹ afirmaria não haver ambigüidade em sua atitude em relação aos estivadores. Mesmo reconhecendo que esses trabalhadores necessitavam receber melhores salários e ter seu trabalho limitado a 8 horas diárias, acreditava que o movimento estaria exorbitando da "eqüidade" pelo que, no seu entender, seriam as exigências

absurdas dos estivadores, tais como o recebimento pelas horas extras e a imposição de um "número as vezes excessivo, de homens para o trabalho da estiva".¹²²

Posteriormente, tentaria demonstrar que o atendimento às exigências dos trabalhadores não iria prejudicar o capital, que sempre sairia ganhando, mas ao povo e aos próprios trabalhadores, que sofreriam as conseqüências, caso o movimento do Porto diminuísse, ou fosse comprometido pela concorrência de outros, que seriam preferidos ao de Paranaguá, por não apresentarem problemas dessa ordem.

Portanto, de acordo com o redator, seria necessária a adoção, pelos estivadores, de "uma formula razoável (...) sem o cunho de exigencias irritantes", para o que deveriam usar da "razão e um alto sentimento de justiça", pois só assim estariam sendo "coherentes com seus ideais".¹²³

Nesse caso, ficaria claro que, mesmo se em alguns momentos, e dependendo de interesses não explicitados, o jornal adotava um discurso aparentemente dúbio, acenando até com uma certa simpatia para as lutas do operariado, a verdade de sua postura se revelaria ao tentar explicá-la. Isto quer dizer que até se poderia reconhecer a situação de miséria e penúria dos trabalhadores e, até mesmo admitir, que estariam sendo explorados por "maus patrões"; porém, não lhes seria reconhecido o direito a atitudes que extrapolassem a "razão" e a "moderação". O limite para o apoio e a simpatia com o operariado seria, portanto, a utilização do "recurso desagradavel da greve", ou as "exigencias irritantes" de suas reivindicações. As manifestações dos trabalhadores em defesa

dos seus direitos e a forma ou o rumo que pudessem tomar estabeleceriam os limites de sua aceitação pelos setores sociais dominantes.

Enquanto essas manifestações se mantivessem pacíficas e dentro da ordem estabelecida, poderiam ser toleradas e vistas até com certa simpatia por aqueles que se autodenominavam liberais e preocupados com os problemas sociais. Porém, sempre que as manifestações operárias tomassem a forma de reivindicações propriamente ditas, através de greves e protestos, ameaçando a tão almejada "harmonia" entre o capital e o trabalho, a reação não se faria esperar. Imediatamente, os jornais passariam a estampar copiosos artigos, procurando demonstrar a incoerência e a inadequação daquelas reivindicações, que estariam em total desacordo com as condições do clima, da economia e da sociedade, contrariando, enfim, a "psicologia do povo brasileiro".

Com o fim da Primeira Guerra Mundial, as atenções da imprensa estariam voltadas para a Conferência de Paz e para os acontecimentos que se desenrolavam na Europa, a partir da Revolução Russa de 1917. A maior preocupação em relação a esse assunto era a possibilidade de que a experiência "maximalista" pudesse vir a se estender às nações ocidentais. Essa possibilidade, no entender do *Comercio do Paraná*, representaria um verdadeiro "perigo", pois os "maximalistas" exigiam, "como comunistas extremados, a morte da propriedade, devendo serem todas as riquezas públicas e individuais postas em *commum* (...)." ¹²⁴ De acordo com esses discursos, no que dizia respeito ao Brasil, essa doutrina seria totalmente descabida, visto

considerar-se possível que "a organização social, política e econômica da nação" poderia adotar princípios cujo principal objetivo fosse "o bem estar do povo, das classes trabalhadoras e, enfim, a harmonia de relações entre o capital e o trabalho".¹²⁵

Encontrar a fórmula ideal para uma "harmonização" entre o capital e o trabalho, alcançando assim uma solução para a "questão operária", seria um dos problemas mais sérios colocados para as lideranças empresariais, em fins da década de dez. A gravidade da situação faria com que o Boletim da Associação Comercial do Paraná, que até então se omitira de abordar diretamente o problema das relações de trabalho, publicasse, em março de 1919, um artigo sobre a questão operária. O texto chamava a atenção dos industriais e governantes para o problema das altas tarifas alfandegárias, que contribuíam para agravar a carestia de vida, atingindo as classes mais necessitadas. Diante de tal situação, convocava todos os interessados, empresários, trabalhadores, governantes para a busca de soluções, antes que os acontecimentos se tornassem incontroláveis, desviando o país de seu "destino natural":

Que, pois, os nossos industriaes e operarios, de um lado, e os nossos legisladores e governantes de outro, estudando as múltiplas faces dessas questões, procurem encaminha-las, desde já, para as melhores soluções, antes que a força irresistível dos factos, muito mais poderosa que a do espirito contingente dos homems, nos arraste para um desvio fatal aos destinos nacionaes.¹²⁶

O discurso das lideranças empresariais deixava transparecer o medo experimentado face ao crescimento do movimento operário, representado naquele momento pela eclosão de greves e manifestações de trabalhadores em diversos pontos do país. Portanto, seria preciso encontrar, urgentemente, uma forma de se opor à "força irresistível" desses fatos que poderiam desviar a nação do seu destino, isto é, dos rumos do progresso e da civilização, representado pela sua inserção definitiva no sistema capitalista mundial.

Para explicar o que se entendia como total incompatibilidade entre o modelo de formação da sociedade brasileira e a luta de classes, diversas lideranças empresariais e elementos de outros setores sociais dominantes empreenderam verdadeiros esforços de argumentação em defesa da possibilidade de uma harmonia entre o capital e o trabalho no país.

Uma tese freqüentemente defendida seria a de que, no Brasil, não haveria lugar para as "reivindicações violentas". Nesse sentido, o que se procurava demonstrar era a completa "disparidade" entre a questão operária na Europa e no Brasil. De acordo com esse raciocínio, os povos europeus seriam "povos velhos", que já haviam passado por todas as etapas da "evolução sociológica", enquanto no Brasil se encontraria um "povo jovem", em processo de formação, "(...) que ainda não luctou, que não conhece outros preconceitos sinão aquelles que lhe impõe a fatalidade atávica, isento (...) de qualquer idéa de conquista, ou de vingança, de hegemonia ou de predomínio (...).¹²⁷

Portanto, a experiência de lutas trazida pelos trabalhadores europeus que aqui chegavam logo se revelaria "excessiva" e inadequada.

Na Europa, a escassez, o clima inóspito, as terras esgotadas e o excesso populacional teriam feito com que esses homens procurassem novas terras onde pudessem suprir suas necessidades. Porém, aqui chegando, teriam encontrado condições totalmente diversas daquelas, isto é, uma terra de fartura, onde as necessidades de sobrevivência poderiam ser satisfeitas com um mínimo de trabalho, em virtude da "exuberância do clima e do solo".

Esse pensamento ufanista chegava mesmo a inverter as posições econômicas entre o Brasil e os países europeus, colocando-os como tributários do primeiro, uma vez que necessitariam decisivamente dos seus produtos, considerados "primordiais". Além disso, dever-se-ia considerar a precocidade do desenvolvimento econômico brasileiro, pois, sem precisar passar por todas as fases pelas quais passara a Europa, a indústria nacional, que já se encontrava em fase de implantação, em breve viria garantir "uma independência econômica que nenhum povo até hoje conheceu".¹⁰⁹

Nessa perspectiva, portanto, nenhuma razão haveria para que no Brasil se reproduzissem as mesmas crises que vinham abalando o velho continente. Em outros termos, não haveria neste país lugar para a luta de classes.

No Brasil, a não ser de reflexo (e ainda assim...) essas crises não podem, em absoluto, apresentar o mesmo caráter, pela diversidade que nos é inteiramente favorável, quer pelas nossas

condições de clima, de grandeza e riqueza territoriaes, de população, cuja densidade é a menor do mundo, quer pela superioridade da nossa organização jurídica sobre quasi todos os paizes do mundo.¹²⁹

De acordo com esses discursos, além de todas as vantagens que o Brasil teria sobre a Europa, no que se referia ao clima, ao território e à população, haveria, ainda, a vantagem de possuir um "legislação liberalíssima", que o colocaria a salvo de toda a "desarrumaçãõ que corroe a vida européia".¹³⁰

Apesar de todas as condições favoráveis, por que razões então o trabalhador brasileiro ainda se levantava em greves e protestos violentos? O que estaria faltando para que o sistema jurídico do país, "liberal" por excelência, assegurasse aos cidadãos o pleno exercício dos seus direitos, garantia inequívoca da ordem e do progresso?

A resposta a essas questões, implícita no próprio discurso, não se fazia esperar. As leis existiam e aguardavam apenas o seu cumprimento; esta seria a única reivindicação admissível: "(...) a da effectivação dos direitos e prerrogativas que a cada indivíduo attribuem as leis, e sobretudo no sentido político".¹³¹

No entanto, para que esse objetivo fosse atingido, seria necessário, em primeiro lugar, que o povo fosse instruído. Chegava-se, assim, ao ponto fundamental da questão. Se havia problemas, se as leis não eram cumpridas, a causa principal de tudo isso seria a ignorância do próprio povo, que o tornaria incapaz de lutar por seus próprios direitos: "instruído, o povo saberá exigir o cumprimento das leis que os regem(...)".¹³²

Nessa perspectiva, enquanto o povo brasileiro não atingisse a condição ideal, de poder lutar por seus direitos nos limites da ordem jurídica, as manifestações espontâneas por melhores condições de vida e de trabalho seriam inadmissíveis e deveriam ser evitadas a qualquer preço:

O que não se compreende, nem se justifica, nem se deverá tolerar é que, em nome de interesses partidários de facções, de indivíduos, se ensaie em nosso país a anarquia ou a ditadura operaria, tão nefasta como qualquer outra e que aqui só se poderá considerar como o resultado da ignorância, da allucinação ou da ambição de agitadores românticos ou tarados, para não dizer criminosos.

Para a obtenção de melhores condições de vida, o trabalhador no Brasil não precisa declarar guerra ao capital, que tem o mesmo direito que elle de existir (...).

Em vez de recorrer a guerra ao capital, o trabalhador deverá reivindicar os seus direitos políticos, de cujo exercício consciente lhe adviria logicamente a situação que hoje erradamente pleiteia pela violencia.¹³⁸

A luta entre capital e trabalho configurava-se, assim, no ponto essencial da questão. Na ótica dos setores sociais dominantes, portanto, não haveria no Brasil razão alguma que justificasse o conflito de classes. E se alguma razão houvesse para que os trabalhadores reivindicassem melhores condições de vida e de trabalho, essas razões estariam nas deficiências dos próprios trabalhadores, ou no próprio "povo", que não seria suficientemente instruído para reivindicar "adequadamente" a efetivação dos seus direitos, os quais já estavam garantidos na legislação vigente.

Como mais uma justificativa para a inexistência da luta de classes no Brasil, costumava-se alegar, ainda, as dificuldades que ao longo de muitos anos estariam "onerando o

capital", causadas pelos "erros políticos e administrativos" dos governos. Na opinião de alguns, seria contra esses erros que os trabalhadores deveriam se voltar. Para tanto, bastaria que se conscientizassem das vantagens do exercício dos seus direitos políticos.

A luta entre capital e trabalho no Brasil, no entender dos setores sociais privilegiados, estaria, portanto, "fora de lugar". Desse modo, seria preciso que ambos se conciliassem para lutar contra um adversário comum, ou seja, os erros políticos e administrativos que, penalizando o capital, prejudicariam o trabalho na mesma medida.

É disso que depende a normalidade da vida nacional (...), e não, como erradamente querem os insensatos, da vitória do trabalhador sobre o capital, isto é, da implantação no Brasil do regimen anarchico-prepotente. (...)
 Contra esse ideal de corrupção é que devemos reagir por todos os modos, porque só assim estaremos defendendo verdadeiramente a nossa liberdade - não a liberdade de alguns em detrimento da [dos] outros, mas a liberdade de todos e a própria existencia do paiz.¹³⁴

Ainda, deve-se ter presente que, desde a Revolução Russa de 1917, as lutas sociais, não só no Brasil como em outros países, sofreram uma intensificação. Segundo Boris FAUSTO, embora esse dado não deva ser supervalorizado, pois a maioria das manifestações operárias nesse período não assumiu um caráter político-revolucionário, há que se levar em conta que a própria luta pelos direitos sociais e trabalhistas assumia, naquele momento, uma conotação de enfrentamento com o Estado.¹³⁵ Além disso, a permanência dos revolucionários soviéticos no poder e a eclosão de movimentos revolucionários

em outros pontos da Europa despertavam, entre os setores sociais privilegiados, o temor de que situações semelhantes pudessem se reproduzir no país. Daí o engendramento de estratégias de controle sobre a massa trabalhadora e, ao mesmo tempo, a emergência de discursos que visavam explicar a situação dos trabalhadores brasileiros, as diferenças de condições entre eles e os trabalhadores europeus e, ainda, demonstrar a suposta incoerência da luta de classes no Brasil.

Nesse sentido, uma das estratégias mais utilizadas no discurso da imprensa ligada aos interesses empresariais seria a desqualificação das lideranças operárias, principalmente dos anarquistas. Um dos primeiros argumentos geralmente apresentados se referia à origem dos líderes operários, apontados como elementos estranhos à classe trabalhadora nacional, que, movidos por razões excusas, aqui teriam chegado para semear a desordem e a agitação nos meios obreiros do país.

Exemplo nesse sentido pode ser visto no posicionamento de um comerciante em relação a uma greve de estivadores ocorrida em Paranaguá, em Janeiro de 1920, quando afirmava: "o manejo é de um grupo vindo de fora, pregador da dissolução social e do anarchismo disfarçado (...)".¹²⁶ Segundo esse empresário, a ação desses "agitadores anarquistas", responsáveis pela "má orientação dos estivadores", seria mais prejudicial às classes produtoras do que a greve propriamente dita.

Pois não é unicamente a luta do salário ou mesmo o embate das horas que anormalizam o serviço em Paranaguá - é o absurdo da exclusividade, a ostentação (...). Habitualmente ouve-se em Paranaguá da boca dos estivadores: "É porque podemos e queremos; foi feito na nossa Assembléia e tem de ser cumprido"! Coisa que nem na Rússia talvez se constate!¹²⁷

A força da organização e coesão do operariado, seguindo uma determinada orientação política, era identificada pelos patrões como um perigo maior do que as reivindicações intermitentes acerca de salários e jornada de trabalho. Com essas questões eles já haviam, de certa forma, aprendido a lidar, fazendo pequenas concessões, em determinados momentos, ou simplesmente negando-as e quebrando as resistências, em outros.

No entanto, como manobrar uma organização operária que defendia suas posições com base em princípios que ultrapassavam as questões mais imediatas?

A suposta manipulação dos estivadores por suas lideranças seria afirmada por um outro empresário que, ao mesmo tempo, revelava o seu medo em relação à organização dos trabalhadores.

O chefe dos estivadores faz tudo quanto quer e impõe o que quer (...).

Semanalmente reúne os estivadores na sua maioria analfabetos e organiza uma preleção que pelo local afastado da sede - Rocio - faculta-lhe defender ideias bolshevistas ao ponto de convencer os operários que devem derramar a última gota do seu sangue em benefício do triunfo dos "mais elevados princípios do mundo." Se agora acontece isto, o que não se dará quando a sociedade possuir uns 3.000 sócios!¹³⁸

Ao mesmo tempo, procurava demonstrar que esse líder dos estivadores não passaria de um explorador dos seus próprios liderados, pois, apesar de "nada fazer", estaria recebendo uma diária, casa, água, luz e teria até criados, por conta da sociedade operária, cujos membros o seguiam como "fanáticos". Além disso, procurava contrastar esses "maus trabalhadores" com aqueles que queriam cumprir com seus deveres, afirmando que "entre os estivadores há homens corretos, dedicados,

critérios, mas estes coitados pelo seu numero não podem influir nas deliberações da classe".¹³⁹

A estratégia de desmoralização de líderes operários, classificando-os de exploradores da boa fé de seus liderados, ou vadios, seria um recurso usado com frequência pelo empresariado. Esse discurso costumava aparecer, principalmente, quando se deflagravam greves em solidariedade a outras categorias. Nesse sentido, pode-se analisar o posicionamento de um dos colaboradores do *Comercio do Paraná*, em relação a uma greve dos empregados da Companhia de Bondes da capital paranaense, que estaria ameaçando se transformar numa greve geral.

A respeito das greves, temos nosso juizo firmado, contrario a todos os meios violentos, (...). O allegado espirito de solidariedade neste caso, não tem razão de ser, como querem os fomentadores de greves.

Em regra geral, o operariado sempre é a "Cabeça de Turco" em proveito de determinados espertalhões, que em maior ou menor escala os explora. (...)

O operariado deve sempre ter em vista os incidentes [sic] daquelles que o incita a desordem: deve sondar dos sentimentos dos oradores, que em geral são individuos desocupados ou refractários ao trabalho, embora collocados politicamente em posições salientes. Tais espertalhões sondam a psychologia das multidões que os cercam e incita-as a cometerem actos reprovados pela ordem legal e mesmo pela sociedade. (...) A desordem e a anarchia jamais deram bons resultados.¹⁴⁰ [sem grifos no original].

Numa sociedade que se erigia sobre o princípio do trabalho "fonte de toda riqueza e prosperidade,"¹⁴¹ quaisquer indivíduos vistos como "refratários ao trabalho" não deveriam merecer qualquer respeito ou consideração. Assim, uma forma eficiente de colocar em xeque a ação dos líderes operários

seria classificá-los como desocupados, "infensos" ao trabalho e, portanto, exploradores dos seus liderados, ou seja, daqueles que trabalhavam.

Por outro lado, esse discurso trazia implícita uma percepção do trabalhador como um ser ignorante e inculto, incapaz de reagir contra a influência funesta de "maus elementos", bem como de gerir seu próprio destino, ou, ainda, de reivindicar de "forma adequada" melhores condições de vida. Nessa perspectiva, a situação de privações e dificuldades por que estaria passando o operariado dever-se-ia apenas à

sua ignorância e imprevidência e sobretudo ao sentimento individualista que agindo como força centrífuga nos meios obreiros, sempre mantém desunidos os trabalhadores nacionais, d'onde então a concorrência entre elles e a consequente, desvalorização do trabalho, (...).^{14B}

De acordo com essa análise, se os trabalhadores viviam num regime de baixos salários, insuficientes até para garantir a própria sobrevivência e a de sua família, a responsabilidade caberia somente a eles mesmos que, desunidos, facilitavam ao capital auferir o máximo de vantagens, em função da própria concorrência entre os operários. Essa postura, aliás, revelava-se coerente com os postulados liberais, que defendiam um mercado livre de regulamentações, sobretudo de normas que incidissem sobre as relações de trabalho. A defesa dos preceitos de liberdade individual, indispensável à constituição do mercado de trabalho livre, requeria, em compensação, de acordo com Angela M. de C. GOMES, "o princípio da responsabilidade individual dos trabalhadores por seu

próprio bem-estar".¹⁴³ Nesse sentido, os discursos, tanto do empresariado quanto da imprensa ligada aos seus interesses, ao pretenderem explicar as razões da situação da miséria dos trabalhadores, chegavam mesmo a desqualificar a própria organização da classe operária. Assim, sob o ponto de vista dos setores sociais privilegiados, os trabalhadores, percebidos como incultos e rudes, nem mesmo conseguiam se organizar de forma adequada. Vale dizer, sem a influência nociva dos "agitadores", faltaria aos operários "uma organização forte e dirigida por "elementos sinceros e esclarecidos"¹⁴⁴ capazes de evitar o constante recurso das greves e seu "fracasso inevitável". E à pergunta "por que o operariado brasileiro não se organiza"?, a resposta vinha imediata:

(...) é que o operariado brasileiro não tem instrução, nem a noção, por simples que seja, da influencia social e politica directa que poderia exercer nos destinos da patria se quizesse ser uma força efficiente.

Na realidade não temos no Brasil operariado digno desse nome: Temos operariado sem o menor vinculo de associação entre si para o fim nobilissimo de erguer intellectualmente a classe, abrindo o espirito rude do trabalhador para as vantagens da união (...).

Para isso, porém, tudo falta ao obreiro nacional - desde a instrução ao conhecimento exacto do que se relaciona com o seu proprio interesse.¹⁴⁵

Esse discurso desvela, em grande parte a idéia de que as organizações operárias, tal como existiam, seriam improdutivas, fúteis e ineficientes, uma vez que, do ponto de vista em que eram analisadas, não serviam para o "fortalecimento intelectual" da classe. Portanto, se não

tinham instrução, como poderiam os operários compreender quais eram seus "verdadeiros interesses" e, sobretudo, como poderiam "saber" lutar por eles dentro dos limites institucionais estabelecidos?

Nesse sentido, as escolas mantidas pelas associações operárias, seus clubes, suas sociedades de classe, suas formas organizativas enfim, seriam vistas como futilidades. Na verdade, o que se reprovava era a recusa do operariado, particularmente dos anarquistas, quanto à participação no campo institucional, representado, sobretudo, pela escola, a igreja e a política partidária: "(...) o operariado sem a compreensão dos benefícios da sua representação à parte, como unidade organizada, no governo do país, pensa erroneamente, por sugestão dos radicais, que a sua coparticipação na política será um mal (...)".¹⁴⁶

Também a recusa por uma parte do operariado à escolarização institucionalizada constituía objeto de críticas:

Affirmamos isso baseados em muitos exemplos do fracasso de escolas operárias, enquanto florescem, prosperando continuamente, as associações obreiras para fins fúteis, como sejam as recreativas, que tudo podem fazer, menos assegurar o futuro dos seus associados.¹⁴⁷

Enfim, se a falta de instrução do operário seria a causa maior de todos os seus males, de todas as suas carências, também ele próprio seria o único responsável por essa lacuna: "(...) si o operário é sem instrução, não é por falta de escolas, que existem, mas por um certo espírito de

ganancia dos paes que não esperam que os filhos completem a instrução elementar, internando os cedo nas fabricas".¹⁴⁸

Desse modo, chegava-se a atribuir a presença dos menores no interior das fábricas à "ganância" e ao "egoísmo" dos pais que, não dando o devido valor à instrução, obrigavam seus filhos ao trabalho, mesmo sem terem freqüentado a escola. Com isso, fechava-se o círculo da argumentação que procurava provar que o maior e único responsável pela miséria e pelos problemas do operariado seria o próprio operário. Portanto, se quisessem resolver seus problemas, os operários teriam de buscar a orientação de pessoas "verdadeiramente esclarecidas", prontas a lhes apontar o melhor caminho a seguir:

O operariado instruido de forma a haurir idéas de cuja utilidade elle pode julgar por si, sem a suggestão alheia que o desorienta quando insincera, não será explorado, nem pelo patrão nem pelo agitador, (...), será um elemento de ordem, conhecedor perfeito dos problemas trabalhistas e por isso tão capaz de fazer ouvir sua voz reclamando justamente, quando [sic] incapaz de metter-se em aventuras de problematico sucesso.¹⁴⁹

Novamente, colocava-se a idéia de que o operário "verdadeiramente" instruído estaria a salvo das influências dos "agitadores" (leia-se, das lideranças operárias) e, portanto, não mais se envolveria em greves ou manifestações violentas. Aliás, de acordo com esses discursos, as greves seriam mesmo um recurso "inútil" para o operariado atingir seus objetivos. Sob essa ótica, as vitórias imediatas das greves, quando obtidas, seriam apenas vitórias falsas e aparentes, pois em pouco tempo a situação seria revertida em

favor dos patrões, uma vez que "(...) o sucesso [das greves] (...) será ephemero não tardando a que, hoje uma fabrica e amanhã outra, vão restabelecendo a antiga ordem das cousas".¹⁵⁰

As invectivas contra o movimento operário, particularmente contra a prática "desagradável" da greve, aparentemente se contraditavam com os pressupostos do liberalismo clássico defendido pelo empresariado, ou por seus representantes na imprensa. Entretanto, como já se afirmou anteriormente, a prática do empresariado brasileiro, em suas relações com o liberalismo, seria marcada por uma postura pragmática, que propiciava uma leitura própria de postulados como a "liberdade de trabalho", por exemplo. Por um lado, esse princípio seria invocado todas as vezes em que, diante das greves e reivindicações operárias, o empresariado saía a campo para apontar os prejuízos causados à coletividade pela paralisação do trabalho e pelo constrangimento imposto pelos grevistas àqueles "bons" trabalhadores, que supostamente não gostariam de aderir ao movimento. De outra parte, a "liberdade de trabalho" seria entendida como um entrave legal a qualquer tentativa de regulamentação das relações de trabalho.

Nessa perspectiva, a base para a argumentação seria a própria Constituição da República, para cuja interpretação recorria-se às opiniões de figuras ilustres, como Rui Barbosa, considerado pelo jornal *Commercio do Paraná* como um dos seus melhores intérpretes.* Referindo-se às críticas que o "velho estadista"

*Em princípios de 1919, na sua segunda campanha à Presidência, Rui Barbosa se pronunciara em favor de uma revisão constitucional que, além de conferir maior poder ao Governo Federal, introduzisse algumas alterações nas relações de trabalho, possibilidade que, até então, não se admitia de acordo com os princípios de "laissez faire" nela consagrados. FAUSTO, Boris. Trabalho urbano e conflito social. São Paulo : Difel, 1976. p.217-220). O texto do redator do *Commercio do Paraná* passa ao largo dessa mudança de postura do legislador e se atem à defesa dos princípios constitucionais da "liberdade de trabalho".

estaria sofrendo por parte de elementos do operariado que o acusavam de omissão quanto aos problemas da classe, esse jornal afirmava que o silêncio do "oráculo" se devia, na verdade, ao respeito à constituição Republicana, que garantia, entre seus princípios fundamentais, a "liberdade de trabalho", o que significaria não se admitir "qualquer legislação no sentido de cercear aquella liberdade (...)." ¹⁵¹ Portanto, não seria possível que se quisesse impor aos patrões regras a serem observadas no seu relacionamento com o operariado,

mesmo porque, sendo este livre para aceitar ou não as condições patronaes, quando a estas se submete no attinente ao "quantum" de salarios e ao horario de serviços, o faz de livre e espontanea vontade, medindo bem e previamente as regalias ou desvantagens desse contracto bilateral. ¹⁵²

Ainda, de acordo com esse pensamento, pretender a resolução dos problemas do operariado, através de uma legislação específica, seria contraproducente, uma vez que a mesma, "sem raízes no pacto fundamental da República" ¹⁵³ seria inevitavelmente revogada pelo Judiciário, pois os patrões certamente recorreriam à Justiça em defesa dos seus interesses.

Entretanto, ao findar a segunda década deste século, ocorreriam algumas modificações nesse posicionamento, avesso à qualquer interferência nas relações de trabalho, estabelecidas pelo "livre contrato" entre patrão e operário.

2.8 CAPITAL X TRABALHO - UM DESLOCAMENTO NO CAMPO DE LUTA

Ao final dos anos dez, assiste-se a importantes modificações nos discursos de empresários, intelectuais e políticos, relativamente ao tratamento a ser dado à "questão social". De fato, o ascenso do movimento operário, tornando públicas e inequívocas as contradições do mundo do trabalho, colocando-as no centro dos debates e, ao mesmo tempo, as recomendações emanadas da recém-criada Organização Internacional do Trabalho, que tinha o Brasil entre os seus signatários, contribuíram para essas modificações.

Assim, principalmente a partir de 1919, observa-se uma inflexão nos discursos empresariais e da imprensa ligada aos seus interesses, que desvelava a possibilidade de aceitação de um outro campo de luta entre o capital e o trabalho, diferente daquele do confronto direto, o que incluiria também a chance de participação de outros atores naqueles embates. Esses novos atores poderiam ser tanto os árbitros, aceitos por ambos os lados, como o próprio Estado, através de representantes como os Chefes de Polícia,* ou os políticos, caso a disputa viesse a se dar no âmbito do Legislativo.

Entretanto, é preciso levar em conta que essas modificações não atingiriam a totalidade do empresariado, persistindo, entre segmentos significativos de empresários, a insistência na atitude de resolução dos conflitos trabalhistas

*A duplicidade do papel do Chefe de Polícia, inevitavelmente chamado a intervir nas situações de greve, é destacada por Angela M. de C. Gomes. Segundo a autora, ao desempenhar o papel de "defensor da ordem" e "do bem-estar", esse personagem "encarna, figurativamente, a própria prática do empresariado face à questão social, que não é puramente reativa ou punitiva, como se poderia supor. Sua posição específica, de agente do governo situado num cargo-chave para o contato com os patrões e operários permite-lhe uma atuação marcada pela possibilidade de realização de um trabalho de "aproximação" entre capital e trabalho". (GOMES, Angela Maria de Castro. Burquesia e trabalho : política e legislação social no Brasil : 1917-1937. Rio de Janeiro : Campus, 1979. p.147).

através de meios diretos e repressivos. Na verdade, ocorreria muitas vezes uma combinação entre estratégias de repressão e conciliação no trato das reivindicações operárias.¹⁵⁴

Contudo, o que importa destacar nesse período é a emergência de discursos que preconizavam a adoção de novas estratégias para o tratamento da "questão operária". Estratégias que apontavam para uma importante alteração no posicionamento tradicionalmente assumido pelo empresariado e que incluíam a possibilidade de um deslocamento no campo de luta, qual seja, o terreno jurídico e político.

Nesse sentido, os confrontos diretos entre capital e trabalho deveriam ser esquecidos, pois haveria, agora, meios mais "inteligentes" e "civilizados" de resolver os problemas. Apesar de se reconhecer o "espírito liberal" da legislação brasileira, que garantia o direito de trabalhar ou não, procurava-se-ia, continuamente, destacar os efeitos desastrosos das greves para a sociedade:

Mas, fazer greves, paralisar o trabalho, desorganizar as indústrias, deter o ímpeto de expansão econômica que agita os homens, como reacção natural ao efeito devastador da grande guerra, são idéias que não podem mais entrar nas cogitações dos operários inteligentes.¹⁵⁵

Assim, diante das agitações operárias, seriam apontados mecanismos para a integração do trabalhador à sociedade civilizada, como, por exemplo, através da participação pelo voto. Ao mesmo tempo, procurava-se arrefecer o clima de lutas, tentando fazer com que o operariado se distanciasse das lideranças radicais.¹⁵⁶

Portanto, todos os problemas que persistissem nas relações de trabalho deveriam ser resolvidos, agora, no campo

da ação política, com os trabalhadores reivindicando seus direitos aos poderes públicos "em termos constitucionaes" e "exercendo pressão política concretizada no voto".¹⁵⁷ Circunscrevia-se, assim, um campo novo e seguro para os conflitos entre capital e trabalho, elegendo-se o Estado como árbitro, num terreno bem conhecido pelo patronato. Para agir nesse meio, o operariado teria que se desvencilhar dos entraves representados por todas as formas de luta que afrontassem de algum modo a ordem estabelecida:

E os operarios brasileiros e, como elles, os estrangeiros ordeiros e trabalhadores, que vivem a sombra das nossas leis, poderão sempre encontrar os meios de defender os seus direitos e proteger os seus interesses, sem sair fora do circulo traçado pelas leis e pelas instituições de uma sociedade policiada.¹⁵⁸

Nesse sentido, não haveria mais, entre o operariado brasileiro, lugar para as lideranças anarquistas, que passariam a representar uma mentalidade antiga e ultrapassada, que deveria ser esquecida juntamente com todos os horrores da guerra. As grandes transformações econômico-sociais que se delineavam com o término do conflito mundial não mais comportariam a "desordem e anarchia", indignas dos "povos civilizados".¹⁵⁹

A questão do trabalho e do capital tomou novo rumo, e o operariado dos países verdadeiramente civilizados vai pleitear a realização das suas aspirações por métodos políticos (...). Nesta nova ordem das coisas, os organizadores das greves, os truculentos pregadores do odio ao capital, os perfidos disseminadores de idéas antigas sobre a rivalidade das classes, (...), não têm mais occupação em países, como o Brasil, que assignaram o pacto em Paris.¹⁶⁰

E, finalmente, o alerta aos trabalhadores nacionais,

"verdadeiramente civilizados", para que repudiassem os agitadores e fomentadores de greves:

Separaram-se desses elementos perigosos e dos visionários desequilibrados pelo veneno de suas doutrinas, os operários brasileiros. O nosso país vai entrar numa fase de extraordinário desenvolvimento material (...).

Mas, para que essa perspectiva brilhante não seja frustrada, é indispensável que nos libertemos, quanto antes, das influências perturbadoras e anarchisantes (...).¹⁶⁴

A necessidade de se eliminar definitivamente as influências "funestas" das doutrinas anarquistas e de seus seguidores, sobre o operariado, colocava-se novamente como condição indispensável para que o país atingisse, finalmente, os patamares do progresso e da civilização.

Embora as estratégias simplesmente repressivas às manifestações operárias tenham coexistido com o recurso a estratégias mais elaboradas de controle sobre o operariado, deve-se ressaltar que o reconhecimento da existência de uma "questão social" no país serviria, já, como linha demarcatória entre aqueles que remetiam a solução dos conflitos entre capital e trabalho à mera ação policial e os que procuravam alternativas diferenciadas, dir-se-ia mais "civilizadas", de resolução dos conflitos sociais. Entre esses últimos, poderiam ser incluídos alguns empresários que se destacaram entre seus pares pela adoção, no interior de suas empresas, de regulamentos estratégicos que, ao prever para os trabalhadores melhores condições de vida e de trabalho, acabavam por amenizar os embates entre patrões e operários.

Sob esse prisma, poderia ser enfocada a atuação de

empresários como o paulista Jorge Street,* ou o paranaense David Carneiro Júnior, por exemplo. Esses empresários destacaram-se entre seus pares pela sua atuação no tratamento das relações de trabalho, entre outras razões. A sua ação inovadora consistiu, algumas vezes, em fazer concessões que atendiam parte das reivindicações mais recorrentes do operariado. Estratégia mais sutil e sofisticada do que a simples repressão, mas nem por isso menos eficiente no controle da força de trabalho. Desse modo, perante seus operários, esses patrões assumiam a imagem do pai ou do amigo, enérgico e generoso ao mesmo tempo,⁴⁶ aquele que "sabia" das necessidades de seus subordinados, mas que, em troca, exigia lealdade e dedicação ao trabalho, o que incluía, necessariamente, a plena adesão às normas e aos regulamentos da empresa.

A atuação desses empresários, ao adotarem estratégias que, na verdade, comportavam aspectos de concessão e repressão, revelaria seus limites, sobretudo, nos momentos em que seriam propostas medidas de legislação social que significassem a interferência do Estado nas relações de trabalho.

Jorge Street, por exemplo, em que pese sua postura assistencialista e paternalista, quando se tratou de discutir a imposição de uma legislação social e o papel do Estado nessa questão, revelaria sua coerência enquanto empresário, ao

*A atuação do empresário Jorge Street é analisada por TEIXEIRA, Palmira P. A. fábrica do sonho: trajetória do industrial Jorge Street. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990. Nessa obra, a autora demonstra a importância da trajetória desse empresário. Através da sua análise se desvelam as múltiplas facetas que compunham a imagem desse "capitão-de-indústria", líder de associações patronais e membro dos quadros dirigentes do Ministério do Trabalho, no imediato pós-30. De acordo com a autora, Jorge Street "soube cristalizar a figura de um dos representantes máximos do avanço do capitalismo e das relações sociais de produção no país" (p.170).

defender posições que eram as de seus pares. Mesmo reconhecendo a necessidade da regulamentação do mercado de trabalho, recomendava "cautela, gradualismo e bom senso aos legisladores", que para ele eram "homens bem-intencionados".¹⁴³

O empresário David Carneiro Júnior teve sua atuação destacada por adotar medidas que conferiam às relações de trabalho em sua empresa contornos bastante avançados para a época. Não obstante ser qualificado como um "precursor da justiça social",¹⁴⁴ reagiria negativamente a algumas proposições da "Legislação Social" que tramitavam no Congresso Federal em 1923. Uma dessas questões se referia a um projeto de lei em debate na Câmara Federal determinando aos empresários que só admittissem em suas fábricas e oficinas os menores de 16 anos que apresentassem um certificado de frequência anterior à escola primária.^{**}

Nos primeiros anos da década de vinte, quando se assiste ao descenso das doutrinas anarquistas no seio do movimento operário brasileiro, além dessas iniciativas individuais, cresceria entre os segmentos do empresariado e da intelectualidade liberal a tendência na busca de alternativas que viessem, senão resolver, ao menos amenizar os conflitos

*Pelo "Regulamento Interno da Hervateira Americana", ficavam estabelecidas a jornada de 8 horas, a assistência médico-farmacêutica aos operários e suas famílias, "por conta da Casa", a gratificação natalina, o auxílio-doença, a aposentadoria aos 25 anos de serviços, ou por invalidez, e o seguro contra acidentes de trabalho.

**Essa proposta recebeu severas críticas da diretoria da Associação Comercial do Paraná, cujo presidente era o empresário David Carneiro Jr. Na opinião dos dirigentes da entidade patronal, se, segundo as estatísticas, "setenta e cinco por cento da população em idade escolar" não tinha acesso às escolas, a culpa cabia aos legisladores, que "não dão escolas e agora proíbem o trabalho!". Esses registros constam da justificativa da Assembléia Geral Extraordinária para reforma dos Estatutos em 3 de Dezembro de 1923, justificativa essa que está assinada pelo presidente David Carneiro Jr., pelo 1º secretário, Domingos Duarte Velloso, 2º secretário, Arcésio Guimarães, 1º Tesoureiro, Fidelis Reginato e 2º Tesoureiro, Flávio de Azevedo Macedo. Associação Comercial do Paraná. Livro de Atas de Assembléias Gerais : 1909-1958. Curitiba.

entre o capital e o trabalho. Entre essas alternativas estaria, inclusive, a elaboração de leis sociais que garantissem o atendimento a um mínimo das reclamações do operariado no que se referia às suas condições de vida e de trabalho.

Assim, quase ao final da Primeira Guerra Mundial, o intelectual paranaense Leôncio Correia, à frente da redação do *Commercio do Paraná*, chamaria a atenção para o problema da falta de assistência aos operários:

O operário só tem direito ao pão enquanto a saúde não o abandona. (...) É bem de ver que industriais existem aqui que não cercado os seus operários e as famílias destes, das mais sólidas garantias. Esses, porém formam minoria, e é absurdo discutir com excepções.¹⁶⁵

De acordo com essa opinião, impunha-se a necessidade de instituir leis que garantissem a assistência ao conjunto do operariado, as quais só poderiam surgir na instância do Poder Legislativo, que supostamente estaria acima das classes, pois que a todas deveria representar. Ao mesmo tempo, o Legislativo seria o foro ideal para a elaboração das leis sociais, uma vez que, entre seus membros, contavam-se pessoas detentoras de um saber específico - o saber sociológico:

A alma de uma dúzia de patrões bem intencionados não faz lei social. E a sanção de uma lei, a um tempo social e humana, (...), é a que se impõe no momento (...). Há no seio do actual congresso estadual, espiritos votados ao estudo dos mais transcendentos assumptos sociológicos. A elles pertence a solução do problema do trabalho operario em nossa terra. A elles entregamos essa superior tarefa (...).¹⁶⁶

Na tentativa de se resolver os impasses entre o capital e o trabalho, gerados particularmente pelas situações de greves no período 1917-20, uma outra estratégia seria utilizada: a arbitragem.

Num momento em que os conflitos se multiplicavam e várias categorias de trabalhadores entravam em greve ao mesmo tempo, muitas vezes em solidariedade a outras, surgia o problema da negociação: "Com quem negociar?" Essa questão se colocava tanto para os patrões como para os operários. As tentativas de saída desse impasse desvelam, até certo ponto, os "rearranjos" que se processavam nos princípios liberais amplamente defendidos pelo empresariado. Também pelo lado do movimento anarquista se colocava a questão da aceitação de intermediários na negociação com os patrões.¹⁴⁷

Assim, sempre que surgisse o impasse, sempre que o prosseguimento das negociações diretas se tornasse inviável, o arbitramento seria uma proposta a se considerar. A utilização desse instrumento seria vista, ainda, não apenas como solução possível para os conflitos trabalhistas, mas como um meio capaz, até mesmo, de evitá-lo.

A intransigência que de parte a parte ocorre em taes occasiões, põe a questão num terreno insolúvel, (...) assim, (...) suggerimos a adopção da arbitragem nos conflitos entre patrões e operarios, a exemplo do que se faz nos paizes europeus (...). (...) dada a imperiosa necessidade de uma harmonização que não somente sane as desastrosas consequencias das greves, mas chegue à perfeição de evita-las, a arbitragem é o único meio pratico de conjurar uma situação que promette se aggravar.¹⁴⁸

Uma outra alternativa que surgia no discurso da imprensa ligada aos interesses empresariais, como meio para

minimizar ou, talvez, até resolver a "questão social", seria a chamada "solução cooperativista". Assim, em maio de 1919, ao tecer comentários sobre as greves que ocorriam pelo país, a redação do *Comercio do Paraná* afirmava que, para vencer as barreiras representadas pela ignorância e falta de espírito de associação, características do operariado brasileiro, a única solução seria o cooperativismo, particularmente no seu sentido assistencial.¹⁶⁹

Cabe destacar que alguns elementos dos setores da imprensa ligada ao empresariado fizeram, às vezes, uma leitura muito particular das doutrinas socialistas, das quais tentavam extrair aspectos que julgavam passíveis de aplicação às "peculiaridades" da "Questão Social" no Brasil. Nesse sentido, o cooperativismo seria entendido por alguns como uma espécie de "socialismo de Estado", uma fórmula eficiente para conter as agitações sociais. Essa seria a interpretação dada pelo *Comercio do Paraná*, a uma iniciativa do governo federal que trataria "da propaganda e organização entre as classes trabalhadoras do Brasil, dos sindicatos profissionais e das cooperativas de consumo, de credito e de produção".¹⁷⁰ Reconhecendo tratar-se de aspecto importante de um "programa trabalhista", o texto chamava a atenção para o fato de o governo justificar a finalidade política de tal projeto, como sendo a de "facilitar o encaminhamento da desejada remodelação social."¹⁷¹

Ainda, de acordo com o texto, o sindicato profissional deveria seguir um modelo já implantado em países europeus e que seria bem diverso do modelo dos sindicatos de orientação anarquista: "(...) é o chamado syndicato verde, tendente a amortecer a reacção dos trabalhadores pela commodidade, em

contraposição ao sindicato vermelho, reaccionario, que é o ideal do socialismo-anarchista".¹⁷²

Entretanto, na ótica desses discursos, mesmo a implantação desse "sindicalismo cooperativista" não estaria isenta de perigos. Isto porque, um suposto fortalecimento do operariado, ainda que através de mecanismos tendentes a "amortecer sua reacção", poderia trazer implícita a possibilidade de futuros desdobramentos indesejáveis, como as agitações sociais, por exemplo. Sob essa perspectiva, tal hipótese teria probabilidades de concretização, uma vez que se estaria vivendo "uma época em que todas as ideas dissolventes encontram campo fecundo".¹⁷³

O medo da organização do operariado seria, portanto, uma constante em meio a esses discursos, que, emergindo de vários pontos do social, iam delineando todo um conjunto de estratégias que, se não chegavam a representar soluções concretas para "a questão operária", ao menos tentavam a circunscrição do problema em campos determinados e sob o controle do poder público e/ou privado. Nesse ponto, é importante destacar o papel da imprensa ligada aos interesses empresariais, ao possibilitar a circulação de uma gama variada de discursos que, enfatizando a busca de soluções "pacíficas", apontavam invariavelmente para o enquadramento das reivindicações operárias nos limites institucionais.

Nesse sentido, um recurso comumente utilizado era a publicação de propostas para "minorar a situação precária dos homens do trabalho", como seria o caso da carta de um leitor, enviada ao *Comércio do Paraná* em maio de 1918. Essa carta sugeria a

criação da "Caixa Geral", uma espécie de cooperativa que seria formada a partir da contribuição mensal de um mil réis, a ser feita pelos operários paranaenses com a finalidade de reunir um "capital seguro" com que se pudesse enfrentar as suas dificuldades materiais.¹⁷⁴ Segundo o missivista, todos os operários deveriam contribuir para a "Caixa Geral", pois a quantia lhe parecia insignificante. Além disso, em sua opinião, os operários deveriam se abster de gastos em "inutilidades", ou cometer "extravagâncias" com os "jogos de azares" ou com "bebidas alcoólicas", coisas aliás desnecessárias e que somente resultariam em "efeitos funestos" para o trabalhador. A resolução do problema da "carestia", proporcionando-se ao operariado a "liberdade econômica", seria um dos principais objetivos dessa "Caixa Geral". Os recursos originados das contribuições dos operários seriam fiscalizados pelo governo. Os seus estatutos deveriam ser "elaborados em linguagem simples, intelegível pelos interessados", e os recursos seriam utilizados para a organização de escolas, armazéns e farmácias para os operários.¹⁷⁵

De acordo com essa visão otimista, os problemas econômicos do operariado poderiam ser resolvidos pelos próprios trabalhadores, desde que aprendessem a poupar seus poucos recursos e adquirissem hábitos de temperança e morigeração. Nessas condições, o sucesso da proposta estaria garantido e, em consequência disso, até mesmo a ordem social seria assegurada.

O Paraná tendo um numero bem elevado de operarios; possuindo, portanto, uma "Caixa Geral", teria resolvido o mais arduo dos problemas - o de por termo a estes rumores surdos de greves e de Descontentamento que se fazem ouvir. Além disso, seria também a causa de um triumpho conquistado sem violencia e sem pressão (...).¹⁷⁶

Portanto os temores quanto às possibilidades de o movimento operário poder resultar em perturbação para a ordem instituída estavam presentes nessa como em tantas outras propostas que se colocavam como meios práticos para desviar os conflitos entre capital e trabalho do campo dos confrontos diretos.

A única dúvida que poderia existir quanto ao sucesso dessa empreitada relacionava-se à "boa vontade do operario", ao seu "pessimismo e falta de educação". O despreparo intelectual do operariado, ou do "povo", seria o maior obstáculo à consecução de um projeto como esse, que viria resolver todos os seus problemas. Essa suposta ignorância do operariado estaria, ainda, na raiz do pessimismo e da desconfiança que impediriam a sua adesão incondicional a um programa tão bem elaborado. Nesse caso, voltava-se à uma questão recorrente em quase todos os discursos que vinham propor medidas salvadoras para a classe operária: o próprio operariado, por uma pretensa incapacidade e falta de instrução, seria o principal responsável pelo seu estado de miséria e penúria.

Sob essa ótica, "só por meio de uma organização econômica, sem cores politicas e doutrinarias (...), seria possível melhorar a situação dos operários".¹⁷⁷ Ao mesmo tempo, essa característica apolítica da Caixa Geral, possibilitaria a participação da totalidade dos trabalhadores, pois, "(...) não

existindo fins políticos e sediciosos, não há distinção nos associados, podendo se-los tanto nacionaes como estrangeiros."¹⁷⁸

Entretanto, essas propostas conciliatórias pareciam encontrar resistências entre os trabalhadores, como sugerem as alusões ao "pessimismo" e à "desconfiança" dos supostos maiores interessados. Uma outra evidência dos limites dessas proposições no meio operário seria a publicação pelo *Comercio do Paraná* de uma outra carta, da autoria do Sr. A. Silveira,* que, identificando-se como um "trabalhador livre", contestaria de ponta a ponta a proposta de se tentar resolver os problemas do operariado através de cooperativas ou caixas de socorros mútuos. De acordo com o texto, essa questão precisaria ser esclarecida em seus fundamentos, pois, na opinião do missivista, o "problema operário" não seria apenas econômico, mas também político, e somente a "pratica do communismo" poderia resolvê-lo definitivamente.¹⁷⁹

Em seguida, afirmava que lutar contra o comércio, apenas "um dos muitos braços do capital", seria inócuo. Ao contrário, seria necessário bem mais do que uma mera "Caixa Geral", pois, "não será um simples armazem que forneça ao operariado accionista, nem uma pharmacia, nem uma escola, que virão por termo a essa grande lucta entre o trabalho e o capital".¹⁸⁰

O caráter parcial e limitado de medidas como essa, beneficiando, ainda que superficialmente, apenas uma pequena parte do operariado, não deixava dúvidas quanto à sua

*O autor aparece como A. Silveira. Provavelmente se trata de Adolpho Silveira, um "líder operário" do grupo "Cultura Revolucionária", que militava na Sociedade Protetora dos Operários, também denominado "líder socialista". Ver RIBEIRO, Luiz Carlos. *Memória, Trabalho e Resistência em Curitiba: (1890-1920)*. Dissertação (mestrado em História Social) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 1985, p.169.

ineficácia. Na opinião do Sr. A. Silveira, qualquer tentativa que visasse apenas as dificuldades econômicas do operariado seria um trabalho "inútil e até perigoso". "Combater um capital poderoso, escudado na força, amparado pela Justiça e pelos governos, com uma pequena caixa operaria (...) é o mesmo que querer apagar um destruidor incêndio com uma braza. É impossível."¹⁸¹

Portanto, no contexto das lutas entre capital e trabalho, ao nível do próprio operariado, tendências diferenciadas se colocavam. No caso das manifestações analisadas, observa-se que havia posturas bastante diversas no enfrentamento da questão. De um lado, aqueles que, tendo clareza das dificuldades intrínsecas a quaisquer tentativas de harmonização de interesses entre o capital e o trabalho, assumiam a necessidade de confronto direto. De outro, aqueles que, acreditando nas possibilidades de conciliação, buscavam alternativas nesse sentido. Entre estas, estariam as que tendiam a minorar as dificuldades econômicas do operariado, até as que apontavam um deslocamento da "questão social" para o campo da política institucionalizada, pretendendo, ao mesmo tempo, "educar" ou "instruir" o trabalhador para torná-lo apto a lutar adequadamente por seus próprios interesses.

Nesse sentido, o que se quer destacar são as formas pelas quais essas diferentes possibilidades foram, de um modo ou de outro, apropriadas por algumas instâncias do poder. Isto é, as diferentes possibilidades, que às vezes emergiam do próprio movimento operário, puderam ser utilizadas pelo poder na tentativa de virar o jogo a seu favor. Com isto, não há a

intenção de procurar qualquer tipo de relação mecanicista, no sentido de que os setores sociais privilegiados pudessem, simplesmente, manipular as tendências existentes no interior do movimento operário, da maneira que melhor lhes aprouvesse. Contudo, parece relevante considerar que, na própria dinâmica das relações entre as classes, diferentes alternativas de luta se colocavam, e, na correlação de forças entre elas, apresentou-se em determinado momento a possibilidade de uma aproximação entre discursos que, originados de pontos diversos do social, apontavam para uma diversificação nas estratégias de controle sobre os trabalhadores.

Entre os efeitos das jornadas grevistas de 1917, podem ser relacionados a repressão que atingiu as lideranças operárias, principalmente de orientação anarquista, e o fortalecimento das correntes socialistas, concretizado durante as greves de 1919, ocorridas já sob a liderança da União Operária do Paraná.¹⁸²

Nesse ponto chama a atenção o papel desempenhado pela imprensa ligada aos interesses empresariais ao dar vez e voz a determinadas lideranças operárias, cujos discursos, em alguns momentos, aproximavam-se dos discursos dos setores sociais privilegiados, no que dizia respeito ao tipo de orientação a se imprimir ao movimento operário. Assim, a partir de meados de 1919, o jornal *Comercio do Paraná* passaria a fazer uma ampla cobertura da chamada "questão social", abrindo espaço em seus editoriais, ou veiculando matérias assinadas, para chamar a atenção do seu público leitor sobre a necessidade de "uma organização dos homens do trabalho", desde que se procurasse,

logicamente, a harmonização entre capital e trabalho. Nesse sentido, daria ampla divulgação a iniciativas como a criação de um órgão associativo que pretendia congregar todo o operariado paranaense - a União Operária - e, mais tarde, até mesmo a organização de um partido socialista no Paraná.

Nos artigos publicados pelo *Comercio do Paraná* acerca da União Operária, pode-se destacar a ênfase na necessidade de se organizar o operariado paranaense em torno de "um principio consolidador",¹⁶³ representado por uma entidade, organizada "para o nobre objectivo de congregar os elementos esparsos dessa classe".¹⁶⁴

O carácter educativo e moralizador dessa nova entidade operária seria especialmente enfatizado pelo jornal. Além disso, o fato de essa nova organização não objetivar a "alteração da ordem", mas a busca de soluções que visassem à harmonização de interesses entre capital e trabalho por meios pacíficos, também parece explicar, em parte, a acolhida que o surgimento da União Operária encontrava nas páginas do *Comercio do Paraná*.¹⁶⁵

De acordo com Luiz Carlos RIBEIRO, a União Operária, centralizando a organização operária em Curitiba no final da década de dez, "aproxima-se da forma clássica de sindicalismo que disciplina e organiza os trabalhadores".¹⁶⁶ Ao mesmo tempo, observando-se a atuação da Comissão Executiva da União Operária Paranaense, à frente das reivindicações de diversas categorias de trabalhadores, no encaminhamento das greves ocorridas no ano de 1919,¹⁶⁷ seria possível afirmar que ela obteve êxito ao se erigir como única porta-voz do operariado

paranaense naquele momento. Os registros da imprensa sobre as greves de outubro de 1919 demonstram uma intensa atividade dos dirigentes da União Operária, servindo de intermediários nas negociações entre os operários grevistas e os patrões. Naquele momento, essa entidade se constituía em instância legitimamente reconhecida, enquanto lugar de mediação nos enfrentamentos entre capital e trabalho. Assim, definidos os opositores (a "União" falava em nome dos grevistas, e os patrões a ela se dirigiam como representante daqueles), ficava definido também o lugar de confronto, cumprindo-se um requisito básico na estratégia de controle sobre os trabalhadores, ou seja, a localização e identificação do espaço de luta, bem como o reconhecimento do opositor devidamente qualificado para o embate. Nesse caso, estariam descartados o elemento surpresa e a diversificação de alvos que caracterizavam as lutas conduzidas pelas lideranças anarquistas. Delimitado o terreno e identificado o opositor, o confronto, agora, poderia se dar segundo estratégias melhor delineadas.

Contudo, o fortalecimento das lideranças socialistas à frente da União Operária do Paraná não significaria a eliminação de outras tendências no interior do movimento operário paranaense.¹⁶⁸ Os embates e discussões quanto à melhor estratégia de luta parecem ter prosseguido nos anos iniciais da terceira década deste século.* Um dado relevante no que se

*O conteúdo dos artigos veiculados pelo Comercio do Paraná e que tinham como tema a organização do operariado em torno de princípios como aqueles defendidos pelos líderes da União Operária, centrados na ênfase aos postulados de caráter socialista e nas críticas às formas de luta próprias do anarquismo, sugere a permanência, até certo ponto, das disputas entre socialistas e anarquistas pela condução do movimento operário (COMMERCIO DO PARANÁ, Curitiba, 8 maio 1920; 8 ago. 1920; 9 set. 1920).

refere a essa questão pode ser visto na instituição, pelo *Comercio do Paraná* em meados de 1920, de um espaço reservado ao tratamento dos problemas da organização do operariado, o qual recebeu a denominação inicial de "Coluna dos Operários" e, logo depois, de "Secção Operária". Essa seção, de publicação semanal, estaria ao "cargo dum dos mais dedicados combatentes pela questão social".¹⁸⁹

Além do fato de um jornal como o *Comercio do Paraná*, claramente identificado com os interesses empresariais, abrir espaço em suas páginas para matérias do interesse do operariado, algumas de autoria de dirigentes da União Operária,¹⁹⁰ o que chama a atenção é o conteúdo dos artigos veiculados nesse espaço.

Um dos temas constantemente abordados seria a falta de instrução e a ignorância dos trabalhadores, percebidos no discurso de algumas de suas lideranças como seres incapazes, que necessitariam ser "conduzidos" por aqueles mais esclarecidos, que já "sabiam" o caminho a seguir.

Elemento ignaro em sua maioria e dominado ainda por preconceitos que muito retardam e até obstem uma perfeita união de vistas e de aspirações, o operariado brasileiro tem necessidade de combater essa tendência errônea de seu espirito mediante a diffusão do Alfabeto, sem o que jamais poderá comprehender as vantagens da associação para fins nobres e elevados.¹⁹¹

Porém, a instrução tão necessária para elevar moral e intelectualmente o operariado deveria ser orientada de acordo com princípios e valores capazes de evitar que, mais tarde, o operariado viesse a ser levado

por falsas verdades conducentes a doutrinas que mal dirigidas [sic] por cerebros ainda inaptos à compreensão exata de princípios nem sempre adaptáveis às condições sociais e económicas do Brasil, apenas servem para estabelecer a bizania nos meios operários, bipartindo-os em correntes opostas e hostis (...).¹⁹²

Também a diversidade de pensamento e de opinião no interior do movimento operário seria registrada nesses discursos como causa dos supostos insucessos nas tentativas de organização do operariado. Nessa perspectiva, qualquer projeto de organização do operariado paranaense seria vista com desconfiança pelas várias tendências que o compunham, as quais, segundo o texto, poderiam ser resumidas em três correntes principais:

1ª - a dos analfabetos e inconscientes que desconhecendo as vantagens da união para defesa dos seus interesses nega-se a cooperar com a nova organização, desconfiando tratar-se de anarchismo. (...) Para esses a associação obreira deve ser só para bailaricos, piquetes e estandarte à frente de um cortejo funebre (...).

2ª - a dos medianamente instruídos que leem, sem compreender, João Grave e Sebastião Faure (...).

Estes almejam a organização, têm [sic] boa vontade e trabalham, mas pela constante desarmonia com os das correntes extremas, não tardam a desertar da causa.

3ª - a dos radicais irredutíveis nos seus princípios, proclamando francamente a abolição de toda a autoridade. São os acratas.¹⁹³

De acordo com o autor desse texto, a união e a harmonia no interior do movimento operário estariam na dependência de uma "nova" orientação, capaz de organizar os trabalhadores a partir da eliminação das diferenças e da homogeneização de tendências divergentes, em torno de um órgão centralizador e unificador. Nesse sentido, propunha uma "organização, cujos fins [fossem] mais educativos e de mútuo amparo, do que de

resistência ou de recreio"¹⁹⁴

Assim, os sindicatos de orientação anarquista deveriam sair de cena, não havendo mais lugar para eles entre o "novo" operariado que se pretendia forjar: instruído, pacífico e cooperativo. A prosseguir nesse caminho, logo um outro postulado do anarquismo deveria ser deixado de lado - a não-participação na política partidária.

É, digam o que disserem os radicaes vermelhos que excluem a politica das suas associações (...). O operariado pode e deve intervir na politica por ser esse o caminho mais facil e conducente à conquista dos seus ideaes.¹⁹⁵

Nessa perspectiva, e acreditando que "o operário deve ser legislador, sem o que nada conseguirá de justiça e duradouro dentro do presente regimen", o redator da "Secção Operária" defenderia a criação de um "Partido Operário".¹⁹⁶ Em sua argumentação em favor da organização política dos trabalhadores, afirmava que somente a união em torno de um partido próprio, aliada à difusão da instrução entre os operários, poderia satisfazer os interesses da classe.

Portanto, para sermos fortes unamo-nos e instruamo-nos. Instruir-se e unir-se são obrigações inherentes aos trabalhadores sem o que nada conseguirão de reivindicação, e toda a acção directa ou indirecta, objetiva ou subjetivamente, é contra-producente.¹⁹⁷ (Roberto Ferreira, barriqueiro)

Embora a questão da organização operária não constituísse objeto desse trabalho, a sua abordagem, nesse item, pretendeu tão-somente evidenciar a possibilidade de uma aproximação entre aspectos dos discursos de lideranças operá-

rias, particularmente as de orientação socialista, com elementos do discurso liberal do patronato, no que se referê à imposição de uma determinada ordem ou de determinados valores à sociedade em geral e ao mundo do trabalho em particular.

Nessa perspectiva, um outro aspecto a ser considerado se refere ao papel desempenhado pelos órgãos da imprensa comprometidos com os interesses empresariais, cujo discurso estaria endereçado preferencialmente ao seu público-alvo, ou seja, os setores sociais privilegiados, ao veicular em suas páginas matérias que, aparentemente, seriam do interesse exclusivo do operariado. Abstraindo-se o fato de o *Comércio do Paraná*, enquanto órgão da imprensa, pretender, ao menos teoricamente, atingir o todo social, sem distinção de classes ou grupos, e levando-se em conta o caráter dos discursos veiculados na sua "Secção Operária", por exemplo, pode-se questionar sobre quais seriam os efeitos desses discursos entre os setores sociais privilegiados. Isto significa que se poderia perguntar em que medida a organização operária em torno de determinados pressupostos, cujos fundamentos negavam o confronto direto e sugeriam mesmo a possibilidade de uma harmonização de interesses entre capital e trabalho, elegendo o terreno institucional da política partidária como lugar apropriado para os embates entre eles, poderia ser aceita como uma alternativa possível, em oposição à probabilidade de um risco maior, que seria representado pela vitória dos princípios anarquistas no interior do movimento operário.

Assim, o repúdio às lideranças operárias de orientação anarquista, presente no discurso da imprensa ligada ao empresariado, parecia encontrar ressonância nos discursos das

lideranças socialistas que, ao condenarem os métodos da luta anarquista, atribuíam-lhes, também, a responsabilidade pelos "fracassos" das greves e pela suposta desunião e fraqueza da classe operária, que, nesse caso, necessitaria da condução de lideranças "verdadeiramente" esclarecidas.

Nesse sentido, é possível identificar nesses discursos, originados de lugares opostos do social, um certo caráter pedagógico e uma intenção moralizadora da classe operária. Tanto nos discursos da imprensa identificada com os interesses empresariais, quanto nos discursos das lideranças operárias de orientação socialista, os trabalhadores são percebidos como ignorantes, pouco civilizados, incapazes de se auto-conduzir de se organizar, e, portanto, de defender seus "verdadeiros" interesses. Também, ambos os discursos apontam para a necessidade de se proporcionar a instrução "certa" ao operariado, a fim de elevá-lo à condição de cidadãos capacitados a defender adequadamente os seus direitos, isto é, de preferência utilizando tão-somente a arma do voto.

Apesar de partir de princípios e objetivos diversos, a disciplina prescrita ao trabalhador, fosse pelo discurso liberal do patronato, fosse pelo discurso das lideranças operárias socialistas, acabava produzindo efeitos semelhantes: o operariado, mais instruído, melhor preparado para o trabalho, mais produtivo, circunscrito numa organização reconhecida e aceita como legítima, reivindicando seus direitos dentro da lei e da ordem, sem pretensões de negar o sistema capitalista, constituiria aquilo que, segundo Michel FOUCAULT, poder-se-ia chamar de corpo produtivo e dócil¹⁹⁶, o ideal da disciplina sobre o trabalho.

NOTAS DE REFERÊNCIA

¹BONI, Maria Ignês M. de. O espetáculo visto do alto : vigilância e punição em Curitiba : 1890-1920. Tese (Doutorado em História Social) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 1985. p. 15.

A autora apresenta um quadro estatístico em que aparecem os dados relativos ao crescimento populacional em Curitiba e no Paraná entre 1872 e 1920, demonstrando que a população da capital crescia a uma taxa média anual de 3,89%, enquanto a população do Estado aumentava cerca de 3,58% ao ano.

²BONI, p.16.

³BONI, p.21-23.

⁴BONI, p.16-20.

⁵BRESCIANI, Maria Stella Martins. Lógica e dissonância-sociedade de trabalho : lei, ciência, disciplina e resistência operária. Revista Brasileira de História, São Paulo, v. 6, n. 11, p.7, set. 1985/fev. 1986.

⁶BONI, p. 47.

⁷BONI, p. 48.

⁸BONI, p.50.

⁹COMMERCIO DO PARANÁ, Curitiba, 2 mar. 1913.

¹⁰COMMERCIO DO PARANÁ, Curitiba, 28 set. 1914.

¹¹COMMERCIO...

¹²COMMERCIO DO PARANÁ, Curitiba, 10 ago. 1918.

¹³COMMERCIO DO PARANÁ, Curitiba, 8 jun. 1913, 8 jul. 1913, 15 jan. 1914.

¹⁴COMMERCIO DO PARANÁ, Curitiba, 26 fev. 1922.

¹⁵COMMERCIO...

¹⁶DECCA, Maria Auxiliadora Guzzo. A vida fora das fábricas : cotidiano operário em São Paulo : 1920-1934. Rio de Janeiro : Paz e Terra, 1987. p.60.

¹⁷ALMANACK DOS MUNICÍPIOS, Curitiba, 1922 e 1924.

¹⁸ÁLBUM DA GAZETA DO POVO, Curitiba, 1924.

¹⁹ÁLBUM DA...

²⁰COMMERCIO DO PARANÁ, Curitiba, 27 jul. 1922.

ÁLBUM DA GAZETA DO POVO, Curitiba, 1924.

²¹COMMERCIO DO PARANÁ, Curitiba, 5 jul. 1917.

²²CARNEIRO, Newton. Um precursor da justiça social : David Carneiro e a economia paranaense. Curitiba : [s.n], 1965. p.117-126.

O Regulamento Interno da Herveira Americana, data de 8 de outubro de 1910 e fazia parte integrante da "Caderneta do Operário", instituída pela empresa, na qual, além da fotografia e dados de identificação do operário, constavam "anotações relativas ao trabalho", ao início e término das atividades na empresa e "observações sobre férias remuneradas". Ainda, segundo o depoimento do autor, a empresa, ao adotar essa Caderneta, teria como objetivo que a mesma servisse, também, como documento de identidade: "Tanto que delegava a sua expedição ao serviço de identificação da polícia do Estado, que se incumbia de fotografar o possuidor e de anotar as suas características pessoais". Ainda, de acordo com suas palavras, essa Caderneta teria sido "o único documento de identidade que inúmeros trabalhadores na velha indústria da erva-mate jamais possuíram". (p.121).

²³CARNEIRO, p.122.

- ²⁴CARNEIRO, p.116, 123 e 124.
- ²⁵CARNEIRO, p.116.
- ²⁶COMMERCIO DO PARANÁ, Curitiba, 30 dez. 1919.
- ²⁷COMMERCIO...
- ²⁸COMMERCIO...
- ²⁹MACHADO, Roberto. Por uma genealogia do poder. In : FOUCAULT, Michel. Microfísica do poder. 6 ed. Rio de Janeiro : Graal, 1986. p.xvi.
- ³⁰RAGO, Luzia Margareth. Do cabaré ao lar : a utopia da cidade disciplinar : Brasil 1890-1930. Rio de Janeiro : Paz e Terra, 1985. p.177-179.
- ³¹RAGO, p.179.
- ³²RAGO, p.176-177.
- ³³BRESCIANI, p.12-13.
- ³⁴BRESCIANI, p.7.
- ³⁵BRESCIANI, p.19.
- ³⁶BRESCIANI, p.16.
- ³⁷BRESCIANI, p.19.
- ³⁸PADIS, Pedro Calil. Formação de uma economia periférica : o caso do Paraná. São Paulo : HUCITEC, Curitiba : Secretaria de Estado da Cultura e do Esporte, 1981. p.60.
Segundo esse autor, entre 1914/15 e 1918/19 a participação da erva-mate no valor das exportações do Paraná, sofreu uma redução de 44%.
- ³⁹PADIS, p.62.
- ⁴⁰COMMERCIO DO PARANÁ, Curitiba, 6 dez. 1914.
- ⁴¹COMMERCIO...
- ⁴²COMMERCIO DO PARANÁ, Curitiba, 2 mar. 1916.
- ⁴³COMMERCIO DO PARANÁ, Curitiba, 11 mar. 1916.
- ⁴⁴COMMERCIO DO PARANÁ, Curitiba, 12 jan. 1916.
- ⁴⁵COMMERCIO DO PARANÁ, Curitiba, 10 maio 1918.
- ⁴⁶COMMERCIO DO PARANÁ, Curitiba, 23 mar. 1918.
- ⁴⁷COMMERCIO DO PARANÁ, Curitiba, 10 maio 1918.
- ⁴⁸COMMERCIO...
- ⁴⁹COMMERCIO DO PARANÁ, Curitiba, 12 jan. 1916.
- ⁵⁰COMMERCIO DO PARANÁ, Curitiba, 20 jan. 1916.
- ⁵¹COMMERCIO DO PARANÁ, Curitiba, 10 maio 1918.
- ⁵²COMMERCIO...
- ⁵³A ESCOLA, Curitiba, n. 1, maio 1921.
- ⁵⁴JORNAL DO COMMERCIO, Curitiba, 4 jun. 1898.
- ⁵⁵JORNAL DO COMMERCIO, Curitiba, 5 jun. 1898.
- ⁵⁶JORNAL...
- ⁵⁷COMMERCIO DO PARANÁ, Curitiba, 8 abr. 1914.
- ⁵⁸COMMERCIO DO PARANÁ, Curitiba, 26 jul. 1918.
- ⁵⁹COMMERCIO...
- ⁶⁰COMMERCIO...
- ⁶¹PÁTRIA E LAR, Curitiba, n. 9, mar./abr. 1913.
- ⁶²BOHI, p.146.

- ⁶³COMMERCIO DO PARANÁ, Curitiba, 23 abr. 1919.
- ⁶⁴PARANÁ. Presidente (1916-1920 : Camargo). Mensagem do Dr. Affonso A. de Camargo ao Congresso Legislativo : 10 de fevereiro de 1920. Comercio do Paraná, Curitiba, 6 fev. 1920.
- ⁶⁵PARANÁ. Presidente...
- ⁶⁶COMMERCIO DO PARANÁ, Curitiba, 8 ago. 1918.
- ⁶⁷COMMERCIO DO PARANÁ, Curitiba, 7 abr. 1918.
- ⁶⁸COMMERCIO DO PARANÁ, Curitiba, 5 jun. 1914.
- ⁶⁹COMMERCIO DO PARANÁ, Curitiba, 27 jul. 1918.
- ⁷⁰RAGO, p.121.
- ⁷¹COMMERCIO DO PARANÁ, Curitiba, 26 jul. 1918.
- ⁷²COMMERCIO DO PARANÁ, Curitiba, 16 ago. 1918.
- ⁷³COMMERCIO DO PARANÁ, Curitiba, 14 ago. 1918.
- ⁷⁴COMMERCIO DO PARANÁ, Curitiba, 14 maio 1919.
- ⁷⁵COMMERCIO DO PARANÁ, Curitiba, 7 abr. 1920.
- ⁷⁶COMMERCIO DO PARANÁ, Curitiba, 8 abr. 1914.
- ⁷⁷COMMERCIO DO PARANÁ, Curitiba, 6 fev. 1923.
- ⁷⁸COMMERCIO...
- ⁷⁹A ESCOLA, Curitiba, n. 1, maio 1921.
- ⁸⁰COMMERCIO DO PARANÁ, Curitiba, 12 mar. 1920.
- ⁸¹RAGO, p.121.
- ⁸²COMMERCIO DO PARANÁ, Curitiba, 26 jan. 1913.
- ⁸³COMMERCIO...
- ⁸⁴O COMMERCIO, Curitiba, 10 mar. 1900.
- ⁸⁵O COMMERCIO...
- ⁸⁶O COMMERCIO, Curitiba, 14 mar. 1900.
- ⁸⁷COMMERCIO DO PARANÁ, Curitiba, 22 maio 1914
- ⁸⁸BRESCIANI, Maria Stella M. Curso I : século XX - história e historiografia. Curitiba : UFPR, 7-9 nov. 1990. (Encontro regional de História, 3, 1990, Curitiba).
- ⁸⁹AZEVEDO, Célia Maria Marinho de. Onda negra medo branco : o negro no imaginário das elites : século XIX. Rio de Janeiro : Paz e Terra, 1987. p.36, 47-52.
- ⁹⁰JORNAL DO COMMERCIO, Curitiba, 14 jun. 1898.
- ⁹¹AZEVEDO, p.36-37.
- ⁹²AZEVEDO, p.162-174.
- ⁹³COMMERCIO DO PARANÁ, Curitiba, 1º nov. 1917.
- ⁹⁴BOLETIM da Sociedade de Agricultura do Paraná, Curitiba, v. 4, n. 3-4, mar./abr. 1921.
- ⁹⁵REVISTA SUL DO BRASIL, v. i, n. 2, ago. 1921.
- ⁹⁶PADIS, p.60-61.
- ⁹⁷PADIS, p.62.
- ⁹⁸COMMERCIO DO PARANÁ, Curitiba, 25 ago. 1914.
- ⁹⁹COMMERCIO...
- ¹⁰⁰COMMERCIO...
- ¹⁰¹COMMERCIO DO PARANÁ, Curitiba, 26 ago. 1914.
- ¹⁰²COMMERCIO...

- 102 COMERCIO...
- 104 COMERCIO DO PARANÁ, Curitiba, 2 mar. 1916.
- 105 COMERCIO DO PARANÁ, Curitiba, 10 mar. 1916.
- 106 COMERCIO DO PARANÁ, Curitiba, 15 mar. 1916.
- 107 COMERCIO DO PARANÁ, Curitiba, 16 mar. 1916.
- 108 COMERCIO...
- 109 COMERCIO...
- 110 COMERCIO DO PARANÁ, Curitiba, 18 maio 1916.
- 111 COMERCIO...
- 112 COMERCIO...
- 113 COMERCIO DO PARANÁ, Curitiba, 17 out. 1918.
- 114 COMERCIO DO PARANÁ, Curitiba, 16 jan. 1919.
- 115 COMERCIO...
- 116 COMERCIO...
- 117 PARANÁ. Presidente (1916-1920 : Camargo). Mensagem do Presidente do Estado, Affonso Alves de Camargo ao Congresso Legislativo do Estado do Paraná. Boletim da Associação Comercial do Paraná, Curitiba, n. 81-82, jan./fev. 1919.
- 118 COMERCIO DO PARANÁ, Curitiba, 30 nov. 1913
- 119 COMERCIO DO PARANÁ, Curitiba, 24 nov. 1918
- 120 COMERCIO DO PARANÁ, Curitiba, 7 dez. 1919
- 121 COMERCIO...
- 122 COMERCIO...
- 123 COMERCIO...
- 124 COMERCIO DO PARANÁ, Curitiba, 11 abr. 1919.
- 125 COMERCIO DO PARANÁ, Curitiba, 2 abr. 1919.
- 126 BOLETIM DA ASSOCIAÇÃO COMERCIAL DO PARANÁ, Curitiba, n. 83, mar. 1919.
- 127 COMERCIO DO PARANÁ, Curitiba, 8 maio 1920.
- 128 COMERCIO...
- 129 COMERCIO...
- 130 COMERCIO...
- 131 COMERCIO...
- 132 COMERCIO...
- 133 COMERCIO...
- 134 COMERCIO...
- 135 FAUSTO, Boris. Trabalho urbano e conflito social. São Paulo : Difel, 1976. p.171.
- 136 COMERCIO DO PARANÁ, Curitiba, 4 jan. 1920.
- 137 COMERCIO...
- 138 COMERCIO DO PARANÁ, Curitiba, 7 jan. 1920.
- 139 COMERCIO...
- 140 COMERCIO DO PARANÁ, Curitiba, 13 set. 1919.
- 141 COMERCIO DO PARANÁ, Curitiba, 21 jan. 1922.
- 142 COMERCIO DO PARANÁ, Curitiba, 26 mar. 1919.
- 143 GOMES, Angela Maria de Castro. Burguesia e trabalho : política e legislação social no

Brasil : 1917-1937. Rio de Janeiro : Campus, 1979. p.33.

¹⁴⁴COMMERCIO DO PARANÁ, Curitiba, 8 maio 1919.

¹⁴⁵COMMERCIO...

¹⁴⁶COMMERCIO...

¹⁴⁷COMMERCIO...

¹⁴⁸COMMERCIO...

¹⁴⁹COMMERCIO...

¹⁵⁰COMMERCIO...

¹⁵¹COMMERCIO DO PARANÁ, Curitiba, 26 mar. 1919

¹⁵²COMMERCIO...

¹⁵³COMMERCIO...

¹⁵⁴GOMES, p.154

¹⁵⁵COMMERCIO DO PARANÁ, Curitiba, 24 maio 1919

¹⁵⁶GOMES, p.36

¹⁵⁷COMMERCIO DO PARANÁ, Curitiba, 24 maio 1919

¹⁵⁸COMMERCIO...

¹⁵⁹COMMERCIO...

¹⁶⁰COMMERCIO...

¹⁶¹COMMERCIO...

¹⁶²TEIXEIRA, Palmira Petratti. A fábrica do sonho : trajetória do industrial Jorge Street. Rio de Janeiro : Paz e Terra, 1990, p.170.

¹⁶³TEIXEIRA, p.171.

¹⁶⁴CARNEIRO, p.115-126.

¹⁶⁵COMMERCIO DO PARANÁ, Curitiba, 6 fev. 1918.

¹⁶⁶COMMERCIO...

¹⁶⁷MUNAKATA, Kazumi. A legislação trabalhista no Brasil. São Paulo : Brasiliense, 1984. p.24-28.

¹⁶⁸COMMERCIO DO PARANÁ, Curitiba, 9 out. 1919.

¹⁶⁹COMMERCIO DO PARANÁ, Curitiba, 8 maio 1919.

¹⁷⁰COMMERCIO DO PARANÁ, Curitiba, 25 mar. 1920.

¹⁷¹COMMERCIO...

¹⁷²COMMERCIO...

¹⁷³COMMERCIO...

¹⁷⁴COMMERCIO DO PARANÁ, Curitiba, 31 maio 1918.

¹⁷⁵COMMERCIO...

¹⁷⁶COMMERCIO...

¹⁷⁷COMMERCIO DO PARANÁ, Curitiba, 27 jun. 1918.

¹⁷⁸COMMERCIO...

¹⁷⁹COMMERCIO DO PARANÁ, Curitiba, 26 jun. 1918.

¹⁸⁰COMMERCIO...

¹⁸¹COMMERCIO...

¹⁸²RIBEIRO, Luiz Carlos. Memória, trabalho e resistência em Curitiba : 1890-1920. Dissertação (Mestrado em História Social) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 1985. p.219 e 258.

- ¹⁸³COMMERCIO DO PARANÁ, Curitiba, 24 maio 1919.
- ¹⁸⁴COMMERCIO DO PARANÁ, Curitiba, 18 jun. 1919.
- ¹⁸⁵COMMERCIO DO PARANÁ, Curitiba, 8 jun. 1919; 15 jun. 1919; 29 jun. 1919.
- ¹⁸⁶RIBEIRO, p.216.
- ¹⁸⁷COMMERCIO DO PARANÁ, Curitiba, 11 out. 1919.; 14 out. 1919; 15 out. 1919.
- ¹⁸⁸RIBEIRO, p.253.
- ¹⁸⁹COMMERCIO DO PARANÁ, Curitiba, 8 ago. 1920.
- ¹⁹⁰COMMERCIO DO PARANÁ, Curitiba, 8 ago. 1920; 22 ago. 1920; 25 ago. 1920; 28 ago. 1920; 31 ago. 1920; 19 set. 1920.
- ¹⁹¹COMMERCIO DO PARANÁ, Curitiba, 8 ago. 1920.
- ¹⁹²COMMERCIO...
- ¹⁹³COMMERCIO...
- ¹⁹⁴COMMERCIO...
- ¹⁹⁵COMMERCIO DO PARANÁ, Curitiba, 22 ago. 1920.
- ¹⁹⁶COMMERCIO DO PARANÁ, Curitiba, 25 ago. 1920.
- ¹⁹⁷COMMERCIO DO PARANÁ, Curitiba, 31 ago. 1920.
- ¹⁹⁸MACHADO, Roberto. p.xvi e xvii.

3 EDUCAÇÃO E TRABALHO: INSTRUMENTOS DA MODERNIZAÇÃO SOCIAL

Em meio aos discursos produzidos no âmbito dos setores privilegiados da sociedade curitibana, que tinham entre suas preocupações a modernização dessa sociedade, a instrução popular aparecia como um tema de destaque.

No imaginário dos setores sociais dominantes, os homens pobres e trabalhadores costumavam aparecer como seres ignorantes, incivilizados, ou seja, "incompletamente moralizados".⁴ Nessa perspectiva, a instrução era, freqüentemente, concebida como a única saída possível para a integração da população pobre e trabalhadora a uma sociedade que se modernizava e que se pretendia próspera e civilizada.

Diante disso, é possível compreender a recorrência do tema da instrução popular e, particularmente, da educação para o trabalho nos discursos de parte dos setores dominantes, veiculados pela imprensa ligada aos interesses empresariais.

Na medida em que o tema da instrução sugere o domínio de um saber específico, os discursos sobre ele seriam enunciados, de preferência, por quem supostamente deveria deter esse tipo de saber, ou seja, educadores, pedagogos, sociólogos e, também, jornalistas interessados no assunto. Nesse sentido, os discursos desses intelectuais seriam privilegiados pela imprensa, ao tratar das questões relativas à instrução popular e à educação para o trabalho.

Por outro lado, os registros da imprensa mostram que os discursos oriundos dos setores sociais dominantes, acerca da importância e da necessidade da instrução, encontravam-se no social com as aspirações da própria população que, do seu ponto de vista, também demonstrava perceber o valor do saber escolar, enquanto um dos instrumentos de acesso à condição de cidadania.

3.1 A INSTRUÇÃO ENQUANTO ASPIRAÇÃO POPULAR

No período monárquico, a implantação e a expansão de um sistema de instrução elementar escolarizada no Brasil não chegaram a se concretizar. O processo de constituição do Estado Nacional brasileiro, levado a efeito, em grande medida, sob as influências dos ideais liberais propagados à época da Independência, trouxe para o centro dos debates políticos, entre outros, aqueles princípios que proclamavam a necessidade de universalização da instrução elementar. Entretanto, as contradições entre o proclamado e o realizado,² traço marcante no que se refere ao sistema de ensino no Brasil, encontravam suas raízes na permanência de determinadas características sócio-econômicas e culturais, como a produção agro-exportadora, a escravidão e uma cultura letrada essencialmente retórica e alienada da realidade social, que limitavam a efetivação dos pressupostos liberais da educação escolarizada.

Embora fossem constantes as denúncias sobre a inexistência de um sistema de instrução pública no Brasil e, ao nível do Poder Legislativo, os debates reiterassem a urgência de medidas destinadas a instituí-lo de fato, as

estratégias requeridas para o enfrentamento do problema não chegavam a ultrapassar um caráter meramente formal.³

Mas, a partir do final do século passado, a intensificação do processo de mudanças sociais, políticas e econômicas - evidenciadas pelas primeiras tentativas de industrialização, pelo crescimento demográfico e urbano e, ainda, por maiores reivindicações de participação política -, motivada pela emergência de novos grupos médios urbanos, irá configurar, já no cenário republicano, um aumento significativo da demanda potencial para a expansão da instrução escolarizada.⁴ Além disso, as discussões que se reacendiam em torno da mudança do regime político também acirravam os debates acerca da extensão da instrução ao conjunto da população brasileira.

Portanto, no momento histórico da constituição do mercado de trabalho livre no país, a questão da instrução transformava-se num dos temas obrigatórios, tanto nos discursos que circulavam a partir de parcelas liberais dos setores dominantes, quanto por parte dos representantes dos novos grupos médios emergentes.

Nesse contexto, o discurso republicano, que buscava seus fundamentos entre os postulados liberais e positivistas, passaria a proclamar exaustivamente a necessidade de se estender a instrução elementar a toda a população do país, pois esse seria o caminho seguro para a formação da nacionalidade, bem como a garantia para o progresso e prosperidade futuros. Ao mesmo tempo, o relativo aumento das reivindicações da população pela criação e manutenção de

escolas elementares viria dar àqueles discursos uma conotação de resposta às demandas colocadas pela realidade social. Diante disso, ao longo das três primeiras décadas republicanas e, sobretudo, no período que se segue à I Guerra Mundial, o tema da instrução popular transformou-se num dos eixos norteadores dos discursos produzidos em diferentes níveis do social e que tinham em vista a modernização da sociedade e a formação da nacionalidade.

No caso do Paraná, como afirma a professora Lilian A. WACHOWICZ, o aumento das reivindicações da população pela educação escolar também ocorre nesse período, "coincidindo com a modernização da indústria do mate e com a influência da imigração européia".³

As aspirações da população paranaense pela expansão do ensino elementar, bem como as deficiências da instrução pública no Estado, podem ser detectadas, desde o início do século, pelas reivindicações veiculadas através da imprensa, pela criação de escolas de primeiras letras e pela não-extinção das já existentes.

Assim, nas páginas do jornal *O Comercio*, sucediam-se reclamações como as de um leitor de Antonina que solicitava uma escola de primeiras letras para uma das localidades daquele município, distante e de difícil acesso, onde mais de 200 famílias viviam da lavoura e não havia uma só escola.⁴ Nesse caso, tratava-se do restabelecimento de uma escola primária, que já fôra criada durante o período imperial.

Em maio de 1900, o correspondente do jornal em Palmeira denunciava a redução, de uma para cada sexo, das quatro

escolas de instrução primária daquela cidade.' Ainda, segundo suas palavras, ao se tomar tal medida, certamente não fôra ouvido o inspetor escolar, e não se conhecia, ao nível da administração estadual da instrução pública, qual seria o montante da população escolar palmeirense, bem como a boa freqüência às escolas públicas e particulares da cidade.⁸ Logo em seguida, outra denúncia far-se-ia em relação à falta de escolas em Irati, onde haveria mais de 150 crianças em idade escolar.⁹ Além disso, também as localidades de Prudentópolis e Paranaguá estariam passando por situações semelhantes.¹⁰

À insuficiência de recursos e à falta de organização administrativa, alegadas freqüentemente como causas da precariedade da situação do ensino público no Paraná, acresciam-se fatores político-partidários que contribuíam significativamente para a sua ineficiência e desorganização. A reforma eleitoral de 1882, estabelecendo que o eleitor soubesse ler e escrever, fez com que crescesse o estímulo à criação de escolas com fins eleitoreiros, aumentando a desproporção entre escolas criadas e providas, problema que viria desde o período provincial,¹¹ tal como afirma a Profa. Lilian WACHOWICZ: "no período republicano, o problema aumentou sensivelmente; à medida em que o regime se apóia no voto, a Assembléia prossegue criando cadeiras para atender às solicitações dos eleitores".¹²

Desse modo, à criação de uma escola nem sempre correspondia o seu provimento, isto é, na maior parte das vezes sua existência ficava restrita à letra da lei, sem que o poder executivo providenciasse a designação de um professor

que assumisse o seu funcionamento. Além disso, interesses político-partidários se encarregavam de determinar um grave desequilíbrio na distribuição espacial das escolas criadas pelo poder legislativo. Tal situação seria denunciada pela redação do jornal *O Comercio*, em meados de 1900, ao discutir a importância da instrução popular e a necessidade de o poder público lhe dispensar maior atenção:

Mas, por certo, não basta termos escolas em grande quantidade, espalhadas a [esmo], a vontade dos professores, a capricho da política; precisamos estabelecer escolas na proporção das populações, na medida das necessidades. No Paraná actualmente [há] uma quantidade enorme de escolas e é boa a lei do ensino publico; não tem havido, porém, necessário critério na distribuição dessas escolas, visto haver localidades que as tem demais, outras de menos, outras nenhuma escola.¹³

Além desses, outros problemas de diversas ordens dificultavam e até impediam a implantação efetiva de um sistema de ensino elementar no Estado. A falta de ações governamentais, ordenadas e coerentes, acrescia-se a carência de professores habilitados, agravada pelos baixos salários que em nada estimulavam a formação e a qualificação de pessoal. Por outro lado, a insuficiência financeira crônica do governo paranaense deixava, muitas vezes, a cargo dos próprios professores a responsabilidade pelo total atendimento às necessidades materiais da escola. Embora o Regulamento de 1857 previsse que ao governo caberia prover as escolas públicas dos móveis e utensílios necessários, bem como do material escolar para os alunos pobres, esses encargos ficavam, muitas vezes, na dependência da responsabilidade e boa vontade dos

professores, os quais contavam apenas com seus poucos salários para satisfazê-los, o que é atestado pelos próprios relatórios oficiais da época.¹⁴

Diante disso, observa-se a multiplicação de iniciativas particulares na tentativa de suprir as lacunas deixadas pelo poder público no atendimento às demandas pela instrução. Os registros na imprensa acerca da instalação de aulas elementares pela iniciativa particular tornavam-se freqüentes, bem como as solicitações de subvenções do governo para essas escolas. Parte dessas iniciativas, cumpre destacar, partiam das associações de trabalhadores, tais como a Sociedade Protetora dos Operários, em Curitiba, ou a União Operária Palmeirense, em Palmeira, por exemplo.

A primeira, já em princípios de 1896, tomara a iniciativa de criar uma escola para os filhos dos operários, e outra, noturna, para os próprios associados.¹⁵ Já, ao final do ano seguinte, uma visita do Inspetor e do Diretor Geral da Instrução Pública atestava o bom funcionamento dessa escola, apesar da supressão de uma subvenção de 600 mil réis, que deveria ser garantida pela Câmara Municipal.¹⁶ Em abril de 1900, foi instalada uma escola noturna de instrução primária na localidade de Palmeira.¹⁷

Anteriormente, ainda em Janeiro de 1896, um deputado "oposicionista" apresentara ao Congresso Legislativo do Estado um projeto de lei prevendo a concessão de uma verba anual às sociedades operárias que criassem escolas noturnas. O mesmo projeto previa, ainda, que às escolas criadas a partir de sua aprovação poderiam ser anexadas "officinas para o ensino das artes mechanicas: assim como bibliotecas populares", o que

determinaria uma elevação da cota prevista para cada uma.¹⁸

A reforma eleitoral que determinava, a partir de setembro de 1882, o alistamento apenas de quem soubesse ler e escrever motivou o interesse pelo ensino para adultos. Assim, aulas noturnas seriam instaladas em várias localidades do Estado, e, em muitas delas, "o professor trabalha gratuitamente, sendo o mesmo professor regente (...) da escola pública regular, durante o dia".¹⁹

A despeito das dificuldades que se colocavam ao seu funcionamento, essas aulas se mantiveram, e, já no início da década de vinte, atestava-se o aumento de sua frequência.

Como no início, esse tipo de escolas dependia dos ânimos particulares para sustentá-los, quando havia professores que se dispunham a lecionar as primeiras letras a pessoas adultas, na escola noturna, oferecendo três meses de serviço sem remuneração, sendo que o inspetor oferecia uma sala de sua própria casa.²⁰

Em maio de 1924, os operários da vila Deodoro dirigiam um abaixo-assinado ao Presidente do Estado solicitando a criação de uma escola noturna. A iniciativa seria prontamente elogiada pelo *Comercio do Paraná*, que chamava a atenção dos governantes para que não fosse desperdiçada uma oportunidade tão auspiciosa de proporcionar a instrução necessária à população: "é que somos dos que com muito accerto pensam que a instruccão popular constitue uma das pedras angulares da gloria de uma nacionalidade".²¹

Por esse tempo, também na capital aumentavam as aulas noturnas para operários. Mantidas pelo governo do Estado,

funcionavam nos grupos escolares Tiradentes e Xavier da Silva e, segundo os registros da imprensa, o número de matriculados seria bastante elevado. Em vista do aumento pela procura de vagas, já se pensava em criar uma escola noturna para operárias.

é digno de louvores o acto do sr. presidente do Estado, olhando também para as moças operárias que desejam receber instrução. Chamamos a atenção dos senhores industriais que têm em seus estabelecimentos moças trabalhando para que leve ao conhecimento destas a criação dessa aula noturna para operarias que funciona no grupo Xavier, (...).⁹²

Apesar de fatos como esses, sem dúvida significativos, as deficiências da instrução pública no Paraná permaneciam e, através da imprensa, as críticas ao descaso dos governos e despreparo dos professores revelavam que a falta de atendimento às aspirações populares pela instrução vinha de longo tempo.

Os pobres sentem necessidade de instrução; eis em todos os lugares suas associações, suas escolas nocturnas, suas instituições de protecção mutua, porém essas iniciativas não podem vigorar por falta de recursos, a iniciativa particular é sempre curta.⁹³

De acordo com essas críticas, o sistema de instrução pública no Paraná seria praticamente inexistente, pois as poucas escolas seriam tão falhas que chegariam mesmo a ser inúteis. Além disso, o descaso governamental para com a instrução pública assumia maior gravidade por atingir mais duramente àqueles que dependiam exclusivamente dela, no caso, os operários.

Nega-se tudo ao operario, até a instrucção, entretanto, esses mesmos que assim procedem, em quadras eleitoraes apellam para o povo, imploram da classe operaria, que do povo é a mais numerosa, os seus suffragios afim de quindarem aquelles que mais tarde serão seus carrascos! (...).

Como paranaenses sentimos profundamente esse mal-estar, esse pouco caso, por parte dos poderes publicos, da nossa instrucção, um dos ramos que mais contribuem para a civilização de um povo.²⁴

Assim, o descaso dos governos pela instrucção popular, atestado a cada passo pela falta de escolas e de professores - e pelas deficiências dos mesmos, quando existiam - prosseguiria sendo denunciado constantemente pela imprensa, como em fins de 1916 fazia o *Commercio do Paraná* a respeito da falta de escolas, particularmente no interior, comentando que, mesmo aí, onde o povo, "por mais diminuto ou atrazado" que fosse, clamava: "escolas, escolas para os filhos do pobre, para os filhos do povo!".²⁵

Diante dessas evidências, o que se pode perceber é que, apesar das questões de ordem política e administrativa que colocavam entraves à expansão da instrucção popular, crescia, entre boa parte da população curitibana e paranaense, a aspiração pelo acesso à instrucção. Isso também revela, até certo ponto, uma maior conscientização dessa população, relativamente ao valor adquirido pela escola, no contexto de uma sociedade em que as mudanças sócio-econômicas estavam a requerer cada vez mais, a posse do saber escolar.

3.2 A EDUCAÇÃO PARA O TRABALHO COMO CONDIÇÃO DE CIDADANIA E DE MODERNIZAÇÃO SOCIAL

(...) o aumento constante da população das cidades exige que se facilite às classes proletárias os meios de vencer as dificuldades sempre crescentes da luta pela existência; (...) para isso se torna necessário, não só habilitar os filhos dos desfavorecidos da fortuna com o indispensável preparo técnico e intelectual, [bem] como fazê-los adquirir hábitos de trabalho profícuo, que os afastará da ociosidade ignorante, escola do vício e do crime.⁶⁶

As características do ensino Jesuítico, instalado no período colonial, marcariam de forma indelével a educação escolar no Brasil, que assumiria os contornos de um ensino eminentemente elitista, retórico e acadêmico, dissociado da realidade e voltado para a formação de quadros políticos e administrativos entre as camadas sociais dirigentes e seus apaniguados. Essas características de uma educação "desinteressada", que privilegiava a cultura geral, em detrimento de um tipo de ensino mais voltado para a realidade social, convinham perfeitamente à manutenção da estrutura colonial, pois ao reduzido contingente de indivíduos,* que tinha acesso à educação escolar e que não estava ligado diretamente às atividades produtivas, interessava apenas a "ilustração do espírito", no que era perfeitamente atendido pela educação "literária e humanista",⁶⁷ proporcionada pelos padres-mestres da Companhia de Jesus. Na verdade, tal como

*O ensino implantado no período colonial e que sobreviveu durante o Império sem sofrer alterações significativas, era privilégio de uma minoria representada pelas famílias patriarcais dominantes e, ainda assim, somente para uma parcela destas. Isso porque dele seriam excluídas as mulheres e os filhos primogênitos, sendo simplesmente vedado aos escravos. (ROMANELLI, Otaíza de O. História da educação no Brasil. Petrópolis : Vozes : 1978. p.33).

afirma Nelson Werneck SODRÉ, a educação Jesuítica convinha às camadas sociais dirigentes "porque não perturbava a estrutura vigente, subordinava-se aos imperativos do meio social, marchava paralelamente a ele. Sua marginalidade era a essência de que vivia e se alimentava".⁹⁸

Esse modelo de ensino conservou-se quase que inalterado em suas bases ao longo de quatro séculos. Mesmo no início deste século, quando mudanças sociais e econômicas significativas começariam a se processar no país, como aquelas provocadas pela crescente urbanização e um maior desenvolvimento de algumas atividades industriais, seria possível detectar a permanência de muitos desses traços no modelo de ensino praticado no Brasil.

Contudo, uma das evidências marcantes no processo de instituição do mercado de trabalho livre no país seria o esforço empreendido por uma parcela dos setores sociais privilegiados no sentido de promover a modernização da sociedade brasileira. Esse esforço transparecia, principalmente, através de discursos emitidos tanto por representantes desses setores, como através dos órgãos da imprensa com eles comprometidos.

Com base em pressupostos liberais e positivistas, tais discursos privilegiavam, entre outros, o tema da educação popular, como condição imprescindível para a pretendida modernização social, econômica e cultural.

Nesse sentido, esses discursos de caráter modernizante privilegiavam as concepções que consideravam a educação

escolar como elemento essencial de preparação para o trabalho* e, por extensão, como condição para que a sociedade atingisse o grau de progresso e civilização almejado. Nesse ponto, também é preciso que se reflita acerca das alterações processadas no próprio conceito de trabalho, no momento da instituição do mercado de trabalho livre no Brasil.

Como já se afirmou anteriormente, o modelo de educação implantado desde os tempos coloniais guardava profundos laços com o modelo sócio-econômico, fundado no trabalho escravo e na posse da grande propriedade rural. Nessa sociedade, que se acostumara a pensar o trabalho como "coisa de escravo", o preconceito contra as atividades físicas ou manuais tornou-se uma característica muito forte. A "instituição da escravidão"²⁹ no Brasil, além de ser uma implicação inerente aos fundamentos do sistema econômico global, imbricada no próprio movimento do capital internacional, identificava-se também com condições expressas num conjunto de valores e padrões que concebia o trabalho manual como próprio de seres supostamente inferiores - negros, índios ou mestiços - escravos.³⁰

Entretanto, a partir da gradativa substituição do escravo pelo trabalhador livre, da introdução dos imigrantes europeus e da incipiente urbanização, diversificando a

*A concepção de educação como elemento de preparação para o trabalho já estava presente nos discursos de representantes da intelectualidade brasileira, anteriormente ao período analisado neste estudo. Esse é o caso, por exemplo, do Parecer de Rui Barbosa sobre a reforma de ensino Leônício de Carvalho, em 1877. Em seu parecer Rui Barbosa defendia a idéia pela qual, o ensino secundário, organizado segundo os princípios científicos da época, deveria garantir "a todas as classes da população o ensino técnico para as várias carreiras industriais". - BARBOSA, Rui. Obras Completas, vol. IX, 1882, Tomo I. Reforma do Ensino Secundário e Superior. Ministério da Educação e Saúde. Rio de Janeiro, 1942.

Neste estudo, o que se quer destacar é que, a partir da instituição do mercado de trabalho livre no país, os discursos que concebiam a educação como preparação para o trabalho, ganham uma ênfase maior.

estrutura ocupacional urbana e estimulando a formação de grupos sociais intermediários, ocorreria uma "redefinição social do trabalho" e do próprio trabalhador.³¹ Nessa perspectiva, assistia-se à emergência de todo um elenco de discursos que tinha como tema central a exaltação do trabalho livre, enquanto eixo norteador do processo de constituição de uma sociedade que se pretendia próspera e civilizada.

Assim, desde meados do século XIX, as discussões desencadeadas acerca da extinção da escravidão e da instituição de um mercado de trabalho livre no país, como também os vários projetos que se colocaram, fossem de cunho "emancipacionista, imigrantista ou abolicionista",³² elegiam entre seus fundamentos a valorização social do trabalho livre.

O trabalho, que na sociedade escravocrata era visto como uma categoria destituída de dignidade, como algo grosseiro e elementar que não exigia grande preparo intelectual de seus executores, passaria a ser elaborado como elemento constitutivo da própria essência humana, e, portanto, imbricado com a inteligência e a criatividade, adquirindo o sentido de progresso e realização pessoais. Sendo assim, a formação e o preparo do trabalhador assumiriam um caráter de extrema importância na nova ordem social que se estava a engendrar, o que traria para o centro das discussões a necessidade imprescindível de se educar o elemento trabalhador. Um dos primeiros resultados dessa estratégia, o mais imediato, seria a possibilidade da ampliação da cidadania de uma grande parcela social, através da participação pelo voto e o conseqüente aumento da representatividade.

Entre os fins do século XIX e as três décadas iniciais do século XX, circulava na imprensa curitibana uma série de discursos que chamavam a atenção para as questões relacionadas à educação popular e à valorização social do trabalho. Nessa perspectiva, o trabalho seria apontado como elemento de dignificação social, pois, nos novos tempos, os indivíduos deveriam ser considerados mais pelo trabalho que desenvolviam, do que por uma suposta descendência ilustre; isso porque, se nos tempos passados "o envilecimento estava no trabalho; hoje o envilecimento está na ociosidade".³³

Assim, nos novos tempos, finalmente, o trabalho poderia ser apreciado em toda sua nobreza e virtude, visto a luta constante do homem contra os elementos naturais, cujos desafios deveria vencer para transformá-los em fatores de bem-estar e progresso para o conjunto da humanidade. Nesse sentido, qualquer tipo de trabalho, mesmo o mais rude, adquiriria o estatuto de elemento dignificante e moralizador, pois o trabalho seria o traço nivelador entre os cidadãos.

No entanto, para que se cumprisse o ideal do trabalho em toda a sua amplitude, haveria ainda a necessidade da instrução, como um instrumento indispensável para a melhor capacitação dos indivíduos no seu desempenho como trabalhadores e como cidadãos, pois "a instrução que há de dar-se ao ser que assim contribue para a perfeição da terra, deve abraçar os dois caracteres da vida: como cidadão, como trabalhador".³⁴ Desse modo, o trabalho, elemento de dignificação do homem, deveria estar presente desde cedo na vida dos cidadãos, isto é, desde a infância, dever-se-ia

valorizá-lo e, até mesmo, praticá-lo. Além disso, partindo-se do princípio de que no homem, constituído de corpo e espírito, o trabalho manual e o intelectual deveriam ser mutuamente complementares, não deveria haver diferenças entre aqueles que lavravam a terra e os que faziam descobertas científicas, pois ambos, a seu modo, seriam úteis à sociedade: "Felizmente, hoje, o trabalho manual não é mais considerado uma ocupação baixa, e ninguém pode contestar-lhe a utilidade".³⁵ Ao mesmo tempo, o trabalho manual seria valorizado como um elemento moralizador e, nesse sentido, a educação ideal seria aquela que contemplasse tanto as potencialidades físicas como intelectuais do indivíduo.

O trabalho manual é uma garantia moral, uma protecção contra o crime.

O trabalho acalma as paixões, occupa o espírito e não dá tempo de pensar-se no mal. A educação completa só pode ser aquella que desenvolve tanto as aptidões intellectuais como as phisicas.³⁶

O trabalho e, sobretudo, a educação voltada para o trabalho assumiam, assim, o carácter e a função de elementos de controle social, pois, ao se desenvolver nos indivíduos o gosto pela atividade manual, mantendo suas mentes e seus espíritos ocupados em coisas úteis, estar-se-ia, ao mesmo tempo, afastando-os da ociosidade e, por consequência, dos crimes, das paixões.

A defesa de uma educação mais utilitária, voltada para as necessidades e contingências de uma sociedade que pretendia se desenvolver em todos os campos da atividade

humana, fosse na agricultura, na indústria, ou no comércio e, preferencialmente, de acordo com os modernos métodos científicos, fazia-se, naturalmente, com base nos princípios da nova ciência pedagógica, cujos principais expoentes seriam citados com frequência.

Com essa perspectiva, criticava-se a instrução pública, tal como existia, apontando-se, entre outros aspectos, o despreparo dos professores, o apego à rotina e aos métodos tradicionais, a falta, enfim, de um cunho científico que tornasse o ensino condizente com os pressupostos necessários à própria modernização social.

Em a nossa instrução primaria, só se vê ignorancia e atrazo! A rotina está ainda, por ahí, elevada á altura de um principio; e, erigida em methodo pedagogico, continua a esterelisar e a matar as intelligencias juvenis. Ignoram-se os modernos processos de pedagogia, não se applica o methodo de ensino racional e scientifico, que se aprende em qualquer compendio de educação.³⁷

A comparação com o ensino em países como a Alemanha, França, Inglaterra ou Estados Unidos, por exemplo, aparecia quase que obrigatoriamente em meio a esses discursos. Ao tipo de educação desenvolvido nesses países, visto como sendo estruturado em bases científicas e apoiado em métodos racionais, atribuía-se o seu grau de prosperidade e de civilização. Diante dessas constatações, o ensino no Brasil deveria se tornar um "ensino prático", voltado para o desenvolvimento das "indústrias".

É preciso pois que as escolas se transformem, que a instrução oficial siga novo rumo. A educação industrial, a educação artística são só por si capazes de formar o futuro grandioso do Paraná e da Pátria.³⁹

Essas concepções de educação passavam também pelos pressupostos do ideário republicano, tal como evidenciava o pronunciamento do professor Sebastião Paraná, ao fazer a apresentação da revista *A Escola*, em fevereiro de 1906. Afirmando ser a educação do povo um princípio inerente ao ideal republicano, citava um "eminente educador", segundo o qual "ignorância e República são idéas que se repellem".³⁹ Prosseguindo, declarava que, no regime republicano, o que destacaria uma nação não seria a força das armas, mas "a expansão intellectual de seus filhos (...)".⁴⁰ Assim, não seria qualquer escola que serviria a esse regime, mas a que proporcionasse uma instrução sólida, segundo os princípios da pedagogia moderna. E esses princípios seriam opostos aos do ensino tradicional, de acento humanístico e literário, baseado principalmente na memorização e na autoridade incontestável dos mestres. De acordo com os preceitos da nova pedagogia, os objetivos da escola deveriam ser: "o alevantamento do caráter da criança, desenvolver-lhe o raciocínio, pouco se importando com a memória, filtrando-lhe no espírito sentimentos de piedade e de probidade, (...)".⁴¹

A partir de meados da década de dez, cresceriam os debates em torno das questões educacionais no Brasil, em meio a um movimento caracterizado, de acordo com Jorge NAGLE, como de "entusiasmo pela educação".⁴²

Esse movimento esteve ligado, em parte, à formação das

ligas nacionalistas,* cujos programas, de caráter eminentemente cívico, privilegiavam, entre outros pontos, a instrução popular como forma de ampliar o exercício dos direitos políticos, através do voto. Os movimentos reformistas que caracterizaram esse período objetivavam o aumento da oferta educacional para uma população formada por um grande contingente de analfabetos. Já, a partir do início da década de vinte, essas discussões sobre os problemas educacionais iriam, cada vez mais, desligar-se dos problemas sociais políticos e econômicos em que estavam imbricadas, adquirindo uma certa autonomia em relação a eles. Embora continuassem concebendo a educação como uma das molas propulsoras do progresso do país, os "educadores profissionais" - que progressivamente tomariam conta do cenário das discussões - iriam circunscrevendo os debates no âmbito da própria educação. Ou seja, ao se promover a melhoria da educação, através do aperfeiçoamento dos seus métodos e técnicas, remodelando-a, parecia-lhes possível resolver os demais problemas sociais.¹²

Entretanto, já nos anos finais da primeira década deste século, ao lado das reivindicações quanto à necessidade de ampliação da oferta escolar para a população, começariam a surgir críticas à escola tal como se configurava na época. A ênfase excessiva ao trabalho intelectual, apoiado na

*As Ligas de Defesa Nacional surgem em meados da década de dez no bojo do movimento nacionalista em que as campanhas cívico-educativas lideradas por Ólavo Bilac transformaram-se em sua grande expressão. Segundo Marisa P. LAJOLÓ, essas campanhas apoiavam-se numa concepção "em parte simplificada e ideológica, segundo a qual a multiplicação de escolas (e de quartéis) salvaria a nacionalidade". (LAJOLÓ, Marisa. Usos e abusos da literatura na escola. Rio de Janeiro: Globo, 1982. p.23).

memorização e alheio à exigências da vida prática, seria o aspecto mais visado nessas críticas. As censuras ao ensino tradicional, apontavam principalmente para o seu caráter humanístico e acadêmico, que serviria apenas para formar bacharéis e engrossar as fileiras da burocracia, não se prestando à formação de verdadeiros cidadãos, devidamente instrumentalizados para enfrentar as exigências de uma sociedade que se modernizava. Diante disso, o ensino deveria passar por reformas urgentes, que garantissem a formação de "brasileiros, cidadãos, homens e não seres esgotados pelo trabalho intelectual, inútil na luta pela sobrevivência". Para tanto, o ensino deveria ser adaptado à "cultura atual" do país e despertar nos jovens "não a tendência para a burocracia", mas o interesse pelo cultivo da terra, pelo comércio e pela indústria.⁴⁴ Nessa perspectiva, as comparações com os modelos de ensino praticados em outros países pareciam inevitáveis e o "caráter prático e utilitário da educação norte-americana", seria apontado com frequência como um ideal a ser atingido.⁴⁵

Além disso, a ampliação do número de escolas serviria para promover a integração da "classe mais numerosa -- o operariado -- que, devido às circunstâncias peculiares de sua vida, não pode auferir os benefícios da instrução pública".⁴⁶ As fábricas e oficinas, verdadeiras "escolas do trabalho", freqüentadas pelos operários desde a infância, embora benéficas, não seriam suficientes.

É belo que as crianças desde cedo se exercitem assim no trabalho, é um meio nobilíssimo de educação; mas essa educação não basta para formar o cidadão; falta a escola, para que não se perpetue o analfabetismo na maior parte do nosso povo.⁴⁷

Uma forma de "remediar esse mal" seria fazer com que as escolas públicas funcionassem também à noite, tanto para atender aos operários como aos seus filhos. Além disso, a educação para os operários deveria ser mais prática do que teórica, isto é, deveria se adaptar "às suas necessidades". Assim, nem sequer se discutia o fato de, aos filhos dos operários, ser vedada a possibilidade de freqüentar a escola diurna, ou seja, no período normalmente indicado para a clientela escolar, pela necessidade que tinham de colaborar para a sobrevivência de suas famílias. Ao contrário, o que se propunha era a oferta da escola no período noturno também para as crianças operárias, que assim teriam a escola como um acréscimo à sua jornada diária de trabalho.

Essa proposição, ao lado da idéia de que a educação para o operário deveria ser mais prática do que teórica, viria, de certa forma, antecipar, ou até mesmo confirmar, uma prática que seria uma das marcas do ensino no Brasil: o ensino técnico, ou profissionalizante, visto como uma categoria secundária, ou subalterna, no quadro da estrutura educacional do país, uma vez que se destinava àqueles que não teriam possibilidade de acesso aos níveis secundário ou superior.

Porém, essas questões simplesmente não se colocavam numa sociedade recém-saída do regime escravocrata. Numa época em que a reduzida oferta de escolas afetava até mesmo algumas camadas sociais um pouco mais favorecidas, o simples acesso do operariado à instrução básica já representaria um avanço significativo. Além disso, a extensão do ensino ao operariado teria o sentido de lhe proporcionar "uma orientação segura de

sua missão e daí à produção do trabalho consciente".⁴⁸ Portanto, a instrução deveria contribuir para integrar os trabalhadores ao mundo do trabalho, colaborando para a formação de cidadãos úteis e produtivos.

Para atingir esses objetivos, não seria suficiente fundar muitas escolas, mais do que isso, seria necessário fundar escolas capazes de preparar o indivíduo para "a luta pela vida, pela iniciativa e pelo trabalho".⁴⁹

A partir dos meados da década de dez, também o jornal *Comercio do Paraná* passaria a veicular, com frequência, matérias relativas às questões educacionais,⁵⁰ dando ênfase especial aos pronunciamentos do Dr. Antonio Carneiro Leão,* um "distinto homem de letras", conforme afirmava a redação do jornal. Um diagnóstico das condições do Brasil na época, segundo esse autor, apresentava como principal problema o fato de a sua população se compor de uma grande maioria "analfabeta, ignorante e incapaz de trazer o mínimo desenvolvimento, a mínima vantagem ao progresso nacional". Além disso, a existência de uma minoria mais ou menos instruída, destinada quase que exclusivamente às funções burocráticas, acrescida da ausência, quase absoluta, das chamadas "classes productoras, industriaes", serviria apenas para agravar o problema.⁵¹

Citando os exemplos das "nações fortes", onde a escola seria, antes de tudo, a "officina da nacionalidade", afirmava

*Segundo Jorge NAGLE, o Dr. A. Carneiro Leão foi um dos poucos autores da literatura educacional do país até 1920. (NAGLE, Jorge. Educação e sociedade na Primeira República. São Paulo : EPU; Rio de Janeiro : Fundação Nacional de Material Escolar, 1974. p.264).

o Dr. Carneiro Leão que "educar não é ensinar apenas a escrever e a ler. É dirigir, desenvolver e incrementar as aptidões individuais". Nesse sentido, a escola passaria a ser um instrumento para a formação de um contingente populacional produtivo e adaptado às exigências e necessidades da sociedade moderna.

Trabalhar é a primeira necessidade e uma educação que nos torne aptos a fazê-lo [É] o único remédio capaz de engrandecer o Brasil.

Dirigir o povo para as profissões práticas, inculcar-lhe o amor pelo trabalho fecundo, para as carreiras independentes e productoras.⁵²

Mas, para que esse ideal se concretizasse, uma questão crucial se colocava: "Como transformar um povo que, enquanto o mundo todo trabalha e progride, elle repousa e cochila?" A resposta a essa questão viria imediata e contundentemente: "Fazendo-o trabalhar, ensinando-o a trabalhar".⁵³

Para alcançar esse objetivo, porém, não seria suficiente que se ensinasse ao povo apenas a ler e escrever, mas, ao lado disso, e mais importante talvez, seria despertar-lhe o gosto pelo cultivo da terra, pelo fomento das indústrias, enfim, o interesse pelo trabalho produtivo.⁵⁴ Na opinião do autor, se a ação educativa popular se limitasse à alfabetização, isso poderia vir a representar um perigo para a própria nacionalidade, pela possibilidade de aumentar a "anarchia social", uma vez que os pobres, quando alfabetizados, já não se conformariam com suas antigas ocupações e passariam a disputar as vagas da burocracia, aumentando a já excessiva demanda pelas mesmas.⁵⁵

Portanto, no provimento e expansão de um tipo de ensino que capacitasse as pessoas para o exercício das "profissões práticas" estaria a chave para a resolução da maior parte dos problemas econômicos e sociais do país, pois, segundo o Dr. Carneiro Leão, a partir desse pressuposto, seria "forçoso que [diminuísse] o número de desocupados, dos perturbadores da ordem, (...) continuos fomentadores de conchavos, anarquia e escandalos eleitoraes e administrativos".³⁴

Nos primeiros anos da década de vinte, intensificavam-se os discursos que reclamavam uma remodelação no sistema de ensino, à luz de novas idéias pedagógicas e, principalmente, da transformação da escola no sentido de formar indivíduos aptos a concorrer num mercado de trabalho que se complexificava. Com o final da Primeira Guerra Mundial, o acirramento das disputas pelos mercados (com a utilização das novas estratégias econômicas e comerciais, proporcionadas pela ciência e tecnologia modernas) seria anunciado por quem visualizava a necessidade imediata e inadiável de se dispor de um contingente de mão-de-obra melhor qualificado. Diante disso, reiteravam-se os discursos reivindicatórios de um ensino mais voltado às necessidades sócio-econômicas do país. Nesse ponto, repetiam-se as comparações com as chamadas nações civilizadas da Europa e América do Norte, cujo desenvolvimento econômico e social era visto como resultado imediato do nível e da natureza do ensino ofertado às suas populações. Entre essa constatação e a idéia que atribuía o atraso do Brasil à ignorância e à incapacidade do seu povo, a distância parecia muito curta.

O exemplo dos países europeus, onde as mais diversas instituições educacionais estariam sendo criadas com o sentido de uma verdadeira "Cruzada" para "se elevar as massas ignorantes"; seria constantemente apontado por aqueles discursos que costumavam atribuir à ignorância dos pobres e dos trabalhadores a responsabilidade pela miséria e pelos vícios que os estariam escravizando.⁵⁷ Além disso, o aspecto positivo de uma campanha pela instrução dos pobres nos tempos que corriam seria o de "elevar a multidão em vez de abaixar até a ella as classes mais felizes, como pretende uma falsa ou calculada sciencia de demagogos".⁵⁸

Entretanto, essas preocupações não se limitavam simplesmente à ampliação das oportunidades de instrução à população mais pobre, mas também, e principalmente, referiam-se ao tipo de instrução a ser difundido. Para tanto, acreditava-se que dever-se-ia discutir, antes de tudo,

a natureza da instrução que convém às massas e o modo como tem de ser ministrada essa instrução. (...) O que, inquestionavelmente, é preciso antes de tudo (desde que colloquemos devidamente o problema) é habilitar o homem do Povo a sahir da contingência dolorosa a que o reduziram na vida moderna as complicações de natureza social, complicações que affectam, sem duvida, todas as classes, mas que opprimem e torturam, sobretudo, e de modo crescente, o proletariado.⁵⁹

Para se debelar um problema de tal magnitude, seria imprescindível que se proporcionasse a instrução ao povo, porém, essa não poderia ser de qualquer gênero, mas sim uma instrução adequada às carências de que se ressentia a população pobre do país.

Não é a vaga instrução, a instrução que fecunda o esforço humano que reconstitue a creatura, que arma cada individuo de uma somma de poder, que só se pode medir pela extensão da capacidade productiva a que se elevam a vontade e a inteligência. (...) O que aspiramos e o que queremos, é a instrução fundamento da riqueza, a instrução disciplina moral, (...).⁶⁰

Como seria possível atingir esse modelo ideal de instrução que fizesse de cada indivíduo um produtor de riquezas e, ao mesmo tempo, um cidadão consciente de seus direitos e deveres e, portanto, integrado à sociedade do trabalho? De acordo com as concepções presentes nesses discursos, a integração social dos homens pobres, a sua "plena moralização", somente seria possível pelo trabalho, e, nesse caso, a educação para o trabalho é que poderia melhor capacitá-los a desempenhar o papel de cidadãos úteis e produtivos.

É natural a orientação da consciência universal acerca do ensino popular. É a escola pratica que temos de crear, a officina, a fabrica, o estábulo, o campo de experiencia, a cultura normal, o atelier, a bibliotheca, a leitura publica - tudo enfim que for indispensavel para a formação de homens uteis.

É necessário que cheguemos a um tempo, em que não se encontre mais, em parte alguma um individuo sem profissão, sem o seu officio, a sua arte, o seu mister.⁶¹

A idéia de se transformar os indivíduos e, particularmente, os pobres em "homens úteis", produtivos e integrados ao mundo do trabalho iria assumindo contornos mais concretos nos discursos que proclamavam a necessidade de modernização da sociedade, o que somente seria possível com a extensão do ensino a todos os cidadãos. De acordo com esses discursos, porém, a natureza do ensino destinado aos pobres

deveria ser aquela capaz de "tornar cada homem um operário, tendo à educação commum uma parallela educação profissional, de modo a assegurar-lhe em qualquer tempo, os meios de subsistencia (...)"⁴² Para tanto, impunham-se algumas medidas práticas como a fundação de "escolas industriais",⁴³ que produzissem para a sociedade um contingente de mão-de-obra mais qualificada, capaz de dotar a produção nacional da capacidade de competir com os produtos importados.

Diante da nova situação dos mercados, criada pelo pós-guerra, afirmava-se: "A escola de amanhã desenvolverá o ensino profissional e o ensino técnico, pois à guerra militar que abalou o mundo, ahí vem renhida guerra industrial e mercantil".⁴⁴

Por outro lado, o entusiasmo pelos avanços tecnológicos e científicos das nações européias e da América do Norte e a comparação entre o seu progresso material e social com o atraso e a pobreza do Brasil contribuía para que se atribuísse esse atraso e essa pobreza tanto à falta de escolarização do povo brasileiro, quanto ao modelo educacional que aqui se praticava.

Os discursos dos intelectuais e educadores que defendiam alterações no modelo de ensino tradicional podem ser considerados precursores de um movimento que viria a se engendrar no sentido de uma maior democratização das relações sociais e econômicas, a partir da emergência de novos grupos sociais, como o empresariado industrial, os grupos médios urbanos e o proletariado. O ensino tradicional, humanístico, literário e alienado das necessidades postas pelo cotidiano urbano-industrial já não satisfazia, em grande medida, às

novas aspirações representadas por esses grupos.

Na verdade, as críticas ao modelo tradicional de ensino, nesse primeiro período republicano, eram ainda difusas e pontuais, impregnadas daquelas preocupações cívico-patrióticas, próprias dos movimentos de caráter nacionalista que marcaram o início do século. Tais críticas somente iriam se tornar mais consistentes e sistemáticas a partir de meados da década de vinte.

No entanto, já no período imediatamente posterior ao final da Primeira Guerra, as sucessivas constatações quanto à necessidade de se adequar o modelo de ensino às novas imposições colocadas pelas mudanças de uma sociedade que pouco a pouco se modernizava apontavam para a conveniência de se construir um modelo de ensino capaz de produzir indivíduos dotados de senso prático, de iniciativa e dos conhecimentos necessários aos novos empreendimentos nos terrenos industrial e comercial, típicos da sociedade capitalista moderna.

Nessa perspectiva, é possível analisar as propostas que visavam à implantação de um modelo de ensino que garantisse a educação integral do indivíduo, ou seja, que proporcionasse uma formação geral e especial. Isso equivale a dizer que, ao lado da aquisição de conhecimentos gerais, dever-se-ia propiciar a aquisição de habilidades e o desenvolvimento de aptidões necessárias para o exercício de uma profissão, ou atividade especializada. Além disso, é preciso que se considere o caráter genérico e generalizante desses discursos que pretendiam abranger a educação e a sociedade como um todo, pois quando se falava em formar o homem prático, voltado para as atividades produtivas, muitas vezes o alvo visado não seria

representado apenas pelas camadas sociais subalternas, mas também pelos novos grupos intermediários, ou mesmo parte dos setores privilegiados, que se queria ver distante do bacharelismo e da burocracia.

Contudo, os discursos que faziam circular aqueles ideais revelavam uma singular dificuldade para se transferirem da proclamação à realização. A permanência de parte das velhas estruturas sócio-econômicas e dos valores culturais das camadas sociais dirigentes, por muito tempo ainda arraigadas em concepções educacionais aristocráticas e ao menosprezo pelo trabalho manual, dificultariam as inovações pretendidas. Além disso, os fortes laços de dependência e até de cumplicidade política, econômica e social que ligavam a essas camadas os novos grupos sociais emergentes, em particular o empresariado industrial e os novos grupos médios urbanos e, ainda, as notórias dificuldades político-administrativas do Estado Oligárquico também contribuiriam para que a separação entre o fazer e o saber permanecesse e até se aprofundasse no contexto educacional e social brasileiro.

Assim, ao lado de todo um elenco de discursos que proclamavam a urgência de se promover a aliança entre teoria e prática desde os primeiros anos da escolarização, o que se observava, na realidade, era a permanência de um modelo essencialmente humanístico, principalmente nos níveis secundário e superior. Ao mesmo tempo, os níveis de ensino elementar e profissional, únicos a que teriam acesso as camadas populares, não conseguiam ultrapassar um manualismo restrito e empobrecedor.

No entanto, as proclamações relativas à urgência de uma remodelação no ensino durante a Primeira República, apesar de relativizadas quanto ao seu alcance prático, devem ser consideradas enquanto precursoras de um movimento renovador, que iria atingir parte da educação nacional, a partir da década de 30.*

Porém, ainda no decorrer dos anos vinte, uma série de reformas seria tentada, sem ultrapassar, contudo, o âmbito estadual, pois a própria organização do Estado Oligárquico contribuía para impedir qualquer realização de maior alcance em matéria de reformulação do ensino no país.

Dentre os elementos recorrentes em todos os discursos que proclamavam a necessidade de se reformular o ensino no Brasil estava aquele que dizia respeito à transformação dos indivíduos, e dos pobres em particular, em trabalhadores e à necessidade de despertar neles o gosto pelo trabalho produtivo, isto é, o trabalho aplicado à agricultura, à indústria e ao comércio.

Nesse sentido, pode-se entender a ênfase dada aos discursos que reivindicavam a instituição de escolas profissionais e que, na falta de uma maior implementação dessa estratégia, investiam, decididamente, na valorização das poucas escolas criadas para esse fim, durante a Primeira República.

*No plano das idéias educacionais, o movimento renovador, que assumiu contornos mais definidos a partir da criação da Associação Brasileira de Educação, em 1924, no Rio de Janeiro, caracterizava-se por uma pluralidade de influências originárias da Europa e dos Estados Unidos, às vezes "impropriamente reunidas" no chamado "Movimento de Escolas Novas". (NAGLE, p.129).

3.3 ESCOLAS PARA O TRABALHO

A crença na idéia de que a instrução seria a chave para a transformação da sociedade brasileira esteve na base dos debates sobre as questões educacionais do país, durante todo o primeiro período republicano.

As contradições evidenciadas pela instituição do mercado de trabalho livre e as condições de pauperismo, ignorância e falta de "cultura técnica" por parte da maioria da população trabalhadora fizeram com que o tema da expansão do ensino elementar fosse vinculado, progressivamente, à necessidade de implantação de uma escola "integral",⁴⁵ que, além do ensino das primeiras letras, proporcionasse também um mínimo de preparo para o exercício de uma profissão.

Dessa forma, não se tratava apenas de simples combate ao analfabetismo, mas principalmente de se propiciar a "formação do homem brasileiro", transformando-o em um elemento ativo na construção da riqueza nacional e, ao mesmo tempo, em cidadão consciente dos seus direitos e deveres, imbuído de princípios de moral e de civismo.

Para tanto, não mais seria suficiente a criação de um maior número de escolas elementares, mas, ao mesmo tempo, tornava-se imprescindível repensar o papel dessa escola, a qual deveria, mais do que instruir o indivíduo, formar o cidadão. Nesse caso, o ensino a ser desenvolvido deveria assumir, prioritariamente, um caráter "prático", coerente com as necessidades colocadas pelo engendramento de uma sociedade que, se esperava, não demorasse a assumir definitivamente, as feições de sociedade capitalista moderna.

Nesse sentido, o gradativo estabelecimento dos

requisitos capitalistas no país, particularmente no que respeita aos seus "desdobramentos urbanos e industriais", contribuiu para o crescimento de uma aspiração generalizada de progresso nacional.⁶⁶

No tocante ao aspecto específico da instrução, Jorge NAGLE afirma que:

(...) isso se traduziu sob a forma de preocupação com o ensino técnico-profissional, capaz de formar a mão-de-obra nacional e fazer, da civilização brasileira, uma civilização eminentemente "prática", como "práticas" eram as mais modernas e avançadas civilizações do mundo contemporâneo.⁶⁷

Ainda, segundo esse autor, a concorrência da mão-de-obra estrangeira, que evidenciava as limitações da mão-de-obra nacional, contribuiu, "por força dos ideais nacionalistas", para enaltecer as virtudes de um ensino de cunho profissional e técnico. Assim, estabelecia-se uma ponte entre "capacidade produtiva e cultura técnica", que passaria a se constituir em ponto central das discussões sobre educação, vista como um dos elementos propulsores do progresso do país.⁶⁸

Contudo, em que pesem algumas tentativas de implantação do ensino técnico-profissional no país, essa estratégia ficou quase sempre restrita ao campo dos discursos e das intenções. Obstáculos de ordem política, econômica, administrativa e institucional impediam, na maior parte das vezes, a efetivação de medidas que concretizassem a implantação do ensino profissionalizante. Dentre esses obstáculos, evidenciava-se a total desarticulação entre os níveis de ensino elementar e técnico e o nível secundário, que continuava a representar o

traço diferencial entre a educação das elites e a educação do povo.⁶⁹ Isso equivale a dizer que, na medida em que o ensino secundário permanecia praticamente intocado em sua estrutura organizacional e pedagógica, durante todo o primeiro período republicano, desarticulado do ensino primário e técnico, permanecia também o distanciamento entre o ensino popular e aquele destinado às camadas sociais privilegiadas.

Assim, ao se manter praticamente inalterado, o ensino secundário representou uma barreira a qualquer tentativa de inovação mais profunda nos níveis de ensino primário e profissional, pois os seus resultados seriam sempre julgados e limitados em face das possibilidades de acesso e articulação ao nível secundário.⁷⁰

Diante disso, o ensino técnico-profissional, durante a Primeira República, conservaria o mesmo caráter assistencialista que já apresentava no período monárquico. Pode-se dizer então que o ensino profissional, relegado pelos valores sócio-culturais dominantes a uma categoria subalterna, destinava-se "aos pobres e desvalidos", caracterizando-se por um total isolamento em relação aos níveis médio e superior.

Embora os discursos de educadores e de elementos de parcelas das camadas sociais dominantes elaborassem o ensino profissional como um dos fatores do desenvolvimento econômico e social do país, os condicionantes da realidade não permitiam que o mesmo assumisse, na prática, as funções que lhe eram reservadas ao nível do discurso.

Entretanto, ainda que em descompasso com os requisitos ideais que lhes costumavam atribuir, várias foram as

tentativas de implantação de escolas profissionais em diversos estados do país, inclusive no Paraná, no campo das atividades agrícolas, comerciais ou industriais. Apesar disso, raras foram as instituições desse tipo que realmente se efetivaram durante a Primeira República.

A crença no trabalho como fator de regeneração moral constituiu-se num dos traços relevantes dos discursos dos setores sociais privilegiados, os quais circulavam através da imprensa ligada aos interesses do empresariado paranaense, desde o início deste século. Um exemplo disso eram os discursos veiculados por jornais como *O Comercio* e *O Comercio do Paraná* que, freqüentemente, traziam à discussão o problema da necessidade de se instituir um ensino de natureza técnica e profissional, como estratégia de prevenção e recuperação da infância abandonada ou delinqüente. Nessa perspectiva, a instituição tanto de escolas profissionais, como de institutos disciplinares (industriais ou agrícolas) representavam uma dupla vantagem, pois, ao mesmo tempo em que proporcionariam a retirada dos menores das ruas, afastando-os dos contatos com os vícios e os crimes, possibilitariam a sua formação e regeneração pelos efeitos benéficos do ensino e do trabalho conjugados, preparando-os para serem adultos capacitados ao exercício de uma profissão e cidadãos adequados ao convívio social.

3.3.1 Patronatos Agrícolas

A proclamada "vocaçãõ agrícola" que se costumava atribuir ao Paraná foi, provavelmente, um dos fatores que

colaboraram, desde o princípio do século, para a emergência de discursos que reclamavam a criação de instituições agrícolas, tanto para o ensino, como para o recolhimento de menores abandonados.

Já em dezembro de 1900, o jornal *O Commercio* reivindicava a reorganização da "Sociedade Estadual de Agricultura de Curitiba", colocando também a necessidade de, através desse centro, proceder-se à "organização criteriosa dos ensinos agrícolas, no campo da prática mais elementar (...)".⁷⁴

Em 1908, a revista *A Escola* comentava a importância de melhor aproveitar o Instituto Agronômico do Bacacheri, nele instalando-se uma escola agrícola.

*Em um Estado como o Paraná, dotado de terras adequadas a todas as culturas e cujas principais fontes de renda se originam de productos e industrias agrícolas impõe-se a necessidade da organização de um centro de ensino profissional, que eficazmente concorra para o desenvolvimento methodico e racional de suas forças productivas e para despertar a iniciativa e aptidão industriaes.*⁷⁵

As medidas propostas apresentavam um caráter geral, sendo recomendadas, principalmente, aos filhos de agricultores e criadores. Nesses discursos, o ensino agrícola aparecia como uma forma de corrigir, para o futuro, a falta de maiores conhecimentos técnicos e científicos, vista como a razão primeira das "praticas rotineiras e atrasadas",⁷⁶ responsáveis pelo que se considerava a "baixa produtividade" da agricultura do Estado. Além disso, o homem do campo aparecia nesses discursos como alguém a quem bastaria uma "instrução prática",

consentânea com sua "função social" e com sua suposta impossibilidade de acesso a conhecimentos mais avançados no seu ramo profissional.

Ha tanto mais necessidade de ministrar-lhes uma instrução pratica, adequada á sua função social, quanto menos prompta é essa classe rural em adoptar os progressos da sciencia e quanto menos facilidade possui (...) para adquirir mais tarde conhecimentos uteis na sua profissão.⁷⁴

Entretanto, um outro argumento viria a ser acrescido às razões comumente colocadas como justificativas para a implantação de estabelecimentos de ensino agrícola no Estado. No final da primeira década deste século, a imprensa ligada aos interesses empresariais paranaenses dava ênfase às iniciativas dos governos de outros estados, como o de São Paulo, por exemplo, que estaria se empenhando na criação de "institutos industriaes, destinados a recolher meninos abandonados, affeiçoando-os ao regimen do trabalho moralizador e à vida prática",⁷⁵ ou ainda, à criação, em Belo Horizonte, de um instituto destinado à educação de menores desvalidos e à instrução agrícola.⁷⁶

Nesse sentido, no período que vai de 1909 a 1913 aproximadamente, os discursos que reclamavam a instituição de estabelecimentos de ensino agrícola no Paraná assumiram uma outra conotação. Esses estabelecimentos passariam, então, a ser requeridos menos como instituições destinadas a repassar ao homem do campo os conhecimentos sobre as "modernas técnicas agrícolas" e cada vez mais como instituições destinadas ao recolhimento de menores abandonados e/ou delinquentes, onde,

além dos conhecimentos básicos de leitura e escrita e de alguns elementos relativos às profissões agrícolas, seriam neles incutidos, sobretudo, os hábitos moralizadores do trabalho.

Embora, desde o início do século se discutisse a criação, em Curitiba, de uma Colônia Infantil, vista como uma instituição "onde a infancia desamparada poderá ter um meio de educar-se e seguir profissões que enobrecem e formam a energia e o caracter do individuo; (...)", a transformação desse projeto em lei só se daria em princípios de 1913. A aprovação da nova lei mereceu destaque na imprensa ligada ao empresariado, que via como um dos seus aspectos positivos o fato de a mesma prever "a admissão na colonia dos menores delinquentes".⁷⁸ Ainda, nessa perspectiva, em outubro de 1913, *O Comercio do Paraná* dava destaque ao relatório do Procurador Geral da Justiça - Desembargador Conrado Ericksen - ao Presidente do Estado, o qual chamava a atenção para a necessidade de se instalar, em Curitiba, "um estabelecimento disciplinar industrial, visando a educação das infelizes creanças fadadas ao crime".⁷⁹ Em seu relatório, o Procurador enfatizava a importância da criação de tal estabelecimento para os menores delinquentes,

(...) os quaes não podendo ser collocados no mesmo plano dos criminosos em geral, por outro lado, já a bem da educação moral delles proprios, já como medida de prophylaxia social, é indispensavel que sejam submettidos a um regimen de rigorosa educação mediante a qual opportunamente desviados da senda do crime, possam tornar-se cidadãos uteis á Patria e á Sociedadade.⁸⁰

Além disso, ao destacar a urgência de se concretizar a lei que autorizara o estabelecimento da Colônia Infantil, alertava para a insuficiência de tal medida, caso fosse tomada isoladamente. Em sua opinião, a ação da Colônia Infantil, restrita aos menores desvalidos, deveria ser complementada pela implantação de "estabelecimentos disciplinares industriais",⁸¹ destinados àqueles menores que já tivessem cometido algum delito.

Entretanto, em meio aos discursos que defendiam a criação de escolas profissionais como alternativa para o recolhimento dos menores abandonados e/ou delinquentes, uma outra vertente viria a se destacar, a partir de meados da década de dez - a dos discursos que viam na criação daquelas instituições uma estratégia de caráter preventivo, mais do que correccional.

Com o término da Primeira Guerra Mundial e diante dos embates travados entre o patronato e o operariado durante as greves de 1917-19, o problema da assistência à infância passaria a envolver também a perspectiva da luta de classes. O crescimento do movimento operário colocava para as camadas sociais dominantes, entre outros problemas, aquele que se relacionava com a necessidade de se defender a ordem vigente, já a partir da formação das futuras gerações de trabalhadores. Cada vez mais, explicitava-se para as classes dirigentes a necessidade de, desde muito cedo, se investir na formação de um contingente de mão-de-obra dócil e produtivo.

Nesse sentido, podem ser analisadas as preocupações evidenciadas pelos discursos da imprensa curitibana, ligada

aos interesses empresariais, em relação aos perigos representados pelo descaso da sociedade em relação aos problemas do proletariado que, "assim como o mar, pode de um dia para outro encrespar-se ao sopro forte dos ventos da anarquia".⁶² Desse ponto de vista, e levando-se em conta a necessidade de prevenir problemas futuros que viessem a abalar a ordem social vigente, considerava-se de vital importância "levar à luz os filhos do povo" e, não somente

lhes dar uma leve tintura de instrução (...) sem curar do seu aparelhamento para as lutas da vida prática. A eficiência desse esforço estará em tornar obrigatório, não somente o ensino primário, mas igualmente o ensino profissional (...).⁶²

Uma das formas de materializar essas aspirações seria a criação dos "Patronatos Agrícolas", vistos como meios seguros para garantir "a recuperação e o amparo" aos menores "vadios e desvalidos". Assim, a criação da "Escola Prática Elementar de Agronomia", em Araucária,⁶⁴ pelo governo do Paraná, bem como a criação, pelo governo federal, de "Patronatos Agrícolas" em alguns estados, como Minas Gerais e Santa Catarina e no Distrito Federal, seria enaltecida pelo *Comercio do Paraná*, que considerava o investimento de recursos nessas instituições uma garantia de lucros futuros. Essa certeza vinha da idéia de que, uma vez dirigidos desde cedo para a agricultura, os menores tornar-se-iam lavradores dotados inclusive dos conhecimentos técnicos necessários, ao mesmo tempo em que

seriam transformados de vagabundos em trabalhadores.*

Nesse sentido, "a natureza especial do trabalho no campo", o afastamento do "meio pernicioso das ruas" e o fato de esses estabelecimentos não estarem ligados à idéia de "correção", sendo apenas "escolas praticas de agricultura", seriam fatores de garantia do seu sucesso.**

Os patronatos agrícolas deveriam prestar assistência e proteção aos menores desamparados, ministrando-lhes conhecimentos rudimentares de "agricultura, mecanica agricola, criação e higiene", além da "alfabetização e do ensino profissional". Segundo suas condições de funcionamento, seriam admitidos menores entre 10 e 16 anos, que não fossem delinquentes, não sofressem de moléstia contagiosa, nem fossem portadores de lesão ou deficiência que os inabilitassem para o trabalho agrícola.**

Na esteira do entusiasmo pela instalação desses estabelecimentos em outros estados, a 1º de julho de 1918 foi inaugurado, em Curitiba, o Patronato Agrícola da Escola Agrônômica do Paraná. Através de artigo no *Commercio do Paraná*, o professor Sebastião Paraná expressava seu entusiasmo pela oficialização daquele estabelecimento:

Sem os methodos ensinados pelas sciencias agrarias, um paiz como o Brazil, que vive principalmente do cultivo dos seus campos, não poderá progredir (...).
Para que se ensinar um povo a ler e a escrever si não se ensina

*De acordo com um Regulamento de 1919, que dispunha sobre os Patronatos Agrícolas, citado por Jorge NAGLE, essas instituições se destinavam "as classes pobres e visam à educação moral, cívica, física e profissional de menores desvalidos (...)", constituindo-se em "instrumento de assistência, proteção e tutela moral aos menores (...) recorrendo para esse efeito ao trabalho agrícola, sem outro intuito que não o de utilizar sua ação educativa e regeneradora, com o fim de os dirigir e orientar até incorporá-los no meio rural". (NAGLE, Jorge. Educação na primeira república. In: FAUSTO, Boris (org.). *O Brasil Republicano : sociedade e instituições : 1889-1930*. Rio de Janeiro, São Paulo : DIFEL, 1978. v.2, p.273 (História geral da civilização brasileira, t.3).

a trabalhar com métodos científicos aplicados a mais útil e necessária das profissões - a Agricultura, base fundamental, primeira pedra de toda grandeza nacional?"⁷⁷

Mas, além de representar um avanço para o desenvolvimento da produção agrícola do Estado, em bases mais modernas e racionais, a criação do Patronato significaria também a concretização de uma das reivindicações constantes nos discursos da época. Isso equivale a dizer que a criação dessa instituição representaria um passo a mais no sentido de se solucionar uma das questões mais prementes colocadas pelos discursos que tomavam a questão dos menores abandonados como um dos principais problemas da cidade, pois, nesse estabelecimento, os menores, além de receberem assistência, seriam alfabetizados e aprenderiam a "trabalhar na terra".⁷⁸

Entretanto, o trabalho na terra, mais do que uma das estratégias para a formação de um contingente de mão-de-obra, configurava-se como meio de garantir a moralização pelo trabalho e a prevenção contra o potencial de perigos sociais representados pelos menores que vagavam pelas ruas da cidade.

A aproximação entre o ensino profissional e as estratégias de controle social em relação aos menores "desvalidos", isto é, a ênfase dada à escola - onde, além das primeiras letras, seriam ensinados os rudimentos de algum ofício - passaria a ser vista como uma solução para o problema dos menores, abandonados ou não, que, por se encontrarem nas ruas, despertavam sentimentos de repulsa, medo e preocupação entre diversos setores das camadas sociais privilegiadas.

Nessa perspectiva, as instituições que realizavam, de algum modo, a materialização daquela estratégia de controle

recebiam apoio irrestrito e entusiástico dos órgãos da imprensa ligados aos interesses empresariais.

3.3.2 A Escola de Aprendizes Marinheiros de Paranaguá

A partir de meados da segunda década deste século, o *Comercio do Paraná* empenhou-se numa verdadeira campanha com vistas a estimular o encaminhamento de um maior número de menores à Escola de Aprendizes Marinheiros de Paranaguá. Em janeiro de 1914, o jornal tecia elogios à "Escola da Marinha" que, no seu entender, já não se configurava mais como uma instituição correcional, mas como uma escola onde os alunos estariam se matriculando "espontaneamente ou levados por pais ou tutores".⁸⁹ Porém, um fato aparentemente inusitado fazia com que a Escola estivesse correndo o risco de fechar suas portas por falta de uma maior freqüência, pois, embora precisasse de um mínimo de cem alunos para continuar funcionando, sua matrícula não excedia a trinta. Contudo, segundo o *Comercio do Paraná*, a importância daquela instituição seria incontestável.

Não ha hoje quem ignore a utilidade e a importancia das escolas elementares de Marinha como institutos de ensino, preparando para um futuro util á patria e á familia milhares de meninos que, orphãos ou sob dependencia de paes indignos, vegetam nas sargetas sociaes á penuria de educação, e que iriam mais tarde augmentar os cadastros do delicto.⁹⁰

Para colaborar com a direção da Escola de Aprendizes Marinheiros, esse jornal encetou uma campanha de recrutamento de menores, com vistas a garantir a continuidade do funcionamento da escola. O apoio da sociedade seria requerido,

dando-se como justificativa o papel daquela instituição de ensino como instrumento eficaz de "profilaxia social", uma vez que a mesma propiciaria a retirada das ruas da cidade de um contingente considerável de menores, abandonados ou vadios.

Em vista desses "benefícios", chamava-se a atenção de pais, tutores e autoridades para que se esforçassem no encaminhamento do maior número possível de rapazes à Escola de Paranaguá, pois as ruas da capital estariam "repletas de garotos ociosos por quem ninguém se interessava".⁹¹

Em meados de 1914, diante de uma denúncia de que o recrutamento de menores para a Escola de Aprendizes Marinheiros estaria ocorrendo sem o consentimento dos seus responsáveis, o *Comercio do Paraná* adotaria a posição de defensor da direção da Escola, que alegava terem os ditos menores se apresentado espontaneamente, declarando ao juiz serem órfãos, o que isentaria os diretores de qualquer responsabilidade.⁹²

Entretanto, a tão propalada ação benemérita daquela Escola, salvando do vício, da ociosidade e do crime a "infância desprotegida" e fazendo dos menores ali recolhidos "cidadãos úteis", parecia não ser suficientemente reconhecida e valorizada pela população, uma vez que, ano a ano, reiteravam-se as queixas quanto às dificuldades de se conseguir um número mínimo de matrículas que impedisse o seu fechamento.

Assim, já no final dos anos dez, diante da persistência do problema, o *Comercio do Paraná* insistia em lembrar a ação humanitária e benemérita da Escola de Aprendizes Marinheiros de Paranaguá:

A instituição (...) não foi creada unicamente pela necessidade que tem o governo dos serviços dos seus concidadãos, ao contrario, a sua existência é positivamente uma obra da caridade para a infancia que, ao desamparo, sem meios de educação se embrenha pelo vicio e se alista nas fileiras da vadiagem perniciosa.⁷³

Destacava, ainda, as vantagens oferecidas aos menores que ali viessem a ser internados:

Na Escola de Aprendizes Marinheiros o menor tem a sua alimentação de primeira qualidade, recebe todos os mezes o seu pequeno salario para os gastos nos dias de folga, tem a necessaria licença para visitar seus parentes quando em logares distantes de sede da Escola, não lhe falta o médico e o medicamento, os bons aposentos, o calçado, as roupas, (...) tudo enfim, que é preciso para que o menor tenha a sua vida a salvo das necessidades.⁷⁴

Em Curitiba, lembrava ainda, muitos seriam os candidatos a serem beneficiados por essa instituição: "Nesta capital não são poucos os meninos que vivem por ahí jogados a esmo, ou mendigando de porta em porta, ou vivendo sem abrigo, entregues a individuos que exploram até o seu diminuto trabalho."⁷⁵

A intensificação da propaganda sobre as vantagens oferecidas pela Escola de Aprendizes Marinheiros parecia, contudo, não ser suficiente para convencer os pais, os responsáveis ou os próprios menores das vantagens e benefícios da instituição, pois a ação de autoridades policiais e judiciárias voltaria reiteradamente a ser requerida, como forma de garantir o número mínimo de alunos para a Escola.

Os juizes de direito, juizes municipaes, e autoridades policiais, que apreciam mais intimamente a situação dolorosa de muitas crianças, sem lar umas, mal orientadas outras, podem prestar-lhes um serviço de merito geral qual seja o destinal-as á Escola de Aprendizes.⁷⁶

A intenção de profilaxia social se explicitava na seleção que deveria regular o ingresso dos menores na Escola de Paranaguá:

é sabido que pelas ruas desta Capital e das cidades do interior vagam ao lado de rapazes já pervertidos de corpo e alma, pobres meninos, orphãos ou abandonados pelos paes mas que estão na eminencia de perder-se, unicamente pelo abandono em que jazem. Não é para os pervertidos que lembramos a idéia de os enviar á Escola de Aprendizés, pois o principal requisito (...) é a boa conducta, (...) mas para os outros."

A presença de um contingente cada vez maior de menores pelas ruas da cidade, fossem órfãos ou abandonados, ou apenas "filhos de pais indignos", parecia se configurar num problema que ia se avultando aos olhos daqueles elementos da sociedade que se preocupavam não apenas com a manutenção da ordem vigente, mas, sobretudo, com a necessidade de se produzir uma futura geração de trabalhadores melhor adaptada às exigências da sociedade do trabalho.

A simples presença desses menores, vivendo livremente pelas ruas, ociosos, esmolando, ou praticando pequenos delitos, representava aos olhos das camadas sociais dominantes, a própria negação do trabalho, com o agravante de que, sendo crianças, desde cedo estar-se-iam habituando a viver à margem do mundo ordenado pelos princípios do trabalho.

Sendo assim, e considerando-se as dificuldades enfrentadas pelos poderes públicos, no sentido de se efetivarem as propostas de criação de colônias infantis, institutos disciplinares e outras instituições do gênero - destinadas ao confinamento e regeneração da "infância desvalida" -, pode-se entender os investimentos feitos pelos

discursos dos setores sociais privilegiados, com o fito de se utilizar ao máximo das instituições já existentes, como a Escola de Aprendizes Marinheiros de Paranaguá.

3.3.3 A Escola de Aprendizes Artífices

Durante a Primeira República, a iniciativa mais consistente no sentido de se instituir o ensino técnico-profissional no Brasil foi tomada pelo governo federal, a partir do Decreto nº 7566, de 23 de setembro de 1909, criando em quase todas as capitais dos estados* uma Escola de Aprendizes Artífices.**

Embora seus objetivos fossem referentes ao ensino e à aprendizagem profissional, no próprio decreto de criação, ficava evidenciado o caráter assistencialista que iria marcar essas instituições ao longo de sua existência. Já, no preâmbulo desse Decreto, ficava estabelecido que as Escolas de Aprendizes Artífices teriam como finalidade "não só habilitar os filhos dos desfavorecidos da fortuna com o indispensável preparo técnico e intelectual, como fazê-los adquirir hábitos de trabalho profícuo, que os afastará da ociosidade, escola do vício e do crime; (....)".**

Portanto, ficava assim definida a clientela a que se destinavam as Escolas de Aprendizes Artífices, ou seja, os "desfavorecidos da fortuna", ao mesmo tempo em que se explicitava a intenção moralizadora de, desde cedo, incutir nos meninos pobres os "necessários hábitos de trabalho", com o que se estaria prevenindo a vagabundagem e o crime.

*Foram criadas 19 escolas, uma em cada Estado, com exceção do Rio Grande do Sul, em cuja capital já havia o Instituto Técnico Profissional. FONSECA, Celso Suckow da. História do Ensino Industrial no Brasil. Rio de Janeiro: SENAI/DN/DFA, 1986. V.1, p.180.

Na República, tal como já ocorrera durante o Império, o ensino técnico-profissional destinava-se expressamente ao atendimento dos pobres, das crianças abandonadas, órfãs, ou desvalidas, constituindo-se, nas palavras de Jorge NAGLE, "menos como um programa propriamente educacional, e mais como um plano assistencial aos 'necessitados da misericórdia pública'; o seu objetivo inequívoco - muitas vezes, explicitamente proposto - era o da regeneração pelo trabalho."¹⁰⁰

No Paraná, a Escola de Aprendizes Artífices foi instalada a 16 de Janeiro de 1910, em prédio cedido pelo Estado ao governo da União. A matrícula no seu primeiro ano de funcionamento fôra de 250 alunos, distribuídos pelas oficinas de alfaiataria, marcenaria, selaria, tapeçaria, sapataria, serralheria, mecânica e aulas de pintura decorativa.¹⁰¹ As condições de ingresso na Escola de Aprendizes Artífices, estabelecidas pelo Decreto nº 9070, de 25 de outubro de 1911,¹⁰² além de manter a preferência pelos "desfavorecidos da fortuna", exigia dos candidatos os seguintes requisitos: "ter a idade mínima de 12 anos e máxima de 16; não sofrer de molestia infecto-contagiosa; não ter defeitos físicos que inabilite para a aprendizagem do ofício".¹⁰³

O Decreto presidencial nº 13064, de 12 de junho de 1918, instituiu nas Escolas de Artífices um curso noturno de aperfeiçoamento, destinado aos alunos maiores de 16 anos que quisessem "se aperfeiçoar na prática do desenho industrial, na tecnologia dos officios, recebendo ao mesmo tempo, instrução litteraria, pratica do calculo e conhecimentos geometricos".¹⁰⁴ Esse Decreto, entre outras alterações no regulamento, reduziu de 12 para 10 anos a idade mínima para a matrícula no curso diurno.¹⁰⁵

No Paraná, o direcionamento da Escola de Aprendizizes Artífices para uma clientela específica, constituída pelos filhos dos operários, ou por menores pobres e "desvalidos" ficaria evidenciado já durante as gestões havidas entre o governo local e o federal para a escolha do terreno onde seria construído o edifício próprio da Escola. Assim, em princípios do ano de 1913, após uma reunião entre o Prefeito Municipal de Curitiba e o Diretor da Escola, ficou resolvida

a aquisição de vasta area de terreno, situada nas proximidades da rua Floriano Peixoto, servida por linha de bonds, e apta para comportar todos os aperfeiçoamentos de um grande estabelecimento de ensino. Acresce ainda que a futura situação da Escola de Artífices, fica encravada no meio de densa população proletaria.

Vemos assim o começo da realização do plano de uma vasta usina de operarios (...).¹⁰⁴

Ao comentar um relatório enviado ao Ministro da Agricultura, Indústria e Comércio, pelo Diretor da Escola de Aprendizizes e Artífices do Paraná, Paulo Assumpção, o *Comercio do Paraná* afirmaria que o plano da instituição se destinava a "remodelar os costumes da infancia proletaria" e preparar "nucleos de otimos elementos sociaes".¹⁰⁷ Desse modo, evidencia-se a determinação de promover a educação profissional, não apenas como instrumento de formação de mão-de-obra, mas, também, como meio de moralização dos costumes e, portanto, de controle dos futuros trabalhadores.

A percepção da Escola de Aprendizizes Artífices do Paraná enquanto instrumento potencialmente eficaz de moralização pelo trabalho e de formação de trabalhadores produtivos e "dignos" aparecia também nas manifestações do grupo dirigente da classe empresarial paranaense, através do Boletim da Associação

Comercial, em que se comentava a participação daquela Escola na exposição em homenagem ao 60º aniversário da emancipação política do Paraná, em dezembro de 1913.

Este utilíssimo estabelecimento de educação veio preencher uma sensível lacuna que se sentia em nosso meio, trazendo com a sua fundação o bem estar às classes desprotegidas e principalmente um incentivo ao trabalho.

As crianças abandonadas, da mesma forma que as famílias pobres, que não podem pagar ao professorado para obterem uma educação e instrução profissional, encontraram nesta Escola o meio de se instruírem e de se tornarem uteis à Sociedade e à Patria.

Na Escola Federal de Aprendizizes Artífices do Paraná, (...) as crianças aprendem e (...) se pode afirmar que daquela Escola sahirão futuros e dignos operarios.¹⁰⁹

Entretanto, ao que tudo indica, a clientela a quem as atividades da Escola eram particularmente endereçadas parecia não corresponder a tantas expectativas, o que se evidenciava no relatório apresentado pelo Diretor da Escola ao Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio, em princípios de 1912. Constatando não serem satisfatórios os índices de frequência escolar, o Diretor se queixava de não haver "corretivo bastante, dentro das linhas regulamentares, para trazer os aprendizes á desejada assiduidade no trabalho das officinas e na assistencia dos cursos nocturnos".¹⁰⁹

No entender do diretor Paulo Assumpção, a instituição da "Caixa de Mutualidade"* a partir de outubro de 1911, serviria como um estímulo à uma frequência mais regular. Contudo, reconhecia que, apesar disso, as causas da baixa frequência permaneciam em prejuízo da escola.

*O decreto nº 9070, de 25 de outubro de 1911, instituiu a Caixa de Mutualidade e a Associação Cooperativa. Por esse regulamento, da renda líquida obtida com o produto da venda dos artefatos feitos pelos alunos e repartida em 15 quotas iguais, 5 quotas seriam destinadas à Caixa de Mutualidade, e as 10 restantes seriam distribuídas entre todos os alunos. (FONSECA, Celso S. da. p.185).

A necessidade ou ambição de ganho é o que mais desvia os alunos das suas obrigações escolares, uns influenciados pelos proprios paes, outros desejosos de auferirem pequenas gorjetas, prejudicando assim a regularidade dos proprios estudos (...).¹¹⁰

Como solução mais efetiva para o problema da baixa frequência, o Diretor propunha ao Ministro uma alteração no regime regulamentar do estabelecimento:

O ideal destes estabelecimentos, segundo penso, em vez de instituir-lhes salarios mais ou menos remuneradores [seria] crear-lhes o regimen de internato, aproveitando esse mesmo salario para sustentação diaria de cada aprendiz.

Não seria necessario que todos fossem internos, bastaria estabelecer a distribuição de um terço dos alumnos matriculados como internos, um terço como semiinternos e outro terço como externos.

No primeiro grupo seriam admittidos os orphãos, sem arrimo algum, procedentes de qualquer localidade do Estado e os filhos de mães viúvas ou de paes miseraveis, no segundo aquelles que tendo tacto, e sendo filhos de viúvas tivessem suas mães empregadas em occupaões externas; no terceiro grupo, finalmente todos os menores aspirantes ao ensino profissional que estivessem nas condições regulamentares.

Seriam ainda admittidos nos dois primeiros grupos todos os menores cujos paes ou responsaveis quizessem fazer uma contribuição, de accordo com as respectivas despezas e dos proprios recursos.¹¹¹

A elaboração de estratégias visando à garantia de frequência regular à escola parecia ir ao encontro de uma idéia que, cada vez mais, ganhava corpo em meio aos discursos da época - em relação aos menores, ou à infância abandonada - qual seja, a da sua internação em instituições onde pudessem ser instruídos, moralizados e controlados.

Em defesa do seu intuito, o Diretor da Escola de Aprendizes Artífices sugeria, inclusive, o modo de funcionamento da escola, uma vez adotado o regime que propunha:

Na organização do internato o trabalho seria distribuído, tanto quanto possível, entre os próprios beneficiados, criando-lhes o espírito de ordem e economia, reveesando-os na direcção interna do seu dispensário e nas occupaões inherentes a esta casa de pequenos operários.¹¹⁸

Para completar o projeto de modo satisfatório, a própria localização da escola deveria atender a alguns requisitos, para o que seria dada preferência a

um terreno amplo e apropriado, fóra do centro commercial, em arrabalde aprasivel, onde até a alimentação pudesse ser provida com o auxilio do trabalho dos menores, completando-se desse modo a educação do homem moderno, affeito e preparado para todas as vicissitudes da vida.¹¹⁹

A efetivação desse projeto representaria a concretização de um duplo objetivo: garantir uma frequência regular à Escola de Aprendizés e Artífices do Paraná, ao mesmo tempo em que se criaria um espaço de internação de menores, onde, além de propiciar uma instrução elementar, seria possível inculcar-lhes hábitos de trabalho, como ficava evidenciado na conclusão do relatório:

Sendo assim, cessava o receio de irregular frequência. Os aprendizés receberiam salutar e indefectivel educação. Teriam inteiro amor a sua escola e, livre dos desvios e das sugestões que se lhes deparam a todo momento na esphera em que vivem, lograriam também triumphar de todos os obices que se antepõem á boa formação dos seus caracteres.¹²⁰

Os discursos em defesa da instituição de escolas cujo ensino fosse mais consentâneo com a realidade, capaz de preparar o indivíduo para a vida prática, para as lutas do cotidiano pela sobrevivência, acabavam tendo pontos em comum com os que preconizavam a necessidade de instituições

disciplinares e de internação de menores, ou seja, para melhor preparar para a vida, seria necessário separar esses menores do meio em que viviam, isolá-los tanto quanto possível, retirá-los do convívio social, para mais tarde, devolvê-los "regenerados".

Nessa direção é que a redação do *Commercio do Paraná* comentaria um projeto em tramitação para a ampliação das oficinas da Escola de Aprendizes Artífices do Paraná.

Com a ampliação das officinas, poderia a Escola nos fornecer grande numero de braços para as Industrias, hoje tão defficientes, ao mesmo tempo que arrancaria das garras da miseria e do vicio dezenas de creanças.¹¹⁵

A formação de um contingente de mão-de-obra disciplinado e produtivo era uma das metas desses estabelecimentos de ensino, sempre lembrada pela imprensa a cada vez que se fazia a divulgação de notícias a eles relacionadas.

Confortador, por certo, é o se constatar a maneira por que ali se relacionou os diversos methodos de ensino, fazendo dos meninos pequenos operarios conscientes, adaptando-os aos mistéres da vida pratica.

Sem dúvida ha justos motivos para regosijar-nos com a franca prosperidade daquelle Estabelecimento profissionnal porquanto elle é não só um grande laboratorio de disciplina como tambem onde se preparam homens uteis, attingindo assim, dous [sic] maximos problemas nacionaes.¹¹⁶

Muitas eram as deficiências do ensino técnico-profissional no Brasil durante todo o período estudado. Dentre elas, destacava-se a falta de preparação adequada do corpo docente, que, segundo NAGLE, era constituído por professores

normalistas - no que pouco se distinguia do ensino primário - e por mestres oriundos das fábricas e oficinas - sem o necessário embasamento teórico e técnico-pedagógico. A falta de unidade, uma vez que cada escola organizava seu próprio programa, e a utilização do método imitativo, pelo qual o aluno aprendia pela simples observação do trabalho do mestre, que deveria reproduzir, também se constituiriam em obstáculos ao melhor funcionamento daquelas instituições de ensino."⁷

Contudo, em que pesem as várias tentativas de reformulação do ensino profissional nessa época,⁸ a especificidade da clientela a ser atendida pelas Escolas de Aprendizes Artífices continuaria inalterada ao longo das duas décadas que se seguiriam à sua criação. Na verdade, o ranço assistencialista, que constituía um dos traços marcantes do ensino técnico-profissional no Brasil, desde o período monárquico, permaneceria ainda por muito tempo, estendendo-se para além do primeiro período republicano.⁹

Localizar os menores em espaços definidos, mantendo-os afastados das ruas, submetê-los à vigilância constante e inculcá-los hábitos civilizados, representaria a realização dos mais caros ideais relativos à moralização dos costumes da população, bem como a garantia de um futuro contingente de

⁷As questões relativas à organização técnica e pedagógica das Escolas de Aprendizes e Artífices foram alvo de discussões e de tentativas de melhoramentos, na década de 20, principalmente, a partir dos estudos e propostas apresentadas pela Comissão Luderitz, cujo relatório foi apresentado ao Ministro da Agricultura, Indústria e Comércio, em 1924. Essa Comissão elaborou também um Projeto de Regulamento do Ensino Profissional Técnico, concluído em 1923, o qual visava a uma ampla reformulação do ensino profissional. Além de introduzir alterações em seu currículo, previa a reformulação dos cursos Normais e a criação de cursos específicos para a formação de professores que dispusessem dos conhecimentos específicos necessários ao ensino profissional. Parte das sugestões apresentadas pela Comissão Luderitz seriam aproveitadas na aprovação de uma portaria, em novembro de 1926, que disporia sobre a nova regulamentação das Escolas de Aprendizes e Artífices. (NAGLE, p.165-168)

⁸A Constituição de 1937, ao tratar do ensino profissional, em seu artigo 129, ainda afirmava a sua destinação "às classes menos favorecidas". (FONSECA, Celso S. da. História do ensino industrial no Brasil. Rio de Janeiro: SENAI/DN/DPEA, 1996. v.1, p.231)

trabalhadores dóceis e produtivos. Para tanto, a idéia de se conjugar esforços no sentido de se obter, desde muito cedo, os resultados positivos que poderiam advir do adestramento das futuras gerações de trabalhadores, pelo ensino das primeiras letras, aliado ao treinamento em algum ofício, seria enfatizada constantemente nos discursos veiculados pela imprensa comprometida com os interesses empresariais. Nesse sentido, a instalação de escolas destinadas à aprendizagem profissional, a partir do início da segunda década deste século, representaria um passo significativo na concretização da estratégia de produção de uma classe trabalhadora diligente e disciplinada.

3.3.4 Escolas de Comércio

As razões de se abordar o ensino comercial nesse trabalho se vinculam, essencialmente, à ênfase dada a esse tipo de ensino pelos discursos da imprensa curitibana ligada aos interesses empresariais, que, além do seu sentido profissionalizante, lhe conferiam uma tarefa de caráter moralizador sobre a "classe caixeiral".*

O ensino técnico-comercial, durante o primeiro período republicano, não mereceu do governo federal qualquer iniciativa de oficialização, tendo as ações da União, relativas a esse ramo de ensino, sido limitadas, em momentos

*As expressões "classe caixeiral" e "empregados no comércio" pareciam ter, na época estudada, um significado bastante abrangente. Assim "classe caixeiral" poderia se referir tanto aos "caixeiros" propriamente ditos, quanto aos que exerciam funções mais graduadas, como gerentes e sócios, por exemplo. Ao mesmo tempo, entre os "empregados no comércio", poderiam se situar todos aqueles que desenvolvessem atividades no ramo comercial.

determinados (1905, 1923, 1926), ao estabelecimento de algumas normas para o mesmo, as quais incidiam sobre as instituições particulares, que passariam a ser fiscalizadas pelo poder central.¹⁴⁰ Assim, a criação de instituições dedicadas ao ensino comercial ficou praticamente restrita à iniciativa privada, que, freqüentemente, recebia subvenções governamentais.

No Paraná, já na década de 80 do século passado, surgiram cursos comerciais em Paranaguá, Antonina e Curitiba, ligados a entidades associativas particulares, como no caso do Curso de Paranaguá, mantido pelo Clube Literário,¹⁴¹ com subvenção provincial, e o de Curitiba, criado pela Associação Curitibana dos Empregados no Comércio.

Em 1896, a formação específica do empregado do comércio era requerida como uma necessidade que já se fazia sentir no setor comercial curitibano.

É raro, nessa classe o indivíduo que tem conhecimento da Escripuração mercantil e de contabilidade, e de modo que em toda parte vemos reinar a mais profunda anarchia, no que diz respeito a tais questões.¹⁴⁰

Afirmando ainda ser "necessário que o empregado do comercio tenha a instrucção compativel com o cargo que exerce...",¹⁴² lembrava-se à Associação dos Empregados no Comércio que já era tempo de tratar de assunto tão relevante.

Por volta de 1906, foi criado em Curitiba, no âmbito da administração estadual, o Instituto Comercial,* que parece não

*Esse Instituto, criado pela lei nº 597, de 16 de março de 1905, foi instalado no Ginásio Paranaense, tendo seu início de funcionamento em 2 de março de 1906, com uma matrícula de 59 alunos (A ESCOLA, Curitiba, mar.1906).

ter tido uma ação duradoura, pelo que se pode deduzir da observação contida no relatório do Diretor Geral da Instrução Pública, citado por Lílian WACHOWICZ, no qual afirmava ter o referido curso "começado com o entusiasmo dos jovens que infelizmente pouco a pouco o foram abandonado".¹²²

A criação desse estabelecimento foi saudada pela redação da revista *A Escola*, a qual afirmava que "a educação industrial [sic] prepara os mancebos para entrarem armados na arena dos jogos da fortuna". Ao concluir, ressalva ainda que a formação na "Academia de Comercio", como em qualquer outra instituição seria insuficiente para o exercício profissional, caso a mesma não se fizesse acompanhar da devida prática.¹²³

No entanto, em Curitiba, os cursos comerciais, durante as primeiras décadas republicanas, parecem ter ficado restritos à iniciativa privada, principalmente, àquela originada em entidades de classe, como a Associação Comercial do Paraná e a Associação Curitibana dos Empregados no Comércio.

Embora tenham sido criadas, ainda na última década do século passado, as aulas de "Escripturação Mercantil", mantidas pela Associação Curitibana dos Empregados no Comércio e previstas desde a sua fundação, parecem não ter mantido uma regularidade suficiente, pois acabavam sofrendo as conseqüências dos problemas que dificultavam o funcionamento da própria Associação em seus primeiros tempos. Assim, em várias oportunidades aparecem referências à reabertura ou reorganização dessas aulas, seja na documentação da própria Associação, seja através da imprensa.

Em setembro de 1897, em sessão ordinária, a diretoria da Associação dos Empregados no Comércio deliberava a "reabertura das aulas de Escripuração Mercantil."¹²⁴ No entanto, o caráter predominantemente recreativo assumido por essa entidade, na época, bem como a alternância de períodos marcados por uma maior ou menor atuação de suas diretorias, parece não ter colaborado para a consolidação de suas atividades educativas. Um outro dado a ser considerado seria a atuação paralela e, ao que tudo indica, complementar, dessa entidade associativa em relação à Associação Comercial do Paraná, principalmente tendo-se em conta que muitos dos sócios mais atuantes pertenciam, simultaneamente, às duas agremiações.*

No que se refere à instrução, parece ter havido uma espécie de revezamento entre elas. Do programa da primeira diretoria que assumiu a Associação Comercial do Paraná, a partir da sua regorganização, em meados de 1909, constava "a fundação de uma Escola de Comercio e Industria".¹²⁵ Já, em setembro desse mesmo ano, teria início o funcionamento das "aulas da Associação", assim registrado pelo seu Boletim:

No dia 1º de Setembro foram inaugurados os cursos commerciaes mantidos por esta Associação que poderão ser utilizados pelos socios e seus filhos, ou por empregados no commercio que os desejarem frequentar, mediante as condições estipuladas nos Estatutos.¹²⁶

No relatório de julho de 1911, apresentado ao final da gestão da primeira diretoria eleita após a reorganização da

*Dentre esses sócios podem ser citados Domingos Duarte Velloso, João Vianna Seiler, Frederico Mainguê e David Carneiro. Ver nota a p. 62 do I capítulo.

Associação Comercial, o Presidente, Dr. Pamphilo d'Assumpção, registrava o funcionamento regular das aulas mantidas pela Associação, com uma frequência média de 30 alunos.¹²⁷ Essas aulas abrangiam as disciplinas de português, francês, alemão, aritmética e escrituração mercantil. O relatório registrava ainda que a "cadeira de Escripuração Mercantil" encontrava-se vaga naquele momento, "por ter se ausentado o respectivo professor, porque os alunos preferiam suas aulas sem estarem habilitados em matérias essenciaes como portugues e arithimetica".¹²⁸

Esse registro chama a atenção para dois pontos. Primeiro, o curso mantido pela Associação Comercial do Paraná parecia estar organizado em forma de aulas avulsas, sem a sistematização mais específica em termos de graduação e seqüência, no que estaria de conformidade com as características dos cursos secundários da época. Em segundo lugar, a preferência dos alunos pelas aulas de escrituração mercantil parece apontar para uma maior necessidade dos comerciantes (a clientela preferencial dessas aulas), no sentido de se prover dos conhecimentos específicos à sua área de atividades - talvez, no intuito de melhor aparelhar seus serviços de contabilidade, dando aos seus negócios um caráter mais moderno e racional.

Contudo, em janeiro de 1913, o jornal *Comercio do Paraná* noticiava a "reorganização das escolas de ensino prático, outrora mantidas pela Associação Curitibana dos Empregados no Comércio".¹²⁹ Logo em seguida, seria solicitado ao Congresso Legislativo do Estado "um auxilio para a

manutenção de uma escola em que sejam ensinadas as matérias indispensáveis á vida comercial e que a Associação deseja reabrir (....) para a instrucción dos sócios."¹³⁰ (sem grifo no original).

Nessa ocasião, propunha-se ainda a ampliação do seu currículo, acrescentando-se às já tradicionais aulas de línguas e escrituração mercantil os cursos de datilografia, esperanto, geografia e prática de viagens comerciais.¹³¹

Se o auxílio foi concedido e se o objetivo de reabertura das "aulas comerciais" foi alcançado nessa época, não se tem registro na documentação consultada. Mesmo que tenha sido alcançado, é bastante provável que esse êxito tenha sido temporário, pois, conforme registraria mais tarde um editorial da revista *União e Trabalho*, essa agremiação, há tempos, vinha passando por "vacilantes situações de ephemera prosperidade e de acentuada decadência."¹³²

No entanto, os cursos mantidos pela Associação dos Empregados no Comércio receberiam novo impulso, a partir de 1917, quando uma nova diretoria, liderada pelo empresário João Vianna Seiler, assumiria o comando dessa entidade associativa,¹³³ à qual tentaria imprimir um caráter mais beneficente e educativo e menos recreativo. Nesse ano, foram instituídas aulas avulsas de português, francês, inglês, alemão, aritmética, escrituração mercantil e geografia, para as quais foram nomeados "professores de reconhecida idoneidade".¹³⁴ A frequência inicial teria sido de cerca de 100 alunos, segundo o depoimento do presidente João Vianna Seiler, no discurso proferido por ocasião das comemorações

pelo 24º aniversário da Associação, em 8 de dezembro de 1919. Ainda, segundo esse depoimento, em 1918 foi conseguida, junto ao governo estadual, uma subvenção de 3 contos de réis, a título de auxílio, e com a Prefeitura municipal foi obtido o mobiliário e o material escolar.¹³⁵

A reforma dos estatutos empreendida em 1918 veio reafirmar como objetivos da Associação o fomento da instrução e do civismo, o que se daria através da manutenção de cursos gratuitos de nível primário e secundário para os sócios e filhos de sócios, e, ainda, da promoção de "conferências cívicas que rememorem fatos da história nacional"¹³⁶

A partir de então, a Associação Curitibana dos Empregados no Comércio manteria um curso primário e um curso comercial, abertos preferencialmente aos sócios e seus filhos, cuja frequência seria gratuita. Porém, para permitir o acesso de não-sócios ao curso comercial, seria criada a categoria "Classe de Alunos"; desses, seria cobrada uma taxa mensal, que em 1920 montava a 2 mil réis. Em seu relatório, apresentado em 1921, o Superintendente de Ensino, João Alfredo Silva, registrava que, em 1920, 242 alunos haviam pago aquela taxa.¹³⁷

Além disso, a Associação oferecia algumas matrículas gratuitas aos filiados à Sociedade Protetora dos Operários. Segundo o relato do Superintendente de Ensino, esse parecia ser um procedimento regular, oferecendo-se, anualmente, dez matrículas gratuitas para sócios e filhos de sócios daquela entidade associativa, que poderiam ser tanto para o curso primário como para o comercial.¹³⁸

Os cursos da Associação Curitibana dos Empregados no

Comércio pareciam bastante concorridos. De acordo com o que consta do relatório sobre o ano de 1920, o número de alunos ouvintes e matriculados alcançara, nesse ano, o total de 557, sendo 237 no curso primário, 197 no curso comercial e 123 nos cursos avulsos de línguas e datilografia, tendo havido um aumento de cerca de 200 alunos em relação ao ano anterior.¹³⁹

Porém, ao que tudo indica, muitos dos alunos do curso comercial não chegavam a concluir o ano letivo, como se pode deduzir das palavras do Superintendente de Ensino:

Como sempre acontece, até o meiado do ano a frequência em todas as aulas foi completa. Nos últimos meses, porém, se fizeram sentir as deserções determinadas pela vacillação dos alunos no cumprimento das disciplinas escolares, ante cujas exigências se foram achando fracos para prosseguir na tarefa, principiada com certo ardor e deixada a meio pela incapacidade de cumprir as obrigações.¹⁴⁰

No que se refere ao relacionamento entre a Associação Curitibana dos Empregados no Comércio e a Associação Comercial do Paraná, é interessante notar que o tema da instrução realizava de forma relevante a complementaridade que parecia existir entre as duas entidades.

As aulas mantidas pela Associação Comercial, a partir de sua reorganização em 1909, ao que tudo indica foram assumidas, ou substituídas pela Associação Curitibana dos Empregados no Comércio, a partir da reorganização desta, em 1917. Ao menos é o que se evidencia pelo relatório do Presidente da Associação Comercial, apresentado em julho desse ano. Nesse relatório, não há mais referências às aulas da Associação, porém, no item referente à ocupação das salas de

seu edifício, o Presidente, além de relatar que parte do andar superior era ocupado pela Associação dos Empregados no Comércio, registra:

Ultimamente a Directoria fez adaptar no terceiro andar do prédio, quatro salas sendo três para funcionarem as aulas da Associação Curitibana dos Empregados no Commercio e uma para o archivo da nossa Associação.¹⁴¹

Portanto, é de se perguntar se com a reorganização da Associação dos Empregados, a partir de 1917-18, empreendida pela diretoria liderada pelo empresário João Vianna Seiler, que se propôs a imprimir à entidade associativa dos empregados no comércio um caráter beneficente, educativo e cívico, não teria essa entidade assumido as aulas mantidas pela Associação Comercial, como forma de efetivar uma ação complementar entre elas, racionalizando e eliminando uma duplicidade de funções que ambas estariam mantendo no campo do ensino.

A resolução de se fazer com que a Associação Curitibana dos Empregados no Comércio assumisse efetivamente um caráter educativo e cívico, além de beneficente, ocorria justamente numa época marcada pelo que Jorge NAGLE chamou de "entusiasmo pela educação" e em que as atividades das ligas nacionalistas se encontravam em grande efervescência. Nesse sentido, ao final da década de dez, a campanha desenvolvida por essa Associação para o incremento do seu quadro associativo, encampada pelo jornal *Commercio do Paraná*, caracterizar-se-ia pelos apelos em prol da instrução e do civismo, os quais continham um acentuado traço de moralização da chamada "classe caixeiral".

Para despertar a atenção do público para as vantagens de se fazer parte da Associação Curitibana dos Empregados no Comércio, enfatizavam os seus aspectos beneficentes, educativos e moralizadores:

Na sua séde, sítio nos altos do palacete da Associação Comercial, não existe botaquim, e nem jogos de especie alguma, o que muito recommenda aquella sociedade como um verdadeiro factor social, que propende a estreitar os laços de solidariedade de uma classe digna e laboriosa, por meio da instrução e da beneficiencia. Todos os empregados no commercio consciuos de seus deveres e direitos, tem a estricta obrigação de ir ao encontro dessas idéias, se inscrevendo como socios da Associação, que representa a verdadeira garantia de todos.¹⁴²

No entanto, para conseguir uma maior freqüência aos cursos noturnos oferecidos pela Associação aos seus sócios seria necessário obter o fechamento do comércio a um tempo hábil, que possibilitasse a freqüência às aulas. Nesse sentido, retomava-se uma antiga reivindicação para que o comércio curitibano fosse fechado às 19 horas, argumentando-se sobre a necessidade de tal medida, a fim de facilitar aos empregados no comércio o acesso à instrução.

Mas, além do benefício da instrução como fator de aperfeiçoamento profissional, voltava-se sempre a enfatizar o seu aspecto moralizador. Em julho de 1917, seria justamente esse o argumento usado para tentar convencer os membros da Câmara Municipal de Curitiba, no sentido de atenderem às reivindicações da "classe caixeiral", que estaria recebendo o apoio do "grande comércio", "honesto e progressista", para que se votasse uma lei regulamentando o fechamento do comércio curitibano, em um horário determinado:

Visitai por momentos aquelle templo do saber e da beneficiência e ficareis admirados de ver uma pleiade de moços cansados da labuta diária, procurar cultivar a intelligencia, estudando e fugindo assim dos antros de perdição e perversão que abundam em nosso meio!¹⁴³

Em meados de 1917, a aprovação de uma lei que determinava o fechamento do comércio às 19 horas, conseguida com o apoio da Associação Comercial e do grande comércio de Curitiba,¹⁴⁴ provocaria no empresário Domingos Duarte Velloso, à época integrante da comissão fiscal da Associação dos Empregados, os seguintes comentários:

Hoje, ahí estão as aulas abertas pela benemerita Associação C. dos Empregados no Commercio repletas de alumnos, onde vão aprender linguas. As aulas de musica, e em breve as de desenho, necessarias também pois que o empregado no commercio de hoje, será o futuro commerciante de amanhã.

O proprio patrão, muito tem a lucrar com a intelligencia do seu empregado. A boa conversação com os clientes, o conhecimento perfeito dos objectos que vende, tudo influe para o bom nome da casa.

Justa, humanitaria e patriotica, é a Lei que acaba de ser votada. Saibam os empregados no commercio aproveitá-la.¹⁴⁵

Para conseguir a adesão dos patrões, que encerrando mais cedo as atividades dos estabelecimentos comerciais estariam permitindo aos seus empregados a frequência aos cursos da Associação, chamava-se a atenção para as vantagens que obteriam para seus negócios se pudessem contar com auxiliares melhor preparados para o exercício da profissão.

Mais do que isso, porém, é preciso que se considere qual seria o significado dessa argumentação no meio patronal do comércio, quando se constata que o quadro associativo da Associação dos Empregados no Comércio era constituído, em sua maioria, pelos próprios comerciantes, segundo registros da imprensa e da própria entidade.¹⁴⁶

Quando o empresário Domingos Duarte Velloso se referia ao empregado no comércio como um "futuro comerciante de amanhã", seria muito provável que estivesse se referindo aos próprios filhos de comerciantes, que, no caso, seriam a clientela potencial das aulas da Associação.

Portanto, a defesa do fechamento do comércio a um horário determinado, além de representar uma forma de disciplinar o funcionamento do comércio na cidade, teria a função de facilitar aos futuros comerciantes a frequência às aulas do Curso Comercial da Associação, onde teriam a oportunidade de se preparar para o melhor desempenho de suas atividades futuras.

Contudo, é importante considerar que, a partir de uma maior regulamentação do horário de funcionamento do comércio, abria-se a possibilidade de que mesmo os empregados propriamente ditos, pudessem frequentar as aulas da Associação, sendo essa uma das intenções explícitas nos discursos favoráveis ao fechamento do comércio às 19 horas.

Nesse ponto, deve-se refletir acerca das especificidades que cercavam os empregados no setor de serviços - no que se refere às casas comerciais e escritórios - do ponto de vista patronal. Essas especificidades, geralmente, seriam relativas a uma suposta diferença de natureza entre o trabalho desenvolvido pelos empregados no comércio e escritórios, tido, em geral, como mais intelectualizado, em oposição ao trabalho "puramente braçal", que seria o dos

operários de fábricas e oficinas.*

Nessa perspectiva, e tendo-se em conta o caráter moralizador da instrução, nas concepções em voga na época, pode-se pensar o que significaria a possibilidade de o empregado no comércio, ao frequentar as aulas e demais atividades da Associação, estar ao lado daqueles que, através do exemplo, lhes serviriam de modelo no que se refere às regras do convívio social.

Nesse sentido, a própria particularidade do trabalho do empregado no comércio, que o colocava em contato direto com os clientes, exigiria que apresentasse um mínimo de habilidades sociais, necessárias ao desempenho de suas funções. Esse nível de exigência se aprofundaria na medida em que esse empregado pretendesse atuar em casas comerciais de maior prestígio. Esse aspecto pode ter estado, em parte, entre as motivações que levaram os donos de grandes estabelecimentos comerciais a apoiar alguns dos projetos que visavam regulamentar o horário de funcionamento do comércio em Curitiba, pois teriam interesse em contar com uma mão-de-obra mais qualificada, que melhor se adequasse ao atendimento de sua clientela. Além disso, a própria complexificação dos negócios, na medida em que a sociedade curitibana atingia um certo nível de modernização, também estaria a exigir um melhor nível de preparo dos empregados no comércio.

*As diferenças entre a natureza do trabalho dos operários fabris e dos empregados no setor de serviços, na concepção patronal, é analisada por Marisa Saenz LEHE, a partir dos discursos dos empresários paulistas, ao argumentarem contra a aprovação da Lei de Férias, em 1925. Na visão daqueles patrões, o empregado do comércio e de escritórios, por desenvolver um trabalho mais intelectualizado, que demandaria um esforço cerebral mais intenso que o do operário (que exerceria uma atividade puramente mecânica), teria maior direito ao gozo de férias, além do que, sendo moral e socialmente superior ao operário, o empregado do setor de serviços teria melhores condições de desfrutar das férias de forma mais adequada e sadia, sem se deixar corromper moralmente pelo ócio. (LEHE, Marisa Saenz A ideologia dos industriais brasileiros : 1919-1945. Petrópolis : Vozes, 1976. p.117-119).

Ainda, de acordo com o espírito moralizador que predominava entre os dirigentes da Associação Curitibana dos Empregados no Comércio, em fins de 1919, foi deliberado pela diretoria que se mandasse confeccionar cartazes contendo "pensamentos de homens celebres, contra tudo que possa concorrer para a dissolução dos costumes".¹⁴⁷ Esses cartazes, que seriam afixados nas salas de aula, no saguão e na biblioteca, teriam como finalidade combater "os vícios e a immoralidade que infelicitam a mocidade brasileira".¹⁴⁸

A ação moralizadora da Associação dos Empregados no Comércio ficava patenteada por Domingos Duarte Velloso, ao fazer uma apreciação das suas atividades:

Em sua regular existência, jamais nos salões da Associação se viu [sic] uma garrafa de álcool ou um baralho de cartas de jogar. Allí só se aprende a amar a patria e a respeitar a sociedade. O espirito se distrae na leitura dos livros; e nos grandes bailes se aprende as regras do bom tom.¹⁴⁹

Toda essa ênfase na negação de qualquer traço menos "moralizador" das atividades desenvolvidas pela Associação parece também estar ligada ao esforço que se promovia, então, para eliminar da sua imagem os aspectos quase que exclusivamente recreativos que a vinham caracterizando desde há muito. Nesse sentido, tornava-se freqüente a apologia da educação, como forma de fortalecer moral e intelectualmente os jovens atuantes no comércio. Para tanto, a ação educativa da Associação deveria ir além das aulas nos cursos primário e comercial. Para conseguir que os jovens comerciários se tornassem realmente "educados" e imbuídos de espírito cívico,

outras atividades seriam propostas e desenvolvidas pela entidade associativa.

Além das aulas, os sócios poderiam frequentar a biblioteca da Associação, que, em 1920, contava com um acervo de cerca de 2000 volumes, segundo registra o relatório apresentado em fins desse mesmo ano.¹⁵⁰

O caráter cívico que se pretendia imprimir à Associação Curitibana dos Empregados no Comércio seria assegurado, entre outras atividades, pela promoção de "conferências cívicas", que teriam por finalidade "dar lições de civismo à mocidade de nossa terra",¹⁵¹ bem como atividades relacionadas às datas comemorativas nacionais. As conferências versavam sobre assuntos diversos, considerados "de grande utilidade social: o alcoolismo, a syphilis, e outros assumptos dos quaes a mocidade deveria ter salutar conhecimento".¹⁵²

Na concepção dos dirigentes da Associação dos Empregados no Comércio, portanto, a instrução e a educação seriam vistas como aspectos complementares de uma ação maior, que teria por objetivo a formação de cidadãos que, além de produtivos, estivessem imbuídos de espírito cívico.

A instrução resolve um dos mais espinhosos problemas sociais; nada faria porém, sem o concurso direto e accentuado da educação. Uma prepara o terreno em que a outra lança as sementes. A instrução é a base do progresso, a educação é a essencia.

Vós empregados, que hoje sois e amanhã tereis filhos, avaliae do valor do vosso papel de educadores e da vossa responsabilidade em relação ao futuro da Patria que queremos bella e gloriosa.¹⁵³

Além do curso comercial oferecido pela Associação

Curitibana dos Empregados no Comércio, surgiria em Curitiba, em princípios de 1921, a "Escola Pratica de Commercio", dirigida por João Alfredo Silva, que fôra superintendente de ensino daquela entidade associativa.¹⁵⁴

Enquanto o curso comercial oferecido pela Associação dos Empregados do Comércio teria a duração de três anos, essa outra escola se propunha a formar guarda-livros, datilógrafos e correspondentes comerciais em apenas 15 meses. Isso seria possível dada "a feição essencialmente pratica" de que se pretendia dotá-la. Tendo como lema a frase "mais vale uma onça de pratica que uma tonelada de theoria", essa escola facilitava o acesso àqueles que, mesmo sem possuir certificados, ou diplomas anteriores, quisessem se habilitar a trabalhar no setor de serviços. De acordo com a publicidade sobre essa escola, qualquer pessoa que conhecesse apenas os rudimentos das quatro operações e soubesse ler e escrever poderia "adquirir os conhecimentos que o habilitassem a vencer com relativa facilidade na carreira comercial".¹⁵⁵

Ao que parece, o currículo dessa escola assentava-se mais no treinamento da prática de escritórios, sem muita preocupação com a aquisição dos chamados conhecimentos "teóricos":

Moldada em feição essencialmente pratica, possui escriptorios-modelo (bancario, industrial, comercial, por atacado e representações), com o uso de todos os documentos empregados no commercio.¹⁵⁶

Pela facilidade de acesso e pela rapidez com que se podia concluir os cursos, a afluência de alunos à "Escola Pratica de

Comercio" parece ter sido numerosa, pelo que se pode perceber do que registrava o *Álbum da Gazeta do Povo*, em 1924, ao afirmar que em três anos letivos a referida escola já formara mais de 300 alunos entre guarda-livros, datilógrafos e correspondentes.¹⁵⁷

Em contraste com esses dados, e em que pese o número significativo de matrículas na escola da Associação Curitibana dos Empregados no Comércio, o número de formandos dessa última seria simplesmente irrisório. Tem-se, assim, que em 1919 concluíram, pela primeira turma da escola da Associação, como guarda-livros, apenas dois alunos, e, em 1920, três alunos.¹⁵⁸

Um outro dado a ser considerado é o que se refere ao caráter não-oficial dos certificados e diplomas concedidos pelos cursos da Associação dos Empregados no Comércio, isto é, os certificados conferidos aos que concluíam o curso, habilitando-os como guarda-livros, não eram reconhecidos oficialmente.¹⁵⁹

Portanto, pode-se perguntar qual seria o alcance da atração exercida por um curso de três anos, estruturado com base num programa relativamente extenso, para aqueles que buscassem apenas os conhecimentos essenciais que os capacitassem a exercer atividades menos especializadas em estabelecimentos comerciais, bancários ou em repartições públicas? Daí, talvez, uma das possíveis explicações para as queixas do Superintendente de Ensino, João Alfredo Silva, em relação ao abandono das atividades escolares por grande parte dos alunos do curso comercial.¹⁶⁰

Diante disso, parece até certo ponto contraditório que

a Associação Curitibana dos Empregados no Comércio mantivesse um Curso Comercial que se mostrava longe de cumprir sua finalidade, uma vez que, mesmo com uma frequência inicial significativa, a maior parte dos alunos não chegava a concluí-lo.

Uma investigação acerca dos motivos da evasão dos alunos do Curso Comercial da Associação dos Empregados no Comércio seria objeto de um outro estudo. No entanto, uma hipótese a ser levantada, como um dos possíveis fatores dessa evasão, poderia estar ligada ao não-reconhecimento oficial dos certificados conferidos pelo curso.⁴⁴¹ Esse fato pode ter contribuído para que aqueles alunos que pretendessem prosseguir seus estudos em nível superior acabassem por se desinteressar, abandonando o curso comercial antes de seu término. Essa consideração se relaciona com as afirmativas de que os cursos secundários, na época estudada, seriam vistos apenas como degrau de acesso aos cursos superiores.⁴⁴² Nesse caso, o que se quer ressaltar é que, sendo a clientela potencial do curso da Associação Curitibana dos Empregados no Comércio constituída, principalmente, pelos seus associados, que em sua maioria seriam os comerciantes e seus filhos, é provável que muitos se desinteressassem em concluir um curso que, ao final de três anos, apenas oferecia diplomas não oficiais de contador ou guarda-livros. Além disso, é provável que também os empregados no comércio propriamente ditos, que se matriculassem no curso da Associação, logo se sentissem desestimulados em prosseguir num curso de duração relativamente longa e com um currículo extenso, cujo resultado

final, em termos de habilitação, não seria muito diferente daquele obtido num curso de menor duração, como o que era ofertado pela Escola Prática de Comércio.

Um outro aspecto a ser considerado nessa discussão se refere à abrangência que a expressão "empregados no comércio" poderia assumir na época estudada. De fato, os "empregados no comércio" poderiam ser todos aqueles que desempenhassem alguma função no setor comercial, tanto os simples "caixeiros", quanto os que ocupavam postos de gerência nas casas de comércio, ou em bancos e escritórios, por exemplo.

A preocupação dos dirigentes da Associação Curitibana dos Empregados no Comércio em manter um Curso Comercial talvez não estivesse relacionada propriamente com o aspecto "instrutivo" do curso, no sentido da formação profissional de seus associados, mas é provável que estivesse ligada muito mais com o seu caráter "educativo".

Nesse ponto, é preciso se ter presente o tom moralizador dos discursos emitidos pelo grupo dirigente da Associação, particularmente aqueles que tinham como tema a educação. Esses discursos, sendo endereçados aos "empregados no comércio" em geral, teriam o efeito de divulgar e reafirmar, tanto para os patrões, quanto para os empregados, as vantagens da educação para o trabalho, que traria como consequência a formação de um contingente de mão-de-obra melhor preparado e com comportamentos mais adequados ao desempenho de suas funções, num campo que se estava diversificando e se complexificando, como seria o caso do setor comercial.

Por outro lado, considerando-se que os cursos da Associação dos Empregados no Comércio eram destinados prioritariamente aos associados e seus filhos e que o quadro associativo da entidade era composto, em sua maioria, pelos próprios patrões, como atestavam os seus dirigentes, é possível indagar se os discursos de tom moralizador emitidos por esses dirigentes não eram endereçados também a determinadas parcelas do próprio grupo de empresários.

Nesse caso, os empresários, que seriam o alvo privilegiado desses discursos, provavelmente seriam aqueles que, por não preencherem satisfatoriamente os requisitos para se inscreverem como integrantes do chamado "grande comércio", também não costumavam ser considerados suficientemente "modernos" e "civilizados". Aqui, deve-se ter presente os comentários de algumas lideranças empresariais, quando comparavam os empresários paranaenses aos de outros estados "mais adiantados", como São Paulo, por exemplo, e concluíam que somente a "escola" poderia tirá-los do estágio de ignorância e atraso em que supostamente se encontravam.* Nesse sentido, a ação moralizadora da Associação Curitibana dos Empregados no Comércio, através de suas atividades educativas, cívicas e recreativas, visaria fazer com que também esses empresários se tornassem não apenas mais "instruídos", mas também melhor "habilitados" ao convívio numa sociedade que se pretendia "moderna e civilizada".

A análise da ação educativa da Associação Curitibana

*Ver as afirmações de Domingos Duarte Velloso e João Vianna Seiler nas páginas 48-50, 1º capítulo deste trabalho.

dos Empregados no Comércio remete a uma certa ambigüidade que parecia marcar sua trajetória desde a sua criação e que estaria ligada à própria composição de seu quadro associativo que admitia qualquer pessoa que desempenhasse funções comerciais. Assim, os discursos moralizadores dos dirigentes da Associação dos Empregados no Comércio visariam tanto os trabalhadores no comércio, quanto os próprios patrões e, nesse caso, se constituíram em algumas das estratégias inseridas nas relações de poder entre as lideranças e os demais segmentos da classe empresarial.

Assim, fosse em relação aos segmentos menos "civilizados" da própria classe empresarial, fosse em relação aos trabalhadores do comércio, ou à população pobre e trabalhadora como um todo, os discursos dos grupos dirigentes do empresariado paranaense evidenciavam um traço comum: na empresa de modernização da sociedade paranaense em geral e curitibana em particular, à "educação para o trabalho" estaria reservado um papel privilegiado.

De acordo com Maria Stella M. BRESCIANI, desde fins do século XVII, "a escola dos pobres vinha em resposta à necessidade de evitar os males da falta de educação" e de formar "serviçais fiéis e bons trabalhadores".¹⁴² Nesse sentido, não somente a criação de escolas elementares, mas, principalmente, a transformação das escolas em "oficinas de trabalho" assumia, aos olhos das camadas sociais dominantes, a conotação de estratégia ideal para a formação de um futuro contingente de mão-de-obra adaptado às normas da sociedade do trabalho.

A imprensa ligada aos interesses empresariais prestava sua colaboração nesse empreendimento, fazendo circular no social os discursos de sociólogos, políticos e pedagogos, que atribuíam tanto à escola, quanto às instituições disciplinares para menores a função de agentes de profilaxia social. Isto equivale a dizer que tanto uma quanto as outras estariam encarregadas de transformar as crianças pobres, abandonadas ou não, em futuros trabalhadores, disciplinados, diligentes e submissos, isto é, cidadãos conscientes do "seu lugar" na moderna sociedade capitalista.

Nessa perspectiva, à escola se atribuiria muito mais uma função adestradora dos trabalhadores potenciais, do que a de transmissora do saber historicamente produzido, o que significa que a função "educativa" da escola se sobreporia à sua função "instrutiva".

Desse modo, a valorização da escola nos discursos dos setores sociais dominantes dava-se, muitas vezes, bem mais pelo que ela representaria enquanto instância de moralização das futuras gerações de trabalhadores, pela sua singular capacidade de associação entre ensino e trabalho, do que propriamente por uma suposta possibilidade de promover a qualificação para o trabalho.

Para Maria Stella M. BRESCIANI, "a força moralizadora do trabalho e o insuportável espetáculo da vagabundagem e da mendicância infantil reforçam-se mutuamente nas propostas de enclausuramento das crianças pobres".¹⁶⁴ Nesse sentido, a instituição escolar/disciplinar reuniria, num mesmo movimento, o duplo mérito de retirar das ruas um contingente sempre

crescente de crianças e jovens "vadios" e/ou "viciosos" e, ao mesmo tempo, representar a possibilidade de transformá-los em futuros trabalhadores produtivos e disciplinados.

Os êxitos relativos que a instituição escolar tem alcançado nessa tarefa, ao que tudo indica, não deveriam ser atribuídos propriamente aos "conteúdos escolares", ou seja, ao "saber" que a escola deveria transmitir, mas sim muito mais às experiências disciplinares vivenciadas no seu interior.¹⁶⁵

No discurso dos setores sociais privilegiados da sociedade curitibana do período entresséculos, a empresa de modernização dessa sociedade passaria não apenas pela ampliação do sistema de ensino elementar, via aumento da oferta de escolas à população, mas, também, pela realização de reformas educacionais que pudessem produzir um modelo de ensino mais adequado às novas exigências do sistema produtivo. Para tanto, proclamava-se a urgência de transformar um ensino considerado excessivamente teórico e livresco em um ensino "prático", voltado às necessidades de um mercado de trabalho que se complexificava na medida de uma crescente diversificação das atividades econômicas.

As críticas ao modelo de ensino tradicional apontavam, como alguns dos seus efeitos, uma suposta tendência ao "bacharelismo" e à "burocracia", que estariam na base de um deficiente desenvolvimento econômico, particularmente nos setores industrial e comercial. Daí as constantes reivindicações para a implantação de um modelo de ensino que contribuísse, sobretudo, para despertar nos indivíduos "o gosto pela vida prática", isto é, o interesse pelas atividades produtivas.

Além disso, nos discursos veiculados através da imprensa ligada aos interesses empresariais, a miséria e o atraso tecnológico do país eram vistos, com frequência, como o resultado imediato da ignorância de uma população majoritariamente analfabeta. De acordo com esse ponto de vista, da expansão da rede escolar dependeria a solução dos problemas econômico-sociais do país.

Nessa perspectiva, à escola caberia não somente a transmissão de conhecimentos, com vistas a uma melhor qualificação para o trabalho, mas, principalmente, a formação de cidadãos "conscientes".

Nesse caso, à escola, mais do que ensinar a ler, a escrever e a contar, caberia "ensinar a trabalhar", inculcando, desde cedo, nas futuras gerações de trabalhadores, os hábitos, os valores e os comportamentos requeridos pela sociedade do trabalho.

Essa dupla função a ser desempenhada pela escola se evidenciava nos discursos da imprensa ligada aos interesses empresariais, quando apresentavam a educação e a instrução como elementos diferenciados, mas complementares entre si. Assim, enquanto à instrução ficaria reservada a mera transmissão de conhecimentos, a educação deveria garantir a "formação do cidadão", perfeitamente integrado ao meio social.

Sob esse enfoque, podem também ser analisados os discursos que destacariam a instalação de escolas profissionais. Embora essa ênfase apontasse, aparentemente, para uma concepção da educação como instância de qualificação para o trabalho, o que as análises das relações entre educação

e trabalho têm demonstrado é nunca ter havido, de fato, uma dependência direta da empresa capitalista à uma instituição alheia ao seu controle - como a escola - para a preparação de sua mão-de-obra.¹⁶⁶

Diante disso, é possível indagar, então, o porquê da insistência das proclamações sobre a necessidade da implantação de um sistema de ensino elementar que, além de fornecer à maioria da população pobre um mínimo de conhecimento, também fosse capaz de lhe "ensinar a trabalhar".

Uma das prováveis respostas a essa indagação pode estar entre as análises que apontam a escola como uma instituição domesticadora e "civilizadora", por excelência.¹⁶⁷

NOTAS DE REFERÊNCIA

- ¹BRESCIANI, Maria Stella Martins. Lógica e dissonância - sociedade de trabalho : lei, ciência, disciplina e resistência operária. Revista Brasileira de História, São Paulo, v. 6, n. 11, p.7-44, set.1985/fev.1986. p.16.
- ²XAVIER, Maria Elizabete S. P. Poder político e educação de elite. São Paulo : Cortez, 1980. p.64.
- ³XAVIER, p.50-62.
- ⁴INFANTOSI, Ana Maria. A escola na República Velha. São Paulo : EDEC, 1983. p.27.
- ⁵WACHOWICZ, Lillian A. Relação professor-estado no Paraná tradicional. São Paulo : Cortez, 1984. p.19.
- ⁶COMMERCIO, Curitiba, 20 abr.1900.
- ⁷COMMERCIO, Curitiba, 5 maio 1900.
- ⁸COMMERCIO...
- ⁹COMMERCIO, Curitiba, 8 maio 1900.
- ¹⁰COMMERCIO, Curitiba, 19 jun. 1900 e DIÁRIO DA TARDE, Curitiba, 25 jul. 1901.
- ¹¹WACHOWICZ, p.50-51.
- ¹²WACHOWICZ, p.51.
- ¹³COMMERCIO, Curitiba, 19 jun. 1900.
- ¹⁴WACHOWICZ, p.135.
- ¹⁵OPERÁRIO LIVRE, Curitiba, 23 fev. 1896.
- ¹⁶OPERÁRIO LIVRE, Curitiba, 21 nov. 1897.
- ¹⁷COMMERCIO, Curitiba, 18 abr. 1900.
- ¹⁸OPERÁRIO LIVRE, Curitiba, 26 jan. 1896.
- ¹⁹WACHOWICZ, p.224.
- ²⁰WACHOWICZ, p.228.
- ²¹COMMERCIO DO PARANÁ, Curitiba, 9 maio 1924.
- ²²COMMERCIO DO PARANÁ, Curitiba, 2 jul. 1924.
- ²³OPERÁRIO LIVRE, Curitiba, 26 abr. 1896.
- ²⁴OPERÁRIO LIVRE, Curitiba, 3 out. 1897.
- ²⁵COMMERCIO DO PARANÁ, Curitiba, 10 dez. 1916.
- ²⁶FONSECA, Celso Suckow da. História do ensino industrial no Brasil. Rio de Janeiro : SENAI/DN/DFEA, 1986. v.1, p.177.
- ²⁷ROMANELLI, Otaíza de O. História da educação no Brasil. Petrópolis : Vozes, 1978. p.34.

⁸⁸SODRÉ, Nelson Werneck. Síntese da história da cultura brasileira. In: ROMANELLI, Otávia de O. História da educação no Brasil. Petrópolis : Vozes, 1978. p.15.

⁸⁹FRANCO, Maria Sílvia de Carvalho. Homens livres na ordem escravocrata. São Paulo : Kairós, 1983. p.13.

⁹⁰IANNI, Octávio. As metamorfoses do escravo : apogeu e crise da escravatura no Brasil Meridional. 2. ed. São Paulo : HUCITEC ; Curitiba : Sciencia et Labor, 1988. p.63.

⁹¹IANNI, p.103.

⁹²AZEVEDO, Célia Maria Marinho de. Onda negra, medo branco : o negro no imaginário das elites : séc XIX. Rio de Janeiro : Paz e Terra, 1987. p.33-37.

⁹³OPERÁRIO LIVRE, Curitiba, 7 nov. 1897.

⁹⁴OPERÁRIO...

⁹⁵DIÁRIO DA TARDE, Curitiba, 24 abr. 1900, 15 abr. 1900.

⁹⁶DIÁRIO DA TARDE, 25 abr. 1900.

⁹⁷DIÁRIO DA TARDE, Curitiba, 2 ago. 1901.

⁹⁸DIÁRIO DA TARDE, Curitiba, 23 jun. 1900.

⁹⁹A ESCOLA, Curitiba, n. 1, fev. 1906.

¹⁰⁰A ESCOLA...

¹⁰¹A ESCOLA...

¹⁰²NAGLE, Jorge. Educação e sociedade na Primeira República. São Paulo : EPU ; Rio de Janeiro : Fundação Nacional de Material Escolar, 1974. p.99.

¹⁰³NAGLE, p.101.

¹⁰⁴A ESCOLA, Curitiba, n. 1-4, 1907.

¹⁰⁵A ESCOLA...

¹⁰⁶A ESCOLA, Curitiba, n. 6-7, jun./jul. 1907.

¹⁰⁷A ESCOLA...

¹⁰⁸A ESCOLA, Curitiba, 1907.

¹⁰⁹A ESCOLA, Curitiba, n. 8-9, ago./set. 1907.

¹¹⁰COMMERCIÓ DO PARANÁ, Curitiba, 14 mar. 1916, 4 maio 1916, 6 ago. 1916.

¹¹¹COMMERCIÓ DO PARANÁ, Curitiba, 30 ago. 1916.

¹¹²COMMERCIÓ...

¹¹³COMMERCIÓ...

¹¹⁴COMMERCIÓ DO PARANÁ, Curitiba, 1 set. 1916.

¹¹⁵COMMERCIÓ DO PARANÁ, Curitiba, 3 set. 1916.

¹¹⁶COMMERCIÓ DO PARANÁ, Curitiba, 5 set. 1916.

¹¹⁷COMMERCIÓ DO PARANÁ, Curitiba, 7 fev. 1918.

¹¹⁸COMMERCIÓ...

¹¹⁹COMMERCIÓ DO PARANÁ, Curitiba, 9 fev. 1918.

¹²⁰COMMERCIÓ...

¹²¹COMMERCIÓ DO PARANÁ, Curitiba, 14 fev. 1918.

¹²²COMMERCIÓ DO PARANÁ, Curitiba, 17 fev. 1918.

- ⁶³COMMERCIO...
- ⁶⁴COMMERCIO DO PARANÁ, Curitiba, 30 maio 1920.
- ⁶⁵NAGLE, p.113.
- ⁶⁶NAGLE, p.115.
- ⁶⁷NAGLE, p.115.
- ⁶⁸NAGLE, p.115.
- ⁶⁹NAGLE, p.117.
- ⁷⁰NAGLE, p.117.
- ⁷¹O COMMERCIO, Curitiba, 28 dez. 1900.
- ⁷²A ESCOLA, Curitiba, n. 6-8, out./dez. 1908.
- ⁷³A ESCOLA...
- ⁷⁴A ESCOLA, Curitiba, n. 7-12, jul./dez. 1910.
- ⁷⁵O COMMERCIO, Curitiba, 8 jan. 1909.
- ⁷⁶O COMMERCIO, Curitiba, 15 fev. 1909.
- ⁷⁷O COMMERCIO, Curitiba, 25 mar. 1900.
- ⁷⁸COMMERCIO DO PARANÁ, Curitiba, 14 mar. 1913.
- ⁷⁹COMMERCIO DO PARANÁ, Curitiba, 16 out. 1913.
- ⁸⁰COMMERCIO...
- ⁸¹COMMERCIO...
- ⁸²COMMERCIO DO PARANÁ, Curitiba, 15 dez. 1918.
- ⁸³COMMERCIO...
- ⁸⁴COMMERCIO DO PARANÁ, Curitiba, 11 maio 1918, 1 jun. 1918, 4 set. 1918.
- ⁸⁵COMMERCIO DO PARANÁ, Curitiba, 18 maio 1920.
- ⁸⁶COMMERCIO...
- ⁸⁷COMMERCIO DO PARANÁ, Curitiba, 3 out. 1920.
- ⁸⁸COMMERCIO...
- ⁸⁹COMMERCIO DO PARANÁ, Curitiba, 24 jan. 1914.
- ⁹⁰COMMERCIO...
- ⁹¹COMMERCIO DO PARANÁ, Curitiba, 31 mar. 1914.
- ⁹²COMMERCIO DO PARANÁ, Curitiba, 1 jul. 1914, 2 jul. 1914.
- ⁹³COMMERCIO DO PARANÁ, Curitiba, 9 ago. 1918.
- ⁹⁴COMMERCIO...
- ⁹⁵COMMERCIO...
- ⁹⁶COMMERCIO DO PARANÁ, Curitiba, 7 jan. 1920.
- ⁹⁷COMMERCIO DO PARANÁ, Curitiba, 13 jan. 1920.
- ⁹⁸NAGLE, p.164.
- ⁹⁹FONSECA, p.177.

- ¹⁰⁰NAGLE, p.164.
- ¹⁰¹PARANÁ. Presidente (1908-1911 : Xavier da Silva). Mensagem do Presidente Francisco Xavier da Silva ao Congresso Legislativo : 1. de fevereiro de 1911. p.8.
- ¹⁰²FONSECA, p. 185.
- ¹⁰³COMERCIO DO PARANÁ, Curitiba, 4 jan. 1913.
- ¹⁰⁴COMERCIO DO PARANÁ, Curitiba, 26 jun. 1918.
- ¹⁰⁵FONSECA, p.101.
- ¹⁰⁶COMERCIO DO PARANÁ, Curitiba, 9 jan. 1913.
- ¹⁰⁷COMERCIO DO PARANÁ, Curitiba, 12 jan. 1913.
- ¹⁰⁸BOLETIM DA ASSOCIAÇÃO COMERCIAL DO PARANÁ, Curitiba, n. 26, dez. 1913.
- ¹⁰⁹COMERCIO DO PARANÁ, Curitiba, 12 jan. 1913.
- ¹¹⁰COMERCIO...
- ¹¹¹COMERCIO...
- ¹¹²COMERCIO...
- ¹¹³COMERCIO...
- ¹¹⁴COMERCIO...
- ¹¹⁵COMERCIO DO PARANÁ, Curitiba, 7 jun. 1921.
- ¹¹⁶COMERCIO DO PARANÁ, Curitiba, 4 dez. 1921.
- ¹¹⁷NAGLE, p.165.
- ¹¹⁸NAGLE, p.174.
- ¹¹⁹WACHOWICZ, p.195 e 197.
- ¹²⁰OPERÁRIO LIVRE, Curitiba, 15 mar. 1896.
- ¹²¹OPERÁRIO...
- ¹²²PARANÁ. Relatório do diretor geral Arthur Pedreira de Cerqueira ao Secretário Bento José Lamenha Lins, em 31.12.1906. In : WACHOWICZ, Lillian A. Relação professor estado no Paraná tradicional. São Paulo : Cortez, 1984. p.200.
- ¹²³A ESCOLA, Curitiba, mar. 1906.
- ¹²⁴ASSOCIAÇÃO CURITIBANA DOS EMPREGADOS NO COMÉRCIO. Ata da 12. Sessão Ordinária da Diretoria, de 30 de setembro de 1897. Curitiba.
- ¹²⁵ASSOCIAÇÃO COMERCIAL DO PARANÁ. Ata da 1. Sessão da Diretoria, de 6 de julho de 1909. In: Livro de Atas : 1909 - 1919. Curitiba.
- ¹²⁶BOLETIM DA ASSOCIAÇÃO COMERCIAL DO PARANÁ, Curitiba, n. 3, set. 1909.
- ¹²⁷BOLETIM DA ASSOCIAÇÃO COMERCIAL DO PARANÁ, Curitiba, n. 6-8, ago./set. 1911.
- ¹²⁸BOLETIM...
- ¹²⁹COMERCIO DO PARANÁ, Curitiba, 9 jan. 1913.
- ¹³⁰COMERCIO DO PARANÁ, Curitiba, 22 fev. 1913.
- ¹³¹COMERCIO...
- ¹³²UNIÃO E TRABALHO, Curitiba, n. 6, dez. 1919.
- ¹³³UNIÃO E TRABALHO, Curitiba, n. 1, jul. 1919.
- ¹³⁴UNIÃO...

- 125 UNIAO E TRABALHO, Curitiba, n. 6, dez. 1919.
- 126 ASSOCIAÇÃO CURITIBANA DE EMPREGADOS NO COMÉRCIO. Ata da Assembléia Geral Extraordinária, 12 de maio de 1918. In : Livro de atas : 1904-1932. Curitiba.
- 127 UNIAO E TRABALHO, Curitiba, n. 19, jan. 1921.
- 128 UNIAO E TRABALHO, Curitiba, mar./abr. 1920; jan. 1921.
- 129 UNIAO E TRABALHO, Curitiba, n. 19, jan. 1921.
- 130 UNIAO...
- 131 RELATÓRIO, apresentado em Assembléia Geral de 14 de julho de 1917, pelo Sr. José Ribeiro de Macedo, Presidente da Associação Comercial do Paraná. In : Boletim da Associação Comercial do Paraná. n. 61-63, maio/jul. 1917. p.179.
- 132 COMERCIO DO PARANÁ, Curitiba, 31 jan. 1917.
- 133 COMERCIO DO PARANÁ, Curitiba, 14 jul. 1917.
- 134 COMERCIO DO PARANÁ, Curitiba, 15 jul. 1917.
- 135 COMERCIO DO PARANÁ, Curitiba, 4 ago. 1917.
- 136 UNIAO E TRABALHO, Curitiba, n. 6, dez. 1919.
COMERCIO DO PARANÁ, Curitiba, 31 jan. 1917
- 137 UNIAO E TRABALHO, Curitiba, n. 4, out. 1919.
- 138 ASSOCIAÇÃO CURITIBANA DOS EMPREGADOS NO COMÉRCIO. Ata de 12 de setembro de 1919. In : Livro de atas : 1904-1932. Curitiba.
- 139 UNIAO E TRABALHO, Curitiba, n. 6, dez. 1919.
- 140 UNIAO E TRABALHO, Curitiba, n. 18, dez. 1920.
- 141 UNIAO E TRABALHO, Curitiba, n.1, jul. 1919.
- 142 COMERCIO DO PARANÁ, Curitiba, 25 set. 1918.
- 143 UNIAO E TRABALHO, Curitiba, n. 23, maio 1921.
- 144 COMERCIO DO PARANÁ, Curitiba, 21 fev. 1922.
- 145 ALBUM DA GAZETA DO POVO, Curitiba, dez. 1923; dez. 1924.
- 146 ALBUM DA GAZETA DO POVO, Curitiba, dez. 1924.
- 147 ALBUM...
- 148 UNIAO E TRABALHO, Curitiba, n. 6, dez. 1919; n.16, dez. 1920.
- 149 UNIAO E TRABALHO, Curitiba, n.18, dez. 1920.
- 150 UNIAO E TRABALHO, Curitiba, n. 19, jan. 1921.
- 151 UNIAO E TRABALHO, Curitiba, n. 18, dez. 1920.
- 152 NAGLE, Jorge. A educação na Primeira República. In : FAUSTO, Boris (org.). História geral da civilização brasileira : O Brasil Republicano : Sociedade e Instituições (1889-1930) Rio de Janeiro ; São Paulo : DIFEL, 1978. t. 3, v. 2. p.275.
- 153 BRESCIANI, p.22-23.
- 154 BRESCIANI, p.23.
- 155 ENGUITA, Mariano F. A face oculta da escola : educação e trabalho no capitalismo. Porto Alegre : Artes Médicas, 1989. p.157-159.
- 156 SALM, Claudio L. Escola e trabalho. São Paulo, Brasiliense, 1980. p.20.
- 157 ENGUITA, p.133-159.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A investigação em torno dos discursos modernizantes enunciados por representantes dos setores privilegiados da sociedade curitibana do final do século XIX e início do século XX evidenciou a elaboração de uma ampla estratégia de moralização da população pobre e trabalhadora.

De acordo com esses discursos, um aspecto fundamental da empresa modernizadora seria a diversificação da economia paranaense, representada, sobretudo, pelo incremento das atividades industriais. A elaboração de táticas variadas, com a finalidade de se conseguir da sociedade em geral e dos trabalhadores, em particular, a adoção de atitudes favoráveis ao trabalho industrial mecanizado constituiu-se em um dos elementos essenciais dessa estratégia.

Ao mesmo tempo em que ocorria seu processo de organização de classe, o empresariado curitibano desenvolvia um movimento de afirmação diante do conjunto social, auto-representando-se como elemento personificador da própria modernização. Assim, em meio aos discursos que elaboravam a imagem ideal da sociedade curitibana, fundada nos princípios do trabalho e da ordem, surgia a figura do empresário moderno como aquele que se fez pelo trabalho e esforço próprios e que por isso "sabe" os meios mais adequados e "racionais" de conduzir a sociedade nos rumos do progresso e da civilização.

No entanto, para que esse ideal se concretizasse seria necessário que a totalidade do conjunto social internalizasse os valores da sociedade do trabalho. Em consequência, um olhar vigilante e controlador se estenderia sobre o social, procurando identificar os grupos de indivíduos que, por seu comportamento "desviante", não se ajustavam às normas reguladoras dessa sociedade. Nesse sentido, o alvo privilegiado desse olhar seriam aqueles que, por possuírem apenas "a propriedade do próprio corpo e não trabalharem", viam-se na contingência de sobreviver às custas do produto do trabalho de outrem, representando aos olhos dos setores sociais dominantes a própria negação do trabalho e uma fonte de permanentes preocupações. Esses indivíduos, fossem mendigos, vadios ou menores abandonados, seriam objeto de inúmeras táticas disciplinares que visavam, além de sua regeneração pelo trabalho, localizá-los em espaços determinados, preferencialmente longe das ruas centrais da cidade, em locais onde sua presença não pudesse causar incômodos e mal-estar aos cidadãos civilizados.

Mesmo os trabalhadores regulares não estavam isentos das investidas do poder disciplinar. Percebidos pelos representantes dos setores sociais privilegiados como ignorantes, incautos e, portanto, incapazes de gerir sua própria vida, a esses trabalhadores seria atribuído o papel de "cidadãos de segunda classe", que necessitariam ter suas vidas pautadas segundo os valores e regras de conduta de quem, mais do que eles, "sabia" como deveriam se conduzir no interior da sociedade civilizada.

Entretanto, dentre os trabalhadores, aqueles que, por

suas atitudes contestatórias, ameaçavam semear a insubordinação no mundo do trabalho, representavam no imaginário dos setores sociais dominantes um perigo real a ser enfrentado. Para eles não haveria complacência, e, tanto quanto possível, deveriam ser afastados do convívio social.

Porém, mais importante do que corrigir os desvios representados por aqueles que não se integravam ao mundo do trabalho, seria prevenir que tais desvios viessem a ocorrer.

Na empresa de formação de uma classe trabalhadora produtiva e submissa, a educação da criança pobre seria vista como estratégia fundamental. Se o trabalhador adulto já estava contagiado pelos vícios, pela falta de hábitos civilizados e pela sua resistência às imposições do trabalho organizado segundo as exigências do capital, a educação das crianças pobres, dirigida pelos princípios do trabalho honesto e produtivo, surgia como a alternativa ideal, capaz de garantir para o futuro a disponibilidade de um contingente de mão-de-obra adestrado segundo as normas da sociedade do trabalho.

Nessa perspectiva, a "escola prática" aparecia em meio aos discursos veiculados pela imprensa ligada aos interesses empresariais como o elemento capaz de fazer com que, desde cedo, os valores do trabalho fossem internalizados pelos futuros trabalhadores. A realização dessa tarefa dependeria muito menos dos conteúdos que a escola viesse a transmitir e muito mais das experiências disciplinares vividas em seu interior.

Nesse aspecto, cumpre destacar a contribuição de Mariano F. ENGUIITA que, em seu livro "A Face Oculta da Escola", reconhece o mérito de Michel FOUCAULT ao chamar a

atenção para "os mecanismos de vigilância e controle do comportamento e sua integração na relação pedagógica", e, sobretudo por ter trazido à luz "o obscuro mundo oculto por detrás do retumbante discurso da educação, a trama disciplinar interior que constitui a outra face dos supostos valores liberais e igualitários da escola".²

Assim, diante dos discursos que privilegiam o tema da educação como instância de preparação para o trabalho, há que se ter em conta as práticas disciplinares* que permeiam a instituição escolar, alcançando a vida do estudante para além de seus limites, como elementos de uma ampla estratégia que, quase imperceptivelmente, conduz à "socialização para o trabalho".³

Desse modo, é possível refletir acerca do significado dos discursos da imprensa comprometida com os interesses empresariais, que valorizavam a escola enquanto espaço de preparação para o trabalho. Em outros termos, ao assumir o papel de instância preparadora das futuras gerações de trabalhadores, a escola estaria, de fato, provendo a sua inserção no mundo do trabalho, de modo a aceitarem e se adequarem às suas normas e exigências, com o menor grau de resistência possível.

Ao final deste trabalho, algumas respostas e muitas

*Em "A Face Oculta da Escola", Mariano F. ENQUITA faz uma análise instigante acerca das práticas disciplinares que permeiam a instituição escolar, chamando a atenção para o papel relevante que essas práticas desempenham na reprodução das relações sociais de produção na sociedade capitalista. Assim, a frequência obrigatória, as práticas derivadas da própria organização interna da escola, como sejam, a imposição da ordem, a submissão à autoridade, as relações burocráticas e impessoais, a alienação do estudante em relação aos fins, conteúdos e processos de trabalho escolar, a organização do tempo e a determinação dos espaços; além de muitas outras práticas que se multiplicam, atingindo a vida do escolar em seus menores detalhes dentro e fora da instituição (seja através das tarefas e atividades extra-escolares, que alcançam inclusive o seu tempo de lazer - como os "jogos educativos"). Enguita, p.161-190.

questões. Entre essas, uma se apresenta insistentemente: até que ponto os discursos de caráter modernizante, que circulam entre os vários pontos do social nos dias de hoje, não contêm em seu interior uma ampla estratégia de controle e moralização da população pobre e trabalhadora?

NOTAS DE REFERÊNCIA

¹BRESCIANI, Maria Stella Martins. Lógica e dissonância. Sociedade de trabalho : lei, ciência, disciplina e resistência operária. Revista Brasileira de História, São Paulo. v.6. n.11, p.7-44, set.1985/fev.1986. p.19.

²ENGUITA, Mariano Fernández. A face oculta da escola : educação e trabalho no capitalismo. Porto Alegre : Artes Médicas, 1989. p.142.

³ENGUITA, p.144.

ANEXO I
FONTES E METODOLOGIA

1 FONTES

A análise dos discursos enunciados por representantes do empresariado e/ou demais elementos liberais da sociedade curitibana, identificados com o tema da modernização social, esteve apoiada num conjunto de documentos que explicitavam de uma forma ou outra, essa temática.

Recorreu-se, então, aos documentos produzidos no interior das entidades associativas do empresariado, tais como a Associação Comercial do Paraná e a Associação Curitibana dos Empregados no Comércio, bem como em órgãos da imprensa periódica, cujos programas de ação revelassem uma clara identidade com os objetivos de defesa dos interesses da classe empresarial.

Além disso, foram selecionadas algumas publicações que, embora não diretamente ligadas àqueles interesses, pudessem, pela natureza do seu conteúdo, contribuir para fornecer informações relevantes sobre a conjuntura da época estudada, nos seus aspectos econômicos, sociais, políticos e culturais. Nesse caso, incluem-se as revistas, almanaques, álbuns e boletins.

Assim, pôde-se dispor as diversas fontes utilizadas da seguinte forma.

1.1 DOCUMENTOS MANUSCRITOS

1.1.1 Documentação da Associação Comercial do Paraná

Essa documentação se compõe de livros de Atas das Assembléias Gerais, Ordinárias e Extraordinárias, Livros de Atas de Reuniões de Diretorias, além de dois livros de correspondência e um livro de sócios.

O material disponível na Associação Comercial do Paraná não é muito numeroso e apresenta lacunas significativas o que, provavelmente, se deve ao período em que a Associação ficou praticamente inativa (1902-9), bem como às diversas mudanças de sede porque passou essa entidade.

Dentre os documentos remanescentes, os que proporcionaram um volume relativamente razoável de informações, de acordo com os objetivos do trabalho, foram os livros de Atas das Assembléias Gerais e de Reuniões de Diretorias. Essa documentação registra principalmente os interesses e as preocupações tanto dos dirigentes, quanto do empresariado em geral, em torno dos problemas mais imediatos que os afetavam, particularmente aqueles referentes a questões político-administrativas, como aumento de impostos, elevação no custo dos fretes, taxas de importação e exportação, problemas com as vias de transportes e relacionamento com o poder público.

1.1.2 Documentação da Associação Curitibana dos Empregados no Comércio

A documentação dessa entidade foi de interesse para a pesquisa, na medida em que se constatou a relevância das suas

ligações com a Associação Comercial do Paraná, sendo que a sua atuação se mostrou não somente paralela, mas sobretudo complementar à dessa Associação, tendo chegado mesmo a atuar em nome da classe empresarial, no período em que a Associação Comercial permaneceu inativa.'

A documentação existente no arquivo da Associação Curitibana dos Empregados no Comércio também não se apresenta completa, constando apenas de alguns livros de Atas de Assembléias Gerais e de Reuniões de Diretorias, além de outros que registram o movimento das "aulas comerciais" e do ensino primário e um livro em que se registraram os trabalhos da comissão encarregada de angariar fundos para a construção de sua sede própria.

As informações encontradas nessa documentação se referem principalmente às atividades internas da Associação dos Empregados no Comércio (sobretudo recreativas, assistenciais e culturais), bem como às ligações com a Associação Comercial do Paraná, particularmente através da atuação de seus sócios e dirigentes que, muitas vezes, atuavam simultaneamente em ambas as entidades associativas.

1.2 DOCUMENTOS IMPRESSOS

1.2.1 Jornais

Considerando-se, segundo Maria Helena R. CAPELATO, que ao se lidar com a fonte-jornal deve-se ter em conta que, "mais importante do que a "realidade dos fatos" é a maneira pela qual os sujeitos da história tomaram consciência deles e os

relataram" e, ainda, que "na construção do fato jornalístico interferem não apenas elementos subjetivos de quem o produz, mas também os interesses aos quais o jornal está vinculado",² os jornais produzidos por entidades empresariais, ou ligados a grupos do empresariado curitibano, no período entresséculos, e que se proclamavam comprometidos com os interesses dessa categoria social, apareceram como fontes primordiais para a pesquisa.

Com essa perspectiva, foram selecionados os jornais *o Comercio* e *Comercio do Paraná*. O primeiro, órgão de propriedade da Associação Comercial do Paraná, circulou no ano de 1900, entre 24 de fevereiro e 31 de dezembro, mais precisamente. Dentre seus objetivos, destacava-se "a defesa dos interesses geraes do commercio", além da "justiça, da instrução pública, da lavoura, de todas as industrias, todas as classes de trabalho, a Patria e a Republica", pois todos estes aspectos estariam "ligados à grande causa do commercio".³

Os números desse jornal, que circularam entre fevereiro e agosto de 1900, encontram-se microfilmados na Seção de Documentação Paranaense da Biblioteca Pública do Paraná, sendo que os originais pertencem à coleção do Museu Paranaense. Já, os exemplares que circularam entre o mês de agosto e dezembro de 1900 encontram-se no arquivo do Círculo de Estudos Bandeirantes.

O editorial do último exemplar, que data de 31 de dezembro de 1900, informa que a circulação do jornal ficaria suspensa até que a nova Diretoria da Associação Comercial reorganizasse o seu serviço tipográfico e resolvesse por reiniciar sua publicação.⁴

Ao final de 1908, reaparecia em Curitiba o jornal *o Comercio*, já de propriedade do jornalista e dirigente da Associação Curitibana dos Empregados no Comércio, Generoso Borges.

No editorial do seu primeiro número, em 25 de novembro de 1908, ficaria novamente explicitada a defesa dos interesses do comércio e da indústria paranaenses, como sendo "as causas que mais interessavam à vida econômica do Estado."⁵

A vida desse jornal, nessa fase, também foi efêmera, tendo sua publicação interrompida em abril de 1909.

Quanto ao seu posicionamento, foi praticamente o mesmo nas duas ocasiões em que circulou, caracterizando-se pela defesa intransigente da liberdade e dos direitos dos cidadãos proprietários, pelo respeito às autoridades constituídas e às instituições, pela vigilância em relação à moral e aos costumes e, ainda, por um pretenso apartidarismo político e suposta imparcialidade frente ao poder público. Além disso, os discursos veiculados nesse periódico revelam dados significativos, não somente em relação aos assuntos que lhes diziam respeito enquanto categoria econômica e social, mas também quanto aos mais variados aspectos e acontecimentos afetos à sociedade curitibana daquele período.

O jornal *Comercio do Paraná*, em vários aspectos semelhante ao *o Comercio*, teve uma duração relativamente longa e regular. Seu primeiro número veio a público em 12 de outubro de 1912 e sua circulação prosseguiu até meados da década de vinte, pelo que se pôde verificar através das referências feitas a seu respeito em outros jornais da época.

Os originais encontram-se encadernados na Seção de Documentação Paranaense da Biblioteca Pública do Paraná, sendo que faltam os exemplares referentes ao segundo semestre de 1923 e de 1925. Uma busca em diversos arquivos de Curitiba foi feita na tentativa de se localizar os exemplares faltantes desses anos e/ou de anos posteriores, na hipótese de sua publicação ter prosseguido após 1925; entretanto, não foram encontrados. Os arquivos pesquisados foram os da Associação Comercial do Paraná, da Associação Curitibana dos Empregados no Comércio, da Casa da Memória, Museu Paranaense, Instituto Histórico, Geográfico e Etnográfico Paranaense, Círculo de Estudos Bandeirantes, Biblioteca do Prof. Osvaldo Pilotto e alguns antiquários.

O jornal *Commercio do Paraná* era de propriedade de grupos de empresários e pessoas ligadas às entidades associativas empresariais. De início, pertenceu à "Sociedade Anonyma Commercio do Paraná", que tinha como Diretor-Presidente o Dr. Victor Ferreira do Amaral, como Diretor-Tesoureiro, o empresário Wenceslau Glasser, Generoso Borges como Redator-Chefe e Domingos Duarte Velloso como Diretor. Do Conselho Fiscal, faziam parte ainda os empresários José Hauer Jr., Pretextato Taborda e David Carneiro Jr.

No editorial do seu primeiro número, Domingos Duarte Velloso afirmava, entre as metas do novo órgão da imprensa curitibana, a independência e a luta

"pelo desenvolvimento do Estado, impulsionando o commercio, propagando suas industrias, incitando os agricultores, fugindo sempre das discussões estéreis que estiolam, procurando manter sempre uma linha certa e digna que o torne util e agradável não

somente a essas dignas classes como ao illustrado publico de cujo favor dependerá."*

Ainda, desse programa fazia parte o propósito de manter as colunas do jornal sempre abertas às associações comerciais do Estado, "para defeza dos interesses da classe commercial".⁷

Embora ocorressem diversas mudanças na chefia da sua redação, o *Commercio do Paraná* permaneceria como propriedade da "Sociedade Anonyma Commercio do Paraná" até maio de 1920, quando, devido a dificuldades financeiras, os acionistas decidiram pela sua dissolução.⁸ Dessa forma, o jornal passaria às mãos do empresário Leopoldino Rocha, proprietário da Livraria Econômica, que já o arrendara há algum tempo.

Apesar de ser dedicado à defesa dos interesses do comércio, da indústria e da agricultura, nem sempre o *Commercio do Paraná* refletiu fielmente as orientações da Associação Comercial do Paraná. As diversas mudanças na chefia da sua redação podem ser, algumas vezes, indicativas de divergências internas à classe empresarial. Assim, houve ocasiões em que as diferenças de posicionamento frente às questões políticas estaduais ou nacionais provocaram alterações na equipe que dirigia o jornal, como em relação ao acordo que envolveu a "Questão do Contestado", ou a discussão quanto à participação ou não do Brasil na Primeira Guerra Mundial.

No editorial do exemplar de 12 de março de 1914, em meio a uma análise da crise econômica que atingia o Estado, a redação do jornal afirmaria não ser o mesmo um "órgão official da Associação Commercial do Paraná", que possuía o seu "Boletim", e de cuja análise sobre a crise discordava. Apesar

disso, o jornal reafirmava seu programa que o consagrava às "causas justas e à coletividade, principalmente às classes dos artesãos, comerciantes, industriais e lavradores, classes que nos têm amparado com sua decidida sympathia (...)."*

Portanto, mesmo divergindo da orientação da Associação Comercial do Paraná em relação ao tratamento de algumas questões, o *Comercio do Paraná* reafirmava suas metas de defesa dos interesses do empresariado como um todo.

Para o período compreendido entre 1901 e 1908, e 1910 e 1912, em que não havia em Curitiba um jornal especificamente ligado à entidade empresarial, foi consultado o periódico *Diario da Tarde*. A escolha desse jornal se deveu ao fato de o mesmo se constituir num órgão de "orientação liberal", dirigido a um público bastante amplo e que freqüentemente tratava dos assuntos que diziam respeito aos interesses empresariais, colocando-se quase que invariavelmente ao lado dos empresários, sempre que discutia questões ligadas aos seus interesses, como aquelas relacionadas aos problemas da indústria do mate, por exemplo. Além disso, produziu, nesse período, um número significativo de matérias que visavam a divulgação de novas indústrias e davam especial destaque aos empresários no desempenho de suas atividades.

Além dos jornais *O Comercio* e *Comercio do Paraná*, foram consultados, para o período inicial do estudo, ou seja, a última década do século XIX, exemplares de dois jornais que circularam em Curitiba nessa época: *O Diario do Comercio* (1894) e *O Jornal do Comercio* (1898), ambos localizados no arquivo do Círculo de Estudos Bandeirantes.

1.2.2 Outros Periódicos

Da documentação produzida pela Associação Comercial do Paraná faz parte, também, o seu "Boletim", criado em julho de 1909, em cumprimento a uma das metas do programa de sua reorganização.

Em seu artigo de apresentação, o *Boletim da Associação Comercial do Paraná* era caracterizado como "órgão de publicidade e ponto de contato entre os comerciantes".¹⁰

Na exposição do seu programa, explicitavam-se alguns dos pressupostos muito frequentes nos discursos do empresariado.

Dentro da lei, da ordem e do respeito devido áquelles com quem convivemos na sociedade, o Boletim defenderá com calma mas com energia todas as causas justas das classes que representa, (...).

Representando classes conservadoras mas que não são retrógradas, nem retardatárias, será progressista sem ser revolucionário, procurará abrir e descortinar para o commercio e para as industrias, a estrada ampla das aspirações da vida moderna (...).¹¹

Tal como a documentação interna da Associação Comercial do Paraná, o conteúdo das matérias contidas no Boletim dá ênfase aos assuntos relativos aos interesses imediatos do empresariado, além de priorizar também as informações e estatísticas comerciais, bem como matérias de cunho pedagógico envolvendo assuntos relativos ao comércio, indústrias e agricultura.

Outras fontes que proporcionaram informações importantes foram os almanaques, através dos quais dados significativos quanto à conjuntura econômica e social puderam ser levantados.

Assim, foram pesquisados o *Almanach Paranaense*, *O Almanach do Paraná*, *O "Album da Gazeta do Povo"* e *O Almanach dos Municipios*. Este último, principalmente nos exemplares correspondentes aos anos 1922 e 1925, traz matérias relevantes sobre as indústrias do Paraná, onde se pode coletar informações que, além dos dados técnicos sobre instalações e maquinários, podem ser indicativas de aspectos significativos quanto às relações de trabalho.

Além dessas, outros periódicos, como as revistas *A Escola e União e Trabalho*, serviram de fontes complementares, fornecendo informações acerca dos temas relacionados à educação e às questões que envolviam a Associação Curitibana dos Empregados no Comércio, no que se referia principalmente ao seu relacionamento com a Associação Comercial do Paraná e às estratégias de controle dirigidas aos empregados no comércio ou à própria classe dos comerciantes.

Cabe, ainda, um esclarecimento acerca da utilização do jornal *Operario Livre*. Esse jornal teve como proprietário Agostinho Leandro, que, segundo o *Diário da Tarde*, tendo iniciado suas atividades como alfaiate em Morretes e sendo dotado de "espírito progressista" e de "natural intelligencia, (...) fez-se às custas dos próprios esforços"¹⁸, estabelecendo-se como proprietário de hotel em Curitiba. Além de se autodenominar industrial e se afirmar como um "propugnador de princípios liberaes", colocava-se, e aos periódicos que dirigia, sempre em defesa dos fracos e dos humildes.

A utilização desse periódico se mostrou relevante na medida em que apareceu como veiculador das aspirações populares pela educação.

2 MÉTODOS E TÉCNICAS

No desenvolvimento da pesquisa, procurou-se seguir os objetivos propostos, procedendo-se à coleta e organização dos dados de acordo com os processos do método histórico.

2.1 DOCUMENTOS MANUSCRITOS

A documentação existente nas entidades associativas, como a Associação Comercial do Paraná e a Associação Curitibana dos Empregados no Comércio, foi levantada, selecionando-se os documentos que poderiam interessar diretamente aos objetivos propostos, de acordo com o período e os assuntos abordados. Assim, os livros de Atas foram explorados exaustivamente e, os dados, selecionados e transcritos em fichas, que num momento posterior foram organizados por assunto e de acordo com a ordem cronológica.

2.2 DOCUMENTOS IMPRESSOS

Tendo como pressuposto que a fonte-jornal assume relevância a partir da sua caracterização como veículo de idéias e de defesa de interesses determinados, procurou-se, prioritariamente, localizar os órgãos da imprensa curitibana no período estudado que se identificavam com os interesses da classe empresarial.

Nesse sentido, os jornais *O Comercio*, *Comercio do Paraná*, bem como o *Boletim da Associação Comercial do Paraná* e a *Revista União e Trabalho* foram

pesquisados na busca de matérias e informações que, de algum modo, pudessem representar interesse para o tema proposto para a análise, seguindo-se inicialmente a ordem cronológica.

A partir desse levantamento, procedeu-se à seleção dos temas que apareciam com maior freqüência e que eram tratados pelo jornal com mais consistência e interesse.

Para a seleção e organização desses dados, constituiu-se um arquivo, onde os mesmos foram dispostos segundo critério de conteúdo e calendário.

A classificação do conteúdo se deu por assunto, de acordo com a problemática levantada no início do trabalho e que foi sendo aprofundada na medida em que alguns assuntos foram sendo percebidos como relevantes no seu decorrer.

Assim, o tema da modernização econômica no discurso empresarial foi subdividido em organização da classe empresarial, atuação das lideranças empresariais, relações dos grupos dirigentes do empresariado com o poder público e com a própria classe, entre outros. Já, o tema da modernização pela via da integração ao mundo do trabalho foi sendo desdobrado a partir do cruzamento das informações contidas em assuntos relativos à crise de moradias populares, à carestia, aos menores, vadios e desempregados, aos trabalhadores nacionais e estrangeiros, etc.

A organização do conteúdo dentro de cada tema seguiu a ordem cronológica, visando facilitar a localização dos assuntos.

Os dados extraídos da documentação foram transcritos manualmente, em sua quase totalidade. O estado de conservação da maior parte dos documentos não permitiu a utilização de métodos reprográficos, sendo que apenas alguns exemplares da Revista *União e Trabalho* e do *Boletim da Associação Comercial do Paraná* foram fotocopiados.

NOTAS DE REFERÊNCIA

- ¹EXPOSIÇÃO industrial. Diário da Tarde, Curitiba, 9 jul. 1906
- ²CAPELATO, Maria Helena Rolim. Imprensa e história do Brasil. São Paulo : Contexto : EDUSP, 1988. p.22 (Coleção Repensando a História)
- ³ROTEIRO. O Comercio, Curitiba, v. 1, n. 1, 24 fev. 1900
- ⁴O COMMERCIO, Curitiba, 31 dez. 1900
- ⁵NOSSO caminho. O Comercio, Curitiba 25 nov. 1908
- ⁶VELLOSO, Domingos Duarte. Nosso rumo. Comercio do Paraná, Curitiba, 12 out. 1912
- ⁷COMMERCIO do Paraná. Comercio do Paraná, Curitiba, 12 out. 1912
- ⁸COMMERCIO DO PARANÁ, Curitiba, 9 jun. 1920
- ⁹A SITUAÇÃO da praça. Comercio do Paraná, Curitiba, 12 mar. 1914
- ¹⁰BOLETIM DA ASSOCIAÇÃO COMMERCIAL DO PARANÁ, Curitiba, v. 1, n. 1, p. 1, jul. 1909
- ¹¹BOLETIM DA...
- ¹²DIÁRIO DA TARDE. Curitiba. 8 jun. 1904.

ANEXO II DIRETORIAS DA ASSOCIAÇÃO
COMERCIAL DO PARANÁ - 1897-1929

ANEXO II - DIRETORIAS DA ASSOCIAÇÃO COMERCIAL DO PARANÁ - 1897-1929

ANOS/ACF	1897	1898	1899/1900	1901	1902	1909	1911	1913	1915	1917	1919	1921	1923	1925	1927	1929
Presidente	Zacarias de P. Xavier	David Carneiro	João Ribeiro de Macedo	Zacarias de P. Xavier	Victorino Correia	Pamphilo Id'Assumpção	Pamphilo Id'Assumpção	José Ribeiro de Macedo	José Ribeiro de Macedo	Zacarias de P. Xavier	João G. Guimarães	João G. Guimarães	David A. S. Carneiro	David A. S. Carneiro	Pamphilo Id'Assumpção	Pamphilo Id'Assumpção
Vice-Presidente	José Hauer	Manoel M. Abreu		José Hauer	Guilherme Withers	Herculano de Souza	David Carneiro Jr.	Nicolau Mader	Nicolau Mader	Herculano A. da Rocha	Herculano A. da Rocha	Herculano A. da Rocha	Alberico Xavier de Miranda			
1º Vice-Presidente														Alberico X. de Miranda	Herculano A. da Rocha	Herculano A. da Rocha
2º Vice-Presidente														Agostinho C. de Souza	Hildebrando de Araújo	Júlio Oliveira Esteves
Secretário Geral														Fidelis M. Reginato	Fidelis M. Reginato	Fidelis M. Reginato
1º Secretário	Manoel José Gonçalves	Brazilio D. da Costa	Jorge "Schmelpfeng"	Lúcio Pereira	Pedro Fonseca	Domingos D. Velloso	Roberto Glasser	Domingos D. Velloso	Domingos D. Velloso	Olympio A. Lisboa	Domingos D. Velloso	Domingos D. Velloso	Domingos D. Velloso	Arcésio Guimarães	Otto Mader	Hugo Mader
2º Secretário	Manoel Antunes	José Euripedes Gonçalves		Antonio Souza Mello	João Marcelino Bueno	Frederico Mainguê	Leopoldino Rocha	Frederico Mainguê	Frederico Mainguê	Hugo Mader	Honório Lisboa	Honório Lisboa	Arcésio Guimarães	Attilio Palermo	José Teixeira de Azevedo	Herculano Fonseca
1º Tesoureiro	Praxedes G. Pereira	Gustavo Wenske		Percy Withers	Augusto Hauer	Herculano A. da Rocha	Arnaldo Villar	Herculano A. da Rocha	Herculano C. de Souza	Herculano C. de Souza	João Seiler	João Seiler	Fidelis M. Reginato	Flávio de A. de Souza	Herculano Fonseca	Firmino Dias
2º Tesoureiro						Sezefredo Camargo	Firmino Dias	Sezefredo Camargo	Sezefredo Camargo	Frederico Mainguê	Frederico Mainguê	Agostinho C. de Souza	Flávio de A. de Souza	Firmino Dias		José Teixeira de Azevedo
Com. Contas							Manoel Fco. Corrêa Netto	Isaías R. de Miranda	Isaías R. de Miranda	Henrique I. da Cunha	Isaías R. de Miranda	Isaías R. de Miranda	Agostinho C. de Souza	Benjamin Lins	Benjamin Lins	Benjamin Lins
Com. Contas								Nicolau Mader	Manoel M. de Abreu	Lysimaco F. da Costa	Lysimaco F. da Costa	Lysimaco F. da Costa	Frederico Schmidlin	Frederico Schmidlin	José Freysleben	José Freysleben
Com. Contas							Antonio Braga	Antonio Braga	Olympio Lisboa	Annibal G. Carneiro	Pacífico Guimarães	Pacífico Guimarães	Herculano A. da Rocha	Herculano A. da Rocha	Epaminondas Santos	Epaminondas Santos
Sec. Erva-Mate														A. E. Leão Jr.	A. E. Leão Jr.	B. V. de Lima
Sec. Madeiras														A. S. Baptista	A. C. Fr. Souza	A. C. Fr. Souza
Sec. Comércio e Indústrias														José Hauer Jr.	Otto Braun	Otto Braun
														T. de Macedo	M. Montruchio	M. Montruchio

FONTE: Livros de Atas das Assembléias Gerais, Ordinárias e Extraordinárias da Associação Comercial do Paraná - 1909-1938

Boletim da Associação Comercial do Paraná - maio/jun./jul. de 1917; n.ºs 61, 62, 63 - p.172-174

CARNEIRO, David. Perfil Histórico da Associação Comercial do Paraná e Galeria dos Presidentes. Curitiba, REPRO-SET, 1981. p.32-35, 41-43, 46

*Diário da Tarde de 26.ago.1900

FONTES E BIBLIOGRAFIA

I FONTES

1. MANUSCRITOS

1.1 LIVROS DE ATAS

ASSOCIAÇÃO COMERCIAL DO PARANÁ. Actas da diretoria : Jul. 1909/Jul. 1919.

Livro de actas das Assembléas Geraes Ordinárias e Extra-ordinárias : 1909-1958.

----- Livro de actas das sessões da diretoria : 1919-1934.

ASSOCIAÇÃO CORITIBANA DOS EMPREGADOS NO COMÉRCIO. Actas : 1904-1932.

----- Actas : 1895-1904.

----- Actas de diretoria : 1918-1924.

1.2 CIRCULARES

ASSOCIAÇÃO COMERCIAL DO PARANÁ. Circular de 7 out. 1915. Curitiba.

2 IMPRESSOS

2.1 ESTATUTOS

ASSOCIAÇÃO COMERCIAL DO PARANÁ. Estatutos : aprovados em 1890. Curitiba, 1890.

----- Estatutos : aprovados em 1890 e reformados em julho de 1909. Curitiba, 1909.

----- Estatutos : aprovados em assembléa geral de julho de 1909 e reformados em 19 de maio de 1914. Curitiba, 1914.

2.2 RELATÓRIOS E MENSAGENS

ASSOCIAÇÃO COMERCIAL DO PARANÁ. Relatório apresentado à assembléa geral de 14 de julho de 1917 : pelo Sr. José Ribeiro de Macedo. Boletim da Associação Comercial do Paraná, Curitiba, maio/Jul. 1917.

MENSAGEM do Presidente do Estado. Comercio do Paraná, Curitiba, 2 fev. 1918.

PARANÁ. Presidente (1908-1911 : Xavier da Silva). Mensagem do Presidente Francisco Xavier da Silva ao Congresso Legislativo : 10 de fevereiro de 1911.

PARANÁ. Presidente (1916-1920 : Camargo). Mensagem do Dr. Affonso A. de Camargo ao Congresso Legislativo : 10 de fevereiro de 1920. Comercio do Paraná, Curitiba, 6 fev. 1920.

----- Mensagem do Presidente do Estado, Affonso Alves de Camargo ao Congresso Legislativo do Estado do Paraná. Boletim da Associação Comercial do Paraná, Curitiba, n. 81-82, Jan./fev. 1919.

PARANÁ. Relatório do diretor geral Arthur Pedreira de Cerqueira ao Secretário Bento José Lamenha Lins, em 31.12.1906. In : WACHOWICZ, Lillian A. Relação professor-estado no Paraná tradicional. São Paulo : Cortez, 1984.

2.3 PERIÓDICOS

A ESCOLA. Curitiba : Gremio dos Professores Públicos do Paraná, n. 1-11, fev./dez. 1906.

----- n. 1-10, Jan./dez. 1907.

----- n. 1-8, mar./dez. 1908.

----- n. 1-5, jun./out. 1909.

----- n. 1-12, Jan./dez. 1910.

----- n. 1-2, maio/jun. 1921.

ÁLBUM DA GAZETA DO POVO. Curitiba, 1923. Anual.

ALMANACH DO PARANÁ. Curitiba : Annibal, Rocha e Co., 1899-921. Anual.

ALMANACH DOS MUNICÍPIOS. Curitiba : Correia & Comp., 1918-1930. Anual.

ALMANACH PARANAENSE. Curitiba : Jesuino Lopes e Cia., 1896-1901. Anual.

BOLETIM DA ASSOCIAÇÃO COMMERCIAL DO PARANÁ. Curitiba, n. 1-95, Jul. 1909/jul. 1921. Irregular.

BOLETIM DA SOCIEDADE DE AGRICULTURA DO PARANÁ. Curitiba, v. 4, n. 3-4, mar./abr. 1921.

COMMERCIO DO PARANÁ. Curitiba, n. 1-4646, out. 1912/jun. 1925. Diário.

DIÁRIO DA TARDE. Curitiba, n. 224-4008, Jan. 1900/dez. 1911.

JORNAL DO COMMERCIO. Curitiba, 1898.

O COMMERCIO. Curitiba, fev./dez. 1900.

----- Curitiba, n. 1-110, nov. 1908/abr. 1909. Diário.

- OPERARIO LIVRE. Curitiba, 1896/1897.
- PÁTRIA E LAR, Curitiba, n. 9, mar./abr. 1913.
- REVISTA SUL DO BRASIL, v. 1, n. 2, ago. 1921.
- UNIÃO E TRABALHO. Curitiba : Associação Coritibana dos Empregados no Comércio, n. 1-23, jul. 1919/maio 1921. Mensal.

II BIBLIOGRAFIA

OBRAS GERAIS E ESPECÍFICAS

- AZEVEDO, Célia Maria Marinho de. Onda negra medo branco : o negro do imaginário das elites : século XIX. Rio de Janeiro : Paz e Terra, 1987.
- BALHANA, A. P., WESTPHALEN, C. M. Demografia e economia : o empresariado paranaense : 1829-1929. In: COSTA, Iraci del Nero (org.) Brasil : história econômica e demográfica. São Paulo : IPE-USP, 1986.
- BALHANA, A. P. et al. História do Paraná. Curitiba : Grafipar, 1969. v.1. 277 p.
- BENJAMIN, Walter. Documentos de cultura, documentos de barbárie : escritos escolhidos. São Paulo : Cultrix : Ed. da Universidade de São Paulo, 1986. 201 p.
- *_____. Magia e Técnica, arte e política : ensaios sobre literatura e história da cultura. São Paulo : Brasiliense, 1985. (Obras escolhidas ; v. 1).
- BERMAN, Marshall. Tudo que é sólido desmancha no ar : a aventura da modernidade. São Paulo : Companhia das Letras, 1986. 360 p.
- BIBLIOTECA PÚBLICA DO PARANÁ. História do Paraná. Curitiba, Jul. 1986. 156 p. (Idéias em debate ; v. 5).
- BONI, Maria Ignês Mancini de. O espetáculo visto do alto : vigilância e punição em Curitiba : 1890-1920. Tese (Doutorado em História Social) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 1985. 281 p.
- *BOURDÉ, Guy, MARTIN, Hervé. As escolas históricas. Portugal : Publicações Europa-América, 1983.
- BRESCIANI, Maria Stella M. Curso I : século XX : história e historiografia. Curitiba : UFPR, nov. 1990. (Encontro Regional de História, 3, 1990, Curitiba).
- _____. Lógica e dissonância sociedade de trabalho : lei, ciência, disciplina e resistência operária. Revista Brasileira de História, São Paulo, v. 6, n. 11, p. 7-44, set.1985/fev.1986.

*Indica obras consultadas mas não citadas nas notas de referência.

- *----- Liberalismo : ideologia e controle social : um estudo sobre São Paulo de 1850 a 1910. Tese (Doutorado em História) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo. São Paulo, 1976. 432 p.
- *CANÊDO, Letícia Bicalho. A classe operária vai ao sindicato. São Paulo : Contexto, 1988. 76 p.
- CANO, Wilson. Raízes da concentração industrial em São Paulo. São Paulo : Difel, 1977.
- CAPELATO, Maria Helena R. Imprensa e História do Brasil. São Paulo : Contexto : EDUSP, 1988. 78 p.
- *CARDOSO, Fernando Henrique. Empresário industrial e desenvolvimento econômico. São Paulo : Difel, 1964. 196 p.
- *CARONE, Edgar. Movimento operário no Brasil : 1877-1944. São Paulo : Difel, 1979.
- *----- O Pensamento Industrial no Brasil. São Paulo : Difel, 1977.
- República velha : instituições e classes sociais : 1889-1930. 4. ed. São Paulo : Difel, 1978.
- CARNEIRO, David. Perfil histórico da Associação Comercial do Paraná e galeria dos Presidentes. Curitiba : REPROSET. 1981.
- CARNEIRO, Newton. Um precursor da justiça social : David Carneiro e a economia paranaense. Curitiba : /s.n./, 1965.
- *CHALHOUB, Sidney. Trabalho, lar e boteguim : o cotidiano dos trabalhadores no Rio de Janeiro da belle époque. São Paulo : Brasiliense, 1986. 249 p.
- *COSTA, Cruz. Contribuição à história das idéias no Brasil. 2. ed. Rio de Janeiro : Civilização Brasileira, 1967.
- DEAN, Warren. A industrialização durante a República Velha. In: FAUSTO, Boris (org.). O Brasil Republicano : estrutura de poder e economia : 1889-1930. São Paulo : Difel, 1977. (História Geral da Civilização Brasileira ; v. 1.
- DECCA, Edgar Salvadori de. A ciência da produção : fábrica despolitizada. Revista Brasileira de História. São Paulo, v. 3, n. 6, p. 47-79, set. 1983.
- 1930 - O Silêncio dos Vencidos. São Paulo : Brasiliense, 1982.
- *----- O nascimento das fábricas. São Paulo : Brasiliense, 1982.
- DECCA, Maria Auxiliadora Guzzo. A vida fora das fábricas : cotidiano operário em São Paulo : 1920-1934. Rio de Janeiro : Paz e Terra, 1987.
- *DIAS, Maria Odila Leite da Silva. Quotidiano e poder : em São Paulo no século XIX. São Paulo : Brasiliense, 1984. 198 p.
- *DINIZ, Eli. Empresário, estado e capitalismo no Brasil : 1930-1945. Rio de Janeiro : Paz e Terra, 1978. 311 p.

- ENGUITA, Mariano F. A face oculta da escola : educação e trabalho no capitalismo. Porto Alegre : Artes Médicas, 1989.
- FAUSTO, Boris. Trabalho urbano e conflito social. São Paulo : Difel, 1976.
- FONSECA, Celso Suckow da. História do ensino industrial no Brasil. Rio de Janeiro : SENAI/DN/DPEA, 1986. v. 1.
- FOUCAULT, Michel. Microfísica do poder. 6. ed. Rio de Janeiro : Graal, 1986.
- Vigiar e punir : nascimento da prisão. Petrópolis : Vozes, 1987.
- *FRANCO, Luiz A. Carvalho. Breve histórico da formação profissional no Brasil. São Paulo : CENAFOR, 1984. 166 p.
- FRANCO, Maria Sylvia de Carvalho. Homens livres na ordem escravocrata. São Paulo : Kairós, 1983.
- *GÓES, Maria Conceição Pinto de. A formação da classe trabalhadora : movimento anarquista no Rio de Janeiro : 1888-1911. Rio de Janeiro : Zahar, 1988. 110 p.
- GOMES, Angela Maria de Castro. Burguesia e trabalho : política e legislação social no Brasil : 1917-1937. Rio de Janeiro : Campus, 1979.
- *GORZ, André. Adeus ao proletariado : para além do socialismo. Rio de Janeiro : Forense Universitária, 1982.
- *HARDMAN, Francisco Foot LEONARDI, Victor. História da indústria e do trabalho no Brasil : das origens aos anos vinte. São Paulo : Global, 1982. (Teses ; 6).
- *HOBSBAWN, Eric J. Mundos do Trabalho : novos estudos sobre História Operária. Rio de Janeiro : Paz e Terra, 1987. 447 p.
- IANNI, Octávio. As metamorfoses do escravo : apogeu e crise da escravatura no Brasil Meridional. 2. ed. São Paulo : HUCITEC ; Curitiba : Sciencia et Labor, 1988.
- INFANTOSI, Ana Maria. A escola na República Velha : expansão do ensino primário em São Paulo. São Paulo : EDEC, 1983.
- *Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social - Fundação Edson Vieira. História da indústria no Paraná : 1940-60. Relatório Final. Curitiba, Agosto/1988. 274 p.
- *KUBO, Elvira Mari. A legislação e a instrução pública de primeiras letras na 5ª Comarca da Província de São Paulo (Paraná) : 1827-1853. Tese (Doutorado) - Universidade de São Paulo. São Paulo, 1982.
- LAJOLO, Marisa P. Usos e abusos da literatura na escola : Bilac e a literatura escolar na República Velha. Rio de Janeiro : Globo, 1982.

- LEME, Marisa Saenz. A ideologia dos industriais brasileiros : 1919-1945. Petrópolis : Vozes, 1978.
- *LEONARDI, Victor, HARDMAN, Francisco Foot. A burguesia industrial na luta de classes. In: VVAA. Brasil História-texto & consulta. 2. ed. São Paulo : Brasiliense, 1982. v. 4.
- *LIMA, H. F. Formação industrial do Brasil. Rio de Janeiro : Fundo de Cultura, 1961.
- *_____. 3 industrialistas brasileiros. São Paulo : Alfa-ômega, 1976.
- LINHARES, Temistocles, História econômica do mate. Rio de Janeiro : J. Olympio, 1969.
- LUZ, Nícia Vilela. A luta pela industrialização do Brasil : 1808-1930. São Paulo : Difel, 1961.
- MACHADO, Lucília R de Souza. Educação e divisão social do trabalho : contribuição para o estudo do ensino técnico industrial brasileiro. 2. ed. São Paulo : Cortez, 1989. 154 p.
- MACHADO, Roberto. Ciência e saber : a trajetória da arqueologia de Michael Foucault. Rio de Janeiro : Graal, 1981. 217 p.
- MACHADO, Roberto. Por uma genealogia do poder. In : FOUCAULT, Michael. Microfísica do poder. 6. ed. Rio de Janeiro : Graal, 1986.
- MONTOJOS, Francisco. Ensino Industrial. Rio de Janeiro : Ministério da Educação e Saúde. Comissão Brasileiro-Americana de Educação Industrial, 1949. (Biblioteca do Ensino Industrial. Série B ; v. 5)
- MUNAKATA, Kazumi. A legislação trabalhista no Brasil. 2. ed. São Paulo : Brasiliense, 1984.
- NAGLE, Jorge. Educação e sociedade na Primeira República. São Paulo : EPU ; Rio de Janeiro : Fundação Nacional de Material Escolar, 1974.
- NAGLE, Jorge. Educação na Primeira República. In : FAUSTO, Boris (org.). História geral da civilização brasileira : o Brasil Republicano : sociedade e instituições (1889-1930). São Paulo : Difel, 1978. t. 3, v. 2, p. 275.
- PADIS, Pedro Calil. Formação de uma economia periférica : o caso do Paraná. São Paulo : HUCITEC ; Curitiba : Secretaria de Estado da Cultura e do Esporte, 1981.
- *PERROT, Michelle. Os excluídos da História : operários, mulheres e prisioneiros. Rio de Janeiro : Paz e Terra, 1988.
- PILOTTO, Osvaldo. Cem anos de imprensa no Paraná : 1854-1955. Curitiba : A. M. Cavalcanti, 1976. 74 p. (Estante paranista. Ano I ; n. 1).

- *PINHEIRO, Paulo Sérgio. Política e trabalho no Brasil : dos anos vinte a 1930. Rio de Janeiro : Paz e Terra, 1977. 191 p.
- *_____. O proletariado industrial na Primeira República. In: FAUSTO, Boris (org.). O Brasil Republicano. São Paulo : Difel, 1977. (História Geral da Civilização Brasileira ; v. 9).
- *PINHEIRO, Paulo Sérgio, HALL, Michael M. A classe operária no Brasil : 1889-1930. São Paulo : Brasiliense, 1981. 347 p. (Documentos ; v. 2).
- PRADO JR., Caio. História econômica do Brasil. Ed. Integral. São Paulo : Círculo do Livro, /19_ _/
- RAGO, Luzia Margareth. Do cabaré ao lar : a utopia da cidade disciplinar : Brasil 1890-1930. Rio de Janeiro : Paz e Terra, 1985.
- *RAMA... et al. Desenvolvimento e educação na América Latina. São Paulo : Cortez, 1983.
- RIBEIRO, Luiz Carlos. Memória, trabalho e resistência em Curitiba : 1890-1920. Dissertação (Mestrado em História Social) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 1985.
- ROMANELLI, Otaíza de O. História da educação no Brasil. Petrópolis : Vozes, 1978.
- SALM, Cláudio L. Escola e trabalho. São Paulo : Brasiliense, 1980. 112 p.
- *SILVA, Marcos A. da. Caricata República : Zé Povo e o Brasil. São Paulo : Marco Zero, /19_ _/. Programa Nacional do Centenário da República e Bicentenário da Inconfidência Mineira. MCT/CNPq.
- SILVA, Sérgio. Expansão cafeeira e origens da indústria no Brasil. São Paulo : Alfa-ômega, 1976.
- *SINGER, Paul. O Brasil no contexto do capitalismo internacional : 1889-1930. In: FAUSTO, Boris (org.). O Brasil Republicano. São Paulo : Difel, 1975. (História Geral da Civilização Brasileira ; v. 8).
- SODRÉ, Nelson Werneck. Síntese da história da cultura brasileira. In: ROMANELLI, Otaíza de O. História da educação no Brasil. Petrópolis : Vozes, 1978.
- TEIXEIRA, Palmira Petratti. A fábrica do sonho : trajetória do industrial Jorge Street. Rio de Janeiro : Paz e Terra, 1990.

- *THOMPSON, E. P. A miséria da teoria ou um planetário de erros : uma crítica ao pensamento de Althusser. Rio de Janeiro : Zahar, 1981. p. 231.
- *----- Tradición, revolta y consciencia de classe : estudios sobre la sociedad preindustrial. Barcelona : Crítica, /19 / . 318 p.
- TOUCHARD, Jean (org.). História das idéias políticas. Lisboa : Publicações Europa-América, 1970. v. 5.
- TURAZZI, Maria Inês. A euforia do progresso e a imposição da ordem : a engenharia, a indústria e a organização do trabalho na virada do século XIX ao XX. Rio de Janeiro : COPPE. São Paulo : Marco Zero, 1989, 159p.
- WACHOWICZ, Lillian A. Relação professor-estado no Paraná tradicional. São Paulo : Cortez, 1984.
- *WACHOWICZ, Ruy C. Universidade do mate : história da UFPR. Curitiba : APUFPR, 1983. 189 p.
- XAVIER, Maria Elizabete S. P. Poder político e educação de elite. São Paulo : Cortez, 1980.

*Indica obras consultadas mas não citadas nas notas de referência.